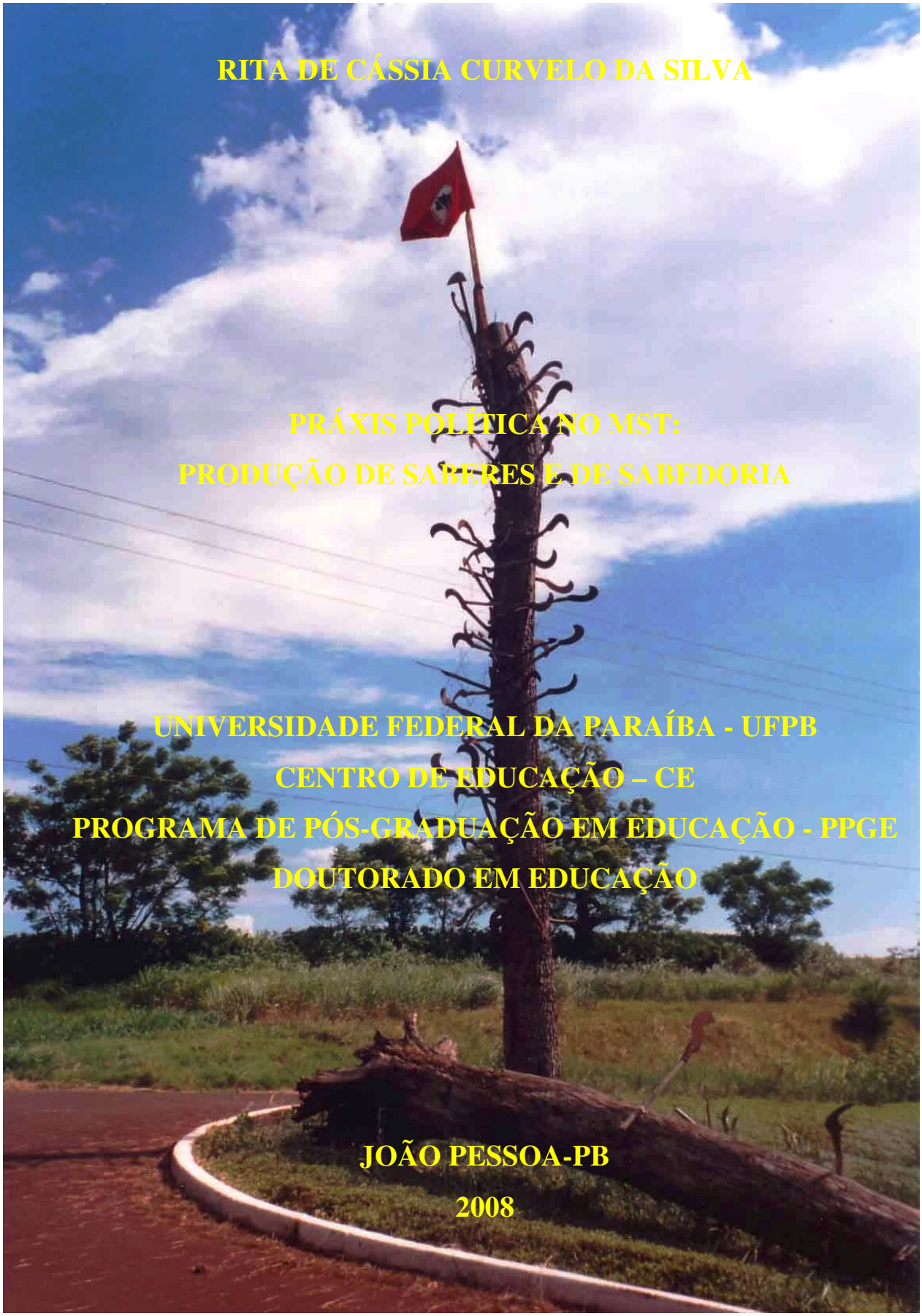

RITA DE CÁSSIA CURVELO DA SILVA

PRÁXIS POLÍTICA NO MST:
PRODUÇÃO DE SABERES E DE SABEDORIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

JOÃO PESSOA-PB
2008

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

RITA DE CÁSSIA CURVELO DA SILVA

PRÁXIS POLÍTICA NO MST:
PRODUÇÃO DE SABERES E DE SABEDORIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

JOÃO PESSOA-PB
2008

RITA DE CÁSSIA CURVELO DA SILVA

PRÁXIS POLÍTICA NO MST:
PRODUÇÃO DE SABERES E DE SABEDORIA

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Educação, Área de Concentração em Educação Popular e Linha de Pesquisa Educação em Movimentos Sociais.

ORIENTADOR: Dr. Timothy Denis Ireland

JOÃO PESSOA-PB
2008

S586p Silva, Rita de Cássia Curvelo da.
Práxis política no MST: produção de saberes e de sabedoria / Rita de Cássia Curvelo da Silva. – João Pessoa, 2008.
293p. : il.

Orientador : Timothy Denis Ireland.
Tese (doutorado) – UFPB/PPGE

1.Trabalhadores rurais. 2. MST – práxis política. 3. Educação – movimentos sociais.

UFBP/BC CDU: 331.11 (043)

PRÁXIS POLÍTICA NO MST:
PRODUÇÃO DE SABERES E DE SABEDORIA

RITA DE CÁSSIA CURVELO DA SILVA

PRÁXIS POLÍTICA NO MST:
PRODUÇÃO DE SABERES E DE SABEDORIA

Aprovada com Distinção em 31 de outubro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Timothy Denis Ireland – Orientador (UFPB)

Profº Dr. Michel Jean-Marie Thiollent (UFRJ)

Profº Dr. Osmar Fávero (UFF)

Profº Dr. Eymard Mourão Vasconcelos (UFPB)

Profº Dr. Luiz Gonzaga Gonçalves (UFPB)

CONVIDADOS

Prof° Dr. Alder Julio Ferreira Calado (FAFICA/PE)

Prof° Dr. Ivandro da Costa Sales (UFPE)

À minha mãe, Ana e ao meu pai, José (In memoriam):

Deus nos dá pessoas e coisas, para aprendermos a alegria... Depois, retoma coisas e pessoas para ver se já somos capazes da alegria sozinha... Essa – a alegria que Ele quer. (Guimarães Rosa, *Ficção Completa,* 1995, p. 891).

Para Alder, Helena, Ivandro, Nilton, Thiollent, Timothy:

Amigo, para mim, é só isto: é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, do igual o igual, desarmado. O de que um tira prazer de estar próximo. Só isto, quase; e os todos sacrifícios. Ou – amigo – é que a gente seja, mas sem precisar de saber o por quê é que é. (Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas,* p. 327).

Para Miguilim:

Qualquer amor já é um pouquinho de saúde, um descanso na loucura. (Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, p. 327).

Todos estão loucos, neste mundo? Porque a cabeça da gente é uma só, e as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores diferentes, e a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça, para o total. Todos os sucedidos acontecendo, o sentir forte da gente – o que produz os ventos. (Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas,* p. 327).

AGRADECIMENTOS

"E ele me deu a mão. Daquela mão, eu recebia certezas." A Timothy, por tudo que não tenho como expressar, porque para "Muita coisa importante falta nome."

"Mire e veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando." Aos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, seres sociais em movimento, que se envolveram ou foram envolvidos no meu processo de pesquisa.

"que dela nunca posso achar o esquecimento." À Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/BA, instituição que, em última instância, me possibilitou a realização deste trabalho.

"É no junto do que sabe bem, que a gente aprende o melhor..." Aos professores Alder e Ivandro, pela amizade e partilha de saberes.

"Porque dele se propagava, com ação direta, sobretudo, um sentido de segurança, uma espécie tranqüila de força." A Thiollent, pelas observações sutis em relação ao texto e palavras de alento à autora deste.

"A quanta coisa limpa verdadeira um pessoa de alta instrução não concebe! Aí podem encher este mundo de outros movimentos". A Osmar Fávero, pelas tantas coisas que com ele aprendemos.

"Tornar a encontrar companheiros desses, aí é que se põe significado na vida, se encompridando se encurtando." A Eymard e Luiz Gonzaga, pela felicidade do reencontro.

"Todos, que em minha lembrança eu carecia de muitas horas para repassar." Às tantas pessoas do MST que me acolheram em diversas partes do Brasil: Rosa e Roselandia (BA), Bordignon (PR), Elis, Polianne, Raimunda (PA), Rosmeri (SP), Alvaro (GO), Renilson (SE), Vanderlucia (PB), Pizetta (RJ), os(as) acampados(as), assentados(as), militantes, dirigentes e cursistas desses e de outros Estados...

"Aquela amizade pontual, escolhida para toda a vida, dita a minha nos grandes olhos". A Nilton, por tudo.

"de árdua e imemorial cordura, certa para o nunca e sempre." A Helena, pelas sensatas palavras, delicadezas e ternura.

"Sorte é isto. Merecer e ter..." A Leidaci, Norma, Lívia, Josefa, Lindomar, Cristina... Pela longa e sólida amizade que temos, nas horas todas juntos, mesmo quando estamos longe.

"era uma luz dentro de outra, dentro doutra, dentro outra, até não ter fim." A Dra. Veronica Behar, por irradiar luz sobre as trevas das minhas angústias.

“Aqueles, ali, eram com efeito os amigos bondosos, se ajudando uns aos outros com sinceridade nos obséquios e arriscadas garantias, mesmo não refugando a sacrifícios para socorro.” A Iolanda, Graça, Agostinho, Ronney, Luciclea, pelo afeto, abrigo, apoio incondicional nos dias, noites, madrugadas.

“o coração nascido grande, cabedor de grandes amizades.” A Teresa Moreno, pela felicidade de tê-la como amiga.

“Parente não é o escolhido – é o demarcado. Mas, por cativa em seu destinozinho de chão, é que a árvore abre tantos braços.” Às tantas pessoas que a mim se unem por laços de parentesco, em especial a sobrinha-filha Luciana.

“Toda mãe vive de boa, mas cada uma cumpre sua prenda singular, que é a dela e dela, diversa bondade.” A Vera, Maria São Pedro, Márcia, Dolores, Noêmia, Geralda, bondosas mães que me tomaram por filha.

“Estava com ela, nos segredos simples da amizade.” A Rosa, amiga e mediadora entre mim e os seus companheiros e companheiras de luta no MST.

“Coração cresce de todo lado. Coração vige feito riacho colominhando por entre serras e varjas, matas e campinas. Tudo cabe.” Para Rosilene (PPGE), pelo grande coração que nos acolhe e ampara, em sua infinita bondade.

“Afora algum de que eu me esqueci – isto é: mais muitos...”[1]

[1] Todas as citações que aparecem no texto dos agradecimentos são de Guimarães Rosa: (ROSA, 2005a), (ROSA, 2005b), (ROSA, 2001), (ROSA, 1984).

RESUMO

SILVA, Rita de Cássia Curvelo. **Práxis política no MST**: produção de saberes e de sabedoria. João Pessoa, 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

Esta tese tem por objeto as lutas sociais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, enquanto espaços de produção de saberes e de sabedoria pelas pessoas jovens e adultas. O que se procura explicar é a constituição de um processo educativo e a emergência de pedagogias da construção de novos seres sociais, através dos diferentes modos de organização e ação coletiva pensados e concretizados pelos(as) militantes, dirigentes e base social do Movimento. Partiu-se da hipótese de que, nos processos teóricos e práticos de luta, os trabalhadores e as trabalhadoras Sem Terra constroem saberes, tendo a prática social como ponto de partida, mas dialeticamente entrelaçada com as atividades de formação política promovidas pelo MST. A pesquisa decorrente da hipótese formulada propiciou a análise da produção de sabedoria pelos Sem Terra, a partir do pensar, sentir, querer e agir desses sujeitos, em especial na práxis política que desenvolvem. Priorizando uma metodologia qualitativa de pesquisa, optou-se pela diversificação de tipos humanos, com distintas histórias de vida e trajetórias no MST, habitantes de diferentes lugares do País. As fontes orais compuseram o principal recurso da pesquisa – pela coleta sistemática de relatos autobiográficos com pessoas de todos os Estados em que o Movimento Sem Terra se encontra territorializado, através da técnica da entrevista semi-estruturada –, além da observação participante e consulta a documentos impressos e audiovisuais. Como resultado das interações verbais entre a pesquisadora e as pessoas jovens e adultas pesquisadas, constata-se que estas, em sua práxis política, reforçada pelas outras formas fundamentais de práxis, sedimentam os aprendizados já adquiridos e constroem novos conhecimentos teóricos e práticos; desenvolvem sua afetividade; afirmam suas vontades individuais e formam um querer coletivo; assumem o papel de agentes históricos, protagonizando as lutas proletárias pela transformação da sociedade. Esse aprendizado dos sujeitos, a mudança nas relações sociais que experienciam e as lutas pela alteração das condições existenciais da classe trabalhadora, contudo, são processos permeados por muitas contradições, as quais contribuem tanto para o descenso de movimentos sociais como o MST, quanto para o avanço das lutas de massa.

Palavras-chave: MST. Pessoas Jovens e Adultas. Práxis. Saberes.

ABSTRACT

The object of study of this thesis are the social struggles of the Landless Rural Workers' Movement – MST, conceived as a space for the production and accumulation of knowledge by young people and adults. The study sets out to explain the constitution of an educational process and the emergence of pedagogies seeking to construct new social beings by means of different forms of organization and collective action elaborated and made concrete by militants, leaders and the social base of the Movement. Based on the hypothesis that it is in the theoretical and practical processes of struggle that landless workers construct their own knowledge which whilst taking social practice as the starting point is dialectically interwoven with activities of political formation promoted by the MST. Starting from this premise the research propitiated an analysis of the production of knowledge by the landless workers, based on the thinking, feeling, desires and actions of these subjects and, in particular, on the political praxis which they develop. Whilst prioritising a qualitative research methodology, we made an option for the diversification of human types, with distinct life histories and trajectories in the MST, from different places in the country. Oral sources composed the chief resource for the research, based on the systematic collection of autobiographical narratives of people from all the states in which the MST is active, by means of the technique of semi-structured interviews, in addition to participant observation and the study of printed and audio-visual documents. As a result of the verbal interaction between the researcher and the young people and adults researched, we found evidence that these consolidate the knowledge they acquire in their political praxis, strengthened by other fundamental forms of prais, and construct new theoretical and practical knowledge, develop their affectivity, affirm their individual desires and form a collective desire. They take on the role of historical agents, with a leading part in the proletariat struggles for the transformation of society. The subjects' knowledge, the change in the social relations which they experience and the struggles for alterations in the existential conditions of the working class are, however, processes permeated by many contradictions which contribute to the weakening of social movements like the MST and to the advance of mass struggle.

Key words: Landless Rural Workers' Movement (MST). Young people and adults. Praxis. Knowledge.

RÉSUMÉ

SILVA, Rita de Cássia Curvelo. **Praxis politique dans le MST**: production de savoir et d'expérience. João Pessoa, 2008. Thèse (Doctorat en Éducation). Programme de Master et Doctorat en Éducation. Université Fédérale de Paraíba, João Pessoa, 2008.

Cette thèse a pour objet les luttes sociales du Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans Terre (MST), en tant qu'espaces de production de savoir et d'expérience pour les jeunes et adultes. Nous essayons d'expliquer la constitution d'un processus éducatif et l'émergence de pédagogies à partir de la construction de nouveaux êtres sociaux au moyen des différents modes d'organisation et d'action collective pensés et concrétisés par les militants et militantes, par les dirigeants et dirigeantes et par la base sociale du Mouvement. Nous partons de l'hypothèse selon laquelle, dans les processus théoriques et pratiques de la lutte, les travailleurs et travailleuses Sans Terre construisent des savoirs, en prenant la pratique sociale comme point de départ, dialectiquement entrelacée avec les activités de formation politique promues par le MST. La recherche dérivée de l'hypothèse formulée rend possible une analyse de l'acquisition d'expérience par les travailleurs, centrée sur les modes de penser, sentir, vouloir et agir de ces sujets, en particulier dans la praxis politique qu'ils développent. En privilégiant une méthodologie de recherche qualitative, nous avons opté pour la diversification des types humains, avec différentes histoires de vie et trajectoires dans le MST, parmi des habitants de diverses régions du pays. Ces sources orales ont composé la principale base de recherche – par la collecte systématique de descriptions autobiographiques de personnes de tous les États dans lesquels le MST possède une assise territoriale ; ces descriptions sont obtenues au moyen de la technique d'interview semi-structuré –, avec, en plus, une observation participante et une recherche documentaire (documents écrits et audiovisuels). Comme résultat des interactions verbales entre l'investigatrice et les personnes jeunes et adultes investiguées, nous constatons que celles-ci, dans leur praxis politique renforcée par d'autres formes fondamentales de praxis, consolident les apprentissages déjà acquis, construisent de nouvelles connaissances théoriques et pratiques, développent leur affectivité, affirment leurs volontés individuelles et forment une volonté collective, assument un rôle d'acteurs historiques insérés dans les luttes prolétaires pour la transformation de la société. Cet apprentissage des sujeits, le changement dans les relations sociales qu'ils expérimentent et les luttes pour la modification des conditions d'existence de la classe travailleuse, en somme, sont des processus traversés par de nombreuses contradictions, lesquelles peuvent contribuer aussi bien au déclin de mouvements sociaux comme le MST, qu'à l'expansion des luttes de masse.

Mots-clés: MST. Jeunes et adultes. Praxis. Savoirs.

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO..... 16
1 O IGNORADO E O IMPREVISÍVEL: ESTREITOS ATALHOS RUMO AO MST.. 18
2 O OBJETO DE ESTUDO: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS..... 21
3 O PROCESSO METODOLÓGICO DE CONCRETIZAÇÃO DA PESQUISA..... 24
4 ESTRUTURA DA TESE..... 32

PARTE I – O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: CENÁRIOS E SUJEITOS..... 36

1 O MST: SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE DE SUAS LUTAS SOCIAIS..... 38
1.1 ANTECEDENTES E TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO MOVIMENTO SEM TERRA..... 38
1.2 TEORIZAÇÕES SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E MST..... 44
1.3 AS VÁRIAS FONTES: REFERENCIAIS TEÓRICOS NOS QUAIS O MST SE FUNDAMENTA..... 48
1.4 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO MST..... 53
1.5 O MST E A EDUCAÇÃO..... 61
1.6 A RELIGIOSIDADE E A MÍSTICA NAS VIVÊNCIAS DOS(AS) SEM TERRA. 67
1.7 DE “sem terra” a “Sem Terra”: COMPOSIÇÃO SOCIAL DO MST..... 70

2 HISTÓRIAS DE MUITAS VIDAS..... 73
2.1 ANTES DO MST: MEMÓRIAS PESSOAIS E SOCIAIS..... 74
2.2 O MOVIMENTO DE APROXIMAÇÃO E INSERÇÃO DOS SUJEITOS NO MST..... 80
2.3 SUJEITOS EM MOVIMENTO: A PRÁXIS NO MST..... 92
2.3.1 Anotações sobre o conceito de práxis..... 92
2.3.2 As formas de práxis dos(as) Sem Terra..... 93

PARTE II - PRÁXIS POLÍTICA E PRODUÇÃO DE SABERES NO MST..... 109

3 A DIMENSÃO COGNITIVA: O CONHECER..... 112
3.1 APROPRIAÇÃO DE CONHECIMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS..... 112
3.2 APROFUNDAMENTO DA CAPACIDADE DE COMPREENSÃO..... 124
3.3 ASSIMILAÇÃO DE UM CONJUNTO DE CONVENÇÕES SIMBÓLICAS, REPRESENTAÇÕES OU COSTUMES DA CULTURA DAS CLASSES POPULARES..... 127
DESENVOLVIMENTO DE CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS..... 129
3.5 CONHECIMENTO, AÇÃO E CONSCIÊNCIA..... 131

4 A DIMENSÃO AFETIVA: O SENTIR..... 136
4.1 ORGANIZAÇÃO E ADOÇÃO DE VALORES MORAIS E ESTÉTICOS..... 136
4.2 CONQUISTA DA LIBERTAÇÃO..... 151
4.3 RECUPERAÇÃO E ELEVAÇÃO DA AUTO-ESTIMA..... 155
4.4 VIVÊNCIA DE NOVAS FORMAS DE RELAÇÃO INTERPESSOAL E SOCIAL..... 157

5 A DIMENSÃO VOLITIVA: O QUERER..... 171
5.1 ASPIRAÇÃO À SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES MATERIAIS..... 171
5.2 CONCEPÇÃO E PLANEJAMENTO DE PROJETOS DE VIDA..... 177
5.3 ELABORAÇÃO DO DESEJO DE FELICIDADE..... 181
5.4 MOTIVAÇÃO DE REALIZAÇÃO..... 185

6 A DIMENSÃO ATITUDINAL: O AGIR..... 189
6.1 FORMAÇÃO POLÍTICA..... 189
6.2 CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA..... 199
6.2.1 Organização política..... 199
6.2.2 Organização da produção..... 210
6.3 EXERCÍCIO DE PODERES E RESISTÊNCIA..... 215
6.4 INTERVENÇÃO NA E TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE..... 219

CONCLUSÕES..... 233

REFERÊNCIAS..... 252

APÊNDICES..... 266

A – QUESTIONÁRIO
B – ENTREVISTAS – ROTEIRO
C – QUADRO 2: ATIVIDADES DA PESQUISA
D – QUADRO 3: FILMES PRODUZIDOS SOBRE O MST
E – QUADRO 4: PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA
F – QUADRO 5: LOCAL DE ATUAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA-2005/2007
G – TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA QUANTO À CONDIÇÃO DE ESCOLARIDADE, SEXO E FAIXA ETÁRIA
H – TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA QUANTO À CONDIÇÃO DE ESCOLARIDADE, SEXO E TEMPO DE MST
I – TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA QUANTO AO SEXO E FUNÇÃO OU ATIVIDADE NO MST

INTRODUÇÃO

Figura 1: Caminho para Assentamento em Goiás, 2007.

Figura 2: Marcha de Mulheres, Paraíba, 2007.

Figura 3: V Congresso Nacional do MST, 2007.

Figura 4: Assentamento em Parauapebas/PA, 2006.

Figura 5: Monumento aos Mortos de Carajás, 2006.

Figura 6: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2006.

Fotos: Rita Curvelo

INTRODUÇÃO

> A gente principia as coisas, no não saber por que, e desde aí perde o poder de continuação – porque a vida é mutirão de todos, por todos remexida e temperada. (ROSA, 2005a, p. 477).

Poucos meses depois de ingressar no Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mais especificamente no mês de outubro de 2004, em um tempo de comunicação interpessoal predominantemente por meio de correio eletrônico, recebi uma carta manuscrita de um amigo filósofo, professor, poeta, teatrólogo e pintor, Nilton Lavigne, na qual se lê no primeiro parágrafo:

> Não sei em que ponto perdi o ônibus. Nenhum dia é igual. Aos sábados e domingos, faço as mesmas coisas que na segunda, na terça, até o sábado de novo. Mas é diferente: por dentro. E isso tem bastado. Não penso em escrever um livro, nem mais exposição de telas, nem teatro. E tenho recusado proferir palestras. Afinal, seria apenas um livro a mais, uma exposição a mais, apenas o que quer que seja "a mais", ou seja, uma contribuição à quantidade. Em um mundo tão agressivamente visual, poluído do olhar, penso que o melhor que tenho a dar, em contribuição à qualidade, é o meu silêncio, minha ausência apenas anunciada sob a forma de uma resistência discreta.

O texto do amigo provocou em mim profundas reflexões e um algo sempre ausente que me atormentava assumia o estado de apreensão concreta, na forma de uma indagação que incessantemente me importunava: como construir uma tese que não seja apenas "uma contribuição à quantidade"? Suponho ter resolvido a primeira parte da pergunta: construí uma tese; para o segundo componente, a qualidade, penso que ela terá sido alcançada se os desejos que delinearam e sustentaram a produção deste trabalho, desde a sua gênese enquanto proposta de estudo ao processo de pesquisa e produção da tese, se materializarem

sob quatro aspectos ou dimensões: 1) que o texto construído me tenha propiciado a qualificação necessária à continuidade, ampliada e aprofundada, das atividades que venho realizando com movimentos sociais populares, em especial com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); 2) que a tese elaborada apresente coerência de idéias e atenda às exigências científicas de uma produção acadêmica desta natureza; 3) que os conhecimentos formulados sejam referências significativas para pessoas que, na academia ou fora dela, têm interesse na apropriação de saberes referentes às lutas dos movimentos sociais da classe proletária[2], mais especificamente aquelas concernentes à práxis do MST, organização que protagoniza a luta de classes no Brasil nas últimas duas décadas; 4) que as informações e indagações apresentadas se constituam em elementos passíveis de contribuir com as reflexões que os(as) Sem Terra vêm desenvolvendo acerca da formação dos homens e das mulheres do Movimento.

Esse é também o desejo de militantes do MST, ao manifestarem a expectativa de construção de uma pesquisa que sirva de instrumento de análise para integrantes da academia, porquanto, na ótica dos(as) entrevistados(as), docentes e discentes da universidade têm manifestado preconceitos para com os movimentos sociais. Além disso, para os(as) Sem Terra[3], o conhecimento científico resultante de pesquisas sobre o Movimento do qual são sujeitos pode proporcionar lições que assegurem a eficácia das suas atuações.

> Dentro dessa pesquisa, que você conseguisse mostrar para o Movimento quais as limitações que a gente tem enquanto Organização, para poder avançar nessa luta. Que essa pesquisa, além de servir para você avançar no teu conhecimento, que eu acredito que vai ser muito rico para você conhecer o MST, que consiga colocar também as limitações, para nós, que aí estará ajudando a você e a nós, enquanto Organização. E que ela não fique só na pesquisa. E que você continue conosco e possa contribuir... E que essa pesquisa possa ser também para nós, do Movimento. Que a gente possa usar ela para melhorar nossas práticas. (ROSMERI, 32, São Paulo, Assentada, Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF)[4].

---

[2] Neste texto, adoto a denominação classe proletária ou proletariado sempre que me refiro aos trabalhadores e às trabalhadoras Sem Terra, por concordar inteiramente com o pensamento de José Paulo Netto e Marcelo Braz, sobre a relação entre proletários e trabalhadores: "A classe proletária (ou proletariado) é constituída pelos *operários urbanos* e *rurais* e se insere no conjunto bem mais amplo dos trabalhadores assalariados (que não constitui, estritamente, *uma* classe); nesse sentido, rigorosamente, proletário não é o mesmo que trabalhador – todo proletário é trabalhador, nem todo trabalhador é proletário. É por isso, aliás, que evitamos a expressão *classe trabalhadora*, ainda que autores clássicos a utilizem." (NETTO; BRAZ, 2007, p. 220).

[3] Neste texto, sempre que usar a expressão Sem Terra, com iniciais maiúsculas, estarei me referindo aos sujeitos políticos que integram o MST, conforme explicado no item 1.7 do primeiro capítulo desta tese.

[4] Os dados entre parêntesis referem-se ao nome do(a) interlocutor(a), idade, Estado em que atua, condição no MST em relação à terra, Setor a que pertence no Movimento ou atividade que desenvolve. Todas essas informações dizem respeito à situação do sujeito na data ou período da entrevista. Em algumas falas a identificação foi omitida por solicitação do(a) entrevistado ou para assegurar o anonimato em declarações que possam comprometer a segurança do(a) narrador(a).

1 O IGNORADO E O IMPREVISÍVEL: MEUS ESTREITOS ATALHOS RUMO AO MST

Muitas pessoas têm me indagado a respeito dos motivos que me aproximaram do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e despertaram em mim o desejo de desenvolver pesquisas sobre essa organização popular. Respondo, em tom de brincadeira, dever-se isto ao fato de o meu pai ter sido um latifundiário que virou sem terra, ocorrência verdadeira apenas em parte: se considerarmos hoje a tabela do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre quantos hectares tem um módulo fiscal por município[5], os imóveis rurais – fazendas de gado e café que papai possuía no sudoeste do Estado da Bahia – eram apenas médias propriedades; no entanto, a perda da terra aconteceu de fato. Mas, permaneceu em minha memória, principalmente na memória afetiva, reminiscências de uma vida pregressa, uma infância em meio à exuberante flora e fauna da zona da mata e do sertão baianos, além de outros elementos da natureza e da convivência com trabalhadores e trabalhadoras rurais. Tudo isto produziu em mim um indelével enraizamento em relação ao campo e às vivências na zona rural.

Embora essa circunstância anteriormente exposta tenha influenciado o meu interesse pelo MST, foi uma situação não intencional, imprevisível, que produziu minha opção por trabalhar com o Movimento Sem Terra e conviver com as pessoas que o constituem.

Em 1993, dois anos após ingressar na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), situada no município de Ilhéus/BA, para ministrar como Professora Auxiliar aulas da disciplina Relações Humanas, resolvemos promover o I Seminário Sobre Direitos Humanos da UESC, com cinco abordagens temáticas, dentre as quais o direito à terra.

O MST, que já atuava no extremo sul da Bahia desde 1987, havia se expandido para o sul do Estado e formado um acampamento às margens da Rodovia Ilhéus-Itabuna, onde também se localiza a Universidade. Recém-contratada como docente do ensino superior, deslocava-me diariamente para a UESC e sempre observava o acampamento dos(das) Sem Terra com curiosidade e principalmente admiração referente à organização dessa fração de território por eles ocupada. Mas pouco conhecia sobre o MST e suas lutas, pois as informações a que tinha acesso, referentes ao Movimento, procediam das reportagens na imprensa, sempre tratando de combatê-lo.

---

[5] A designação de "grande propriedade" é dada pelo INCRA a "toda fazenda, também chamada de imóvel rural, que tenha uma área registrada em cartório com mais de 15 módulos fiscais" (MST, 2006b, p. 9). Cada município tem um número definido de hectares para um módulo fiscal, que, multiplicado por 15, resulta na quantidade de hectares que uma fazenda precisa ter para ser considerada grande propriedade.

No dia reservado durante o evento para a discussão sobre o problema do direito à terra, recebi um telefonema de um vigilante da portaria da Instituição indagando se podia autorizar o ingresso de dezenas de Sem Terra que intencionavam participar do Seminário. Expliquei a ele que aquela era uma universidade pública, acessível à entrada de todos os homens e mulheres que assim o desejassem.

No auditório ainda vazio, um senhor sentara-se no centro das fileiras de cadeiras, em volta do qual se acomodaram, por puro acaso, os(as) Sem Terra. Ele era um professor da UESC, e também presidente regional e secretário nacional da União Democrática Ruralista (UDR)[6]. Após as apresentações dos palestrantes e discussão envolvendo a platéia, com participação ativa, crítica e pertinente dos(das) Sem Terra, a atividade foi encerrada. No dia seguinte, o representante da UDR escreveu e fez circular uma carta aberta à comunidade acadêmica, desqualificando o evento e acusando os organizadores de permitir que "aquele bando de baderneiros[7]" estivesse presente a um Seminário realizado pela Universidade.

Instaurou-se, então, uma intensa polêmica, com algumas posições favoráveis à postura do docente e outras, de professores(as) e estudantes, em defesa do direito de participação popular na vida universitária, estes últimos obtendo certo consenso na academia. Encerrou-se assim a discussão; assim também principiou a minha inserção nas atividades do Movimento Sem Terra, inicialmente através de visitas às áreas conquistadas, nas quais alunos e alunas meus atuavam como educadores e, posteriormente, através da minha presença e participação nos cursos e outras atividades da área de educação do MST.

Em 1998, candidatei-me a uma vaga no Curso de Mestrado em Educação da UFPB. Após ingresso no referido Curso, realizei pesquisa sobre a educação de pessoas jovens e adultas em assentamentos da região sul da Bahia, mais especificamente sobre o desejo de aprender, as necessidades e motivações da aprendizagem dos(as) trabalhadores(as) rurais Sem Terra em relação à educação escolarizada (SILVA, 2000).

---

[6] Movimento social que surgiu na década de 1980, em defesa dos interesses dos latifundiários, atuando no processo Constituinte de 1987/1988 para impedir a aprovação de leis que propiciassem avanços em relação à conquista da reforma agrária. Abordarei as características e formas de atuação da UDR em capítulo ulterior a este.

[7] Sobre essa designação dada aos(às) Sem Terra por seus adversários e opositores, duas manifestações de Paulo Freire: "Pode haver baderneiros entre os sem-terra, mas sua luta é legítima e ética. 'Baderneira' é a resistência reacionária de quem se opõe a ferro e a fogo à reforma agrária. A imoralidade e a desordem estão na manutenção de uma 'ordem' injusta" (FREIRE, 2003, p. 71). "E ainda se acusam os Sem-Terra de arruaceiros e baderneiros porque assumem o risco de concretamente denunciar e anunciar. Denunciar a realidade imoral da posse da terra entre nós e de anunciar um país diferente. Com a experiência histórica os Sem-Terra sabem muito bem que, se não fosse por suas ocupações, a reforma agrária pouco ou quase nada teria andado." (FREIRE, 2000, p. 32).

Ao retornar às atividades na UESC no ano de 2001, formulamos, propusemos e implantamos um projeto de extensão intitulado Universidade e Movimentos Sociais (ORNELLAS; GUIMARAES; SILVA, 2001), construído de forma coletiva e colaborativa, com o objetivo de propiciar o intercâmbio entre a Universidade e a sociedade, de modo a articular a teoria e a prática de organizações da classe proletária com o saber acadêmico e a prática social da vida universitária.

Dentre as ações desenvolvidas no Projeto, realizamos quatro atividades diferentes, mas inter-relacionadas: encontros mensais da Universidade com os movimentos sociais populares, um grupo de estudos em educação e movimentos sociais, um trabalho itinerante nas comunidades e uma pesquisa participante. Através da realização dessas experiências, produziu-se um extenso acervo bibliográfico, fotográfico e videográfico relativo à caracterização e atividades das organizações populares sul-baianas, com ênfase para o registro das suas práticas de educação, destacando-se a práxis educativa do MST: escolarização de crianças, jovens e pessoas adultas nos assentamentos e acampamentos e cursos de formação política de militantes.

Demos continuidade a esse trabalho, atendendo às expectativas de segmentos organizados da sociedade regional, ao propormos e implantarmos o projeto Teatro Popular, Universidade e Comunidade Regional (VERDIER; SILVA, 2003). O objetivo central de tal projeto consistia na busca de identificação, caracterização e desenvolvimento de elementos e técnicas teatrais presentes ou imanentes nas atividades dos movimentos sociais populares da região cacaueira da Bahia, com vistas à utilização da linguagem teatral para fins artísticos, didáticos, psicológicos e sociais. O que se propunha era a recuperação e a valorização das manifestações teatrais de âmbito local, inserindo-as em um contexto global, no intuito de instrumentalizar integrantes do proletariado para o uso da teatralização como reforço à organização coletiva e à efetivação das lutas sociais populares. Também nessa ação, o MST era nosso principal aliado, notadamente pela sua experiência com a mística, forma incomum e criativa de encenação, explicada no primeiro capítulo desta tese.

Todas essas e outras atividades, acrescidas de leituras das produções do e sobre o MST, têm me propiciado o conhecimento acerca dos diferentes aspectos que dimensionam essa organização popular, bem como sobre vivências objetivas e subjetivas dos sujeitos que compõem o Movimento. Nesse sentido, apresento e sustento a seguinte tese: as lutas sociais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra são espaços de produção de saberes e de sabedoria de pessoas jovens e adultas.

2 O OBJETO DE ESTUDO: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

O MST, para assegurar a sua continuidade e o alcance de seus objetivos, optou pela combinação de formas diferenciadas de luta (MORISSAWA, 2001): ocupação de terras; acampamentos permanentes e provisórios; marchas pelas rodovias; jejuns e greves de fome; ocupação de prédios públicos; acampamentos nas capitais; acampamentos diante de bancos; vigílias; manifestações e passeatas nas grandes cidades, entre outras[8].

Acredito que esses modos de organização e ação coletivas dimensionam a produção de um processo educativo e a emergência de pedagogias da construção de saberes e formação de novos sujeitos sociais.

As formas de luta pensadas e concretizadas pelos(as) Sem Terra são potencialmente político-educativas, porquanto, no MST, a educação não se restringe à instituição escolar, mas estende-se a todos os processos de aprendizagem gerados pela experiência cotidiana de luta organizada (CALDART, 2000, 1997; ANDRADE, 1997; SCHERER-WARREN 1996; NASCIMENTO, 1996; GRZYBOWSKI, 1987); situa-se, também, no universo da educação denominada de informal, processo permanente e não planejado ou sistematizado, que abarca todas as oportunidades educativas durante a vida das pessoas; e, por fim, abrange o campo da educação não-formal, práticas intencionais, organizadas, dotadas de objetivos e qualificações pretendidas.

Assim, a prática de educação do MST não desconsidera a escola como lugar de formação das pessoas, sendo esse um espaço importante dentro da intencionalidade pedagógica do Movimento, de constituir-se como sujeito educativo que produz novas relações humanas e humanizadoras. O que me interessa neste trabalho, porém, não é a educação escolarizada, mas a relação existente entre a práxis política e a produção de saberes e de sabedoria pelos(as) Sem Terra.

Creio ser oportuno, por conseguinte, considerar a opção pela categoria saber, explicitar os diferentes significados atribuídos ao vocábulo saber neste estudo e o referencial que fundamentou a identificação e interpretação dos saberes produzidos pelas pessoas jovens e adultas do MST.

A palavra **saber** provém do latim *sapere,* formada por uma raiz *sap-* e uma desinência verbal *–ere*, com vários significados: ter gosto, sabor; exalar um cheiro, um odor; conhecer através do paladar, perceber pelo sentido do gosto. Do verbo latino *sapere*

---

[8] Estas formas de luta serão definidas quando for abordada a práxis política do MST, no primeiro capítulo desta tese.

originaram-se as palavras *sapore*, gosto, sabor característico de uma coisa; *sapidus*, que tem sabor; sabedoria, que expressa um conhecimento saboroso, que dá gosto à existência humana. É, portanto, insípido (*insipidus*) o saber que não tem sabor, que não se pode saborear.

Os termos saber e conhecimento são muitas vezes empregados com a mesma significação. Considero, no entanto, que embora o vocábulo **conhecimento** se origine do latim *cognoscere*, denotando conhecer pelos sentidos, por experiência, saber, perceber, inteligir – além de provir do verbo grego *konnein*, que comporta aspectos relacionados ao entendimento e à afetividade[9] –, essa palavra é usualmente empregada com o significado de noção, idéia, erudição, notícia, informação, dado, relacionando-se apenas à cognição, à apreensão de um objeto pelo intelecto.

Assim sendo, recorro às formulações de Ivandro Sales (1999), que diferencia saber e conhecimento, ao sustentar que o conhecimento é apenas uma das dimensões, a dimensão intelectual do saber, este entendido como entrelaçamento dialético entre o sentir, o pensar, o querer e o agir das pessoas, grupos, categorias e classes sociais.

O saber inclui intelecto, afetividade, vontade, prática, dimensões humanas que mutuamente se influenciam e se reforçam. O saber é, em vista disso, cultura: envolve a realidade objetiva e subjetiva das pessoas. No confronto de saberes, nas nossas ações e omissões, assumimos a condição de educadores(as), sendo nossas relações interindividuais e intersubjetivas, necessariamente, relações pedagógicas.

Desse modo, emprego aqui a expressão construção de saberes no sentido da aquisição e/ou ampliação de um instrumental lógico-racional, de uma base afetiva e volitiva e de uma dimensão atitudinal que podem propiciar a formação omnilateral humana: pela obtenção de conhecimentos, informações e desenvolvimento dos processos cognitivos; vivência de estados afetivos e aquisição ou sedimentação de valores morais e estéticos; assunção de comportamentos e exercício de ações, construções essas resultantes da interação entre pensamento e prática.

---

[9] Miguel de La Puente (1992) trata da etimologia da palavra *conhecimento* explicando que *c*onhecer provém do latim *cognoscere,* significado extraído do que verbo grego *konnein*, conhecer. Daí resulta o termo *konneo*, que comporta um significado composto de *koinós* (*kon*), traduzido por *comum* e na forma adverbial (*koinê*) *em comum*, e de noein (*nein*), na acepção de entender. Desse modo, conhecer significa entender com alguém, em comum, como ação comunicativa que implica aspectos noéticos (de *noein*) e afetivos (de *kon*, que originou a preposição latina *cum*). Para ele, o latim parece ter sintetizado na palavra *cognoscere* todos os significados mencionados. Porquanto *co-g-noscere* contém, primeiramente, o sentido de em comum ou com alguém (*ko, kon, koinós*), posteriormente, o sentido de tornar ou gerar (*g, gig, gígnomai*) e, por fim, o sentido de entender (noein, que originou a palavra latina *noscere*). O conhecimento humano manifesta-se, então, como algo gerado, não eterno e em-si-mesmo e construído com alguém.

Tomando por base essas considerações e reflexões enunciadas e as observações e análises que tenho empreendido através da participação em atividades do MST nos últimos quinze anos, me propus empreender um trabalho de pesquisa para buscar resposta à seguinte questão: qual a relação entre a práxis política das pessoas jovens e adultas nas variadas formas de luta do MST e a produção de saberes e de sabedoria por parte desses trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra?

Adotando como princípio a afirmação de que, para dar sentido a uma realidade observada é necessária a explicitação de objetivos previamente configurados, propus, como objetivo geral do presente estudo, analisar a produção de sabedoria pelos(as) Sem Terra, a partir dos saberes construídos por esses sujeitos nos seus processos de reflexão/ação individual e coletiva – práxis política – no MST.

Outro aspecto considerado foi o suposto de que, em uma pesquisa, como subsídio referencial para apreensão do movimento do objeto de estudo, necessário se faz a construção de hipótese(s):

> As hipóteses (ou diretrizes) qualitativas orientam, em particular, a busca de informação pertinente e as argumentações necessárias para aumentar (ou diminuir) o grau de certeza que podemos atribuir a elas. [...] Apesar das aproximações ou das imprecisões, a hipótese qualitativa permite orientar o esforço de quem estiver pesquisando na direção de eventuais elementos de prova que, mesmo quando não for definitiva, pelo menos permitirá desenvolver a pesquisa. Com a hipótese e os meios colocados à disposição do pesquisador para refutá-la ou corroborá-la, a produção do discurso gerada pela pesquisa não perde o contato com a realidade e faz progredir o conhecimento. (THIOLLENT, 2007, p. 39).

Assim, formulei como hipótese de trabalho a idéia de que, simultaneamente ao processo teórico e prático de luta, os trabalhadores e as trabalhadoras Sem Terra são sujeitos construtores de saberes que, em seus atos, produzem sabedoria.

Essa transformação, contudo, não ocorre de modo espontaneísta, unicamente pela participação nos processos organizativos do Movimento: ela tem a prática social como ponto de partida, mas se realiza pelo vínculo indissolúvel entre ação e pensamento – práxis –, notadamente através de atividades de formação política promovidas pelo MST.

3 O PROCESSO METODOLÓGICO DE CONCRETIZAÇÃO DA PESQUISA

Dois anos depois de receber aquela carta do amigo filósofo que me afligiu quanto à possibilidade de produzir uma tese apenas como contribuição à quantidade, assisti a uma palestra sobre *O Método em Marx,* proferida pelo Dr. José Paulo Netto no ano de 2006. Ouvi o professor tecer considerações sobre a pesquisa como uma experiência cumulativa, a qual exige que o(a) pesquisador(a) seja um sujeito duplamente caracterizado, por processos simultâneos: abertura ao objeto e riqueza intelectiva. Nesse sentido, observa ele que a produção acadêmica apresenta-se, em geral, como sistematização de um objeto qualquer ou exploração muito inicial acerca de algum fenômeno, sendo que 90%, pelo menos das dissertações de mestrado, "vão para a vala comum do nada" (NETTO, 2006).

Para mim, novas sensações de apreensão e outras grandes questões: sendo a factualidade, entendida enquanto aproximação com uma realidade objetiva, o ponto de partida da pesquisa proposta, e considerando as características universais e singulares das pessoas envolvidas na investigação, como apreender e analisar a práxis individual e coletiva dos(as) Sem Terra e conferir significados subjetivos às ações das pessoas jovens e adultas do MST?

Nessa perspectiva, presumi que seria interessante ouvir dos sujeitos da pesquisa como eles percebiam o processo investigativo do qual eram partícipes e a que ponto essa ação poderia ser mais bem qualificada, de forma a contribuir com o MST na produção de um conhecimento para interpretação e intervenção na realidade.

Antes de expor as sugestões apresentadas, quero ressaltar que selecionei inicialmente, através da aplicação de cinqüenta e sete questionários[10] (APÊNDICE A), seis pessoas para serem entrevistadas; os demais informantes foram escolhidos no decorrer do processo de pesquisa. São dirigentes, militantes da base e da direção do Movimento, homens e mulheres, assentados(as) e acampados(as), pessoas jovens e adultas de diferentes faixas etárias, níveis diversos de escolaridade e com funções diferenciadas nas várias instâncias do MST. Sujeitos distintos em suas histórias de vida e em suas trajetórias sociais nessa Organização, habitantes de diferentes lugares do País.

Desse modo, foi priorizada a diversificação de tipos humanos, lugares e situações que pudessem assegurar a oportunidade de desenvolver, densificar e saturar as categorias e conceitos gerados pela amostragem inicial e análise seqüencial dos dados

[10] Embora recorrer a questionário seja um procedimento pouco comum na pesquisa qualitativa, esse instrumento foi utilizado para captura de informações objetivando a caracterização dos sujeitos da investigação – sexo, idade, nível de escolaridade, tempo de militância no MST, práticas políticas, cursos de formação – e para seleção dos interlocutores com os quais daria início à coleta de dados.

coletados, procedimento denominado por Strauss e Corbin (2008, p.195-196) como amostragem teórica:

> A amostragem, em vez de ser predeterminada antes de começar a pesquisa, se desenvolve durante o processo. [...] O objetivo da amostragem teórica é maximizar oportunidades de comparar fatos, incidentes ou acontecimentos para determinar como uma categoria varia em termos de suas propriedades e de suas dimensões.

De forma resumida, na conversação entre a pesquisadora e os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra – que constituíram sujeitos de interlocução desta pesquisa através da adesão voluntária –, as pessoas expressaram as sugestões abaixo sumarizadas.

A história de vida dos trabalhadores e trabalhadoras deveria ser registrada com especial destaque, ou seja, dar prioridade à narrativa das trajetórias individuais dos(as) Sem Terra e à descrição do que é significativo em suas vidas e no contexto social em que se desenrolam as lutas das quais são protagonistas.

> Para o povo, a referência maior é o próprio povo, que construiu a sua própria história. Então, a minha sugestão é que sempre que você fosse fazer esse trabalho, que ouvisse mais o próprio povo, a própria base. Os assentados e acampados, que têm muitas lições para dar, sua história de vida; a história das lutas. Isso é muito importante trazer para a gente. (VALDEMAR, 31, BA, Assentado, Setor de Formação).

Nessa perspectiva colocada pelos narradores, as fontes orais compuseram o principal recurso da pesquisa. Outrossim, foram utilizados materiais impressos – textos produzidos pelos entrevistados e por outros sujeitos do MST, panfletos, folhetos, relatórios, projetos – e outros documentos construídos por meio de distintas formas de linguagem – filmes, fotografias, DVDs contendo gravação de eventos e palestras, CDs incluindo composições musicais de cantadores do Movimento –, para conhecimento, em maior profundidade, sobre as lutas do MST.

Acreditando que a reconstituição do passado e a interpretação que as pessoas fazem acerca de suas próprias vidas podem esclarecer eventos e processos que, em certos casos, não são depreendidos ou explicados de outra forma, optei pela técnica da entrevista semi-estruturada. Colhi, sistematicamente, trinta e sete relatos autobiográficos com pessoas de todos os vinte e três Estados em que o MST se organiza e do Distrito Federal. Ouvi

primeiramente a exposição narrativa das histórias de vida de vinte e seis desses sujeitos[11], acrescentando outros no percurso da pesquisa, aos quais fui apresentada por dirigentes e militantes do MST durante a realização de observação participante em assentamentos e acampamentos de diferentes regiões do Brasil ou em eventos dos quais participei.

Os relatos pessoais, que podem resultar na comunicação de uma experiência coletiva, constituíram o núcleo da investigação, sem a pretensão, contudo, de abranger a vida inteira dos sujeitos, mas captar prioritariamente dados referentes ao período específico de participação das pessoas na práxis política do MST.

Os depoimentos orais realizaram-se na forma de encontros entre pesquisadora e informantes, individualmente, tratando-se a princípio de assuntos "neutros", seguindo-se da explicação sobre o objeto e os objetivos da pesquisa, para criação de vínculos de confiança e intimidade. Formulavam-se, seguidamente, perguntas não-diretivas, para apreensão de elementos importantes sobre o(a) entrevistado(a). Posteriormente, procedia-se à apresentação de questões previamente construídas a partir dos objetivos da investigação, roteiro que serviu de orientação, sendo introduzidas outras perguntas ou realizadas intervenções discretas que pudessem aprofundar os relatos.

> O uso sistemático do testemunho oral possibilita esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processo que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outras formas: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas... (FERREIRA; AMADO, 2006, p. xiv).

Para complementação de informações, esclarecimento das questões que suscitaram dúvidas e refinamento da coleta de dados, foram concretizados diálogos individuais e coletivos, ambos com pessoas anteriormente entrevistadas.

Quanto aos materiais impressos e outros documentos, há mais de uma década, para a compreensão das diferentes dimensões que permeiam as ações coletivas do Movimento Sem Terra, e do papel dos atores sociais que constituem os(as) protagonistas da sua práxis, tenho concretizado o exame de publicações do e sobre o MST. Com vista à expansão dessa análise, selecionei para estudo obras constantes de um levantamento bibliográfico realizado pelo Movimento (MST, 2002), além do acesso físico e virtual a bibliotecas de universidades

---

[11] O roteiro utilizado para apreensão de fragmentos das autobiografias dos sujeitos entrevistados consta do APÊNDICE B.

brasileiras diversas, examinando dissertações de mestrado e teses de doutorado, como forma de aprofundar o meu conhecimento sobre os(as) Sem Terra[12].

Consultei, ainda, o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)[13] e a biblioteca da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), localizada no Estado de São Paulo, pertencente ao Movimento.

Assisti a imagens videográficas[14] produzidas pelo MST, examinei fotografias guardadas em seus arquivos e ouvi CD´s nos quais estão gravadas composições musicais sobre suas lutas. Utilizei, também, como fonte de captação de dados, registros sonoros, como o Programa Vozes da Terra (MST, 2005g).

As pessoas sugeriram, também, a minha inserção e participação nas práticas cotidianas dos acampamentos e assentamentos em diferentes lugares, pela diversidade cultural brasileira, e a convivência com as pessoas, bem como a observação das "coisas do MST"; a investigação de outras instâncias, além dos acampamentos e assentamentos, conversando com militantes mais vinculados(as) às articulações nacionais, para ampliação do conhecimento sobre a conjuntura do Movimento, dos encaminhamentos e de alguns segredos internos; a vivência de momentos de luta, como ocupações e marchas, e o conhecimento das experiências, notadamente de educação, do MST. Polianne e Lewy recomendam:

> Acho que é bem interessante conversar com as pessoas. Sentar com as pessoas de Estados diferentes. Que é uma visão muito mais ampla; é uma visão maior. É uma visão do todo mesmo. (POLIANNE, 21, Pará, Assentada, Setor de Formação).
>
> Para você enriquecer a pesquisa tem que conversar com famílias acampadas, saber o que eles pensam. Com assentados que continuam defendendo a reforma agrária e com assentados que após a conquista da terra se viraram contra a Organização. Precisa trabalhar a contradição, os que alcançaram o objetivo e não participam mais. E também os que saíram do Movimento e

[12] Souza (2006); Floresta (2006); Lins (2006); Barbosa (2005); Justo (2005); Oliveira, (2005); Santos (2005); Dal Maso (2004); Machado (2003); Nishiyama (2003); Medeiros (2002); Schreiner (2002); Costa (2001); Andrade (1998), entre outros trabalhos citados no corpo dos capítulos que compõem esta tese.

[13] O NERA, fundado em 1998 na UNESC, é um espaço de investigação sobre a questão agrária, através das linhas de pesquisa: Desenvolvimento Territorial; Espacialização e territorialização da luta pela terra; Impactos Socioterritoriais; Mapeamento da representação documental da história da luta pela terra; Movimentos Camponeses: Espacialização, Territorialização e Mundialização; Territórios do Saber... Tais estudos são realizados em escalas local, estadual, regional, nacional e internacional. No NERA foi desenvolvido o DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, que mantém atualizados os dados referentes às ocupações de terra, aos assentamentos rurais e aos movimentos socioterritoriais em todo o Brasil, um projeto permanente de banco de dados. (www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/index.htm).

[14] No capítulo terceiro, ao tratar das formas fundamentais de práxis no MST, estão inseridas, na descrição da práxis artística, a grande quantidade e diversidade de filmes produzidos pelo ou sobre o MST, incorporados ao APÊNDICE D.

> que hoje odeiam o MST. (MILTON LEWY, 34, Paraíba, Frente de Massa e Direção Estadual).

Preocupei-me em conviver e interagir com os(as) Sem Terra em realidades múltiplas, com vistas a obter a confiança das pessoas e o consentimento destas em participarem da pesquisa, bem como o conhecimento do mundo simbólico, da linguagem e das perspectivas dos sujeitos e a compreensão em profundidade do contexto social (político, econômico, cultural) e da vida cotidiana no cenário estudado.

Presumindo que uma multiplicidade de localidades e de pessoas amplia as possibilidades de interpretação dos resultados de uma pesquisa, realizei observação participante e sistemática dos sujeitos e do universo da pesquisa em comunidades rurais – assentamentos e acampamentos – em todas as Regionais[15] nas quais os MST se territorializa no Brasil, totalizando treze unidades da Federação e mais de trinta municípios brasileiros. Também participei de algumas formas específicas de luta: acampamentos, marchas, ocupação de prédios públicos, vigílias, acampamentos nas capitais, manifestações e passeatas nas grandes cidades, entre outras ações promovidas pelo Movimento Sem Terra (APÊNDICE C).

Além disso, conversei com cinco pessoas que deixaram o Movimento, escolhidos porque percebi que esses sujeitos poderiam contribuir para a compreensão das dificuldades e contradições existentes nas diferentes instâncias organizativas e frações de território conquistadas pelo MST. Dialoguei, ainda, com três integrantes do Movimento de Luta pela Terra (MLT)[16], originado na Bahia a partir da dissidência de membros do MST, os quais se separaram desse Movimento por divergência de opiniões em relação às táticas de luta postas em prática na década de 1990. Ouvir diferentes versões sobre acontecimentos, vivências e práticas nas comunidades rurais do Movimento Sem Terra possibilitou a elucidação de questões controversas.

Os sujeitos entrevistados recomendaram, ainda, a necessidade de dar destaque às possibilidades de ascensão educacional das pessoas que passam a integrar o MST, a exemplo do que foi dito por Erinaldo:

---

[15] O MST está dividido em cinco Regionais, cada uma delas incorporando de três a oito Estados brasileiros e o Distrito Federal: Regional Amazônica (PA, RR, MA e TO), Regional Centro-Oeste (RO, MT, MS, GO e DF), Regional Sudeste (ES, MG, RJ e SP), Regional Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE e PI), Regional Sul (PR, SC e RS). O Movimento não se encontra organizado nos Estados do Amazonas, Acre e Amapá.

[16] Sobre o MLT, ver a dissertação de mestrado de Gileaide Silva Costa, intitulada *"MLT, o Movimento de Luta pela Terra:* um movimento em movimento" (COSTA, 1996).

> Antes de 1999 eu não tinha muita perspectiva na vida: vivia só para o trabalho. Ia à escola, mas apenas por uma tradição de ir à escola estudar, mas sem perspectiva de tocar o estudo para frente, porque eu mesmo não tinha a perspectiva econômica que garantisse isso depois. Porque para ingressar em uma faculdade ou em outro estudo maior tem que ter uma situação econômica que possa subsidiar nem que seja o mínimo essa condição. E isso fazia com que eu não tivesse perspectiva nenhuma de estudar. (ERINALDO, 28, Maranhão, Assentado, Direção Estadual).

Os(as) interlocutores(as) propuseram, também, o exame das experiências de formação política de base do Movimento: pessoas com ingresso recente no MST e que manifestam interesse em estudar e, posteriormente, tornam-se militantes, contribuindo para outros processos de formação, para o Movimento de modo geral, ascendendo à Direção Estadual ou Nacional.

A esse tipo de estudo, tenho me dedicado desde meados da década de 1990 e, no processo de pesquisa para construção da tese doutoral, participei de modo intensivo e extensivo de cursos, seminários, encontros, congressos, reuniões e de outras atividades desenvolvidas pelo MST, em níveis local, regional e nacional, no período 2004-2008, na condição de observadora, docente, ouvinte, debatedora, visitante, monitora, aluna, pesquisadora, orientadora, confidente... (APÊNDICE C).

Por fim, os(as) depoentes instigaram a transmissão, ao maior número possível de pessoas, do sentimento de amor que os integrantes do Movimento têm em relação à terra, à luta e ao conhecimento; a inclusão da questão de gênero nas reflexões sobre as relações que se dão no contexto do Movimento; a análise das influências externas sobre os(as) Sem Terra: INCRA, organizações não-governamentais (ONG´s), evangélicos.

No diálogo com as trinta e sete pessoas do MST, uma situação inquietante e incômoda, embora já usual, é destacada repetidas vezes: aproximadamente 60% das pessoas entrevistadas ressaltaram a necessidade de devolução dos resultados das pesquisas, as quais têm um retorno pequeno numericamente e contribuições bastante limitadas para a Organização e para os sujeitos participantes dos processos investigativos.

Assim, consideram imprescindível que a pesquisa seja remetida para o público pesquisado, não apenas pela devolução do material impresso, para que as pessoas possam ler, mas que o(a) pesquisador(a) promova o debate concernente aos resultados do seu trabalho, além de conceder aos movimentos sociais investigados sua contribuição enquanto ser humano: pessoa, profissional e intelectual. Comenta a jovem Carla:

> E lá no meu assentamento, a gente tem muito esse problema: tem mais de cinqüenta trabalhos sobre o assentamento, sobre a escola, sobre... Mas eu fui lá olhar e não tem nenhum lá dentro. Então as pessoas não conhecem, não sabem quais as produções feitas... E é uma coisa importante, não só para arquivar lá, mas para as pessoas perceberem que têm todo um processo e que são importantes nessa luta e que existem aspectos muito importantes, não só de serem extraídos, mas agora de você devolver o conhecimento científico. Aqui, aquela troca do senso comum com o conhecimento científico. (CARLA, 24, Rio de Janeiro, Setor de Projetos e Finanças).

Penso ter atendido, pelo menos em grande parte, às expectativas das pessoas com as quais dialoguei, até mesmo pela coincidência entre o meu planejamento e aquilo que me era alvitrado. Algumas sugestões, embora bastante pertinentes e até certo ponto necessárias – como, por exemplo, observar o MST nos vinte e três Estados em que ele está organizado –, foram para mim impossíveis de serem postas em prática, devido principalmente às limitações de tempo e à escassez de recursos financeiros.

Outras proposições eram instigantes e relevantes, mas, pela amplitude de suas temáticas, constituem indicações para pesquisas diferentes daquela que fundamentou a construção desta tese. Um exemplo de proposta dessa natureza é a sugestão de entrevistas com adolescentes e crianças, muitos dos quais nasceram e tiveram todo o processo educativo no âmbito do MST: "Seria bom você ver como se dá a educação infantil. Aí já começa a formação política, formação da consciência, compreensão do mundo por parte das crianças." (ROSELANDIA, 25, Bahia, Assentada, Setor de Educação).

Para registrar os dados coletados, realizei gravação direta dos depoimentos, selecionando ambientes favoráveis à conversação, e fiz anotações, visando facilitar a organização das informações obtidas. Seguidamente, transcrevi as narrações armazenadas em aparelho eletrônico, atentando para a fidelidade ao discurso das pessoas, mas ciente de que "toda transcrição, mesmo bem feita, é uma interpretação, uma recriação, pois nenhum sistema de escrita é capaz de reproduzir o discurso com absoluta fidelidade." (TOURTIER-BONAZZI, 2006, p. 239).

E, para subsidiar a análise e a construção de explicações dos dados empíricos coletados através do processo investigativo aqui esboçado, recorri ao campo da filosofia e da sociologia, buscando significar as duas categorias analíticas centrais deste estudo – práxis e saberes/sabedoria – como também noções e conceitos desenvolvidos sobre movimentos e lutas sociais da classe proletária.

Diante do exposto, considerando o trabalho intensivo realizado, com passagem de grande quantidade de tempo no mundo empírico (2004-2008); as experiências anteriores (1993-2004) e as mais recentes com o MST, numa multiplicidade de locais; a proximidade e a interação na relação com uma pluralidade de sujeitos do Movimento; a concretização de uma pesquisa descritiva e analítica, com ênfase em seus processos e utilização de grande quantidade e variedade de fontes de dados; observação participante, com registro escrito e sistemático do observado, especialmente das atitudes das pessoas nos lugares em que vivem, vez que suas condutas são significativamente influenciadas pelo contexto ambiental e histórico, local e global, em que elas se situam, entre outras características deste estudo, classifico-o como uma investigação qualitativa, expressão utilizada por Bogdan e Biklen (2003, p. 16) como

> um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características, [na qual] os dados são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico. [...] as questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural.

Por fim, para codificação[17] e interpretação das informações obtidas através das entrevistas e das notas de campo, realizei análise do sentido subjacente ao *corpus* textual produzido por meio das entrevistas com os(as) Sem Terra e estudo dos significados manifestos e sentidos implícitos do discurso social dos interlocutores, por meio de comparações sistemáticas de conceitos e pelo estabelecimento de relações entre categorias, diferenciando-as. Tais procedimentos foram utilizados sempre na perspectiva da identificação e interpretação concernente à produção de saberes e de sabedoria na práxis política das pessoas jovens e adultas do MST. Para tanto, recorri a noções e conceitos da sociolingüística e da psicanálise, tais como: subjetividade, desejo, afetividade, consciência, imaginário, atitude, representação, interação social, socialização, linguagem, discurso, palavra.

[17] O termo codificação é definido por Strauss e Corbin (2008, p. 18) como "os processos analíticos por meio dos quais os dados são divididos, conceitualizados e integrados para formar a teoria".

4 ESTRUTURA DA TESE

Esta tese compõe-se de duas Partes, constituídas por dois e quatro capítulos, respectivamente, precedidos de uma introdução e seguidos de uma conclusão, além das referências bibliográficas, elementos acessórios e apêndices.

Nessa perspectiva, constam da Introdução: a formulação da tese por mim defendida; a trajetória percorrida no delineamento do objeto de estudo, bem como os seus elementos constitutivos: a questão que orientou a concretização da pesquisa, o objetivo geral da investigação, a hipótese de trabalho; a descrição pormenorizada do percurso metodológico dimensionado nas diferentes fases do processo investigatório – etapas, procedimentos e instrumentos da pesquisa.

A Parte I, intitulada O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: CENÁRIOS E SUJEITOS, apresenta a caracterização do contexto no qual a pesquisa foi concretizada, fragmentos das histórias de vida dos(as) trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra que tomaram parte no processo investigativo que resultou na produção desta tese e suas diferentes formas de práxis.

O Capítulo 1 traz uma sinopse acerca da história, estrutura, características, processos de organização, práticas educativas e ação política coletiva do MST, o elenco dos pensadores cujas idéias embasam suas lutas e atividades de formação, além de aspectos componentes de sua identidade coletiva e da ideologia do Movimento. Incluem-se, ainda, no primeiro capítulo, uma breve referência à religiosidade e a mística dos(as) Sem Terra, elementos singulares no contexto dessa organização popular.

O Capítulo 2 condensa uma descrição sobre a composição social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as histórias de vida dos trabalhadores e trabalhadoras participantes da pesquisa, as motivações dessas pessoas para aproximação e inserção no MST e suas práxis, notadamente a práxis política desenvolvida por essa fração do proletariado brasileiro.

A Parte II, denominada PRÁXIS POLÍTICA E PRODUÇÃO DE SABERES NO MST, expõe a produção de saberes e de sabedoria no Movimento, considerando-se as diferentes formas de práxis dos(as) Sem Terra, mas com ênfase para a práxis política: modos específicos de luta – mobilização, organização e ação coletivas – prioritariamente por terra e reforma agrária, atentando para as dificuldades e contradições dessa produção.

No Capítulo 3 é abordada a dimensão cognitiva do saber produzido pelos(as) Sem Terra em suas lutas sociais, destacando-se os modos pelos quais esses sujeitos se

apropriam de conhecimentos teóricos e práticos, aprofundam a capacidade de compreensão da realidade, assimilam a cultura das classes populares e criam condições para a aplicação prática dos conhecimentos construídos, processos intrinsecamente vinculados ao movimento das suas consciências.

O Capítulo 4 trata do sentir das pessoas jovens e adultas do MST, com ênfase para a vivência de valores morais e estéticos, a conquista da libertação pelas ações coletivas experienciadas, a recuperação e elevação da auto-estima através das mudanças na percepção que as pessoas tinham sobre si mesmas, as novas e distintas formas de relação interpessoal e social e os aspectos contraditórios dessas questões afetivas.

A dimensão volitiva do saber é analisada no Capítulo 5, pela apresentação da vontade manifestada pelos(as) Sem Terra no sentido do atendimento às suas necessidades materiais, como também a configuração de projetos de vida, a aspiração à felicidade e a busca de satisfação para seus desejos de realização.

E o Capítulo 6, relativo à dimensão atitudinal do saber, versa sobre a formação política dos dirigentes, militantes e pessoas da base social do MST, os processos de organização coletiva – política e da produção –, as relações de poder e a prática da resistência no âmbito interno e externo ao Movimento e as intervenções desses atores sociais sobre a realidade, para transformá-la.

Prosseguindo, serão demonstradas as Conclusões: questões afirmadas e negadas, a partir do proposto e do realizado no processo de pesquisa e escrita do texto.

Por fim, colocam-se os apêndices: materiais elaborados pela autora, considerados como elementos esclarecedores – ou detalhamento – de questões abordadas no corpo da tese.

Cabe aqui ressaltar que este não é um trabalho acabado, definitivo. Aliás, nunca o será. É um texto incompleto e provisório, que deverá ser muitas vezes reescrito e aprofundado, pela incorporação das contribuições dos leitores e das leitoras interessados em dialogar e produzir outros saberes.

É preciso, ainda, salientar que o texto a seguir é uma produção coletiva, resultante das interlocuções que efetivamos com pessoas portadoras de diferentes saberes: os(as) Sem Terra, o professor Timothy – orientador desta tese –, os professores Alder Julio, Ivandro, Nilton, Helena e Michel Thiollent, os amigos e amigas da UESC, UFPB, UFRJ e de outros espaços das nossas vidas, os(as) colegas da 24ª turma do Curso de Doutorado em Educação da UFPB... Essas pessoas, ao se expressarem, ao fazerem observações e críticas ou apresentarem sugestões em relação à pesquisa e à construção da tese, contribuíram

enormemente, não apenas para a qualificação do trabalho escrito, mas também para o aprofundamento do pensar, do sentir e do querer de sua autora. É possível, no entanto, que mesmo com essa intensa e constante colaboração restem ainda lacunas, incoerências ou equívocos que devem ser atribuídos unicamente à minha insistência em manter convicções e continuar percorrendo as veredas que insisti em trilhar.

PARTE I – O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: CENÁRIOS E SUJEITOS

Figura 7: Acampamento em Alagoas, 2007.

Figura 8: Militante do Estado de São Paulo, 2007.

Figura 9: Assentados do Rio Grande do Norte, 2008.

Figura 10: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2007.

Figura 11: Escola Técnica e Assentamento, PR, 2006.

Figura 12: Marcha Nacional em Brasília, 2007.

Fotos: Rita Curvelo

PARTE I – O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: CENÁRIOS E SUJEITOS

A primeira parte deste trabalho é composta por dois capítulos.

O Capítulo 1 resulta da opção pelo uso de entrevistas para apreensão de fragmentos da história de vida e de luta dos(as) depoentes, o que implica, fundamentalmente, a consideração sobre o contexto no qual os acontecimentos se desenrolam e os sujeitos agem. A singularidade da vida, do pensamento e das atitudes dos(as) narradores(as) decorre do período histórico, das características geofísicas e do meio humano, psicológico, moral, estético, no qual se concretizam suas trajetórias: "Há uma relação permanente e recíproca entre biografia e contexto" (LEVI, 2006, p. 180). E mais: ao fazerem parte de um grupo, as pessoas assimilam e expressam características dessa coletividade.

Diante de tais considerações, da necessidade, portanto, do conhecimento relativo às lutas sociais do Movimento Sem Terra para a compreensão dos seres humanos que o constituem, esse capítulo tem a pretensão de concretizar uma síntese dos diferentes aspectos que dimensionam a gênese, a expansão, a estrutura, os processos organizativos e a práxis política, entendida como lutas sociais e exercício de poder do MST.

Para tanto, farei uma breve contextualização histórica da realidade da América Latina e do Brasil – em suas similaridades e traços distintivos –, origens da concentração da terra em nosso País e, conseqüentemente, das lutas por reforma agrária, explicitando posições contrastantes de estudiosos dos movimentos sociais sobre o "enquadramento" teórico do Movimento nas formulações da sociologia e de outras ciências sociais.

Do mesmo modo, apresentarei os referenciais teóricos que fundamentam o pensar e o agir dos(as) Sem Terra, apontando os elementos que tipificam e definem a força e luta social do MST, dimensionando sua identidade coletiva.

Abordarei, também, propostas e práticas de educação do Movimento Sem Terra, relativas tanto aos processos de escolarização de assentados(as) e acampados(as) quanto à pedagogia da luta social; o significado político e econômico das conquistas alçadas pelas famílias de trabalhadores e de trabalhadoras rurais que integram o MST; a religiosidade e a mística como componentes intrinsecamente vinculados à luta por terra, reforma agrária,

por justiça e soberania popular e, principalmente, para a humanização de homens e mulheres dessa Organização.

O Capítulo 2 tem como objetivo a caracterização dos sujeitos e a descrição das trajetórias das pessoas que colaboraram na pesquisa, pela consideração de parte dos seus relatos autobiográficos. Além de uma breve representação do perfil dos(as) narradores(as), serão abordadas as suas formas de vida anteriores ao ingresso no Movimento Sem Terra, os motivos e circunstâncias que os(as) conduziram até ele e as diferentes formas de práxis – produtiva, artística científica e social – componentes do conjunto das atividades que dimensionam a produção de saberes e a formação humana dos(as) Sem Terra, com ênfase para as formas de luta das quais participam: sua práxis política.

1 O MST: SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE DE SUAS LUTAS SOCIAIS

No mais, mesmo, da mesmice, sempre vem a novidade.
(ROSA, 2005b, p. 145).

1.1 ANTECEDENTES E TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO MOVIMENTO SEM TERRA[18]

Qualquer análise relativa ao MST precisa considerar os aspectos históricos que dimensionaram realidades diferenciadas na Europa e na América Latina, esta última com processos de desenvolvimento por vezes bastante semelhantes ao brasileiro, ou com traços muito distintos. Conforme assinala Gohn (2002, p. 224-240), temos uma conjuntura histórica comum de colonialismo, escravatura e/ou servidão indígena, monocultura e/ou exploração intensiva dos recursos naturais da colônia, industrialização tardia, parcial e dependente.

A aliança entre as oligarquias rurais regionais, com apoio de setores do clero tradicional da Igreja Católica, sustentou os regimes políticos existentes até a década de 1930, período marcado pelo clientelismo político, sob a forma de coronelismo. Entre meados da década de 1940 e o decênio de 1960 instauraram-se os regimes populistas e, em todo o século XX, registrou-se a presença das ditaduras militares no cenário político da América Latina.

A aliança do governo brasileiro com o capital internacional, a partir da década de 1960, produziu mudanças no modelo econômico e gerou um modelo político específico, o regime militar. Devido à mobilização e pressão da sociedade civil, uma fase de redemocratização se dá a partir do período 1970-1980, com o crescimento e a diversificação dos movimentos sociais, que passaram a lutar por direitos sociais coletivos dos grupos subordinados[19].

---

[18] Sobre as origens e trajetória histórica do MST no período 1984-2005, ver as seguintes publicações: Bogo (2003), Caldart (2000), Cavalcante (2002), Coletti (2005), Dal Moro (2002), Fernandes (2000, 1998, 1996), Harnecker (2003), Morissawa (2001), Pizetta (1999), Silva (2000), Stédile; Fernandes (2000), entre outros.

[19] Sobre movimentos sociais de resistência popular e criação de novos sujeitos históricos no período 1960-1990, consultar Stédile (2006), Scherer-Warren (1996), Doimo (1995), Jacobi (1993), Medeiros (1989), Sader (1988), Scherer-Warren; Krischke (1987), Sader (1987), Moisés (1982), Wanderley (1980).

Na década de 1990, com as transformações no mundo do trabalho, a redefinição das fronteiras nacionais, o crescimento da economia informal, o declínio dos sindicatos, a elevação das taxas de desemprego, a globalização da economia, delineou-se um novo cenário das lutas e movimentos sociais.

Verifica-se, então, uma diversidade de movimentos sociais populares, novos e antigos[20], com a hegemonia dos movimentos populares de luta pelo atendimento às necessidades sociais elementares à sobrevivência, diante de outros tipos de movimentos sociais, evidenciando o predomínio das seculares lutas dos pobres organizados. Constituem-se, em toda a América Latina, os "novos" movimentos sociais, de mulheres, ecológicos, de negros, bastante diferenciados dos europeus e dos norte-americanos, com ideologias diversificadas dando suporte às suas estratégias e projetos. A questão indígena como fonte de conflitos e de movimentos sociais e a questão do preconceito racial contra os afro-americanos, sob a forma de discriminação subliminar, adquire visibilidade.

Parte da Igreja Católica em sua ala progressista, da Teologia da Libertação, dá proteção aos movimentos sociais, que se afirmam como forma de resistência e de luta pela inclusão social. Os conflitos sociais se institucionalizam, com a promulgação de leis e fundação de novos órgãos públicos para tratar das manifestações de descontentamento de determinados grupos e da violência relativa à questão agrária.

Constata-se, ainda, o papel relevante dos partidos políticos junto às organizações populares e a criação de ênfases temáticas, como exclusão, cidadania, direitos, a cada onda de movimentos sociais. Os intelectuais tornam-se interlocutores básicos dos movimentos juntos ao governo e à mídia e constroem-se alianças e articulações entre as demandas socioeconômicas, geradoras de exclusão social, e as demandas socioculturais.

Como fatos recentes, verificam-se a articulação, na América Latina, entre diferentes lutas sociais e o uso de meios avançados de comunicação como parte das formas de ação dos movimentos populares; a heterogeneidade destes, comportando projetos políticos diferenciados; o fortalecimento dos movimentos locais, que trabalham com demandas globais.

Assim, não se pode prescindir do conhecimento da conjuntura histórica latino-americana e nacional para o entendimento sobre o protagonismo do MST enquanto movimento de luta da classe proletária na cena política da atualidade. Para compreender o

---

[20] No que concerne ao surgimento de novos movimentos sociais e ascenso de antigos movimentos de luta popular, considerar, além dos autores citados na nota anterior, os textos de Scherer-Warren (1999), Gohn (1995; 1991).

MST é preciso analisar as origens da concentração da terra no Brasil[21], que remontam aos mais de trezentos anos de colonização portuguesa, com escravização de indígenas e africanos, embora estejam registradas na historiografia tentativas de libertação do domínio português e, principalmente, resistência dos negros contra o cativeiro. Também no Império proliferaram as revoltas populares e, na República, as lutas pela terra, messiânicas, espontâneas e organizadas, estas últimas dos(as) camponeses(as) como classe, a exemplo das Ligas Camponesas[22].

Somente em 1964, o governo militar decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, o Estatuto da Terra, o qual jamais foi implantado[23]. A política agrária dos militares favoreceu os interesses dos latifundiários e a permanência das formas tradicionais de relações de trabalho no campo. A despeito da intensa repressão do regime militar em relação às lutas sociais rurais, eclodiram diversas insurreições camponesas nas regiões Norte e Centro-Oeste, estendendo-se mais tarde os conflitos pela terra para todo o País, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, cuja atuação no Sul do Brasil contribuiu para dar origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Nessa perspectiva, constata-se na historiografia brasileira da atualidade uma ampla descrição sobre a gênese e consolidação do MST, em livros, dissertações de mestrado e teses doutorais, além da própria produção escrita do Movimento, conforme textos antes indicados para consulta. Assim, não creio ser necessária uma exposição extensa acerca da sua trajetória histórica e, portanto, apresentarei apenas um resumo do caminho por ele percorrido.

O surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que tem como personalidade jurídica a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), representa a continuidade das lutas camponesas que se iniciaram no período colonial, com os índios defendendo seus territórios, e com os negros que lutavam por sua própria liberdade e por terras também livres (Quilombos). Posteriormente, outros movimentos camponeses

---

[21] "O problema social da terra não se explica entre nós por acontecimentos e circunstâncias imediatos. [...] A questão agrária é característica do mundo contemporâneo. Ela surge com o desenvolvimento do capitalismo. [...] No nosso caso, surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário da terra." (MARTINS, 1997, p. 11-12).

[22] Sobre as Ligas Camponesas e a "emblemática figura" de João Pedro Teixeira, consultar o livro *Memórias do Povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba – deixemos o povo falar...,* composto por uma coleção de depoimentos de homens e mulheres que vivenciaram a experiência das Ligas na Paraíba e que apresentam as suas versões sobre os fatos e acontecimentos referentes a esse movimento social do campo "cujo período de mobilização mais intensa se deu de meados dos anos 50 até o Golpe de Estado de 1° de abril de 1964" (VAN HAM et al, 2006). Outra narrativa interessante é o livro *Eu Marcharei na Tua Luta – a vida de Elizabeth Teixeira*, organizado por Bandeira, Miele e Godoy (1997), um depoimento da viúva de João Pedro Teixeira, fundador e líder da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba.

[23] A Editora Expressão Popular publicou uma coleção organizada por João Pedro Stédile, composta de sete volumes, intitulada *A Questão Agrária no Brasil*, *período 1500-2000*. Do volume 3, cujo subtítulo é *Programas de reforma agrária – 1946-2003,* constam três capítulos sobre o projeto de reforma agrária do governo João Goulart, incluindo o texto da Lei 4.504/64, o Estatuto da Terra (STÉDILE, 2005).

surgiram em espaços geográficos diversos do território nacional. No final do século XIX e início do século XX, destacaram-se os movimentos denominados de messiânicos – Canudos, Contestado – e o Cangaço. Também os negros libertados e os imigrantes europeus explorados pelos coronéis lutavam contra os latifundiários, na tentativa de escapar da exploração a que eram submetidos e de conseguir um pedaço de terra.

Nas décadas de 1930 e 1940, ocorreram conflitos violentos em regiões diversas do País, dos posseiros em defesa de suas posses: Movimento Pau de Colher (Bahia, 1935) e Revolta do Caldeirão (Ceará, 1935). No período 1950-1964, os(as) camponeses(as) se organizaram enquanto classe, originando as Ligas Camponesas no Nordeste, as Associações, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER), em 1960, e Sindicatos, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1963[24]. Por mexerem com milhares de campesinos e de campesinas sem terra e semearem a esperança na reforma agrária, foram fortemente reprimidos pelo regime militar.

Entre 1978 e 1982, ressurgem, se intensificam e se ampliam os conflitos fundiários. Por outro lado, o trabalho pastoral das Igrejas Católica e Luterana, no sentido de conscientizar os(as) camponeses(as) sobre a necessidade de organização contra as injustiças e pela defesa de seus direitos; a ascensão de combativos sindicatos rurais; o apoio de partidos de oposição e a ação política de militantes que atuavam em diferentes organizações contribuíram para a emergência de inúmeros novos movimentos sociais rurais e para as ocupações de terra.

Em 1979 e 1980, essa nova forma de pressão iniciada de modo isolado no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Goiás passa a ser articulada pela CPT. Crescem as organizações dos(as) trabalhadores(as) e as articulações para a implantação de um projeto de reforma agrária tornam-se mais extensivas. Em janeiro de 1984, realiza-se no Paraná o primeiro encontro "que deu nome e articulação própria ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra" (MST, 1998a, p. 2),

---

[24] Em 1979, realizou-se o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, deliberando-se no evento o modelo de reforma agrária pelo qual se lutava, com as seguintes características: ampla, massiva, drástica, imediata, sob o controle dos trabalhadores: “Ampla, no sentido de atingir todo o território nacional; massiva, no sentido de abranger todos os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra; drástica, no sentido de quebrar com a atual estrutura latifundiária; e imediata, porque deveria ser executada através de um plano com prazos e metas previamente determinados” (DIEESE, 1985, p. 5). O MST fundamentou-se nessa concepção para elaboração de seus documentos referentes à reforma agrária (MST, 2005a; 2005b; 2005c; 1995) e as formulações do Congresso foram incorporadas ao discurso dos dirigentes do Movimento Sem Terra (STÉDILE, 2004, 1997; STÉDILE; FERNANDES, 2000).

marco do nascimento do que é hoje o mais amplo movimento social da América Latina. Conta Afonso que:

> Em 1983 nós já participamos de um encontro em Goiânia, que tinha um caráter de pelo menos ser uma coisa maior de que de um Estado. Tinha gente do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro. Começou a se discutir a importância de esse povo marginalizado e atingido pela mecanização da agricultura ter uma coisa que pudesse ajudar eles. Nesse encontro foi discutido isso e já no ano seguinte, em 1984, foi realizado em Cascavel o I Encontro Nacional da Luta pela Terra, que decidiu, entre outras coisas, o fim das siglas regionais MASTRO, MASTEN, MASTES e fundar um movimento que tivesse o mesmo nome no nível nacional, que é o MST. Então, em 1984, em Cascavel, teve uma reunião com aproximadamente 400 pessoas, que decidiram isso, e também já indicavam que em 1985 nós realizássemos o I Congresso Nacional do MST, que foi realizado em Curitiba, com 2500 pessoas. (AFONSO, 51, Paraná, Assentado, Frente de Massa).

Na década de 1990, o MST territorializa-se, difundindo-se por todo o País, com organização de acampamentos e assentamentos[25], transformando-se no maior movimento social popular do Brasil, ampliando sua militância e base social e diversificando suas ações políticas. Conforme assevera Gohn, no último decênio do século XX, o Movimento Sem Terra:

> passa a ser considerado um interlocutor para a formulação de uma reforma agrária para o país e não um simples movimento organizado por forças de oposição ao governo, com propostas radicais e socializantes, como era a visão que permeava o tratamento que o poder público dispensava anteriormente àquele movimento (GOHN, 2002, p. 311-312).

Essa mudança resultou da nova conjuntura política – devido às pressões de ONGs internacionais por soluções para o homem e a mulher do campo brasileiro –, de influências de setores da Igreja Católica, do lançamento do livro *Terra,* do fotógrafo Sebastião Salgado, mas decorreu principalmente da própria luta dos(as) Sem Terra. A mídia também teve influência na construção de uma nova representação da sociedade sobre esses(as) trabalhadores(as): mesmo sem essa intenção, os meios de comunicação colaboraram para a

[25] Acampamentos são lugares sociais onde os sem-terra mantêm um conjunto de barracos como forma de resistência, dentro de uma fazenda ou na beira de uma estrada. Assentamentos são áreas desapropriadas onde são implantados os projetos de reforma agrária. É o lugar social novo de formação de uma comunidade rural (FERNANDES, 1998, p. 56-57).

formação de uma opinião pública[26] favorável ao MST. A propósito da atitude dos(as) Sem Terra na construção da sua imagem pública, diz um filósofo:

> Destaca-se a preocupação com a formação da opinião pública, pois o MST tem plena consciência de que a sua consolidação ou não depende da mensagem que consiga passar para a mídia em geral e para os formadores de opinião em particular, jornalistas, professores e universitários. [...] O MST joga para a opinião pública como se fosse um movimento pacífico que enfrenta uma reação violenta. Ao inverter os termos do problema, ele procura justificar a violência por ele mesmo utilizada, procurando nos seus simpatizantes um apoio às suas iniciativas. (ROSENFIELD, 2006, p. 256, 294).

De fato, o Movimento Sem Terra busca o apoio da sociedade às suas propostas e ações, por entender que a reforma agrária é uma luta de todos. As ocupações, que têm se mostrado imprescindíveis à conquista da terra, bem como os enfrentamentos com a polícia, no entanto, são com freqüência percebidos como atos violentos, notadamente pela forma ideologizada com que são divulgadas as notícias sobre episódios como esses.

Enfim, o MST hoje, constituindo no dizer de Fernandes (1998, p. 50) "uma rede nacional de luta e resistência", se organiza em vinte e três Estados e no Distrito Federal, desenvolvendo dinâmicas de organização e de luta política que são unificadas em suas normas gerais, mas também diferenciadas em relação às distintas regiões do Brasil.

A partir desse quadro delineado, destaco alguns pontos que devem ser considerados em relação ao Movimento Sem Terra: o MST representa a continuidade da histórica luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais por terra e reforma agrária; insere-se no contexto da diversidade de movimentos sociais existentes, representantes de variadas categorias de luta, com diferentes demandas; a Igreja Católica, em especial a Teologia da Libertação, exerceu grande influência nas ações desse Movimento, principalmente no seu processo de constituição; relaciona-se com o governo, através da oposição ou da interação com os setores governamentais; possui um conjunto de crenças e representações que compõem a sua ideologia e que dimensionam seu projeto político e processos organizativos.

---

[26] Pesquisas realizadas pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), em 1995, pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), em 1996, 1997, 1998, 2000 e pelo Vox Populi (1999) indicam que grande parte da população brasileira é favorável à reforma agrária, embora a entendam como apenas uma política de assentamentos; consideram o MST um movimento legítimo e justas as reivindicações e as lutas dos(as) Sem Terra; são a favor das ocupações de terras – de forma pacífica – e também das marchas. No cenário internacional, o MST tem grande visibilidade, suas ações repercutindo favoravelmente na imprensa estrangeira. Manifestações em defesa dos(as) Sem Terra são realizadas em vários países, além de prêmios e homenagens concedidos ao Movimento. Para uma exposição detalhada dos dados coletados nas pesquisas citadas e a análise sobre o significado e implicações de tais resultados, consultar Comparato (2003, p. 187-212).

Também se alia a partidos políticos, notadamente o Partido dos Trabalhadores (PT), e se articula com lutas sociais de mulheres, negros, indígenas, sindicais, entre outros, e com organizações populares regionais, nacionais e internacionais. Os intelectuais orgânicos ao Movimento, com formação em diversos campos do conhecimento, constituem valiosos colaboradores e interlocutores.

Quanto às táticas de mobilização social, o MST não se restringe às ocupações de terras[27], mas inclui um variado repertório de ações, materializadas em formas diversas de luta política.

1.2. TEORIZAÇÕES SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS[28] E MST

Estudiosos dos movimentos sociais no Brasil têm apresentado diferentes, e muitas vezes divergentes, pontos de vista sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, notadamente devido à dificuldade de interpretação das ações coletivas dessa organização popular considerando categorias teóricas comumente utilizadas para a análise dos movimentos sociais. Igualmente, a relativa longevidade do MST – completou 24 anos em 2008 – contradiz as previsões de que ele seria efêmero.

Martins (1997, p. 63), classifica o MST como "primeiro e único partido popular agrário" brasileiro; Calado (1999, p. 138-139) qualifica-o como principal protagonista na luta pela reforma agrária nas últimas décadas, incluindo-o como movimento social popular do campo; Gohn (2002, p. 320), ao tratar do cenário no qual ocorrem as mobilizações e organização dos movimentos sociais nos anos 1990, destaca o surgimento de novos

---

[27] As palavras ocupar e invadir têm significados completamente distintos, inclusive na designação jurídica dos termos. Morissawa (2001, p. 132), citando a análise feita por José Gomes da Silva a partir dos esclarecimentos dos juristas Fabio Comparato, Luiz Edson Facchin e Regis de Oliveira, assim se expressa: "Invadir significa uma ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa, simplesmente, preencher um vazio – no caso em questão, terras que não cumprem sua função social – e fazer pressão social coletiva para aplicação da lei e desapropriação". O MST diferencia ocupação, manifestação política dos(as) trabalhadores(as), de invasão, ação que alguém desenvolve para tomar pela força algo que não lhe pertence. Nesse sentido, consultar MST (2006a).

[28] O conceito de movimento social, no contexto da produção teórica no campo das ciências sociais, se situa, como observa Scherer-Warren (1996, p. 18), desde a concepção de que "toda ação coletiva com caráter reivindicativo ou de protesto é um movimento social, independente do alcance ou significado político ou cultural da luta", ao extremo de considerar movimento social como "apenas um número muito limitado de ações coletivas de conflito: aquelas que atuam na produção da sociedade ou seguem orientações globais, tendo em vista a passagem de um tipo de sociedade a outro". Neste texto, estou me referindo a movimento social no sentido atribuído a esses sujeitos coletivos por Calado (1999, p. 136): "organizações coletivas empenhadas na luta em defesa de seus interesses econômicos e sócio-culturais, buscando construir sua identidade, de forma processual, tendo como referência oposta a conduta dos que eles situam como seus adversários ou inimigos".

movimentos sociais e novas demandas e temáticas nas lutas populares, além da transformação da ação reivindicativa e da participação tradicional. Observa, no entanto, que, em alguns casos, permanecem configurações tradicionais de movimento social, que não se transformaram internamente e "movimentos que se desenvolveram ao redor de problemáticas sociais estruturadas segundo as regras do capitalismo selvagem, como a questão da terra rural, no movimento dos sem-terra"; Bogo (1999, p. 131) ressalta a complexidade do MST, destacando ser fundamental para a organicidade do Movimento

> efetuar a combinação entre movimento e organização, para evitar a desintegração gratuita do movimento social, que adquire, através do tempo, evidência política como o MST, mas carrega dentro de si enormes fragilidades espontâneas que devem ser superadas para que este movimento de massas passe, sem mudar sua natureza, para organização de massas, criando dentro de seu ser uma estrutura orgânica, que lhe dê sustentação.

Zander Navarro, em entrevista ao Jornal Estado de São Paulo (ARRUDA, 2006, p. 2), afirma que "o MST não é um movimento social no sentido sociológico, e, menos ainda, popular. É apenas uma organização, pequena, do sistema político"; Duailibi e Cabral (2006, p. 47) interrogam: "o MST e seus congêneres, agindo à sombra da lei e incorrendo em reiteradas ilicitudes, podem ser chamados de movimentos sociais?". Por outro lado, Silva e Fernandes (2005, p. 85, 143) destacam-no como um movimento social (na vertente sociológica) e socioterritorial (na perspectiva geográfica), cuja territorialização se processa na espacialização da luta pela terra, atuando em vários estados e formando "uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização"; assegura que, pela sua construção organizativa, o MST se caracteriza como "uma organização social dentro do movimento de massas"; Scherer-Warren (1996, p. 51 e seq.), ao analisar o surgimento dos chamados "novos movimento sociais" (NMS) e suas principais características, inclui o MST nesses novos grupos.

Mauro e Pericás (2001, p. 76-77), ao identificarem a existência de movimentos de vários tipos, diferenciados entre si, citam os movimentos reivindicatórios, que exigem o atendimento a demandas específicas, vinculadas aos seus interesses e objetivos originais; movimentos políticos, os quais se esforçam para a consecução da participação política direta e pela mudança na correlação de forças sociais, e os movimentos de classe, que intentam subverter a ordem social, transformando as relações de produção. Para esses autores, o MST "transita entre esses três tipos", advindo daí a sua complexidade e o "perigo" que representa para as classes dominantes.

Ao estudarmos esse Movimento, tanto em relação aos aspectos teóricos quanto às suas atividades práticas, ou seja, sua práxis, é possível verificar que o MST não encontra lugar no esquema interpretativo das teorias que excluem da análise dos movimentos sociais a problemática das classes sociais[29]. Considerando que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem uma clara base classista, desenvolvendo processos organizativos que representam a continuidade das históricas lutas das classes subalternas pela igualdade, justiça social e emancipação humana, uma análise desse Movimento deve ser fundamentada na divisão da sociedade em classes sociais com interesses antagônicos.

Enquanto movimento nacional de luta pela terra, é um exemplo de movimento que se originou de vários movimentos isolados, destacando-se pela quantidade de famílias que consegue organizar e pela periodicidade das ocupações de terras, intensificando sua espacialização ao conquistar frações de território, os assentamentos. Nesse sentido, segundo Fernandes (2001a, 1997), o Movimento Sem Terra se constitui em um movimento socioterritorial, ou socioespacial, que se organiza e atua de forma simultânea em lugares e regiões brasileiras diversas. Para Silva e Fernandes (2005, p. 87), o processo de territorialização fortalece os movimentos sociais, dentre eles o MST, na medida em que "para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e se territorializam". Ampliando suas experiências de luta, referências para outras ações, aprofundam a construção da consciência da realidade pelos sem-terra e fortalecem a expressão da resistência à exploração e à expropriação da classe proletária do campo.

Considerando os objetivos propostos e as ações desenvolvidas pelo MST, outro aspecto que tem sido polemizado diz respeito à identificação da práxis política dos(as) Sem Terra: eles/elas lutam por reformas, ou seja, mudanças em questões pontuais ou buscam concretizar uma revolução, no sentido da reconstrução completa do sistema social?

Alguns estudiosos das lutas sociais no campo têm contestado a identificação da práxis política dos Sem Terra como práxis social revolucionária, havendo inclusive a formulação de que o caráter revolucionário do Movimento Sem Terra se afirma apenas na luta pela posse da terra, sendo reformista a luta pela permanência na terra. Afinal, o MST é um movimento reformista ou revolucionário? Mas o que diferencia fundamentalmente esses dois tipos de movimentos?

Para Eric Hobsbawm (1978, p. 20-21), os movimentos reformistas "aceitam a estrutura geral de uma instituição ou de um sistema social, ou a consideram capaz de

[29] Nesse sentido, ver a sistematização realizada por Maria da Glória Gohn no livro *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos* (GOHN, 2002).

aperfeiçoamento ou de reformas onde os abusos se manifestaram" e os movimentos revolucionários "insistem que ela deve ser transformada fundamentalmente ou, então, substituída". Nesse sentido atribuído pelo historiador inglês, o MST tem sustentado que suas táticas são reformistas, mas se inserem no contexto de uma estratégia revolucionária.

> Pode-se argumentar que a luta pela reforma agrária, como a própria expressão enuncia, é uma luta reformista. Porém, as reformas, no marco de uma sociedade burguesa, podem estar subordinadas a estratégias distintas, ou seja, reformas táticas burguesas ou revolucionárias. E seu caráter dependerá da forma e do objetivo com que são realizadas. (CARVALHO, 2004, p. 256).

O MST acredita que, no sistema de correlação de forças de uma sociedade, a vitória é uma tarefa tática, sendo necessário utilizar as condições favoráveis para mobilizar as massas, criar permanentemente oportunidades políticas e realizar uma incansável luta contra o poder da classe dominante. Assim, para assegurar a sua continuidade e o alcance de seus objetivos, optou pela combinação de formas de luta diferenciadas. São táticas que podem ser classificadas como reformistas, mas com objetivos estratégicos revolucionários.

Zander Navarro, por outro lado, insiste nas "improváveis potencialidades 'revolucionárias' dos sem-terra" (NAVARRO, 2002, p. 193), já tendo antes afirmado ser ilusório o "caráter revolucionário" do Movimento, assim se expressando:

> O fato é que tal potencialidade política transformadora, significando a ruptura do regime econômico e político prevalecente, inexiste no imaginário social dos sem-terra, interessados, isto sim, em encontrar uma saída para a falta de oportunidades de trabalho e para os limites do acesso à terra em uma sociedade tão espantosamente desigual como a brasileira. (NAVARRO, 1997, p. 118-119).

Ao contrário de Navarro, o estudioso de questões latino-americanas James Petras assevera ser o MST o mais representativo dentre os novos movimentos camponeses na América Latina: "Dentre os mais recentes movimentos revolucionários do campo, o MST joga um papel de liderança como o maior, melhor organizado e bem sucedido movimento" (PETRAS, 1997, p. 271).

Já o analista Denis Rosenfield (2006, p. 311, 315, 332) considera que o MST é estrategicamente revolucionário: "O MST, por sua vez, opta claramente pela via revolucionária e considera as instituições republicanas meros meios para a conquista do poder. Eleições seriam nada mais do que meios para realização dessa estratégia." Mas essa luta pela supressão do capitalismo implica a supressão da liberdade individual e coletiva:

> A estratégia revolucionária do MST se volta contra o que consideram políticas compensatórias de reforma agrária, identificadas, na verdade, a uma "contra-reforma agrária". Ou seja, tudo aquilo que poderia propiciar uma melhoria de vida dos trabalhadores rurais, via sindicalização no campo ou via desenvolvimento da pequena propriedade, é liminarmente desconsiderado por ser uma forma de inserção no capitalismo. [...] seu propósito consiste em superar a ordem capitalista, isto é, a economia de mercado, a democracia representativa e o estado de direito. O objetivo é a revolução. O alvo maior do MST consiste na destruição da sociedade capitalista enquanto sociedade baseada na propriedade privada, no lucro, no mercado, ou seja, na liberdade econômica, na liberdade política, nas liberdades de pensamento e de circulação dos direitos civis. (ROSENFIELD, 2006, p. 315-316, 332).

Acredito que, por desenvolver uma ação visando transformar as relações de opressão social, política ou cultural e para a afirmação da essência humana dos(as) Sem Terra, o MST se afirma como movimento que, mesmo quando busca reformas como ponto de partida, tem um sentido revolucionário. As lutas pelas reformas, resultantes da luta de classes, da ação de trabalhadores e trabalhadoras, contribuem para propiciar aos(às) Sem Terra a formação de uma consciência de classe, o aperfeiçoamento da luta e o fortalecimento da organização popular da qual participam. Assim, é possível caracterizá-lo como um movimento social reformista e revolucionário, mesmo porque as reformas são componentes dos processos da construção de revoluções.

1.3 AS VÁRIAS FONTES: REFERENCIAIS TEÓRICOS NOS QUAIS O MST SE FUNDAMENTA

Quais posições epistemológicas e referenciais teóricos embasam as reflexões e as ações do Movimento Sem Terra? Que pressupostos e categorias são apropriados e socializados em sua práxis?[30]

---

[30] Nos textos produzidos pelo MST (livros, revistas, boletins, cadernos, jornais, dossiês e outros documentos escritos), os autores mencionados como referenciais para as diferentes formas de práxis dos Sem Terra nem sempre são nomeados, embora suas idéias estejam presentes no conteúdo dessa produção textual. Quando citados, quase sempre não se colocam as fontes das quais se originaram as citações e raramente uma publicação apresenta referências bibliográficas, à exceção dos escritos de Ademar Bogo, normalmente referenciados. João Pedro Stédile cita no livro *Brava Gente* (STÉDILE; FERNANDES, 2000, p. 59 e seq.) os vários pensadores cujas idéias contribuem para as lutas do MST. De modo geral, as formulações dos pensadores a que faço alusão enquanto fontes nas quais o MST teoricamente se fundamenta encontram-se nos materiais impressos referentes à formação política dos militantes e dirigentes (MST, 2007a; 2005c; 2001a; 1995 e BOGO, 2002; 2000; 1999; 1998) e à educação do Movimento (MST, 2005d; 2004; 2001b; 1998b; 1994). Por fim, o MST se empenha em publicar, e fazer circular internamente e externamente, livros sobre o pensamento, a vida e a obra de autores que inspiram as reflexões e ações dos seus integrantes: Cerqueira (2005), Escorsim (2006), Konder (1998), Loureiro (2003), Löwy (2002), Luedemann (2002) Mançano e Walter (2000), Sader (2004), Souza (2002).

O MST fundamenta suas ações teóricas e práticas, indissociáveis, nas idéias sociais, econômicas e políticas de Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895), para a análise da luta de classes e do modo de produção capitalista, a compreensão da dialética, a organização política da classe proletária, visando à construção de uma práxis revolucionária transformadora da estrutura social e instauradora do socialismo, como passagem para uma sociedade sem classes. Essa opção é assim avaliada por um analista do Movimento: "O estatuto ganho pelo marxismo equivale ao de uma verdade religiosa, que, enquanto tal, é inquestionável." (ROSENFIELD, 2006, p. 259).

Outra crítica às orientações ideológicas do Movimento Sem Terra é feita por Martins (2004, p. 114), que aponta para uma simplificação do marxismo:

> Em grande parte, o recurso ao que pode ser chamado de marxismo vulgar, substancialmente diverso do marxismo clássico [...]. Não há nada de propriamente clássico nesse marxismo reducionista que chega até os agentes de mediação da luta pela reforma agrária por meio de textos de uma sofrível pedagogia da vulgarização de origem ou de inspiração althusseriana.

Um segundo referencial significativo em que se apóia o segmento dirigente e os militantes do Movimento Sem Terra é Lênin (1870-1924): o papel de um partido político de novo tipo, para orientação e condução da luta de classes; a estrutura, diretrizes, formas de organização e da ação partidária; a necessidade de um trabalho educativo das vanguardas políticas junto às massas e a participação do proletariado nas lutas sociais dos movimentos populares, para a formação de uma consciência revolucionária de classe; o partido como mediador entre a filosofia revolucionária e a prática política das massas; a unidade indissolúvel entre práxis política e práxis cultural na construção de uma sociedade socialista.

Martins (2004, p. 145) reprova a ênfase que o MST, em sua práxis, dá às formulações de Lênin, assim se pronunciando: "Provavelmente, a notória presença de concepções leninistas no ideário do MST e na forma prática de sua atuação política tem muito a ver com o desproporcional adensamento da dimensão ideológica envolvida na sua atuação."

A ênfase dada por Rosa Luxemburgo (1871-1919): à participação das massas por meio de movimentos sociais, no processo de construção do socialismo através das lutas, a partir da experiência, da compreensão das contradições da ordem existente e da formação da consciência das massas e às reformas sociais como táticas (ou meios) na luta de classe para consecução da estratégia (ou finalidade) de construção do socialismo, são subsídios relevantes na formulação do projeto político e nas práticas sociais do MST.

Outro teórico marxista cujas formulações são apropriadas pelo MST é Mao Tsé-tung (1893-1976), na perspectiva da valorização que esse pensador atribui à prática social enquanto ponto de partida para o conhecimento humano, ou seja, a idéia de que a participação dos sujeitos nas lutas sociais dos movimentos populares e a reflexão sobre esses processos resultam na produção de conhecimentos autênticos, transformadores: em suas ações sobre o mundo exterior objetivo, os indivíduos compreendem a realidade, desenvolvem a habilidade de explicá-la e de transformá-la e, também, de realizarem a sua autotransformação.

Quanto às idéias de Antonio Gramsci (1891-1937), embora a influência gramsciana sobre os movimentos sociais populares tenha sido intensa no Brasil da década de 1980, é recente a interlocução do MST com o filósofo italiano. A editora Expressão Popular publicou, em 2001, um livro sobre a vida e a obra desse pensador (MAESTRI; CANDREVA, 2001). Ainda assim, é incipiente a influência de Gramsci na práxis política e pedagógica do Movimento, embora presente no discurso dos seus dirigentes nacionais, provavelmente pela primazia que o Movimento Sem Terra tem dado às idéias leninistas e maoístas.

O MST inspira-se, ainda, no pensamento de Che Guevara (1928-1967), expressão de um humanismo revolucionário compromissado com a libertação dos povos marginalizados da América Latina e com a instauração de uma sociedade comunista, alicerçada na transformação profunda e radical das estruturas sociais e das consciências individuais, brotando desse processo um ser humano novo, livre e fraterno. Nesse sentido, referenciado pelo guevarismo, incentiva a vivência de valores como a vida, a liberdade, a igualdade, a justiça, a solidariedade e a dignidade humanas; estimula os integrantes do Movimento a nutrirem o permanente sentimento de amor aos semelhantes, como condição imprescindível a um verdadeiro revolucionário, além do espírito de sacrifício, do desapego em relação aos bens materiais, da disposição para o trabalho, inclusive voluntário, e da indignação e rebeldia diante das injustiças sociais; investe na formação de militantes que possam ser caracterizados como quadros políticos revolucionários; luta pela união da classe proletária e dos povos[31] latino-americanos, acreditando no poder popular e na potencialidade transformadora das massas organizadas.

---

[31] Quando o MST utiliza a palavra povo, o faz com o mesmo significado atribuído ao termo por Vázquez: "elemento vivo, fecundo e fecundante da história, força motriz e criadora do desenvolvimento histórico; e, por isso, não podemos de modo algum identificá-lo – nas sociedades divididas em classe – com a sociedade inteira ou com o conjunto da população, e menos ainda com o setor mais vazio e inerte dela: as massas coisificadas e despersonalizadas. O povo não é tampouco uma categoria geral e abstrata; em cada época, possui um conteúdo concreto. Historicamente, ele é constituído pelas classes e camadas sociais que criam, com sua atividade, os principais valores materiais e espirituais e que, com sua luta contra a opressão e a exploração, asseguram – em face das classes dominantes – a continuidade do desenvolvimento histórico progressista." (VÁZQUEZ, 1978, p. 307-308).

Sobre as influências de Che Guevara no ideário do MST, assim se posiciona Martins (2006, p. 156):

> É significativo que o MST tenha no althusserianismo estruturalista e no guevarismo foquista suas principais referências teóricas e ideológicas. E também sua principal limitação e sua mais grave contradição, embora inevitáveis na ponte de que se vale na relação com os setores católicos subsistentes da, não obstante, rica, criativa e iluminadora onda de concepções da Teologia da Libertação. No estruturalismo, a explicação materialista causal. No guevarismo foquista, a celebração do martírio e do profetismo voluntarista que tempera e "corrige" o mecanismo anti-histórico próprio da análise althusseriana, extrapolando o que é propriamente político.

Também na perspectiva do filósofo Denis Rosenfield, no "ensaio de reflexão" publicado em seu livro *A Democracia Ameaçada* (2006), "Há uma estetização teológica da violência, que tem no guerrilheiro o ícone, cuja forma mais acabada é simbolizada por Che Guevara". E complementa:

> Observe-se, ademais, que o MST está preocupado em resgatar o legado do Che, o que significa o legado da revolução, do internacionalismo latino-americano e o da fundação de uma sociedade socialista que tem em Cuba o seu modelo. Isso também explica o apreço que o MST tem por ações violentas, algo característico da ação de Guevara, que não hesitava em recorrer à força para consecução de seus objetivos. A glamourização do Che é uma glamourização da violência. [...] A identificação com o Che é completa, como se o MST, em nome da humanidade, devesse enveredar pelo caminho da revolução. (ROSENFIELD, 2006, p. 250, 253, 262).

O peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930) é igualmente referência intelectual e política para o Movimento Sem Terra, notadamente devido à sua interpretação autônoma e original de Marx e dos marxismos no contexto da América Latina, instrumento para compreensão dos movimentos sociais e das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras em diferentes países latino-americanos. Além disso, Mariátegui dá grande importância à questão do campo, destacando a problemática indígena andina, sobretudo o problema da reforma agrária, e desenvolve a idéia de uma mística revolucionária que alimenta a ação política dos militantes de movimentos populares, como o MST.

Em relação a essas posições, penso que as idéias de Marx e Engels, dos marxistas clássicos (Lênin, Rosa, Gramsci, Lukács), como também dos latino-americanos (Mariátegui, Martí, Vázquez) são imprescindíveis à análise de uma sociedade capitalista,

dividida em classes antagônicas, e à formulação de ações revolucionárias anti-sistêmicas, alicerçadas em um projeto de sociedade socialista. Discordo da afirmação sobre orientações ideológicas embasadas em um marxismo reducionista, embora acredite que o conhecimento construído e socializado de forma massiva pelos(as) Sem Terra nesse campo teórico é ainda um processo recente, extensivo principalmente a militantes e dirigentes do MST.

O MST também atribui grande importância a pensadores brasileiros como Caio Prado Junior (1907-1990), Celso Furtado (1920-2004), Darcy Ribeiro (1922-1997), Florestan Fernandes (1920-1995), Josué de Castro (1908-1973), Milton Santos (1926-2001), cientistas sociais cujas formulações propiciam a compreensão dos processos de formação dos povos americanos e do povo brasileiro; a análise da concentração de terra e da riqueza como geradoras da miséria; a defesa de um amplo programa de reforma agrária articulado a um projeto popular de desenvolvimento do País; a crítica ao capitalismo e a reflexão sobre as possibilidades de concretização de uma revolução socialista.

No Setor de Educação do Movimento, os trabalhos têm sido inspirados nas concepções teóricas e experiências pedagógicas de Paulo Freire (1921-1997), Anton Makarenko (1888-1939), M. M. Pistrak (1888-1940).

No que se refere a Paulo Freire, são enfatizados na proposta e na prática educativa do MST cinco princípios freireanos: a práxis, o diálogo, a autonomia, a liberdade e a esperança. As idéias e os ideais desse educador pernambucano têm sido referenciais políticos, ideológicos e metodológicos importantes na educação dos(as) Sem Terra, principalmente no que diz respeito à construção de um processo dialógico e interativo de socialização do saber historicamente produzido pela humanidade, visando ao dimensionamento de uma práxis transformadora dos próprios sujeitos e do mundo em que vivem. Freire, portanto, eternizou sua existência na memória dos trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra, tendo suas idéias, que nutrem o projeto educativo do MST, e o seu nome, uma força simbólica fertilizadora da utopia de construção de uma sociedade mais justa e mais humanizada e do sonho de formação de novos seres humanos, mais livres e mais felizes.

O pensamento e a prática de Makarenko, construtor de uma pedagogia socialista embasada nas orientações marxianas e leninistas e em sua experiência com a educação dos jovens órfãos e marginalizados pelo antigo sistema czarista, é outra referência na educação do MST. Os propósitos educacionais do Movimento encontram ressonância nessa pedagogia, especialmente no processo de organização da escola como coletividade, relação entre educação e trabalho, importância de um coletivo de educadores, visando à formação de personalidades novas, sujeitos capazes de assumir o comando da sociedade.

A pedagogia socialista de Pistrak também dá suporte às teorizações e práticas educativas no Movimento Sem Terra: estudo, trabalho, atividades culturais e políticas dialeticamente entrelaçadas e mutuamente reforçando-se no programa de formação do povo. O MST apóia-se na escola do trabalho concebida por Pistrak, a qual tem como princípios o estudo das relações entre os seres humanos e a realidade do momento histórico em que vivem; uma pedagogia da ação – participação ativa, autônoma, coletiva e criativa das crianças e jovens na organização interna (administração e prática educativa) da escola e ênfase nos processos de pesquisa; a vida escolar centrada na atividade produtiva, nos conteúdos socialmente significativos, numa metodologia dialética de interpretação da realidade e em um ensino pelos "métodos complexos": estudo dos fenômenos agrupados, com ênfase para as transformações decorrentes da interdependência entre eles; escola como instrumento para compreensão por parte dos jovens do seu papel na oposição ao capitalismo e como centro cultural de formação do educando para a edificação de uma nova sociedade.

Os aportes teóricos e a experiência de luta do líder revolucionário cubano José Martí (1853-1895) são igualmente utilizados como referencial para a organização das lutas sociais e do trabalho educativo do MST: a denúncia que faz Martí sobre as deformações nos povos latino-americanos, provenientes do colonialismo e o anúncio dos prováveis caminhos para a anulação dessa herança nefasta pela reeducação das massas populares, para a aquisição de novos valores, oriundos da realidade de nossos países; sua crítica ao racismo e preocupação com a igualdade e a integração amorosa e respeitosa entre homens e mulheres; as advertências que faz sobre as funestas conseqüências de um domínio imperialista dos Estados Unidos e a necessidade de formar uma identidade americana e uma unidade nacional; a construção de uma revolução popular, através da unidade do movimento revolucionário.

1.4 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO MST

Para uma compreensão mais ampla sobre o MST faz-se necessário entender, além dos processos de sua constituição histórica, as contribuições teóricas de pensadores que fundamentam as ações e reflexões do Movimento, as teorizações que discutem sua tipologia, anteriormente descritos, a composição social, a estrutura, os processos organizativos e as lutas sociais dessa organização popular.

O MST é um grupo que está constituído como um coletivo, com uma identidade bastante definida: é um **movimento de massas**, que incorpora significativos

contingentes populacionais, de **caráter sindical**, pois inicialmente é uma luta corporativa, pela terra[32], **popular**, ou seja, aberto à participação de todos, tanto da totalidade dos membros da família camponesa quanto daqueles que na sociedade desejem lutar por reforma agrária e **político**: junção dos interesses particulares e corporativos com os interesses de classe, pois os(as) trabalhadores(as) rurais desenvolvem uma luta contra os latifundiários e contra o governo capitalista (STÉDILE; FERNANDES, 2000, p. 32-36).

Em sua natureza, "é um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil" (MST, 2005a, p. 54, 56) e tem por objetivos centrais:

> 1. Construir uma sociedade sem exploradores e explorados, onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital;
> 2. Garantir que a terra, um bem de todos, esteja a serviço de toda a sociedade;
> 3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;
> 4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
> 5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais e pessoais;
> 6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher, homem, jovem, idoso e criança;
> 7. Buscar a articulação com as lutas internacionais contra o capitalismo e pelo socialismo.

Um aspecto relevante a ser destacado é que no Movimento Sem Terra as ações coletivas têm caráter não-institucional, uma vez que se concretizam fora do âmbito das instituições. No entanto, devido aos seus princípios organizativos[33], deixou de ser apenas um movimento social de massas para ser também uma organização social e política (STÉDILE; FERNANDES, 2000, p. 44). Em face da não resolução do problema agrário brasileiro e, ainda, devido à sua estrutura, existência de um corpo de funcionários e de um conjunto de ações, o MST, assevera Martins (1997, p. 63), se institucionalizou, transformando-se numa organização poderosa: "o primeiro e único partido popular agrário que temos no Brasil, apesar de não ter programa e organização propriamente partidários".

Também para Rosenfield (2006, p. 313), o MST tem todas as características de uma organização política: "estrutura hierarquizada, finanças próprias, burocracia extremamente

[32] Segundo Mauro e Pericás (2001, p. 95), "a luta pela terra é parte de um processo de lutas pela reforma agrária, e esta, conseqüentemente, é parte de uma luta por transformações econômicas e sociais mais amplas".
[33] Sobre esses princípios, consultar o item "Construção de Processos de Organização Coletiva", no sexto Capítulo desta tese.

organizada, ideologia própria, formação paramilitar, logística para invasões, infiltração no aparelho de Estado, sistema educacional próprio, voltado para a formação de seus quadros."

Considero equivocadas as posições de Martins e Rosenfield, pois a forma pela qual o MST funciona não é característica de uma organização partidária. Os princípios da organização política do Movimento, suas propostas e suas formas de estruturação e de luta o colocam na condição de organização social, não de partido político.

É preciso considerar, também, que o MST luta contra o capitalismo, guiado pela utopia de transformação da ordem social decorrente desse sistema de produção. Suas demandas ou reivindicações concretas – terra e reforma agrária – constituem sua força social; suas ações para defesa dos interesses coletivos configuram sua luta social, esta decorrente tanto de aspectos objetivos (carência material), quanto de aspectos subjetivos (morais, afetivos, éticos, volitivos...).

Em termos das demandas e repertórios da ação coletiva, o MST possui carências de ordem econômica, política, social e cultural, como também uma utopia, um ideal a atingir. De acordo com Mauro e Pericás (2001, p. 76-77), o Movimento Sem Terra promove reivindicações específicas, para consecução de seus interesses e objetivos originais, não se limitando, entretanto, apenas às demandas pontuais; esforça-se para assegurar a participação política direta e a mudança na correlação de forças em relação aos seus opositores, representando uma fração da classe proletária na luta pela transformação das relações de produção e subversão da ordem social vigente.

Internamente, constrói um repertório de ações coletivas que contribuem para as reformas ou mudanças sociais (força social); tem um conjunto de crenças, valores e ideais que sedimentam suas reivindicações (ideologia); uma experiência construída no cotidiano das lutas, a qual, enquanto conjunto de práticas sociais norteadas pelas ideologias e dimensionadas pelo projeto do Movimento, gera a sua cultura política; a estruturação de funções, tarefas, cargos, atividades coletivas (organização)[34]; ações diretas e discursos, reuniões, assembléias, congressos, ocupações, acampamentos, atos públicos, marchas, mística (práticas); propostas formais e bem elaboradas tanto para o Movimento quanto para a sociedade, nas quais estão expressos princípios, reivindicações e indicações do MST (projeto); um conjunto de representações e uma somatória de práticas que lhe conferem um caráter progressista (identidade).

[34] Para um conhecimento mais ampliado sobre as instâncias e as normas gerais do MST, consultar: MST (2005a, p. 53-73) e Morissawa (2001, p. 204-208).

Em se tratando especificamente do trabalho para organizar o povo, o MST tem procedimentos denominados "métodos de organização social" (MST, 2005a, p. 33-34): trabalho de base: conscientização, diálogo e organização em relação às bases do Movimento; a luta de massas: mobilização e organização do maior número possível de pessoas; a formação de militantes: preparação teórica e prática de pessoas para a luta; desenvolvimento da mística: atividades culturais para exercício de valores, expressão de sentimentos, valorização de símbolos...; prática de valores: vivência cotidiana da solidariedade, igualdade e justiça social; democracia participativa: processo amplo de discussão e de tomada de decisões com participação democrática de dirigentes, militantes e base social; autonomia financeira: empenha-se em assegurar que sejam autônomos os modos de captação de recursos necessários às suas atividades.

Quanto aos adversários, historicamente o maior antagonista do MST tem sido o latifúndio, regime de propriedade privada agrária que tem sua origem em uma estrutura fundiária iniciada com o sistema de capitanias hereditárias e a doação de sesmarias. Mais do que a grande concentração de terras nas mãos de poucos grandes proprietários rurais, o latifúndio representa um sistema de exercício do poder e dominação em relação àqueles que vivem sob o domínio dos latifundiários.

Dados apresentados no Atlas Fundiário Brasileiro, do INCRA (1996), baseados nos levantamentos feitos em 1940, 1966, 1978 e 1992, quantificam a concentração de terras no Brasil[35], que permaneceu quase imutável por cinqüenta e seis anos. As propriedades com mais de 1000ha reúnem 42 mil imóveis e totalizam 165,7 milhões de hectares. 75 mil imóveis têm mais de 100 mil hectares e, unidos, abrangem 24 milhões de hectares. Os latifúndios (2,8% dos imóveis rurais) ocupam 56,7% das terras agriculturáveis, nas mãos dos trezentos maiores proprietários rurais, enquanto que os minifúndios (62,2% das propriedades) representam 7,9% da área total dessas terras. Esses percentuais situam a concentração fundiária brasileira entre as mais altas do mundo[36].

---

[35] Segundo informações divulgadas em uma publicação mais recente, o II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA (INCRA, 2005, p. 11), a porcentagem das terras brasileiras ocupadas por propriedades com menos de 100 ha manteve-se a mesma apresentada pelo Censo Agropecuário Brasileiro de 1985 (20% da área total), havendo uma queda na proporção de imóveis rurais para esse grupo, demonstrando que a estrutura fundiária brasileira sofreu uma pequena concentração de terras no período de dezoito anos (1985-2003).

[36] Martins (2004, p. 102-103) considera que os "números da reforma agrária" têm muitas fragilidades, tanto por parte das agências de mediação, como o MST e a Igreja, como da parte do governo: "Raramente, os dados estatísticos de referência para considerações sobre o presente tem menos de dez anos, quando as coisas eram bem diversas do que são hoje e quando a ação do Estado era bem modesta em comparação com a atual."

O Atlas registra, ainda, que 185 milhões de hectares de terras, 40% da área aproveitável – quase toda apropriada na forma de latifúndios –, não são produtivos, embora tenham proprietários, servindo como reserva de valor, ou seja, visam à especulação imobiliária.

Em sua luta contra o latifúndio, o MST se defrontou, desde o início de sua constituição, com a UDR, movimento social que surgiu na década de 1980, em defesa dos interesses dos latifundiários, atuando no processo Constituinte de 1987/1988 para impedir a aprovação de leis que propiciassem avanços em relação à conquista da reforma agrária. A UDR mobilizou-se para pressionar o governo no atendimento às demandas dessa organização ruralista e para combater os movimentos sociais populares do campo. Para isso, exigiu a criminalização das ocupações de terra, definidas como crime contra o direito de propriedade, e intensificou a prática da pistolagem. Extinta no começo dos anos 1990, voltou a manifestar-se publicamente no início do governo Lula (2003), junto com outros grupos e associações de proprietários, na defesa de uma política agrícola que favoreça o agronegócio.

Também o braço governamental do Estado tem sido, desde 1985, um dos inimigos do MST. Este, todavia, não se opõe atualmente ao grupo que está no poder, mas ao conjunto de medidas tomadas em relação à posse e ao uso da terra, isto é, à política agrária do governo Lula.

Se considerarmos a atuação dos governos federais em relação à questão agrária desde a fundação do MST, constatamos que durante o exercício do mandato de José Sarney (1985-1989) houve pouca repressão aos movimentos do campo, muitas ocupações e férteis conquistas, mas apenas em termos de desapropriações e assentamento de famílias sem-terra. Nesse período, no entanto, a UDR atuou no Congresso Nacional para impedir a realização da reforma agrária projetada, impondo emendas restritivas à desapropriação de terras durante a Assembléia Nacional Constituinte, sendo que no final do mandato de Sarney foram assentados apenas 6% do total de famílias, que era de 1,4 milhão, estabelecido no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

O governo Collor (1990-1992), por outro lado, caracteriza-se tanto pelo aumento da repressão ao MST: violência, perseguições, prisões, massacres e despejos – através da força policial e do poder judiciário –, estratégias utilizadas na tentativa de extinguir os movimentos organizados, quanto pela inércia e omissão relativa à reforma agrária, para não ameaçar os privilégios fundiários de seus aliados no parlamento e nos meios de comunicação.

Com a posse de Itamar Franco, após o *impeachment* de Collor, foi aprovada a chamada Lei Agrária, que reclassificava as propriedades rurais no País. Esse foi um período

(1992-1994) de "alívio" para o MST, principalmente em relação ao governo anterior, ocorrendo reuniões para negociação, além de algumas conquistas.

Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) negou inicialmente a existência do problema agrário na sociedade brasileira. Anunciou, posteriormente, a intenção de fazer a reforma agrária, tentou desqualificar o MST, mas mudou de atitude após o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, a Marcha a Brasília em 1997[37] e as ocupações do INCRA em vários estados do País, passando a reconhecer no Movimento Sem Terra um interlocutor político do governo, abrindo-se canais para negociação.

Simultaneamente, Cardoso adotou diversas táticas para combater e desmobilizar o MST, destacando-se, segundo Comparato (2003, p. 99 e seq.), cinco modos de ação governamental: a tentativa de cooptar lideranças com a oferta de vantagens pessoais; a repressão, indireta e dissimulada; as tentativas de criminalização do Movimento, com denúncias de desvios de recursos públicos ou acusações de formação de quadrilha, depredação de patrimônio público, porte ilegal de armas; a descentralização da reforma agrária, o que fragmentaria o Movimento pela diferença nas prioridades regionais; o incentivo ao surgimento de movimentos rivais e as tentativas de isolar o MST de outras organizações.

A política econômica de Fernando Henrique Cardoso tem continuidade no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006), cujas alianças com setores conservadores o conduziram à execução de uma política agrícola voltada para a exportação, favorecendo principalmente as grandes empresas e a expansão do agronegócio. Assim, como asseveram Resende e Mendonça (2005, p. 48), "As contradições do governo e a não realização da reforma agrária acabam contribuindo com o fortalecimento das oligarquias rurais e sua atitude ofensiva contra as organizações sociais do campo".

Outra força antagônica ao MST tem sido o Poder Judiciário, como aparelho do Estado que há séculos assegura o cumprimento de leis conservadoras. Seus representantes, muitas vezes ligados ao conservantismo das elites dominantes e submissos ao poder local, se

---

[37] Sobre essa ação política do MST, é interessante refletir sobre as manifestações da Revista Veja e de Paulo Freire. A Revista Veja (LONGA MARCHA, 1997) identifica os Sem Terra como "marchadores do atraso: "Representantes de um Brasil arcaico, descalço, dentes ruins, bichos de pé e pouco estudo, os sem terra invadem propriedades, desrespeitam a lei e enfrentam a polícia. Já morreram e mataram nesses conflitos. Parecem um pouco os fanáticos do beato Antonio Conselheiro.". Freire (2000, p. 61), comenta: "A eles e ela, sem terra, a seu inconformismo, à sua determinação de ajudar a democratização deste país devemos mais do que às vezes podemos pensar. E que bom seria para a ampliação e a consolidação de nossa democracia, sobretudo para a sua autenticidade, se outras marchas se seguissem à sua. A marcha dos desempregados, dos injustiçados, dos que protestam contra a impunidade, dos que clamam contra a violência, contra a mentira e o desrespeito à coisa pública. A marcha dos sem-teto, dos sem-escola, dos sem-hospital, dos renegados. A marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível."

omitem em relação à violência praticada por proprietários rurais, criminalizam as ações dos movimentos sociais, expedem ordens judiciais para despejo de famílias e prisão de trabalhadores(as) rurais e postergam a posse de áreas desapropriadas. São raros juízes que têm formação em Direito Agrário ou interesse na resolução da questão agrária, de modo a beneficiar o proletariado.

Atualmente, o maior inimigo do MST é a nova forma de organização capitalista da agricultura no Brasil, o agronegócio, modelo agrícola adotado pelas grandes empresas e corporações, antagônico à organização da produção de alimentos da classe proletária e que subordina a economia, a sociedade e a cultura ao capitalismo internacional e aos bancos transnacionais.

Diante dessa nova realidade no campo brasileiro, o MST, que havia construído táticas para enfrentamento daquele que era historicamente o seu principal oponente – o latifúndio – tem encarado o desafio de construir novas formas de luta, para o confronto com o seu mais novo, mais ameaçador e mais perigoso adversário, o agronegócio.

Aliás, com o modelo agrícola do agronegócio, outro inimigo do MST se revela: as grandes empresas transnacionais, que controlam o comércio agrícola, especialmente as exportações de grãos, a produção agroindustrial e os preços internacionais. Além disso, empresas são desnacionalizadas e pequenos produtores excluídos do fornecimento da matéria-prima, produzida, às vezes, pelas próprias empresas do agronegócio. A padronização de alimentos ou um novo modelo tecnológico são impostos, processos controlados por alguns grupos econômicos para aumento dos seus lucros.

Também os proprietários dos meios de comunicação mais influentes do País, como redes de TV, jornais e revistas de circulação nacional, são contrários ao Movimento Sem Terra, por possuírem terras ou ligarem-se a grupos econômicos e empresariais avessos à reforma agrária. Assim, os latifundiários utilizam esses meios de comunicação dos quais têm controle para atacar os movimentos sociais rurais e propagandear as vantagens do agronegócio. Na análise de Martins (2004, p. 20), “a mídia de fato, no geral, representa interesses contrários à luta pela terra e à prioridade social e política da questão agrária.”

A leitura de matérias sobre o MST, publicadas na imprensa escrita, ou a audição de reportagens que são transmitidas pelas redes de televisão, evidenciam a tendenciosidade dos meios de comunicação quando o assunto é os(as) Sem Terra: acusações de que o Movimento desconsidera as leis, mantém porte ilegal de armas, manipula as massas, age com violência, promove o ensino de táticas de guerrilha, apenas para citar alguns

exemplos. São mensagens explícitas ou subliminares, com o intuito de disseminar e de reforçar uma imagem negativa do Movimento.

O MST, por sua vez, desenvolveu formas de comunicação para enfrentamento ideológico em relação à mídia oficial: um sítio na Internet, uma revista trimestral, jornais, boletins impressos e eletrônicos, rádios comunitárias, publicação de livros, debates com a sociedade e nas instituições escolares, ações de massa, promoção de campanhas, produção de filmes, folhetos, cartilhas, documentos diversos, mas que não têm o mesmo alcance da grande imprensa, pela sua estrutura modesta e escassos recursos financeiros.

Além do enfrentamento relativo à mídia, o MST apresenta manifestações de resistência também em outros domínios. Desde 1979, esforçou-se em se constituir como um movimento social autônomo, por meio de ocupações massivas de terra e outros processos de organização política, evidenciando diferenciadas formas de luta contra seus inimigos.

Entre 1984 e 1989, buscou territorializar-se em âmbito nacional e, a partir de então, se empenha em consolidar a organicidade interna e a produção dos assentamentos e o desenvolvimento do sistema cooperativista dos assentados, com difusão das agroindústrias cooperativadas. Consolida e populariza seus símbolos e sua mística, princípios e métodos. Diante da percepção da necessidade de um conjunto de forças para a luta pela reforma agrária, cria mecanismos para o envolvimento de outros setores sociais e ampliação das ações para a sociedade, além de reforçar a formação política e ideológica de seus militantes.

De 1999 a 2001, priorizou a organização de ocupações massivas, realizou articulações para um debate na sociedade sobre um projeto popular para o País, desenvolveu ações de massa contra o modelo agrícola do agronegócio, que prioriza as monoculturas. Buscou contribuir para a construção e o reforçamento das organizações do campo, a ampliação de alianças com distintos setores sociais, para a construção da unidade com outros movimentos de trabalhadores(as) rurais, simultaneamente ao fortalecimento das instâncias e setores de atividades da Organização. Lutou pela articulação com os(as) trabalhadores(as) e com a juventude das áreas urbanas, visando à integração campo-cidade; apoiou e solidarizou-se com as lutas dos povos de outros países e procurou promover uma maior integração entre as forças populares latino-americanas.

Neste século XXI, o MST desenvolve ações para ampliação, mobilização e organização de sua base social. Intensifica um processo de formação amplo, pluridimensional e permanente de seus militantes e dirigentes, tentando estender a qualificação e capacitação à sua base. Tal formação potencializou-se com a inauguração, no ano de 2005, da Escola Nacional Florestan Fernandes, que mantém cursos para integrantes do MST e para outros

movimentos e organizações sociais proletárias. Luta, também, pelo acesso dos(as) trabalhadores(as) à educação, do Ensino Fundamental aos níveis superiores de escolarização.

A massificação dos acampamentos, as campanhas nacionais, atos públicos, marchas, manifestações de protesto, plebiscitos, são formas pelas quais o MST manifesta oposição ao pagamento da dívida externa e às privatizações do patrimônio público, à política de organismos internacionais que fragilizam a soberania nacional, à propriedade privada sobre qualquer forma de vida. O Movimento Sem Terra mobiliza as pessoas para a luta contra o trabalho escravo e contra a violência no campo, exigindo a punição dos criminosos. Combate as empresas transnacionais, no sentido de que os recursos genéticos sejam um patrimônio da humanidade, em defesa do meio ambiente, da biodiversidade, da agricultura camponesa e da soberania alimentar dos povos.

1.5 O MST E A EDUCAÇÃO

O MST atribui grande importância ao processo de aprendizagem das massas, ao desenvolvimento cultural dos(as) trabalhadores(as) do campo, concretizando a preconizada necessidade de um trabalho contínuo, pedagógico, junto à população rural e urbana, assumindo a educação como um instrumento fundamental para a continuidade da luta, uma prioridade.

Assim, com o objetivo de democratizar o acesso dos(as) Sem Terra à educação, realiza um trabalho formal nas escolas de comunidades rurais das vinte e três unidades da Federação em que está organizado e no Distrito Federal: educação infantil, educação básica, educação de jovens e adultos e formação de professores. Promove a educação universitária – cursos de extensão, graduação, especialização, mestrado – em parceria com diversas universidades públicas brasileiras e internacionais. Realiza um trabalho de formação política de seus militantes, além de produzir grande quantidade de publicações, como subsídio para o aperfeiçoamento dos sujeitos que o constituem, sendo também a própria luta um processo de educação política.

A Revista Veja se posiciona de forma bastante explícita contra as práticas de educação do MST, especialmente no que se refere aos seus fundamentos teóricos:

> Um modelo, acrescente-se, falido do ponto de vista histórico e equivocado de ponto de vista filosófico. Está se falando, evidentemente, do marxismo. Falido porque levou à instauração de regimes totalitários que implodiram social, política e economicamente. Equivocado porque, embora se apresente como ciência e ponto final da filosofia, nada mais é do que messianismo. De

> fato, o marxismo não passa de uma religião que, como todas as outras, manipula os dados da realidade a partir de pressupostos não verificáveis empiricamente. E, assim, também como as religiões, rejeita violentamente a diferença. (WEINBERG, 2004, p. 49).

As idéias de Marx e de pensadores marxistas, de fato, fazem parte do conteúdo das matérias dos cursos freqüentados pelos(as) Sem Terra, mas limitam-se a bibliografias de disciplinas específicas, incluindo-se também nos programas dos cursos autores situados em correntes de pensamento que se diferenciam do marxismo.

Quanto à opinião da autora do artigo sobre a inadequação do referencial utilizado nas práticas educativas do Movimento Sem Terra, é um posicionamento enunciado em consonância com a ideologia veiculada pelos textos e imagens do periódico para o qual escreve, cujo objetivo, quando se refere ao MST, é influenciar os leitores na construção de representações negativas concernentes ao Movimento.

A trajetória de luta por educação no MST está intrinsecamente vinculada à sua gênese e desenvolvimento, sendo, no entanto, uma tarefa complexa reconstituir essa história, uma vez que as práticas educativas desenvolvidas não estão ainda completamente sistematizadas, encontrando-se o registro de detalhes, em muitos dos lugares em que ele atua, apenas na memória dos atores sociais que participaram do início de suas lutas.

A origem desse processo educativo encontra-se entre 1979 e 1984, quando desponta a preocupação com as crianças acampadas e com os meios de assegurar a existência de escolas nos assentamentos, suscitando a necessidade de ações para concretizar a educação no contexto da luta pela terra. Surgem nessa ocasião as primeiras escolas, sob forma de atividades isoladas, mas que logo se tornam procedimentos coletivos dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais Sem Terra.

No período compreendido entre os anos de 1985 e 1989 assinala-se o "início da articulação nacional e da criação do Setor de Educação" (CALDART, 1997, p. 31). Instituído em 1987, tal Setor resulta de um primeiro Encontro das pessoas que iniciavam trabalhos educativos no MST, começando a organizar nos Estados a luta pela implantação nos assentamentos de escolas públicas para o Ensino Fundamental e a formação de educadores(as)[38], processo este desencadeado a partir das discussões iniciais sobre a construção de uma "escola diferente" nas áreas conquistadas.

---

[38] "O MST desenvolve cursos de formação de educadores desde 1990, primeiro de nível médio (Normal Médio) e, a partir de 1998, também de nível superior, como o nosso curso de Pedagogia da Terra" (MST, 2004, p. 16), além de parcerias com Secretarias de Educação e universidades; criação de uma escola específica para essa tarefa; impulsionamento dos cursos formais com a criação do PRONERA.

De 1989 a 1994 ocorre a sistematização do trabalho de formação de educadores e de educadoras do Movimento Sem Terra, a constituição do Coletivo Nacional de Educação, o início do processo de elaboração e sistematização de uma proposta de educação para os assentamentos. Em 1990 obteve-se a regularização do primeiro curso de Magistério do MST[39] e a produção do primeiro Caderno de Formação e, posteriormente, de outros materiais didáticos: cadernos e boletins de educação; coleção sobre história do Brasil, das lutas populares, do MST e dos lutadores do povo; coleção sobre as escolas e as práticas pedagógicas em acampamentos e assentamentos; livros sobre educação básica do campo; cadernos de redações e desenhos dos estudantes; literatura infantil, entre outros trabalhos.

O período acima citado marca o início do trabalho de Alfabetização de Jovens e Adultos, em iniciativas localizadas, que se estendem progressivamente a todos os Estados, devido à constatação dos altos índices de analfabetismo nos assentamentos e dos entraves que esse desafio representa para o avanço da Organização. Através de convênios e parcerias, ampliou-se nos anos de 1995 e 1996 o trabalho com a Educação de Jovens e Adultos, nova denominação adotada que, embora priorizando a alfabetização, esforça-se pela efetivação da continuidade da escolarização das pessoas jovens e adultas do Movimento. Consolida-se, assim, a Frente de Educação de Jovens e Adultos.

Assegurar o direito de todos à escolarização passa a ser a bandeira geral de luta do Movimento Sem Terra pela educação, inclusive através de ações para pressionar o governo na implantação de políticas públicas para a população do campo. Nessa perspectiva, três grandes eventos são promovidos em 1997 e 1998 pelo Setor de Educação do MST, em parceria com entidades brasileiras e organismos das Nações Unidas. Em julho de 1997 aconteceu o Primeiro Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I INERA). Em abril de 1998 ocorreu, no Recife (PE), o I Encontro Nacional de Educadores de Jovens e Adultos e, em julho de 1998, realizou-se a Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo.

No processo de produção de uma educação humanizadora, o MST criou novas formas de expressão e novos significados para as pedagogias desenvolvidas durante a história da humanidade, dimensionadas pela categoria movimento e pelo Movimento Sem Terra

---

[39] Os cursos de formação de educadores no Ensino Médio iniciados no Rio Grande do Sul se estenderam à região Centro-Sul, como turma nacional, em 1997, e foram criadas turmas regionais no Espírito Santo (1995) e Paraíba (1999). No nível superior, a primeira turma de Pedagogia se constituiu em 1998, no Rio Grande do Sul, com estudantes de todas as regiões do Brasil. Em novembro de 2004, o MST contabilizou 19 turmas de cursos Normais de Nível Médio e Pedagogia da Terra já concluídos e 22 em andamento, além de Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento, com 750 estudantes formados e um total de aproximadamente mil discentes em curso (MST, 2004, p. 50-51).

enquanto sujeito coletivo que busca assegurar a escolarização dos seus integrantes, por meio das pedagogias: da luta social, da organização coletiva, da terra, do trabalho e da produção, da cultura, da história e da alternância[40].

Em todos os assentamentos do MST existem escolas dotadas de uma infra-estrutura mínima necessária ao processo de educação da população assentada. Através de convênios com o governo federal, e principalmente com as prefeituras dos municípios em que se localizam áreas de assentamentos, são obtidos recursos materiais e humanos, tanto para o funcionamento de classes das séries iniciais do Ensino Fundamental quanto para a escolarização de pessoas jovens e adultas assentadas. Embora tenha conseguido criar escolas públicas de Ensino Médio em áreas de assentamentos, das 1500 escolas existentes em 2004, apenas 25 se situam nesse nível, tanto pela insistência do poder público em localizar as escolas nas cidades, quanto pela própria acomodação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, motivados para estudarem apenas até a conclusão das séries iniciais do Ensino Fundamental.

No que concerne à educação de crianças de zero a seis anos, o Setor de Educação do MST criou a Frente de Educação Infantil. Tal Frente exercita uma prática pedagógica delineada para meninos e meninas desde o período de gestação dos bebês, através de atividades com as mães, sendo posteriormente um tipo de trabalho, denominado de Ciranda Infantil, que busca desenvolver nesses pequenos seres humanos a linguagem, a criatividade, a cooperação, os sentidos, a autonomia e a produção de conhecimentos.

A coordenação pedagógica da ação educativa é desenvolvida pelos coletivos estaduais e regionais do Setor de Educação do MST, que assumem a tarefa de acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem e capacitação dos monitores para a adoção de uma metodologia adequada às especificidades de uma educação do homem e da mulher do campo.

Para efetivação de suas práticas educativas, conta com recursos financeiros provenientes de convênios com os governos federal, estadual e municipal e com o INCRA. E subsídios de projetos assumidos por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), além dos recursos resultantes de doações ou da própria produção (agricultura, pecuária, agroindústria...) do Movimento.

Ao longo dos seus vinte e quatro anos de luta, o MST tem enfrentado muitas dificuldades na concretização de seu projeto político-pedagógico para uma educação no e do

---

[40] O detalhamento acerca das características, processos, propostas, ações e contradições dessas pedagogias encontra-se no Caderno de Educação n° 9. (MST, 1999a).

campo. Um dos problemas que constitui sério entrave para o atendimento à demanda de escolarização dos(as) assentados(as) é a precariedade dos recursos financeiros: os convênios são bastante frágeis, sujeitos aos conflitos políticos municipais, os recursos insuficientes e as ações do Movimento no campo da educação recebem pouco apoio de instituições formais de Ensino Básico e Superior.

Inexistem, dentro do próprio Movimento, definições claras sobre demandas por Ensino Fundamental e Médio, não há dados estatísticos atualizados sobre os índices de analfabetismo e também diagnósticos precisos relativamente à situação de escolaridade dos(as) assentados(as). Embora tenha conseguido praticamente universalizar o acesso das **crianças** do Movimento à escola, existem estimativas que apontam para "áreas onde mais da metade da população **adolescente** e **jovem** está fora da escola" (MST, 2004, p. 13, grifo meu).

Além disso, é difícil conscientizar em larga escala os militantes e a base social do Movimento acerca da valorização do estudo e da escola, embora essa compreensão da importância da escolarização já seja bastante consistente em relação às lideranças. O Movimento também reconhece a dificuldade de um acompanhamento sistemático e continuado às escolas e à práxis dos educadores; suas fragilidades na discussão e elaboração de políticas públicas para a Educação do Campo; os entraves à modificação de currículos ainda tradicionais na formação de educadores e educadoras e a conseqüente reprodução de um modelo pedagógico também tradicional no processo de ensino e aprendizagem dos discentes; além da dificuldade de somar esforços com outros movimentos e organizações do campo, a fim de aumentar a pressão no sentido da construção de uma escola popular, que assuma o vínculo com a pedagogia e com a luta dos movimentos sociais rurais.

Outro obstáculo relativo à educação do Movimento Sem Terra diz respeito ao distanciamento existente entre os seus princípios filosóficos e pedagógicos e as práticas educativas desenvolvidas nos assentamentos, conforme comentado por Andrade (1997, p. 260): "O MST também apresenta limitações na construção do seu projeto educacional. A principal delas é a defasagem entre a teorização da proposta pedagógica e a sua implementação nas bases (acampamentos e assentamentos)".

Vale ressaltar que os princípios filosóficos referem-se às concepções de mundo, pessoa humana, sociedade, educação do MST e os princípios pedagógicos relacionam-se às reflexões sobre o quefazer educativo do Movimento, com ênfase para os aspectos metodológicos desse processo: educação para a transformação social, educação para o trabalho e a cooperação, educação voltada para as diversas dimensões da pessoa humana, educação com/para valores humanistas e socialistas, educação como processo permanente de

formação/transformação humana – princípios filosóficos; relação entre teoria e prática, combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação, a realidade como base da produção do conhecimento, conteúdos formativos socialmente úteis, educação para o trabalho e pelo trabalho, vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos, vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos, vínculo orgânico entre educação e cultura, gestão democrática, auto-organização dos/das estudantes, criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras, atitude e habilidade de pesquisa, combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais – princípios pedagógicos (MST, 2005d, p. 159 e seq.).

No que concerne às escolas dos acampamentos, desde 1989 os(as) Sem Terra lutam pela legalização dessas instituições de ensino, sendo criada a Escola Itinerante, inicialmente no Rio Grande do Sul. São escolas de tempo integral, com aulas que ocorrem em todos os momentos e lugares, no contexto da dinâmica cotidiana do acampamento, acompanhando essa comunidade em suas movimentações (mudanças ocasionais de área) e em seus processos de mobilização e ação política: ocupações, marchas, congressos e outras formas de organização do Movimento.

Dados do Setor de Educação do MST (2006c) apontam a existência de vinte e quatro cursos superiores em andamento; quatro cursos de Educação de Jovens e Adultos, com 156 turmas; cinqüenta e três cursos de Ensino Médio e Técnico – Administração de Cooperativas, Saúde Comunitária, Comunicação Social; cinqüenta escolas de nível médio nas áreas de assentamentos; cinco cursos de especialização em funcionamento; três cursos de extensão com universidades federais do Rio de Janeiro, Paraíba e Santa Catarina e o pleno funcionamento da Escola Nacional Florestan Fernandes, inaugurada em janeiro de 2005, a qual "surge com o propósito de fazer pensar, planejar, organizar e desenvolver a formação política, técnica e ideológica dos militantes e dirigentes do Movimento" (MST, 2006b).

As propostas e as práticas do Setor de Educação contribuíram para os avanços no processo educativo do MST, na educação do campo e na sua própria qualificação. Há, porém, a necessidade de ações intersetoriais, com a finalidade de consolidar uma vinculação indissociável entre escolarização, formação técnica e formação política dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, visando à consolidação de uma práxis transformadora do social, humanizadora e emancipadora.

Nesse sentido, Navarro (2007) não acredita no investimento do MST, através de suas práticas educativas, na emancipação política e intelectual dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, nas comunidades dos(as) assentados(as). Afirma que

> Há exceções, notáveis, mas na maior parte dos casos é um exercício primaríssimo de doutrinação da meninada. É um absurdo chamar de educação o que está sendo feito nos assentamentos rurais quando prevalece o tom monocórdio da cartilha única. Pedagogia sem desenvolver o pensamento crítico e sem apresentar diversas leituras sobre o mundo pode ser chamada de educação?

1.6 A RELIGIOSIDADE E A MÍSTICA NAS VIVÊNCIAS DOS SEM TERRA

Afirma James Petras (1997, p. 275) que o MST realiza uma síntese dinâmica e singular entre três componentes essenciais para sua ideologia: o marxismo, a religiosidade popular e as práticas comunitárias, elementos que refletem a origem diversificada dos seus integrantes e apoiadores. Em se tratando do aspecto religiosidade[41], é interessante observar que, como em outras lutas camponesas ocorridas na história do Brasil[42], a tendência ou disposição para o sagrado é uma condição peculiar nos processos organizativos e na vida cotidiana dos(as) Sem Terra.

A religiosidade, apreendida dos antepassados, é visivelmente manifesta nas comunidades onde esses sujeitos vivem e trabalham, expressa em símbolos da fé cristã, como a cruz[43], ou revelada pelo significado que atribuem a cerimônias como o batismo, valorizado e requerido, e pela leitura da Bíblia, elemento de reflexão e de encorajamento para a luta coletiva por um mundo mais justo.

Frei Sérgio Görgen (1997, p. 285 e seq.) identifica nos assentamentos e acampamentos do MST um contexto de muita variedade de tradições religiosas e comunitárias, destacando cinco formas de religiosidade dos homens e mulheres que lutam pela terra, todas referenciadas no cristianismo: o catolicismo popular tradicional, caracterizado pela valorização do batismo, das promessas, bênçãos, benzimentos, mas pouca vinculação com a Igreja; o catolicismo popular romanizado, dos imigrantes europeus, com grande poder e influência do clero e bispos e padrões morais rígidos; o catolicismo popular

---

[41] Sobre processos religiosos no MST, consultar a dissertação de mestrado escrita por Shirlene Martins (2004), para o Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

[42] Outras lutas camponesas são reveladoras da religiosidade de trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiros: a resistência popular à dominação e à expropriação do latifúndio sustentada pela fé e pela mística religiosa em Canudos, na Guerra do Contestado e no Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER, no Sul do País.

[43] O Encruzilhada Natalino era um acampamento formado no Rio Grande do Sul em dezembro de 1980. Sofreu intervenção militar do governo federal, impulsionando a organização e a resistência dos sem-terra e recebendo o apoio das Igrejas cristãs e da sociedade brasileira, sendo a propriedade rural desapropriada após três anos de luta pela terra e de combate à ditadura militar. Nesse território, a cruz era um símbolo de fé e união na luta dos sem-terra. Nela foram colocadas escoras, representando os apoios externos ao Movimento e dependurados lençóis usados por crianças mortas pela fome, simbolizando "fé, esperança, dor e ânimo político" (MORISSAWA, 2001, p. 209).

libertador, com a opção pelos pobres, denúncia da realidade de exploração e exclusão, estímulo à participação nas lutas sociais – Teologia da Libertação; evangélicos pentecostais, que apresentam ardor religioso e moral, senso de solidariedade forte entre os pares, sacrifícios, valorização da Palavra de Jesus, busca da salvação eterna; e luteranos históricos, com a vivência de uma religiosidade mais bíblica e interpretação libertadora das tradições luteranas. Ressalta ainda esse frade franciscano que, no período de acampamento, predomina o catolicismo popular libertador, enquanto que no assentamento normalmente volta-se às formas tradicionais de vivência da fé.

> É nesta realidade e neste contexto que se constrói, ao mesmo tempo, uma simbologia religiosa dentro do processo de luta, se procura respeitar os modos de cada um e de cada grupo expressar sua fé, e o MST elabora e tenta colocar em prática uma mística política comum de luta e de militância, integradora também de valores de base presentes nas concepções e práticas religiosas. (GÖRGEN, 1997, p. 289).

Nas comunidades rurais dos(as) assentados(as) e acampados(as), portanto, há grande diversidade de religiões, de crenças e práticas religiosas, convivência (muitas vezes conflituosa) de pessoas com credos análogos ou incompatíveis: espíritas que crêem na sobrevivência da alma após a morte, supersticiosidade e crendices populares, elementos de esoterismo, sujeitos que põem em prática ritos religiosos afro-brasileiros, com o culto às divindades africanas e rituais que reverenciam as forças superiores da natureza.

Por outro lado, algumas pessoas, especialmente jovens militantes do Movimento, não professam qualquer tipo de crença religiosa, acreditando serem o marxismo e o cristianismo opostos inconciliáveis. Mas outros homens e mulheres, ao vivenciarem esse dilema, oscilam entre a fé em Deus e a descrença na existência de um Criador, buscando elementos para justificar uma compatibilidade entre a "filosofia da práxis", forjadora da consciência revolucionária, e suas convicções religiosas mais íntimas, que lhes dão a força espiritual necessária ao prosseguimento da luta.

Quanto à **mística**, é uma palavra cuja etimologia vem do grego *mystikós* e do latim *mysticu*, e diz respeito a mistério, algo que não é imediatamente acessível aos sentidos, inexplicável – pela dificuldade ou impossibilidade de racionalização – mas compreensível, pois pode ser ao menos parcialmente revelado.

Na acepção religiosa, é a vivência de uma profunda espiritualidade e relaciona-se a celebração. No MST, que de certa forma incorpora esse significado religioso, a mística é

um ato cultural em que há uma manifestação coletiva de sentimentos, uma encenação montada enquanto prática social para representação das lutas e esperanças, da ideologia e dos ideais dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais Sem Terra.

Esse ato se concretiza com a utilização de materiais, procedimentos e símbolos diversos: ferramentas de trabalho e produtos da terra, livros, painéis com imagens de grandes lutadores do povo, galhos verdes, flores, faixas com mensagens escritas, sons, cantos, danças, música, ornamentação, poesias, adornos, símbolos que mostram a identidade do Movimento, entre outros elementos. Para Morissawa (2001, p. 209), os símbolos, circunstanciais, como a cruz, ou permanentes, como a bandeira, representam a luta dos Sem Terra e "são, sobretudo, signos da unidade em torno de um ideal e constituem a **mística** do Movimento".

Sob influência e inspiração da Igreja, a mística, percebida com uma atividade importante no trabalho de organização popular, se origina no MST da necessidade de vincular o aspecto físico material do(a) Sem Terra com as características espirituais, ideais, tratados de forma unificada. Por isso, o Movimento definiu que essa forma de "representação" deve ser praticada em todas as ocasiões e em cada uma de suas atividades, nas cerimônias de abertura e encerramento de eventos e nas vivências cotidianas. Deve expressar-se no cuidado com o corpo e na manutenção da boa aparência física, nas medidas preventivas para cuidar da saúde, nas relações interpessoais: expressão de afetos, revelação de divergências, eliminação de desavenças, celebração da alegria, sentimento de prazer em estar juntos, em viver uma vida comunitária.

De acordo com Bogo (MST, 2005a, p. 41-47), a mística surgiu de três vertentes. A primeira, "a vertente da natureza contemplativa da vida camponesa" – ato de contemplar como forma de compreensão do mistério oculto no movimento da natureza, da luta política, do conhecimento, da história humana... A segunda, "a vertente musical" – sons, cantos e ritmos diversos, presentes em todas as atividades do MST e relacionados à religião, ao trabalho, aos seres amados, à dor, à vitória... Por fim, "a vertente da devoção" – a adoração: religião e práticas religiosas no campo, com a convivência de pessoas de credos e de formas de manifestação da religiosidade diferenciados.

Os objetivos que se pretendem alcançar com a mística são numerosos. É uma forma de manter e fortalecer a unidade política e ideológica nacional dos(as) Sem Terra e de motivar as pessoas e impulsioná-las para preparar a resistência e desenvolver ações. É um modo de prover energia para reanimar o povo, manter as pessoas ativas e entusiasmadas, alimentar a prática da disciplina e reforçar a luta e de humanizar as relações interpessoais, aproximar espiritualmente os que estão distantes fisicamente, estimular a solidariedade, expressar emoção e esperança.

Deve ser preparada, conforme recomendações do MST, com dedicação, criatividade, planejamento prévio, aproveitando fatos cotidianos, relembrando a memória histórica dos nossos ancestrais, o conhecimento por eles construído e as lutas do passado, bem como as raízes da nossa existência humana e de classe, tratando de ética, valores, esperança de mudanças e crença no futuro.

Em suma, a mística tem como elementos, conforme Bogo (2003, p. 328-330): sua essência, que é a esperança de concretização da utopia de realizar a reforma agrária e construir um mundo melhor; seu objetivo, voltado para a manutenção da força, da energia, da esperança, para "sustentar o projeto político da classe trabalhadora"; sua fonte, referente à prática social, à ação coletiva e ao movimento permanente de lutas e conquistas; sua manifestação, que ocorre em todos os atos de homens e mulheres no sentido da sua humanização.

1.7 DE "sem terra" A "Sem Terra": A COMPOSIÇÃO SOCIAL DO MST

Qual o significado dos vocábulos **sem terra**, enquanto formadores de uma unidade semântica? Há três formas de representação escrita dessa expressão, com três diferentes acepções. A preposição **sem**, seguida do substantivo **terra**, com a ausência do hífen para ligar esses dois elementos – **sem terra**[44] – é a designação dada ao agricultor enquanto sujeito individual, que trabalha no campo, mas não possui a terra ou a possui em pequena quantidade.

São os assalariados rurais: agricultores que vendem sua força de trabalho aos proprietários de terras, em certos períodos do ano ou de forma permanente; os bóias-frias: nome popular dado a agricultores autônomos ou temporários, pertencentes a uma classe de proletários rurais que se deslocam diariamente para propriedades agrícolas diversas, a fim de executar tarefas sob empreitada, através de contrato com fazendeiros ou grandes empresas; meeiros: agricultores que plantam em terras de outros, repartindo os produtos colhidos com o proprietário da área plantada; posseiros: agricultores que, embora não possuindo título de propriedade, trabalham com suas famílias em uma terra, como se esta lhes pertencesse; rendeiros ou agregados: posseiros que recebem permissão para cultivar um pedaço de terra

[44] Apoiando-se em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE em 1998, o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) quantifica famílias demandantes de terra no Brasil: "O quarto relatório parcial do estudo 'O Agrobrasileiro Hoje: Regionalização e Tendências', coordenado pelo NEAD, apresenta dados preliminares que apontam para um público potencial demandante de terra no Brasil da ordem de 5,3 milhões de famílias". (NEAD, 2000, p. 1). De acordo com estimativa realizada pelo MST, em 2005 existiam no campo 4 milhões de famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, perfazendo um mínimo de 16 milhões de pessoas nessa condição (MST, 2005b, p. 33).

dentro da área de uma fazenda e que, através de contrato de arrendamento, comprometem parte daquilo que produzem.

São, também, pequenos agricultores, ou seja, o agricultor que, embora trabalhando em sua própria terra, devido à extensão muito pequena de sua propriedade, não consegue assegurar a própria sobrevivência e o sustento da sua família; pequenos arrendatários: agricultores que trabalham com a família em uma terra arrendada e pagam ao proprietário, em dinheiro ou produtos, um valor fixo previamente combinado, correspondente à renda – tempo e preço – da terra; parceiros, trabalhadores rurais que estabelecem uma espécie de "sociedade" com o dono da terra, dividindo ou mesmo entregando toda a produção ao fazendeiro, em troca de moradia e gêneros de subsistência plantados pelos agricultores e suas famílias.

A palavra composta **sem-terra** nomeia trabalhadores e trabalhadoras rurais sem a propriedade da terra ou com pouca terra, mas que configuram um sujeito social coletivo, pois estão organizados em movimentos sociais populares diversos de luta por terra e Reforma Agrária, isolados ou territorializados[45] (FERNANDES, 2001a, p. 61 e seq.).

Sem Terra, enquanto denominação de um ser específico dentre os outros da sua espécie, homens e mulheres do MST, são sujeitos que foram se constituindo através da participação nas lutas, a maior parte deles procedentes da primeira categoria de sem terra anteriormente exposta, mas também oriundos da zona urbana, com identidades diversas, vinculados à classe proletária. São pessoas que assumem a condição de sujeitos políticos de direitos, organizam-se, protagonizam a construção da própria história, arquitetando uma identidade social comum: o MST, sujeito coletivo que se destaca na luta de classes no Brasil.

Nas lutas desta coletividade que é o MST, há crianças que vivenciam, muitas vezes desde o nascimento, seus processos de desenvolvimento físico, psicológico e social, passando sua infância em movimento, construindo uma identidade individual e uma identidade coletiva: Sem Terrinha. São filhos e filhas de acampados(as) e assentados(as), presentes nas lutas sociais, eventos e outras atividades do Movimento Sem Terra desde suas origens. Essas crianças realizam mobilizações infantis, marcham, ocupam terras, reivindicam direitos como escola, recursos para a educação, áreas de lazer, bibliotecas, transporte escolar, alimentação para os acampamentos, merenda escolar... E, também, vivem sua infância nas

---

[45] Fernandes (2001a, 1997), ao analisar o processo de espacialização da luta pela terra, classifica os movimentos sociais rurais, na perspectiva geográfica, em **isolados** – atuam em um único Estado – ou **territorializados**, os que se espacializaram para mais de um Estado. Esses movimentos constroem espaços de socialização política [espaços comunicativos, interativos e de luta e resistência] e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas de seu desenvolvimento" (SILVA; FERNANDES, 2005, p. 89). A CPT, em pesquisa realizada entre 2000 e 2004, identificou 57 movimentos socioterritoriais rurais, 45 isolados e apenas 12 territorializados (ibid. p. 88-89). Para um maior aprofundamento sobre as categorias espaço e território, ver Santos (1996, 1985).

brincadeiras, desavenças, fantasias, medos, sonhos.... Nessas experiências, os(as) Sem Terrinha, aos poucos, vão compreendendo suas raízes, seus vínculos com o Movimento e, ao mesmo tempo, começam a se perceber como sujeitos da história, futuros continuadores da luta de seus pais.

Qual seria, então, a composição social do MST? O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aglutina tanto trabalhadores e trabalhadoras rurais – posseiros, meeiros, assalariados rurais, parceiros, pequenos arrendatários, bóias-frias, rendeiros, pequenos agricultores –, quanto pessoas das camadas subalternas da população[46], provenientes geralmente das periferias urbanas do País: desempregados e subempregados das cidades, favelados urbanos, moradores de rua.

O MST se articula interna e externamente. No primeiro caso, através das bases demandatárias, lideranças e assessorias e, no segundo, através das relações entre as diferentes redes de movimentos sociais do Brasil, do continente americano, como a Coordenação Latino-Americana das Organizações do Campo, e do mundo: a Via Campesina, movimento internacional originado em 1992 e que se empenha em coordenar cinqüenta e seis organizações camponesas de países da Ásia, África, Europa e do Continente Americano.

A trajetória da formação dos(as) Sem Terra do MST, realizada por intermédio da experiência de participação na história do Movimento, é assim resumida por Caldart (2000, p. 105): "Sem Terra como trabalhador sem (a) terra que passa a lutar pela terra; Sem Terra como membro de uma organização social de massas que luta pela Reforma Agrária; Sem Terra que, aos poucos, vai se transformando em um lutador do povo."

Mas, quem são os(as) Sem Terra do MST participantes e colaboradores da pesquisa que subsidiou a construção da tese produzida? No próximo capítulo, apresento fragmentos dos relatos autobiográficos desses sujeitos, descrevendo suas características, trajetórias de vida, motivações para a inserção no Movimento e suas práxis, em especial a práxis política das pessoas jovens e adultas.

---

[46] Classes e grupos subalternos são noções elaboradas por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* (GRAMSCI, 2000-2001), sendo apropriadas pelas ciências sociais, com uso comum na academia e em outros espaços exteriores a ela. Com base nas formulações gramscianas, estou utilizando a expressão camadas subalternas da população no mesmo sentido de classes subordinadas, dominadas ou exploradas, compostas de uma grande diversidade de grupos, e que agregam trabalhadores/as assalariados/as dos serviços urbanos, trabalhadores/as rurais (pequenos proprietários, assalariados e sem terra), integrantes do tradicional operariado industrial, subempregados, desempregados e trabalhadores em potencial. Esses, por não possuírem os meios de produção, estão sob o domínio (econômico, político, cultural) das classes detentoras do capital.

2 HISTÓRIAS DE MUITAS VIDAS

> Ah, a gente: protagonistas, outros atores, as figurantes figuras, mas personagens personificantes. Assim perpassando, com a de nunca naturalidade, entrante própria, a valente vida estrepuxada. (ROSA, 2005b, p. 91).

As trinta e sete pessoas entrevistadas, dezenove homens e dezoito mulheres, têm origens diversas – provêm de vinte dos Estados brasileiros – e residência nas vinte e quatro unidades da Federação em que o MST se encontra organizado: sete na região Norte, quinze no Nordeste, seis no Sudeste, cinco no Sul, três no Centro-Oeste e uma pessoa no Distrito Federal (APÊNDICE F).

É interessante assinalar o amplo movimento desses sujeitos, posto que, só para dezessete pessoas há coincidência entre o local de origem e os lugares em que se estabeleceram para exercerem suas atividades. Outro dado recorrente é a movimentação dessas pessoas para o exercício das tarefas designadas pelo Movimento, o que as leva a espaços geográficos diversos do País, registrando-se casos de jovens que percorreram, na execução de seus afazeres, até dezesseis Estados. Há, ainda, aqueles que dão contribuição a governos de diferentes países, atuando na organização de camponeses(as), no ensino das práticas agroecológicas ou atividades diversificadas da produção, entre outros trabalhos.

A faixa etária em que se situam esses trabalhadores e trabalhadoras estende-se dos vinte aos cinqüenta e nove anos (APÊNDICE G), com maior concentração em torno dos vinte aos vinte e quatro anos (33%, aproximadamente). Dezessete encontram-se solteiros(as) e vinte são casados(as) ou vivem uma união conjugal estável.

Em se tratando de tempo de inserção e participação no MST, existem sujeitos que dele fazem parte há apenas um ano e outros que possuem mais de vinte e três anos de militância, pois integram o grupo que organizou e formalizou o Movimento Sem Terra, em 1984. Entre os dois extremos, situam-se seres humanos com vivências distintas nessa Organização, em termos cronológicos, registrando-se maior quantidade de sujeitos (em torno de 24%) com quatro a seis anos de Movimento (APÊNDICE H).

Sobre as origens, formas de aproximação e inserção no MST e atividades que os(as) Sem Terra vêm desenvolvendo após o ingresso no Movimento, tratarei mais detalhadamente nos itens que se seguem: suas trajetórias de luta, precedidas das reminiscências de um tempo pregresso, e a memória da ambiência e das características de suas práxis, em especial a práxis política, priorizando os acontecimentos considerados significativos pelos(as) narradores(as).

2.1 ANTES DO MST: MEMÓRIAS PESSOAIS E SOCIAIS

Como viviam as pessoas entrevistadas e o que faziam antes de ingressarem no Movimento Sem Terra?

– "A gente sempre viveu disso": vinculações com o campo

Todos os homens e mulheres participantes da pesquisa têm algum tipo de ligação com a zona rural, através da agricultura, do extrativismo de recursos naturais e da criação de animais, mesmo quando provenientes das áreas urbanas. Explica Afonso:

> Eu sempre fui camponês e, até a década de 1970, muitas famílias viveram no campo, inclusive a nossa. E com a mecanização na década de 1970 e começo da década de 1980, o êxodo rural atingiu essas famílias de um modo brutal, porque antes da mecanização a mão-de-obra no campo era só de camponeses. A partir desse momento, esse trabalho foi substituído pelo trator. Então foram dez anos de um êxodo rural enorme. Essas famílias todas, que eram arrendatários, parceiros, meeiros, ou então aquele camponês que tinha terra suficiente para sua família, mas que tinha o filho que ia casar e constituir uma nova família, esse pessoal todo ficou sem acesso à terra. Eu era um camponês nesta situação. E essa enxurrada de famílias saindo da área rural, substituídas pelo trator. Era o tal milagre verde, e eu também fui uma das famílias que deveria deixar o campo. E nessa época, a Igreja Católica e a luterana, através das pastorais rurais, começaram a mostrar para o povo que a terra deveria ser de quem nela trabalha e que dela precisa para sobreviver. Então, com esse lema: Terra de Deus, Terra de Irmão!, conseguiram fazer uma coletivização tal que essa pastoral da terra ficou muito forte. Isso fez com que essas famílias refletissem: bom, temos que deixar a área rural, deixar o campo, então, vamos fazer o quê na cidade? Foi nesse momento que começou a surgir a idéia do povo se organizar. Então também a minha origem é desse ponto. No começo já da década de 1980, surge, e se fortalece, essa idéia de que esse povo tem que se organizar, ter um movimento. Nesse primeiro momento se apostou muito no movimento sindical, o sindicato dos

> trabalhadores rurais de uma linha sindical combativa, um sindicalismo voltado para defender os interesses desse povo que ficou marginalizado [...]. E os padres e os pastores que faziam essa pastoral forte sempre diziam: não é a Igreja que tem que fazer o movimento; a Igreja tem que mostrar que há solução para esse problema, há terra, e muitas famílias que precisam da terra. Então nós conseguimos ganhar os sindicatos de alguns municípios aqui da região, especialmente Medianeira, em 1983-1985. E foi aqui na nossa região, especificamente, que coincidiu com o enchimento do Lago de Itaipu e que afetou alguns municípios aqui, pelo tamanho que era Itaipu: houve problema com as famílias que não possuíam título de propriedade. A desapropriação e a indenização eram para o proprietário, que tinha escritura. E todas as famílias de parceiros, arrendatários, meeiros que moravam na região e ainda não tinham saído, porque não tinham para onde ir, teriam que deixar a área do alagamento, porque a água pegaria. Então esses viraram um problema concreto e urgente. (AFONSO, 51, Paraná, Assentado, Frente de Massa).

No tempo em que se aproximaram do Movimento eram, ou tinham sido, trabalhadores e trabalhadoras rurais: pequenos agricultores – ou filhos(as) e netos(as) destes, que herdaram pequenos pedaços de terra de suas famílias ou que ajudavam seus pais –, arrendatários, meeiros, assalariados rurais, bóias-frias nos cafezais, canaviais ou plantações de algodão, posseiros, capatazes de grandes fazendas, parceiros, técnicos agrícolas em imóveis rurais, peões, mulheres que se dedicavam aos serviços da casa ou à plantação de hortaliças e ervas medicinais. Relatam duas assentadas:

> Eu nasci em um povoado numa região cafeeira, e a gente, como sem terra daquela região, éramos famílias de meeiros. A gente trabalhava como meeiros ou bóias-frias nos cafezais, numa região que fica no distrito de Inhobim, no município de Vitória da Conquista, na Bahia. Então meus pais tiveram duas filhas. Até quatorze anos de idade a gente trabalhava ainda desta forma, nos mais diferentes serviços que existem na lavoura cafeeira, desde fazer a muda de café até plantar a muda, adubar cova, fazer as colheitas. A gente sempre viveu disso. É claro, evidente, que nunca deu para ter uma vida digna e também nunca deu para a gente se sentir bem, pelo fato de não possuir o concreto, que é a terra. Então, a terra sempre foi um grande sonho do meu pai e com certeza da família inteira: minha, de minha irmã e de minha mãe, que era uma forma que a gente pensava de encontrar estabilidade. (ROSELANDIA, 25, Bahia, Assentada, Setor de Educação).

> Meu pai veio para o Estado do Pará. E minha mãe é piauiense. Em conseqüência de grandes projetos ela também veio para o Estado e se encontraram. E o meu pai, desde que chegou aqui, sempre trabalhou com latifundiário. Desde o princípio... Foi durante mais de vinte anos uma espécie de braço direito de um dos latifundiários mais importantes da região. Era o dono de uma fazenda do grupo Bamerindus, na época uma grande fazenda, era um grande grupo que depois foi perdendo o poderio

> econômico. Mas meu pai era uma espécie de capataz. Essas pessoas que, entre aspas, a gente chama de capataz, mas a gente imagina que cumprem as ordens do fazendeiro. E fazem tudo. Uma espécie de braço direito mesmo. (POLIANNE, 21, Pará, Assentada, Setor de Formação).

Dois participantes da pesquisa aliaram-se casualmente aos(às) Sem Terra quando a fazenda em que trabalhavam foi ocupada, optando pelo acampamento.

– "Nós saímos da roça sem nada...": exploração, expropriação, migração

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais que aderiram ao MST eram submetidos à exploração em seus trabalhos, expropriação de suas propriedades ou saída compulsória das terras em que viviam, como recorda dona Roseli:

> Qual é o nosso lema? É conseguir lutar por um pedaço de terra. Porque você vê, nós trabalhamos dez anos em terra dos outros, na roça, de meia com os outros e o quê que nós tivemos? O patrão tem a meia dele livre, você paga o adubo, tem a manutenção todinha, no final sobra o quê para você? Nada! Não sobra nada. As contas do dia-a-dia, filho estudando, comida, roupa... Não sobra nada, para você fazer nada. Nós saímos da roça sem nada! (ROSELI, 45, Acampada, São Paulo, Cozinheira).

Essas pessoas eram impelidas à migração[47] para vilarejos, sedes dos municípios em que habitavam ou capitais dos Estados, muitos com passagem pela cidade de São Paulo. Nesses locais, trabalhavam como operários, notadamente em indústrias paulistas, vendedores(as) ambulantes, empregadas domésticas (mães ou filhas), auxiliares administrativos ou ajudantes de serviços gerais em empresas privadas, serventes, merendeiras ou faxineiros(as) em escolas públicas, pasteleiro, doceiras, biscateiros. Um deles era aposentado, outros estavam desempregados. Aqueles(as) que viviam em seminários ou conventos da Igreja Católica ocupavam-se de atividades missionárias ou trabalho pastoral nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Os que se vinculavam a movimentos religiosos de jovens dedicavam-se à catequese e ao trabalho voluntário nas pastorais.

---

[47] Sobre os(as) migrantes como demandatários das terras pelas quais luta o MST, assim se expressa Graziano (2004, p. 36): "Estima-se que 28,4 milhões de pessoas deixaram o campo entre 1960 e 1980, criando-se uma população urbana que enfrenta problemas de emprego e renda e que se torna vítima tanto desse processo quanto das ações do MST, que ali recruta sua massa de manobra."

– “A gente tinha a oportunidade de conhecer outras pessoas e organizações”: experiências com grupos populares organizados

Tanto os homens quanto as mulheres destacaram algum tipo de ligação com organizações populares dos locais de precedência, principalmente sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, associações de bairros, movimentos estudantis, movimentos sociais de atingidos por barragens ou de agricultores sem-terra ou militância em federações de trabalhadores da agricultura no Sul e Centro-Oeste do Brasil. Verifica-se, ainda, a participação de quase todos os sujeitos nas Igrejas Católica e Luterana, através das pastorais rurais, particularmente a Comissão Pastoral da Terra – CPT. Jonas e Judite são exemplos de pessoas que participaram de sindicatos e outras organizações da classe proletária:

> Eu nasci em Linhares, Espírito Santo, e com dois meses de idade a gente já migrou para Mato Grosso, onde morei até os 14 anos, sempre no sítio. Meu pai conseguiu um sítio e os filhos trabalhavam junto. Em 1977, a gente foi embora para Rondônia, porque Mato Grosso não dava mais para viver, cercados pelos médios proprietários. Com a questão da colonização de Rondônia, a gente acabou indo embora para lá, em 1977. Também continuei trabalhando no sítio junto com eles, até que a gente foi crescendo, eu e meus irmãos. O sítio acabou ficando pequeno para todo mundo trabalhar... E eu já tinha começado a participar da vida das comunidades, participava do sindicato. (JONAS, 43, Rondônia, Assentado, Setor de Educação).
>
> Então minha mãe criou sete filhos, sempre trabalhando na roça. Meu pai também. Mas teve uma época que meu pai começou a participar de outras atividades: ingressou no sindicato, nas associações. Minha mãe também, fazendo parte dessas organizações que a gente conhecia na comunidade onde a gente morava. E meu pai foi presidente dos sindicatos dos trabalhadores rurais em Ribeirão Branco, que é a cidade onde eu nasci e onde vivi até os 14 anos. E como a gente fazia parte de igrejas, comunidades eclesiais de base, associações, sindicatos, a gente tinha a oportunidade de conhecer outras pessoas e organizações também. (JUDITE, 22, São Paulo, Acampada, Setor de Educação).

– “A escola era muito longe, a gente sofria para ir estudar”: dificuldades no processo de escolarização

No campo, os(as) trabalhadores(as) submetiam-se à exploração da sua força de trabalho, exercendo atividades exaustivas e pessimamente remuneradas, inclusive com a utilização da mão-de-obra infantil, para complementação da renda familiar. As escolas

situavam-se em locais muito distantes, obrigando crianças e jovens, predominantemente, a caminharem até doze quilômetros, apenas no caminho de ida para as instituições em que estudavam. Não raro os filhos e filhas, sempre numerosos, eram obrigados a separarem-se, para que seus pais pudessem assegurar-lhes o sustento e o estudo. Desse modo, iam morar com outras famílias ou com parentes nas pequenas cidades, ingressavam escolas agrícolas de tempo integral ou em instituições religiosas. Ainda assim tinham restrições concernentes ao ingresso e permanência na escola, pelas dificuldades em obter uniforme e materiais escolares, como lembra Edileuza:

> Sou filha de pequeno agricultor. Meu pai vivia lá num pedacinho de terra que era dos meus avôs, herança de família, mas um pedacinho pequeno, que não tinha nenhuma condição: nem água. Era muito difícil. A gente passava muita dificuldade, a escola era muito longe, a gente sofria para ir estudar, andava não sei quantos quilômetros para ir à escola e só tinha até a 4ª série. Só que meu pai era muito ligado a essas coisas de igreja, minha mãe também. Começou aquele negócio da CPT. Depois eles começaram a participar do sindicato. Naquela época o sindicato era bem rural, de ajudar as pessoas na agricultura, até conquistar a terra. (EDILEUZA, 34, Espírito Santo, Assentada, Setor de Formação).

– "Nessa favela, a gente morando num barraquinho, que molhava tudo quando vinha chuva": dificuldades de sobrevivência e subsistência

Todas as condições adversas experienciadas pelas pessoas provocavam a mudança periódica de uma região para outra, especialmente a migração para as cidades, na tentativa de melhores condições de existência, como fez Gislene e sua família:

> Meu pai é soldador de manutenção e trabalhava nas indústrias em São Paulo. Minha mãe iniciou a vida como doméstica. Eu tenho duas irmãs e a gente cresceu no meio urbano. Mas meu pai ficou muito cansado da vida que levava, muito sofrida. Então, minha família tomou a decisão de retornar ao Estado de origem, para começar uma vida nova, próximo da família. Estava muito difícil o lado financeiro. Minha mãe deixou de trabalhar em casa de família, começou a fazer pecinha para aparelho de televisão. Eu e minhas irmãs ajudávamos, virando a madrugada, colando pecinhas para vender para a fábrica e ela tirar uma porcentagem disso. Teve uma época também que mãe precisou trabalhar como vendedora ambulante de roupas: ela pegava a roupa e a gente saía vendendo pelos bairros de São Paulo. Estava muito difícil a vida lá. Então, tomamos uma decisão e, em 1994-95, a gente veio para Sergipe, onde, com a ajuda dos tios, começamos uma nova vida. Fomos para a cidade, a princípio na capital, Aracaju. Mas estava muito difícil, porque a gente não tinha condições de pagar aluguel e nem de manter a casa. Então, meu pai foi até a cidade de Laranjeiras, onde tinham

> alguns amigos. A gente conseguiu adquirir uma casa e começou uma nova vida. Tivemos possibilidade de continuar os estudos. Foi uma das coisas que meus pais sempre até se sacrificaram muito, para que a gente nunca parasse de estudar. A partir do 2º grau, cada uma de nós foi pensando que a gente tinha de fazer alguma coisa também. Então a gente vendia produtos de revistas, para ajudar em casa. E meu pai, mesmo com a aposentadoria especial, conseguiu outro trabalho de soldador para adquirir mais renda. O meu avô tinha um sitiozinho e ele entrou para o sindicato dos trabalhadores rurais sem terra, dos trabalhadores rurais, sindicato. (GISLENE, 23, Sergipe, Assentada, Setor de Formação).

Em suas narrações, as personagens dessas histórias vividas dão grande relevo à situação crítica experimentada, muitas vezes de indigência, outras de enormes dificuldades de reprodução da vida material – moradia, alimentação, água potável, vestuário, segurança, condições de higiene pessoal, eletrificação, saneamento básico, prevenção e atenção básica à saúde –, bem como de assegurar condições de escolarização para si mesmas ou para sua prole. Sem casa própria, domiciliavam-se em residências alugadas ou emprestadas de amigos, obrigando-se a mudanças constantes, além de construírem barracos nas favelas. Parte das pessoas vivia em condições subumanas, como historiado por Cristiane:

> Nossa vida na cidade foi perambulando mesmo: várias casas, não tinha um lugar fixo... Meus pais sempre mudando de emprego. Nós moramos em Dourados (MS), em fazendas também. Meu pai trabalhou como peão. Minha mãe também. Fiquei na cidade com meus avôs. A situação financeira muito difícil, morando em favelas. Os últimos meses que a gente morou em Dourados, antes de ir para o acampamento foi favela: doação do lote via prefeitura. Nós estávamos ainda morando num barraquinho, construindo a primeira casa, numa favela. E, às vezes, a gente trabalhava de bóia-fria. Meu pai trabalhava de bóia-fria, catar algodão em grandes fazendas, grandes latifúndios. Tive só uma experiência de catar algodão, mas no meio do caminho aconteceu um acidente, os policiais mataram um índio dentro do caminhão [...]. E fiquei bem traumatizada com aquilo, que eu ia trabalhar para comprar um uniforme da escola, que não podia entrar sem uniforme. Essa foi minha primeira experiência de ir para a roça de algodão, de bóia-fria. No mais, a gente tinha muita dificuldade de alimentação, de moradia. Nós ficávamos mais com a avó, para os pais trabalharem. Minha mãe trabalhava de doméstica e tínhamos dificuldade de ter materiais escolares e estudar de uniforme limpo, que era uma exigência. Mas meus pais sempre batalhando para a gente conseguir um. E nossa família tem uma história de pobreza mesmo. E numa dessas crises, meu pai desempregado, minha mãe trabalhando de doméstica nessa favela, a gente morando num barraquinho, que molhava tudo quando vinha chuva, passaram as pessoas do MST fazendo trabalho de base... (CRISTIANE, 23, Minas Gerais, Coletivo Nacional de Gênero).

O trabalho de base a que a narradora se refere é a atividade que o(a) militante faz com as massas urbanas para organizá-las. Através dessa ação, o MST tem agregado diferentes tipos de trabalhadores(as) assalariados(as), desempregados(as), moradores de rua, configurando um novo perfil para os(as) acampados(as) e assentados(as). Em duas entrevistas sobre o assunto, Francisco Graziano discorre sobre a nova feição dos(as) Sem Terra, afirmando, em dezembro de 2004: "O estoque de militantes está se extinguindo, e, por isso, o MST precisa recrutar nas cidades. [...] Eles estão fabricando sem-terra." (RIZEK, 2004, p. 64). Alguns meses antes, em entrevista concedida ao jornalista José Edward (2004, p. 68), assim se referia ao que denominou de "incrível fábrica de sem-terra montada pelo movimento":

> O MST transforma, como que num passe de mágica, desempregados urbanos que nunca plantaram um pé de couve, em trabalhadores sem-terra. [...] Essa fábrica de sem-terra precisa ser desmascarada, sob pena de o país ficar eternamente refém dela. A lógica desse processo é equivocada, pois está alicerçada na idéia que pressupõe ser possível transformar párias em agricultores eficientes em pleno século XXI.

Em face de posições como esta, cabem duas indagações: para ser agricultor ou agricultora será mesmo necessária uma habilidade inata, uma disposição natural geneticamente herdada, ou então capacidades adquiridas pelas experiências anteriores de vida e de trabalho no campo? O que dizer das possibilidades de aprendizagem que têm as pessoas no sentido da aquisição de competências para lavrar a terra ou criar animais, como ocorre no exercício de atividades na indústria ou no comércio?

A quase totalidade dos(as) narradores(as) relata de forma muito resumida a sua situação existencial anterior à inserção no MST. Considerando a seletividade da memória e a diversidade de motivos que condicionam a triagem das recordações, penso que a brevidade das exposições pode tanto ser conseqüência da evitação de lembranças dolorosas, quanto da atribuição de maior importância aos acontecimentos posteriores às suas vinculações ao Movimento.

2.2 O MOVIMENTO DE APROXIMAÇÃO E INSERÇÃO DOS SUJEITOS NO MST

Ao discorrer sobre origens e características das pessoas integrantes dos movimentos de sem-terra, Duailibi e Cabral (2006, p. 51) asseguram que boa parte da massa que compõe essas organizações "é formada por brasileiros pobres e humildes, que querem

apenas um meio para melhorar de vida. Gente simples que, em condições de normalidade, jamais patrocinaria cenas de vandalismo explicito".

Mas quais seriam, na perspectiva dos sujeitos, as motivações que os impulsionaram a aproximarem-se e, posteriormente, aderirem ao MST? Em seus depoimentos, as pessoas, em sua quase totalidade, relacionam sua aproximação e inserção no MST ao desejo (vontade e necessidade) de obtenção de terra para trabalho e, conseqüentemente, condições dignas de vida. Essa organização popular se apresenta como uma opção viável e imediata, diante do desespero, da falta de perspectivas e do anseio que têm as pessoas de permanecer no campo[48]. Por essa razão, o jurista e diplomata Rubens Ricupero entende que: "[...] ninguém, por grande agitador que seja, é capaz de levar dezenas de milhares de pessoas à ação organizada, a fazer homens e mulheres afrontar a brutalidade de jagunços e policiais até o sacrifício da vida, se não houver por trás muito desespero e sofrimento." (RICUPERO, 1998, p. 157).

Mesmo quando determinadas conjunturas condicionam o deslocamento dos(as) trabalhadores e trabalhadoras rurais para a cidade, estes mantêm, afetivamente, uma íntima ligação com a terra.

Um dos narradores participou das articulações para criação do MST, por pertencer ao Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), instituído para resolução do problema que se abateu sobre os camponeses e as camponesas atingidos pela barragem de Itaipu.

> Foi aí que surgiu a idéia de fundar esse movimento aqui no Oeste do Paraná, chamado MASTRO. A letra O no final representa a região Oeste. Depois foi criando nomes semelhantes em outras regiões: o Norte acabava com N, o Sudoeste com S. Mas o primeiro movimento organizado foi nessa região, com o pessoal do Lago de Itaipu. E como tinha essa conscientização, através da Pastoral, da necessidade da organização desse povo marginalizado, que tinha que deixar a terra e não tinha o que fazer na cidade, não foi tão difícil organizar o Movimento. Começaram as grandes reuniões e assembléias, com duas, três mil pessoas, mesmo dentro do regime militar, no começo da década de 1980. Mas é claro que esses encontros eram sempre muito sigilosos, muito via Igreja, porque era uma instituição que tinha um respeito grande do próprio regime militar. Alguns padres, pastores, sempre na linha de frente para tentar ser o nosso pára-choque. Quero destacar o padre Adriano, da Igreja Católica, e o pastor Fucks, da Luterana aqui da nossa região, que estavam sempre na linha de frente. É claro que nem todas as paróquias assumiam, porque até hoje é

[48] Para Martins (1997, p. 59-60), o Movimento Sem Terra "é o mais conseqüente movimento de modernização e ressocialização das populações do campo que já houve na história do Brasil. [...] você pode tirar o sujeito da mais absoluta falta de destino, da mais absoluta miséria e transformá-lo num sujeito que vive num estado de bem-estar social."

> assim: onde os pastores não eram da Teologia da Libertação, não faziam. No nosso caso, a paróquia de Medianeira foi uma das grandes paróquias aqui da região. Nós ganhamos o primeiro sindicato, onde aconteciam as grandes reuniões da região Oeste. Grandes movimentações, grandes assembléias. Surgiu a idéia de fundar o MASTRO, em 1982. E começaram as ocupações de terras. Em 1983 fizemos a primeira ocupação na Fazenda Cavernoso, em Cantagalo, centro do Paraná. E o Movimento começou a tomar corpo. (AFONSO, 51, Paraná, Assentado, Frente de Massa).

– "Então, a minha idéia era de conquistar a terra para trabalhar": a construção de uma identidade coletiva

As circunstâncias através das quais os sujeitos tomaram conhecimento da existência do MST, entraram em contato e se incorporaram ao Movimento variam de uma pessoa para outra. Registra-se uma multiplicidade de episódios, não raro incidentais, que proporcionaram a mudança de identidade de agricultores(as) sem terra, ou trabalhadores(as) sem-terra, porque membros de organizações coletivas de luta por terra, para trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, situação pela qual passou Lewy:

> Eu não conhecia MST. Na verdade, quando entrei no Movimento, 31 de julho de 1990, não entrei por convicção de luta ou pela reforma agrária... Nem sabia o que era reforma agrária. Não compreendia nada disso. Na verdade, entrei no Movimento Sem Terra porque, mesmo sendo novo, eu vivia desesperado com aquela vida que levava trabalhando na roça... Não conseguia ver perspectiva nenhuma naquilo que eu levava na vida... Não queria ir para a cidade, achava que não tinha assim jeito, condição de ir para a cidade, então, a minha idéia era de conquistar a terra para trabalhar, permanecer na terra, enfim, ter um lote de terra. Então, mesmo a família sendo contra, em julho decidi procurar o Movimento, porque não tinha ninguém do MST na região fazendo trabalho de base. Mas eu sabia que ia ter uma ocupação de terra e uns oito meses antes da ocupação comecei, meio escondido, a ir para as reuniões. Às vezes caminhava até 15 km a pé, porque eu queria participar. E assim, para começar a compreender, ver um pouquinho o que era o MST. Vieram me avisar que a ocupação ia acontecer. E a gente ocupou uma fazenda completamente improdutiva na zona das missões, Palmeira das Missões. Foi minha primeira experiência com o Movimento. Doze dias depois fomos despejados. Levei umas pancadas, acabei apanhando no dia do despejo. Essa foi a forma como me tornei Sem Terra. (MILTON LEWY, 34, Paraíba, Direção Estadual e Frente de Massa).

– "Fiquei impressionado com aquela cidade de lona preta": influências dos laços de amizade

Os amigos e as amigas são referências fundamentais na aproximação das pessoas com o MST, por convidarem-nas – face a face ou através de outros meios, como

ligações telefônicas – para visitas aos acampamentos e assentamentos ou por oferecer-lhes terra, situação vivida por José Eterno:

> Eu nasci no município de Inhumas, no Estado de Goiás. Vivia no interior, na zona rural, e depois fui para a cidade de Aparecida, neste mesmo Estado. Em seguida fui para Goiânia. Trabalhava fazendo bicos na cidade, mas estava desanimado, deslocado, vivendo na cidade. Um dia, um amigo ligou para mim, ofereceu terra através do Movimento Sem Terra e eu fui para o acampamento. Lá, fiquei impressionado com aquela cidade de lona preta. Cinco dias depois, acampei. No dia 26 de novembro de 1997, na comemoração dos cem anos da Guerra de Canudos, que aconteceu na Bahia, fizemos a primeira ocupação de terra. Hoje sou assentado no Assentamento Canudos, em Campestre, Goiás. (JOSÉ ETERNO, 55, Goiás, Assentado, Coordenador de Grupos).

Há, ainda, famílias assentadas que disponibilizam dependências de suas casas como moradias provisórias para pessoas amigas, as quais, por algum motivo, estão sem abrigo. Três entrevistados ingressaram no MST por manterem laços de amizade com integrantes do Movimento e duas foram acolhidas nas habitações de assentados(as).

– "E alguns membros do MST de Pernambuco foram fazendo um trabalho de base na feira": táticas de convencimento, mobilização, organização popular

O trabalho de base da militância do Movimento Sem Terra, realizado através de conversas com homens e mulheres nas suas residências, feiras livres, escolas, fábricas, universidades, favelas, é um forma comumente utilizada para convencer as pessoas a participarem da ação política do MST. Um quinto dos sujeitos dessa pesquisa, sete pessoas, dispuseram-se a participar de ocupações de terras a partir dos juízos formados por meio do contato com militantes e dirigentes do Movimento, a exemplo de Valdemar e José Marcos:

> Aos quinze anos fui prestar serviço na Universidade Federal da Bahia, como ajudante geral, junto com meu cunhado, que trabalhava lá também. E, posteriormente, conheci o MST, em 1992. Eu conheci na Universidade alguns companheiros: Valmir, Joelson e outros. Iam fazer debates na Universidade. E eu, curiosamente, fui participar daqueles debates e fui entendendo também a luta que a gente travava dentro de Salvador, com os estudantes, junto do MNU [Movimento Negro Unificado] e mais outros movimentos que existiam naquele município. A partir daí, comecei a ter uma relação mais próxima com o MST. Em 1996, comecei a participar ativamente da vida orgânica do Movimento. Até 1995 eu fazia parte de um acampamento, acompanhava internamente o acampamento no Recôncavo.

> Posterior a isso, vim a me engajar de fato definitivo na luta, como militante ativo da Organização. (VALDEMAR, 31, Bahia, Assentado, Setor de Formação).

> O que me fez a participar diretamente do Movimento... No ano 2000, estávamos em casa e no povoado do nosso município tinha uma feira no domingo, a feira na Vila Cruzeiro, município de Quipapá. E alguns membros do MST de Pernambuco foram fazendo um trabalho de base na feira, escolhendo as pessoas, perguntando se aceitariam fazer uma grande ocupação. E aí minha mãe se inscreveu, meus tios, e a gente fez uma grande ocupação na fazenda São Joaquim, em Jurema, que é outro município de Pernambuco. E diante desse processo todo, eu ainda não tinha bem uma visão do que era o Movimento, fui convidado a participar de um curso de formação. Como eu me destacava no acampamento, fui convidado para esse curso no Centro de Formação Paulo Freire, em Caruaru. E comecei a gostar. Nos primeiros momentos do curso, senti muita dificuldade, pessoas estranhas, o entrosamento com a turma, algumas contradições, mas superando. A gente caiu num limite certo, uma equipe, uma coordenação pedagógica muito responsável. E aí foi onde eu vim a ingressar, a começar a descobrir o MST e participar de mais ocupações, de mobilizações, de marchas, neste período do curso. E deu-se uma seqüência, a gente encerrou, saiu com um encaminhamento de trabalho de base na região agreste do Estado. (JOSÉ MARCOS, 23, Pernambuco, Acampado, Setor de Formação).

– "E foi nesse conhecer que fiz o cadastro e permaneci até hoje na luta": a influência de pais e parentes na decisão de ingressar no MST

Sete jovens dispuseram-se a tomar parte nas ações do Movimento porque seus pais resolveram acampar, para conquistar um pedaço de terra, decisão tomada devido à revolta pela exploração da sua força de trabalho e inexistência de recursos materiais necessários à sobrevivência, ou então conseguiram ser assentados. E as mães se mostram mais determinadas à incorporação na luta dos(as) Sem Terra, para darem melhores condições de vida aos filhos, muitas vezes por se constituírem em provedoras das necessidades da família ou por terem se separado dos maridos e buscarem autonomia financeira. Tais jovens, que muitas vezes viviam nas cidades trabalhando ou estudando, geralmente retornaram ao convívio com seus genitores quando estes obtiveram a posse da terra. Um deles nasceu enquanto a família ainda era acampada e dois foram pequenos para as áreas em que seus pais ficaram assentados. Dizem Messilene e Roselandia:

> Sou filha de camponês e a gente morava numa comunidade de pequenos agricultores. Em 1998, meus pais foram convidados para ir para o acampamento. Eles foram em 1999 com toda a família, mas eu fiquei na

> cidade estudando. Eu estava fazendo o Ensino Médio na época, que lá no campo não proporcionava. Fui para a cidade, meus pais foram para o acampamento. Eu sempre visitava o acampamento e achava interessante, uma coisa diferente para mim que morava lá na comunidade e não conhecia essa outra realidade. Sempre ia visitar minha família no assentamento e o Setor de Educação me convidou para trabalhar com educação de jovens e adultos, pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Eu aceitei o convite. Em 2000, fui contribuir com as escolas, com a educação do Movimento na região, o sertão do São Francisco, em Pernambuco. E aí fiquei, vim para o Movimento, entrei na militância. (MESSILENE, 24, Pernambuco, Assentada, Setor de Formação e Direção Estadual/Nacional do MST)
>
> Então quando eu cheguei de São Paulo, em 1995, meu pai já estava acampado, no acampamento Lagoa e Caldeirão, do município de Vitória da Conquista. E assim que eu cheguei, no dia 27 de dezembro, no dia 1º de janeiro eu já estava lá. 1º de janeiro de 1996. A partir desta data eu não consegui mais viver fora do Movimento. Nós chegamos por lá, ficamos acampados durante um ano, recebemos a imissão[49] de posse, continuamos ainda em acampamento, barraco de lona, mas fazendo as nossas terras, cultivando: agricultura de subsistência, para garantir o nosso sustento no processo mesmo, ainda sem ter a divisão dos lotes. Por volta de 97, a gente conseguiu o primeiro investimento para a lavoura de café e criação de gado e, também, lavoura de mandioca. Era um custeio e a gente, nesse ano, construiu as casas. Nesse assentamento foram assentadas cento e vinte famílias. Em janeiro de 98 a gente passou já a morar nas casas, que é uma única agrovila, com essas cento e vinte casas. (ROSELANDIA, 25, Bahia, Assentada, Setor de Educação).

Parentes assentados, ou na condição de militantes e dirigentes, também constituíram incentivo à entrada de três pessoas no MST: irmãos que acampam e, depois que são assentados, levam o restante da família para viver no campo e trabalhar na terra conquistada; sujeitos com diferentes graus de parentesco e que fazem parte da militância, coordenação ou direção de instâncias do Movimento Sem Terra nos Estados influenciam a participação de familiares, através de informações prestadas ou narração de acontecimentos. Conta-nos José Porfírio:

> Meu conhecimento do Movimento deu-se porque eu já tinha dois cunhados que são assentados lá no Estado, em duas fazendas: na Brasileira e na Varédia. Foi por intermédio deles, da própria família da minha esposa, que já são assentados. Foi quando eu saí da empresa e resolvi conhecer... Era contra o Movimento. Para ser sincero, não dava valor nem apoio a nenhum movimento social. E quando conheci o MST, meu sogro falou: - ali tem

[49] "Imissão de posse é o documento com que o Poder Executivo (no caso, o INCRA) recebe do Poder Judiciário a posse do imóvel desapropriado, podendo assim destinar este ao assentamento de famílias no processo de reforma agrária." (MORISSAWA, 2001, p. 249).

> uma vaga, praticamente já está saindo a desapropriação. E eu disse: - Vou conhecer. E foi nesse conhecer que fiz o cadastro e permaneci até hoje na luta. (JOSÉ PORFÍRIO, 46, Alagoas, Assentado, Setor de Direitos Humanos).

Visitar alguém da família ou passar férias em assentamentos rurais ocasionalmente resulta em permanência definitiva no local, algumas pessoas obtendo lotes vagos ou remanescentes do processo de desapropriação da fazenda.

– "Aquele ali é o povo do MST: as pessoas que dão terra para o pessoal": a sedução exercida pelas mobilizações populares

Há pessoas que, transitando pelas ruas das cidades se defrontam, inesperadamente, com atos públicos do Movimento e são atraídas pela grande quantidade de gente e de bandeiras. Ao procurarem saber do que se trata, são informadas sobre o MST, este representado no imaginário popular como um conjunto de pessoas que distribuem terra. Resolvem, assim, se juntar ao grupo, situação ocorrida com a narradora Maria Zelzuíta:

> Eu conheci o MST numa época em que fui lá a Eldorado, na Prefeitura. Ia pegar um remédio para meu menino, que estava doente. Quando vi aquela multidão de gente, muito grandera... Estava tudo fechado. Pensei: meu Deus do céu! Que negócio é esse? Fui na casa duma senhora no Km 2 e perguntei: - Dona Mariquinha, o que significa aquele tanto de gente lá na Prefeitura, com um bocado de bandeira vermelha? Ela assim: - Maria, aquele ali é o povo do MST: as pessoas que dão terra para o pessoal. Eu disse é, é? Voltei para trás, estava trabalhando ainda... Quando surgiu o cadastro, fiz esse cadastro, assisti a reunião deles lá no Trinta. Muita gente, aquelas músicas de cantoria muito bonita. Passamos o dia todo lá. Retornei à noite. Quando foi no outro dia, já peguei minha bagagem, fui para o acampamento com meu filho. Tinha que fazer barraco. Fui para o mato, tirei madeira, palha, fiz meu barraco, estourei minhas mãos todas. Ficou todo seco, fiz meu barraco e fui para debaixo. Pensei: e agora, o que é que eu vou comer, eu com meu filho? Não podia sair para trabalhar e só tinha oito dias que a gente estava lá. A gente num arruma emprego só para oito dias... Lavagem de roupa também não encontrava. Fui trabalhar dentro dos Sem Terra mesmo, no barraco de outro senhor, que se chama Marcio. Foi como consegui ficar nesse Movimento, no acampamento. Que eu acho que se esse velho senhor não tivesse me dado apoio, eu não tinha ficado, porque não tinha o que comer mais meu filho... Foi com mais de trinta dias que a gente conseguiu a cesta básica. Aí começou a melhorar um pouquinho. A cesta básica não é tão aquela, mas vinha muita milharina e dava para sobreviver, que quando a gente quer conseguir alguma coisa, a gente tem que lutar muito. (MARIA ZELZUÍTA, 42, Pará, Assentada, Trabalhadora Rural).

– “O INCRA está partindo a terra para dar para o povo pobre”: a atração exercida pelo rumor convertido em certeza

Ocorre, também, o rumor: informações vagas e imprecisas que são difundidas publicamente, comunicando pela oralidade que o INCRA está distribuindo terras para os lavradores e as lavradoras necessitados. Agricultores(as) pobres, ou pobres que não são necessariamente agricultores, mesmo sem verificar se existem evidências seguras sobre o que está sendo veiculado, reúnem-se ao conjunto de pessoas mobilizadas pelo MST. É o caso de Dona Delzuí, que revela ter sido atraída ao MST pela crença nos boatos:

> Um dia, no Rio Maria, um homem veio pra cá. Chegou lá e disse: - Ei, lá no Cem o INCRA está partindo a terra para dar para o povo pobre, que não tem casa para morar, num tem nada. Então eu disse: - Velho, sabe, vamos embora para lá, talvez a gente melhore nossa vida, ganhe o nosso, nós vamos trabalhar bem. Nós pegamos o carro de lá do Rio Maria para cá. Chegamos no Cem, uma cidade cá atrás. Nós ficamos lá. Quando chegamos, o motorista disse: para onde é que vocês vão? Eu disse: nós andamos na procura de uma terra, porque disseram que o INCRA está partindo terra, dando para o povo. E o motorista disse: - Não, não é assim. É assim: eles são os Sem Terra. Vão para lá, ficam lá. O INCRA depois é que vai fazer a vistoria. Aí é que eles vão partir a terra com os pobres, não é agora. Eu disse: pois eu quero que você me leve lá nesse lugar. Quando nós chegamos aqui, estava com 47 dias que eles vieram para cá, no dia 17 de abril. Nós chegamos, eles estavam aqui. Só aquelas varetinhas e as casinhas que estavam fazendo. Nós ficamos. Quando chegamos ali, foi no primeiro dia da cesta. Estava uma folia na casinha. Ali no grupo que nós estamos tinha um que disse: vocês andam fazendo o quê? Eu disse: - Nós andamos que nem vocês, encontrar o que vocês procuram, nós queremos também. - Pois, pode ficar aqui. Tem mais gente? - Não, só é nós dois, por hora... Eu fui fazer logo o almoço e ficou de terminar de carregar a cesta. Fiquei lá mais meu velho. Aí ele disse: - Agora vocês vão cadastrar. Vão cadastrar? Eu disse: - vamos! Do jeitinho que vocês fizerem nós fazemos. Fomos, subimos dentro da paredinha, lá para cima. Eu cadastrei e ficamos. Quando chegamos, eu num sabia nem como era. Fomos aprendendo como era que fazia, eles ensinando como era que nós trabalhávamos na luta. Fomos aprendendo e agora sei tudo que passa, estou por dentro de tudo. Até agora, graças a Deus, nunca me dei mal, nunca passei um dia de fome nem nada. Nós botamos a roça, colhemos arroz, feijão, tudo. Abóbora, gerimum, melancia, tudinho. Planta tudo. É bom, estou ali no meu barraquinho, nunca saí para lugar nenhum. Então, minha casinha é miudinha, é tampadinha de barro na frente, por trás é de palha. E agora nós vamos tampar ela todinha ao redor, de barro, para ficar bem bonita. Acho muito bom, eu e meu velho, acho muito bom. (DELZUÍ, 58, Pará, Acampada, Trabalhadora Rural).

– “Nós fazíamos um trabalho nas comunidades de base”: a ação e o envolvimento de pessoas religiosas

Padres das paróquias nas localidades em que as pessoas moram, irmãs franciscanas adeptas da Teologia da Libertação, pastores luteranos e outros religiosos, incentivaram católicos e protestantes a fazerem ocupações, a lutar por terra e reforma agrária. Esclarecem os fiéis sobre seus direitos, encorajam a participação nas mobilizações, entram em contato com o Movimento e conseguem autorização para os(as) interessados(as) acamparem, propiciam visitas aos assentamentos e acampamentos. Um seminarista e uma estudante de convento, ao realizarem atividades missionárias em áreas de acampamento ou participarem de uma Romaria da Terra e dos primeiros Jejuns pela Reforma Agrária, conheceram pessoas do MST e, a partir desse contato, foram se envolvendo nas atividades do Movimento:

> Sou filha de pequenos agricultores, descendentes de italianos que vieram no período da colonização do Brasil. Trabalhei e estudei na roça como qualquer filha de camponeses até a 8ª série. Depois fui estudar para religiosa. Fiquei quatro anos e meio num convento em Santa Catarina, de irmãs catequistas franciscanas, voltadas na Teologia da Libertação. Dentro das atividades que nós tínhamos enquanto educandas ou religiosas, duas eram muito importantes: uma Romaria da Terra e o Primeiro Jejum da Reforma Agrária do MST. E eu fui ao jejum em Florianópolis e conheci as pessoas que coordenavam o Movimento Sem Terra. Nós fazíamos um trabalho nas comunidades de base, em Blumenau. Então, ao retornar depois do jejum, tinha a Romaria da Terra. E as religiosas não permitiram que eu fosse para a Romaria, porque eu já tinha participado de uma atividade. Retornei para casa de meus pais, continuei no campo mais um ano e, a partir do contato que tive em Florianópolis, fui me envolvendo nas atividades do MST na região. Então a gente fez a primeira ocupação de terra. E a partir dessa ocupação fui convidada para participar do primeiro curso de jovens monitores do MST, um curso nacional, em sete etapas. E foi solicitado se tinha jovens disponíveis a vir para o Nordeste, ajudar a consolidar o MST. E na hora eu fui muito rápida, assim, levantei o braço e vou embora. Voltei para casa, continuei fazendo os trabalhos lá na região e recebi o informe no domingo. Na quarta já estava viajando para o Nordeste. (DILEI, 38, Paraíba, Militante, Coordenação Estadual e Direção Nacional).

– “Então a gente pensa que a luta salva muito as pessoas na vida”: experiências pregressas de luta coletiva

Existem, outrossim, sujeitos que eram membros ou tinham vinculação com movimentos sociais ou organizações populares: movimentos estudantis, de consciência negra, de mulheres, associações para diferentes finalidades e sindicatos rurais. Estes últimos, muitas vezes, solicitavam apoio na organização dos(as) trabalhadores(as) e, após participarem de

Encontros do MST, promoviam discussões e se articulavam para realizar ações políticas reivindicatórias. Em outras ocasiões, divulgavam as ações do Movimento para os sindicalizados, efetivavam reuniões com a presença de militantes Sem Terra, que dialogavam e mobilizavam os(as) trabalhadores(as) para fazerem ocupações de terra. Essa atividade sindical era mais intensa no passado, embora ainda existam sindicatos combativos, que se associam ao MST na realização de cursos para qualificar as pessoas relativamente às atividades de produção e à práxis política. Relata-nos o ex-sindicalista Alfredo:

> Eu vivia em Francisco Beltrão, no Paraná. A gente sempre esteve na agricultura com os pais, que os pais viviam na agricultura e nunca foram para a cidade. Então a gente sempre viveu com eles na agricultura, trabalhando, mas sempre defendendo a classe pobre, participando do sindicato dos trabalhadores rurais da agricultura. Conhecendo o MST desde o início, como eles agiam, a gente sabia que era uma coisa certa a luta pela terra. Então a gente pensa que a luta salva muito as pessoas na vida. Tem que lutar. Se não lutar... E nisso a gente resolveu entrar para o MST, para contribuir no que a gente pudesse. Fui convidado para participar da luta também e estou contente até hoje. (ALFREDO, 44, Paraná, Assentado, Atua no Curso de Agroecologia do ITEPA/PR).

– "Percebi de fato o que era o MST": a participação em cursos, eventos, atividades político-educativas

Tomar parte em eventos do MST, como os Congressos Nacionais, Encontros Nacionais ou Estaduais, e atividades promovidas pela Via Campesina (um sujeito); aceitar convites para realização de trabalhos com a Educação de Pessoas Jovens e Adultas ou com a Educação Infantil em áreas de assentamento (duas pessoas); assumir tarefas e responsabilidades múltiplas, denominado por alguns de militância polivalente (um sujeito); matricular-se em cursos informais, para formação de quadros políticos, ou institucionalizados, como o curso de Magistério no nível Médio ou Cursos Supletivos (três sujeitos), são igualmente razões para ingresso no Movimento. Os narradores Jonas e Renilson recordam:

> Eu participava do sindicato e a gente recebeu um convite para participar de um Congresso do MST em Brasília. Isso no ano de 1990, em torno do mês de maio. Eu nem sabia o que era MST, mas quando falaram que era para ir a Brasília, fui passear. Chegando lá, participei praticamente de todo o Encontro, mas não sabia nem do que se tratava. Fui embora sem saber o que era mesmo a Organização. O que me chamou a atenção foi a bandeira: achei a bandeira muito bonita, mas não sabia o que significava. No mesmo período o pessoal fez uma mobilização em minha região e em julho fizeram

> ocupação. E fui contribuindo com as famílias acampadas, fazendo arrecadação de alimentação e levando as informações que eu recebia no sindicato lá para minha comunidade: como é que se dava o processo da luta. Nessa história se passaram uns dois anos. No dia 1º de janeiro de 92 resolvi acampar. Fui para o acampamento no interesse de pegar um pedacinho de terra para mim. Já tinha passado um bom período trabalhando em função de adquirir esse pedaço de terra. E vi que era possível... Foi tudo tranqüilo: a área foi desapropriada e o assentamento legalizado. E acabei pegando um lote. (JONAS, 43, Rondônia, Assentado, Setor de Educação).

> Eu trabalhava no campo, nas fazendas, e minha mãe trabalhava na cidade, como doméstica. Até que um dia ela conheceu um rapaz do Movimento, numa reunião de base, que sempre fazem nos bairros e também nos povoados. E ela aceitou o convite de ir para o acampamento. A princípio não gostei muito da idéia, porque eu tinha também essa visão de que Sem Terra era aquele povo baderneiro, que era bagunceiro, que era ladrão, coisa assim. É tanto que eu passei quinze dias sem ir ao acampamento. Como sou muito apegado a minha mãe, fui visitar ela. Cheguei logo num dia de uma assembléia geral. O dirigente na época estava procurando pessoas para irem fazer cursos, estudar mais para conhecer mais a realidade, o curso de militante, nome que eles davam na época. Até hoje a gente faz alguns cursos neste sentido. Não queria ir para o curso e também só fui ao acampamento para ver minha mãe. Mas minha mãe gostou muito da idéia: chegou em casa e me aconselhou para eu ir fazer esse curso. Eu dizendo que nunca ia, que aquilo ali era negócio de um povo doido. Só que ela acabou me convencendo. Fui para o curso, em junho de 1998. Três dias nós passamos estudando questões do Movimento em si, a amplitude, as normas, como funcionava. Já saí do curso com outra concepção: percebi de fato o que era o MST. O Movimento Sem Terra não era o que a gente assistia no jornal, o que a gente via os comentários na cidade, por parte de alguns, principalmente nas fazendas onde a gente trabalhava. Depois desse curso, comecei a ingressar no Movimento. No ano de 1998. E de lá para cá a gente vem se qualificado neste sentido: faz curso, aumenta o conhecimento, a aprendizagem, e segue na luta do Movimento. (RENILSON, 22, Piauí, Assentado, Setor de Formação).

– “Então um dia pensei assim: vou ver de perto o que é que está acontecendo”: a curiosidade e o encantamento

O desejo de conhecer algo até então desconhecido e a fascinação são fortes motivos para uma aproximação e adesão ao MST. Muitas pessoas construíam representações sobre o Movimento através da televisão, revistas ou jornais – que identificavam os(as) Sem Terra como baderneiros, invasores, ladrões –, ou por “ouvir falar”, como no tempo em que aconteceu o Massacre na Curva do S, em Eldorado dos Carajás. Consideravam-no assustador, mas, ao mesmo tempo, desconfiavam da veracidade das informações e mensagens veiculadas. Passavam a observá-lo mais atenta e criticamente, fazendo, quando possível, incursões nessa

Organização para descobrir coisas novas, em conformidade com o real, com a verdade de fato, atitude tomada por Maria de Ribamar:

> Quem está fora do Movimento tem uma visão totalmente diferente: acha que são baderneiros, invasores... Então um dia pensei assim: vou ver de perto o que é que está acontecendo. Foi daí que surgiu o trabalho de base. Fiz o meu cadastro lá na Palmares, com os rapazes que estavam fazendo o trabalho de base lá, e aí viemos pra cá, para a Fazenda Peruano. Aqui nós ocupamos no dia 17 de abril de 2004, já vai fazer três anos agora que nós estamos aqui. Então eu me interessei na luta, para conhecer, na verdade, a realidade. E depois que eu conheci a realidade vi que é totalmente diferente, nós não somos invasores, nós ocupamos uma fazenda que ela não tem um trabalho social, que ela não mostra um trabalho na sociedade. Então na verdade o MST só ocupa essas áreas. Se tem uma fazenda que não está administrando seu trabalho social, ela tem que ser ocupada, até mesmo uma casa na cidade: se a pessoa tem uma casa na cidade e ela não é alugada, ela não serve para nada, só criando mato, ou servindo de depósito, de ponto de droga, ela tem que ser ocupada por uma família que realmente está vivendo alugada ou debaixo da ponte. Então eu acho que essa é a face dos Movimentos Sociais, não só o MST, mas como todos os Movimentos Sociais. E eu ingressei nessa luta porque eu queria conhecer a realidade. (MARIA DE RIBAMAR, 36, Pará, Acampada, Coordenação do Acampamento).

Estabelecido o conhecimento das áreas de acampamentos e assentamentos e a convivência com os sujeitos do MST, as pessoas experienciavam o que denominam de encantamento: com a "cidade de lona preta" e as pessoas que lá viviam; a mística e os símbolos, destacando-se a bandeira vermelha do Movimento; a organização e a maturidade das crianças, os(as) Sem Terrinha; as cantorias e a alegria das pessoas; a diversidade das manifestações artísticas da cultura presente nas atividades dos(as) Sem Terra; o mundo de novidades que se descortinava aos olhos dos(das) adolescentes: uma realidade diferente, interessante, sedutora.

O MST, portanto, conseguiu atrair um grande número de trabalhadores e trabalhadoras para sua ação política, porque criou e concretizou táticas capazes de mobilizar gente para a luta por terra. Contudo, ainda carece de formas de organizar as pessoas em torno não apenas de objetivos imediatos, mas também de metas a serem alcançadas em médio e longo prazo.

2.3 SUJEITOS EM MOVIMENTO: A PRÁXIS NO MST

2.3.1 Anotações sobre o conceito de práxis

A palavra **práxis,** do grego *praksis*, antes de ser incorporada ao domínio da filosofia, era usada na mitologia grega para nomear uma deusa muito obscura. Inserido na tradição filosófica grega, esse vocábulo passa a expressar atividade, ação, ato.

Na ótica de Vázquez (1990), a concepção de práxis, perpassa toda a história da filosofia, sendo esse um conceito interpretado e teorizado desde a sua inserção na tradição filosófica grega, especialmente nas formulações de Platão e Aristóteles[50], até a consolidação da "filosofia da práxis" marxista[51], uma nova prática da filosofia e uma filosofia da prática.

A releitura e o aprofundamento do pensamento de Marx fundamentaram a produção teórica em áreas diversas do conhecimento durante o século XX, especialmente através das análises desenvolvidas por Lênin, Lukács, Gramsci e Sartre e, mais recentemente, por meio das idéias de Sanchez Vázquez acerca da práxis enquanto categoria central da filosofia marxiana, na abordagem dos problemas do conhecimento, da história, da sociedade e do próprio ser humano.

Vázquez, na obra *Filosofia da Práxis,* define práxis como atividade prática material do homem que transforma o mundo natural e social para fazer dele um mundo humano e afirma que "Toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis" (VÁZQUEZ, 1990, p. 185), uma vez que existem outras formas de atividade, inclusive as biológicas ou instintivas, que constituem atos determinados casualmente, sem a intervenção da consciência no sentido da formulação de um resultado ideal, de uma finalidade: a

---

[50] Embora o termo práxis tenha sido utilizado por Platão – filósofo que isola a teoria das atividades práticas materiais, menosprezando o prático em relação ao teórico –, o conceito de práxis encontra na obra de Aristóteles sua máxima expressão, representando uma síntese das ações éticas, econômicas e políticas, uma prática que pressupõe a inseparabilidade entre o agente, o ato ou ação e o resultado: a ação tem seu fim em si mesma, não produz objetos exteriores ao sujeito. Na concepção aristotélica, a práxis difere da poiesis (fabricação, produção), porque nesta última o agente, a ação e o produto da ação são termos distintos e separados: a finalidade da ação está fora dela, numa obra, artefato ou objeto.

[51] Os traços fundamentais da "filosofia da práxis" são delineados por Marx nas *Teses sobre Feuerbach* (MARX; ENGELS, 2002a), nas quais o filósofo alemão define sua filosofia como a filosofia da transformação do mundo e eleva a práxis à condição de fundamento de toda relação humana e a atividade prática como fundamento, critério de verdade e finalidade do conhecimento. Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels (2002b) apresentam a teoria da práxis revolucionária, práxis que é condicionada histórica e socialmente pela produção humana. No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels (2004) explicam a forma como deve dar-se essa conversão da teoria em atos, respondendo, desse modo, a necessidades práticas, ou seja, uma teoria embasada no conhecimento da realidade, destinada a guiar uma revolução concreta – a revolução proletária – e também uma teoria da organização da revolução, da passagem da teoria à ação.

configuração na consciência de uma realidade ainda inexistente. Dessa forma, a elaboração de finalidades e a produção de conhecimento, na indissolúvel unidade pensamento/ação, resultam da atividade da consciência, o que permite ao ser humano conhecer para agir e se conhecer agindo.

Sendo a práxis uma atividade teórico/prática e ideal/material, apresenta-se como ação de um sujeito prático numa vertente dupla e simultânea: como uma atividade subjetiva, da consciência, e como atividade objetiva, exercida sobre uma realidade, independente da consciência.

A atividade prática caracteriza-se pela ação de um ser humano sobre uma matéria, objetivando a transformação do mundo exterior, este independente da consciência e da existência do sujeito prático. Nessa perspectiva, a atividade subjetiva, no plano meramente psíquico ou espiritual, por não se objetivar materialmente, não se configura como práxis. Então, embora a atividade teórica – que se opera apenas no pensamento – possa propiciar conhecimentos imprescindíveis à transformação da realidade, ela não é por si mesma uma forma de práxis, pois, como expressam Marx e Engels (2003, p. 137): "Idéias não podem *executar absolutamente nada*. Para a execução das idéias são necessários homens que ponham em ação uma força prática".

Para Vázquez, o que existe é uma unidade indissolúvel entre teoria e prática, numa relação de autonomia e dependência mútuas. A práxis é o fundamento da teoria: os conhecimentos teóricos e as categorias lógicas são gestados e impulsionados a partir dos conhecimentos empíricos historicamente acumulados, do progresso técnico determinado pela produção e das necessidades práticas fundamentais da humanidade. A prática material produtiva gera novas perspectivas à atividade científica e ao aperfeiçoamento da técnica, num processo em que se juntam e se incorporam mutuamente teoria e prática.

2.3.2 As formas de práxis dos(das) Sem Terra

Que atividades práticas, materialmente objetivadas na indissolúvel unidade entre pensamento e ação, constituem a práxis dos sujeitos do MST?

Para responder a essa indagação, me parece necessário pontuar a diversidade de ações desenvolvidas pelos(as) Sem Terra, referentes à **produção –** agricultura, criação de animais, extrativismo e fabricação de produtos derivados dessas atividades; às **artes;** à

ciência, especificamente pesquisa científica, acadêmica; à **política,** ou seja, às lutas sociais, denominadas de práxis quando inseparáveis da elaboração de finalidades e produção de saberes.

Essas quatro formas fundamentais de práxis são destacadas pelo filósofo mexicano Adolfo Sanchez Vázquez: a **práxis produtiva** – transformação da natureza pelo trabalho humano, autoprodução e autotransformação do sujeito; a **práxis artística**, da produção ou criação de obras de arte – produção tanto material quanto espiritual de uma nova realidade, a partir da necessidade humana de expressão e objetivação; a **práxis científica** – manifestada pela atuação do pesquisador sobre um objeto material, realizando uma atividade experimental que tem por finalidade o desenvolvimento de uma teoria; a **práxis social**, que no sentido restrito é a práxis política – cuja forma mais elevada é a práxis revolucionária de grupos ou classes sociais visando à transformação da sociedade. A práxis revolucionária e a práxis produtiva constituem as dimensões essenciais do ser prático, no entanto, "as restantes formas específicas de práxis nada mais são do que formas concretas, particulares, de uma práxis total humana, graças a qual o homem como ser social e consciente humaniza os objetos e humaniza a si próprio." (VÁZQUEZ, 1990, p. 194-202).

No MST, verifica-se a existência de todas essas formas concretas e específicas de práxis, que se configuram na consciência das pessoas como uma realidade ainda não existente satisfatoriamente, mas que, pela formação ou modificação de uma matéria, transformam o mundo natural e humano em que vivem.

Assim, a **práxis produtiva**[52], refere-se às atividades econômicas, inclusive as de subsistência, nas comunidades dos(as) acampados(as) e assentados(as), sendo estas últimas predominantes nos acampamentos, embora nos assentamentos existam também atividades que visam atender às necessidades básicas de sustento do(a) trabalhador(a) rural e de sua família.

Ao tratar das atividades produtivas dos(as) Sem Terra, o filósofo liberal gaúcho Denis Rosenfield (2006, p. 333) as considera como

> uma espécie de trabalho forçado, que obriga os acampados a trabalhar para o MST, que se diz, evidentemente, o seu representante. O que interessa assinalar, além do caráter forçado desse trabalho, é que o MST, desde os acampamentos, tem pessoas trabalhando para ele, viabilizando, assim, o seu caixa, que será usado para novas invasões.

[52] A organização da produção nos assentamentos rurais do MST – atividades produtivas, cooperação agrícola, agroindustrialização, comercialização de produtos, práticas agroecológicas – e os problemas decorrentes desse processo fazem parte do sexto capítulo.

De fato, o que os(as) assentados(as) praticam é a pluriatividade, o exercício de um conjunto diversificado de atividades econômicas, de uma multiplicidade de formas de trabalho agrícola e doméstico, e de renda, no interior dos lotes ou exteriores às unidades de produção familiar: plantio, criação de animais, beneficiamento de produtos, extrativismo vegetal e mineral.

No que se refere à **práxis artística,** a Arte no Movimento Sem Terra é tomada como expressão criativa, resultante de uma capacidade exclusiva e universal do ser humano, que pode dela fazer uso para a satisfação de necessidades, obtenção de prazer ou como instrumento de libertação. Essa forma de práxis manifesta-se no MST em todas as suas configurações, como uma arte popular, que é

> expressão profunda das aspirações e interesses do povo, numa dada fase histórica, e, como tal, mantém certa relação com a política, mas esta relação, por um lado, não é exterior, algo que se imponha de fora, e, por outro, não é direta e imediata. [...] a arte verdadeiramente popular – em todas as épocas – sempre esteve em estreito contato com a vida humana, com o povo, revelando assim um profundo conteúdo ideológico. É uma arte tendenciosa. Longe de dominar ao longo da história da arte, a gratuidade e irresponsabilidade artísticas – que são hoje elevadas à categoria de princípio diretor da criação – aparecem apenas numa fase tardia da sociedade burguesa, como uma negativa do artista a servir à moral, à política ou à religião burguesas. [...] A arte popular é profundamente tendenciosa precisamente porque expressa os mais elevados interesses de um povo numa fase histórica dada, mas isto não quer dizer que a arte se reduza à sua tendência e que o artístico se dissolva no político. (VÁZQUEZ, 1978, p. 304-305).

Através de um Coletivo de Cultura, o Movimento realiza cursos e oficinas de música, teatro, artes plásticas e promove eventos, como os festivais latino-americanos de música camponesa, as semanas nacionais de cultura e reforma agrária, os encontros nacionais de violeiros, com o objetivo de divulgar as manifestações artísticas da cultura camponesa: fotografias, teatro, música, artesanato, danças, tradições folclóricas, artes plásticas cinema e vídeo. “Sem a arte, a luta se entristece” (BÖNHENBERGER, 2007).

Na Literatura, registra-se uma vasta produção de poemas, cordel e outras formas de criação literária, destacando-se a força da linguagem poética de Ademar Bogo, filósofo e poeta, e de Zé Pinto, músico e trovador, além da existência de um grande número de poetas, cantadores e contadoras que compõem produções escritas politicamente articuladas, registrando inquietações existenciais relativas à condição humana; rememorando passagens da vida pessoal, da história da humanidade e da realidade nacional; realizando

sínteses das experiências vividas nas lutas coletivas; registrando situações do cotidiano; abordando problemas sociais; reivindicando reforma agrária e dignidade humana; expressando esperança, amor, religiosidade, desejo de liberdade, vida que brota do chão, sofrimento, como no poema abaixo, de Ademar Bogo:

Joaquim morreu de amor
Por acaso sentiu dor?
Para onde queria ir
Não poderia sentir!
A paixão dentro do peito
Era mais do que respeito
Era um jeito tão perfeito
De dizer o seu amor.
Não queria a despedida
Por isso abreviou a vida
E agora se vai também
À procura de seu bem
Que está lá em alguma nuvem
Está bem, está bem...
Renascerá numa planta
Ressurgirá numa flor
Mas todos nós saberemos
Que Joaquim morreu de amor.

Na Música, os(as) poetas-cantadores(as) do MST criam composições sobre e para a luta, canções que registram a memória do Movimento, intentam conscientizar as pessoas, produzem animação, sob a forma de músicas que são compostas especialmente para animar os marchantes em suas caminhadas e outras atividades do Movimento[53]. Muitas dessas produções são socializadas através de CDs, desde o primeiro – *Arte em Movimento* (1997), seguindo-se outros: *Canções que Abraçam os Sonhos (1998)*, *Uma Prosa Sobre Nós*, de Zé Pinto (2000), *Plantando Cirandas*, CD, fita e livreto com canções infantis (2000), *Um canto pela Paz* (2002), *Canções Marchantes* (2005), *Cantares da Educação do Campo*, CD e livreto com as letras cifradas das canções (2006), *Canções para a Liberdade* (2006), *Cd Zé Pinto* (2006), *CD Marcial Congo* (2006). Diz uma das canções do primeiro CD do MST:

[53] Há, também, músicas compostas e gravadas por Chico Buarque e Milton Nascimento no *CD Terra*, com fotografias de Sebastião Salgado: "A novidade/Que tem no Brejo da Cruz/É a criançada/Se alimentar de luz" (BUARQUE, 1997). Em outros CDs, além das canções interpretadas por militantes do MST, convidados especiais como Leci Brandão, Chico César, Zé Geraldo, Fabio Paes, Vânia Bastos, coral da USP e outros profissionais da área de música apóiam a construção da práxis artística musical do Movimento.

Queremos que abrace esta terra
por ela quem sente paixão
quem põe com carinho a
semente pra alimentar a Nação.
A ordem é ninguém passar fome
Progresso é o povo feliz
A Reforma Agrária é a volta
do agricultor à raiz
(Zé Pinto, CD *Arte em Movimento*, 1997).

O Artesanato, às vezes denominado de arte folclórica ou de arte popular, é outra forma de práxis artística do Movimento. Há pessoas que utilizando barro, madeira, pedra ou mármore, plasmam a matéria produzindo esculturas. Outras cortam ou fazem sulcos em madeira ou no metal, produzindo peças utilitárias, decorativas, lúdicas ou pedagógicas. Alguns praticam a medicina popular, denominado de artesanato terapêutico, ou a citoplástica, que é a arte comestível dos doceiros ou quituteiros. Sem nenhuma formação em escolas de arte, muitos artesãos e artesãs do Movimento produzem peças de reconhecido valor estético e artístico, sendo a Arte, na maioria das vezes, inseparável do trabalho, uma vez que os objetos produzidos destinam-se à comercialização, por se constituírem em uma alternativa de renda.

A Arquitetura se refere à arte ou técnica de organizar o espaço habitado pelo ser humano e os elementos componentes desse espaço. No MST, as pessoas dedicam-se à construção de prédios, casas, igrejas, escolas e outros edifícios, além de mobiliário: objetos móveis para uso, adorno interior de uma casa ou ambiente. Constroem abrigos, instalações sanitárias, objetos para diversão, poços artesianos, praças, jardins, viveiros de mudas de plantas e árvores frutíferas, casas de farinha, estações de piscicultura, currais, estufas.

Na formação de acampamentos, os barracos de lona ou plástico preto, de bambu, de folhas de buriti e outros tipos de palha ou de taipa são as primeiras construções realizadas pelos(as) Sem Terra. No assentamento, manifestam a preocupação em erguer casas e outras edificações de baixo custo, através da técnica da bioconstrução, com vistas a interferir o mínimo possível no meio ambiente, observando-se os princípios da estabilidade e utilidade, mas também a preocupação com a beleza.

Nessa perspectiva, a Escola Nacional Florestan Fernandes, centro de formação dos militantes e dirigentes do MST, foi construída com tijolos de solo-cimento fabricados na própria Escola, retirando-se a terra do local, com menor agressão à natureza. Além de serem mais resistentes, dispensam o uso de fornalhas, evitando a queima de madeira, e exigem menor esforço para sua fixação, dispensando reboco, contribuindo para diminuir a quantidade de aço, ferro e cimento empregados e para a redução do custo da obra. Esse tipo de manuseio

toma em consideração um princípio fundamental para o MST: preservar e saber utilizar racionalmente os recursos naturais.

Existem, também, as Pinturas e Desenhos, que ressignificam os símbolos da história coletiva e dos desejos dos sujeitos do MST, como as ferramentas – facões, foices e machados; a cerca de arame farpado, uma barreira a ser transposta; a bandeira do Movimento, representando o sangue, a paz, a esperança, o luto, a organização nacional do MST, os protagonistas dessa luta e as ferramentas de trabalho, luta e resistência dos(as) Sem Terra; a terra, que germina a semente para o nascimento e frutificação da vida. Também representam os barracos de lona preta, a solidariedade, a resistência camponesa, as ocupações de terra, a fome, a cultura popular, a paz e a harmonia, o desejo humano... Essas obras se encontram em espaços diversos do MST, tanto nas instâncias administrativas, quanto em escolas, assentamentos, centros de formação política, entre outros.

Os murais, concebidos e pintados coletivamente e geralmente coordenados por artistas experientes, são emblemas dos temas que demarcam os congressos estaduais e nacionais do MST, ou das marchas pela reforma agrária, atuando, ainda, como reforço aos símbolos do Movimento. Os painéis, em regra comemorativos da educação, da identidade latino-americana, da reforma agrária, se fazem presentes nos congressos nacionais, cursos, semanas nacionais de cultura e reforma agrária.

Desenhos de crianças representam as suas percepções sobre a exploração e a opressão das classes subalternas, a violência no Brasil, a força do MST, e resultam de três concursos nacionais promovidos nas escolas dos acampamentos e assentamentos: *O Brasil que queremos*: seus projetos de vida resultantes da experiência de privações e renúncias e de uma vida incerta; *Brasil, quantos anos você tem?*, uma revisão da historiografia oficial; *Feliz Aniversário, MST*: o impacto do Movimento sobre as vidas das crianças.

Em relação à Dança, O Movimento Sem Terra utiliza elementos da tradição cultural popular do Brasil rural, numa diversidade de ritmos e bailados, representação das variadas expressões étnicas e regionais. Diferentes tradições de Dança são apresentadas, na forma de Ritmos da Terra: o xaxado, o coco, o forró, o frevo, o maracatu, a ciranda e a capoeira, danças predominantemente nordestinas; o "break-dancing", inventado pelos porto-riquenhos; o hip-hop, movimento criado com o objetivo de apaziguar as brigas dos jovens negros e hispânicos nos bailes norte-americanos; o "rap", gênero musical surgido por volta de 1970 nos Estados Unidos; danças nativas de origem indígena; o carimbó, tipicamente paraense, com vários ritmos; as danças gaúchas, marcadas pela influência das culturas espanhola, portuguesa e francesa, às vezes caracterizada por movimentos e sapateados fortes e

até violentos; enfim, danças características de cada região, mantidas pela tradição brasileira e transformadas pelo dinamismo da nossa cultura. A Dança é uma forma de expressão artística que transmite sentimentos e idéias através dos movimentos criados e expressados pelo próprio corpo: corpo em movimento.

Na denominada sétima arte, o Cinema, o Setor de Comunicação e Cultura do MST tem produzido uma grande quantidade e diversidade de filmes[54], em iniciativas isoladas do Movimento ou em parcerias com instituições públicas, organizações de luta da classe proletária e com setores da Igreja Católica[55].

São imagens que expõem as principais estratégias de luta do MST, seus símbolos de resistência, o cotidiano e o sistema de organização das famílias de Sem Terra nos acampamentos e assentamentos, as quais buscam protagonizar sua própria história e contribuir para a construção de uma nova sociedade. Também denunciam as conspirações para incriminar lideranças do Movimento, a violação dos direitos humanos e os massacres e tragédias, com vítimas fatais ou pessoas mutiladas e abandonadas pelo governo, bem como a impunidade concedida aos executores e mandantes dos crimes cometidos. Explicam, ainda, as implicações do agronegócio sobre a agricultura e a produção de alimentos, além das conseqüências da implantação dos projetos de empresas como a Veracel e a Aracruz Celulose.

Para democratizar o cinema no campo, o MST vem desenvolvendo o projeto *O Cinema na Terra,* que tem por objetivo a projeção e discussão de filmes na zona rural, inicialmente curtas-metragens sobre a história do MST e da luta pela terra e, posteriormente, longas-metragens.

No que concerne à Fotografia, esta é para os(as) Sem Terra meio de expressão e representação estética da realidade, da sociedade capitalista e da vida cotidiana da classe proletária, dimensionada pela exploração dos(das) trabalhadores(as), pelos conflitos de classe. Como veículo de informações sobre o mundo e de propaganda, as fotografias são documentos

---

[54] Em uma tentativa de organização cronológica dessas produções cinematográficas, podemos destacar os seguintes filmes, de curta ou longa-metragem, destacando-se, em termos de produção de âmbito nacional: *Eldorado dos Carajás - 10 anos de mortes e impunidade* (2006), *Resistir e Saber Cuidar – Experiências Agroecológicas em Assentamentos da Reforma Agrária* (2006), *Rompendo o silêncio* (2006), *Um homem, uma mulher, uma bandeira* (2002), *Terra é mais do que terra* (2002), *4º Congresso Nacional do MST* (2000), *Conversando com crianças* (1998), *Cinco séculos de paciência e ternura* (1997), *Zé Rainha é inocente* (2000). Em se tratando de produções localizadas, as mais relevantes são: *Brava gente brasileira* (2006), *Arte de lutar: 20 anos do MST no Espírito Santo* (2004), *A Veracel no abril vermelho* (2004), *O futuro da terra (2002), Uma luta de todos* (2000), *Arquiteto da violência* (2000), *Terra e Vida Catarina* (1994).

[55] Numa incursão por sítios da internet que expõem dados sobre produções de filmes, tomando como referencial de pesquisa o MST, constatei a existência de uma extensa produção videográfica sobre o Movimento Sem Terra, no período de 1981 a 2005, cujo conteúdo engloba temáticas diversas concernentes a essa Organização popular da classe proletária (APÊNDICE D).

de denúncia e anúncio, declaração da exterioridade das coisas, porque são experiências indissociáveis do real.

São reflexo das vivências cotidianas e das aspirações de seres humanos que têm a esperança por princípio. São retratos da violência: desocupações de fazendas**,** despejos, massacres; da produção – agricultura, criação de animais, extrativismo, agroindustrialização – e dos produtos dela resultantes; da educação: escolas, salas de aula improvisadas, Encontros e outros eventos, Ciranda Infantil, atividades lúdicas, educação de pessoas jovens e adultas.

Registram atos políticos, como as mobilizações, marchas, manifestações públicas, ocupações de terras, de empresas transnacionais e de prédios públicos, comemorações, protestos, reivindicações; a vida nos assentamentos e acampamentos do MST nos vinte e três Estados do Brasil em que este se encontra organizado e no Distrito Federal; a mística e os sujeitos políticos do Movimento – lideranças, militantes, trabalhadores(as) rurais, entre outras temáticas, objetos e sujeitos.

O MST possui, em suas secretarias regionais, estaduais e nacionais, arquivos documentais de fotografias, iniciados há mais de vinte anos, vez que o Movimento fotografa-se a si mesmo desde sua gênese, constituindo, assim, um acervo de imagens de sua história.

Há, ainda, enquanto práxis artística, o Teatro: um instrumento para a apreensão, compreensão e transformação da realidade, sintetizando várias formas de arte; entrelaçando e aprofundando o pensar, o sentir, o querer e o agir das pessoas; complementando representações e explicações científicas; oferecendo para o indivíduo uma troca de perspectiva da visão de si mesmo e do mundo à sua volta e, também, um ambiente para que ele possa, na ficção, experimentar ações e verificar as reações emanadas.

Fundamentado na potencialidade transformadora do Teatro – síntese de várias formas de expressão artística – o MST configura-o como uma atividade cultural capaz de propiciar a elaboração de certa estruturação do mundo e dos humanos. As técnicas teatrais criam a representação do real e do universo interior de homens e mulheres, contribuindo para o autoconhecimento por parte das pessoas, para a compreensão sobre o outro e interpretação e transformação da realidade. Incentivam a participação ativa e democrática de sujeitos das camadas subalternas da sociedade, criando condições para que as pessoas se apropriem dos meios de produzir Teatro, visando à difusão das manifestações artísticas da cultura local, simultaneamente à reflexão e mobilização para a conquista, ampliação e sedimentação de direitos civis, políticos e sociais.

Tal participação impulsiona a reação e fortalece a resistência dos grupos populares às forças antagônicas. Essas conquistas, também resultantes de outros processos de

luta das organizações da classe proletária, são reforçadas pela prática do Teatro Popular, construída pelos atores e espectadores das produções teatrais. No ano de 2007, o MST possuía cerca de trinta grupos de teatro organizados em acampamentos e assentamentos, com atuação local, regional e nacional, nos centros urbanos e no campo e um Curso de Graduação em Artes Cênicas, em convênio com a Universidade Federal do Piauí.

Com o Teatro, o Movimento Sem Terra busca promover a compreensão e o questionamento das relações de poder existentes na sociedade. Utiliza-o como instrumento pedagógico útil à discussão dos problemas comunitários, à construção de alternativas ao atendimento das demandas da população, como também para a ampliação dos canais de comunicação: dinamização de reuniões, integração entre crianças, jovens, pessoas adultas e idosas, exposição de idéias, elaboração, divulgação e discussão de propostas e práticas, abrindo espaços de diálogo e de participação dos(as) proletários(as).

Diante do exposto, podemos inferir que a práxis artística no MST tem por função: o fortalecimento da memória das lutas passadas; a divulgação da história da luta pela terra, dos objetivos, características, ações do MST; a apropriação ou sedimentação de valores; a constituição e aprofundamento de formas mais elevadas de consciência dos(as) trabalhadores(as) e outros(as) militantes do Movimento; a produção de uma contra-hegemonia em relação aos meios de comunicação e a disseminação e sustentação das utopias.

> Há arte nas formas de se organizar, educar e produzir, porque há sonhos sendo construídos pela combinação dos gestos de cada mão. A arte na luta pela reforma agrária é o elemento que dá colorido aos passos que desenvolvemos, conscientemente. (BÖNHENBERGER, 2007).

Na pesquisa que fundamentou a construção desta tese, constatei que todas as pessoas com as quais dialoguei desenvolvem alguma modalidade de arte, às vezes várias das suas formas, por meio da própria inclusão em Coletivos de Cultura do MST ou através de produções individuais e coletivas: poemas, músicas, literatura de cordel, peças teatrais, pinturas, desenhos, artesanato, construção de barracos, casas, escolas e outras edificações, além da fabricação de mobiliário e construção de elementos para organização e embelezamento dos seus espaços de vivência.

Há militantes responsáveis pelo registro fotográfico e videográfico das lutas, eventos e outras ações do Movimento Sem Terra. Existem, também, cantadores, violeiros, cantores(as), atores e atrizes. Nesse sentido da interpretação de personagens, há um

envolvimento constante de todos os sujeitos, uma vez que as místicas do MST têm a arte cênica como componente essencial e são apresentadas em todas as atividades do Movimento: encontros, cursos, congressos, marchas, reuniões, festas, atos públicos... Há, ainda, a participação de algumas pessoas nas representações teatrais propriamente ditas, construídas como alternativas às manifestações artísticas da cultura capitalista.

A práxis artística dos homens e mulheres que compõem o MST, conseqüentemente, oportuniza a essas pessoas a transcendência da condição de consumidores passivos de bens culturais originários das cidades a protagonistas de variadas formas de arte, as quais retratam, reforçam e politizam as lutas sociais dos(as) Sem Terra.

Quanto à **práxis científica**, as primeiras discussões sobre a pesquisa no MST datam de 1993, quando o Movimento iniciou um debate acerca da *Pesquisa do Ponto de Vista dos Movimentos Populares*, sendo que

> Desde então, pela territorialização e desenvolvimento do Movimento com a criação e ampliação dos setores de atividades, do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA e das parcerias com diversas universidades, os estudos e as pesquisas tornaram-se práticas cotidianas. (FERNANDES, 2001b, p. 9).

Assim, trabalhos de conclusão de curso no Ensino Médio, na graduação e na pós-graduação[56] suscitaram a necessidade de qualificação, intensificação e fortalecimento da pesquisa e articulação entre pesquisadores(as) da academia e do MST. Então, a partir do início da década de 1990, realizaram-se encontros, reuniões e outros eventos, sendo elaborada uma agenda de pesquisa do MST, a qual possui várias versões, desde a primeira, criada em 1998, até a quarta versão, elaborada no ano 2000. Reúne as áreas fundamentais do conhecimento, "de acordo com as experiências e a forma de organização do Movimento, propõe linhas de pesquisa[57] e diversos eixos temáticos, conforme os objetivos e os interesses em compreender as questões das realidades a serem estudadas" (FERNANDES, 2001b, p. 92).

Atualmente, os principais espaços de pesquisa do MST são os cursos de Magistério (ou Normal Médio), de Pedagogia da Terra, de Pós-graduação (Especialização e Mestrado), Extensão e Aperfeiçoamento – realizados por meio de convênios com

---

[56] Dentre as pesquisas realizadas pelos próprios integrantes do MST, destaco os trabalhos de Araújo (2007), Strozake (2006), Araújo (2005), Silva (2005), Ribeiro (2004), Caldart (2000), Pizetta (1999), Fernandes (1994).

[57] Na quarta versão da agenda de pesquisa do MST, são definidas áreas de concentração, linhas de pesquisa e eixos temáticos, sendo as primeiras referentes a: 1) educação e formação; 2) estratégias de construção do sistema cooperativista dos assentados; 3) direito e questão agrária; 4) organicidade do MST; 5) desenvolvimento humano; 6) história e geografia camponesa; 7) cultura. (FERNANDES, 2001b, p. 104-111).

universidades públicas de diversos Estados; o ITERRA e os Setores do Movimento, a exemplo do Coletivo de Gênero e do Setor de Educação; e o Centro de Documentação do MST – DATALUTA, ao qual já me referi no capítulo anterior.

O MST e a Via Campesina, conforme Stédile (2007)[58] têm uma pauta comum de inquietudes sobre os desafios dos Movimentos Sociais do proletariado, sendo imprescindível o acúmulo de conhecimentos para superá-los. Através da pesquisa, pode-se produzir o intelectual coletivo da classe proletária, a fim de que os próprios movimentos se transformem em espaços de produção intelectual dessa classe. A pesquisa serve e servirá, então, para o conhecimento da realidade e a intervenção para transformá-la, para a politização das pessoas e formação de identidades coletivas de classe, visando à alteração da correlação de forças na sociedade: um processo para aprofundamento do conhecimento e um procedimento de luta política, constituindo-se em necessidade fundamental para resolução dos problemas da luta de classes[59].

Por outro lado, devido à pretensão de concretizar "um Projeto Popular Soberano para a Agricultura Camponesa e Familiar, fundamentado na Agroecologia" (VALADÃO et al, 2006), ou seja, conquistar a posse da terra, preservando os recursos naturais – a própria terra, a água, sementes e toda a biodiversidade –, com a passagem de uma agricultura química para a produção de uma lavoura camponesa sem agrotóxicos ou fertilizantes e livre de sementes híbridas, os transgênicos, o MST tem gerado pesquisas e experimentos, com base na convicção de que

> Cada família de agricultores precisa se tornar cientista de sua própria profissão, aprendendo com a natureza, com o comportamento das plantas, dos animais e do meio ambiente, bem como buscar conhecimentos sistematizados pelos estudos científicos acumulados pela humanidade (GUTTERRES, 2006).

Neste estudo, vinte e oito pessoas realizaram ou estão realizando investigação acadêmica: para construção de trabalho final do Curso de Licenciatura em História; para produção de monografias, artigos e outros tipos de textos nos Cursos de Extensão em

---

[58] Conferência de Abertura do II Seminário Nacional "O MST e a Pesquisa" – Pesquisa e Educação em Ciência nas Escolas e Cursos Formais do MST, realizado em Guararema, São Paulo, no período de 14 a 17 de março de 2007.

[59] Stédile ressalta em sua fala a necessidade de qualificar melhor os(as) estudantes do Movimento para a pesquisa, a fim de que estes/estas se tornem militantes da classe proletária, pesquisadores revolucionários. Nesse sentido, incentiva a realização de pesquisas sobre os inimigos de classe, para a denúncia, a agitação e a propaganda, objetivando a apropriação do conhecimento pelas massas, para aprofundamento da luta política.

Realidade Brasileira; pesquisa agroecológica, situação específica do Sem Terra Alfredo, que colabora nas atividades do Curso de Agroecologia do Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITEPA), no Paraná.

Tais investigações objetivam o conhecimento e a compreensão da realidade local, nacional e mundial, com a conseqüente qualificação de militantes para uma atuação no sentido da transformação dessa realidade. Desse modo, as temáticas de pesquisa são selecionadas numa perspectiva da conciliação entre as prioridades políticas e necessidades estratégicas do Movimento e os interesses dos(as) pesquisadores(as). Em relação a essas pessoas, há diferentes graus de exigência quanto ao planejamento, elaboração e concretização de pesquisas, por situarem-se em níveis dessemelhantes de escolarização, terem distintos graus de compreensão acerca dos processos sociais, das relações de produção capitalistas, da dinâmica da luta de classes.

Mesmo os(as) que freqüentam cursos superiores, estão ainda num patamar de iniciação à pesquisa. Existem, no entanto, educandos(as) que, por suas experiências de vida e de trabalho anteriores ao MST, pelo período de tempo e atividades na militância do Movimento, oportunidades de estudo, entre outras circunstâncias, apresentam maiores condições de pesquisar, teorizar, formular alternativas para a solução de problemas ou para os enfrentamentos inerentes às lutas da classe proletária, situação evidenciada pela produção escrita e atividades práticas realizadas.

Além das pesquisas acadêmicas e agroecológicas, é comum a realização de mapeamentos ou diagnósticos nos assentamentos e acampamentos, especialmente no que se refere à identificação das condições de escolaridade da população dessas comunidades, para a objetivação de espaços e práticas educativas para crianças, jovens e pessoas adultas do Movimento Sem Terra.

Em relação à **práxis política**, o MST ordena, metodicamente, modalidades distintas de luta (MORISSAWA, 2001): 1) **ocupação de terras** – forma de luta mais importante na historiografia do MST, em que esse segmento organizado da sociedade mobiliza-se para a causa da reforma agrária; 2) **acampamentos permanentes e provisórios** – no primeiro caso, os(as) Sem Terra se estabelecem em determinada área, geralmente à beira de uma rodovia, até que todos os acampados e acampadas sejam assentados. No segundo, o objetivo é chamar a atenção das autoridades e da sociedade, elaborar encaminhamentos para a luta e apresentar reivindicações, contextos nos quais são promovidas atividades educativas, de sensibilização da opinião pública e de pressão sobre os governantes; 3) **marchas pelas rodovias** – que objetivam chamar a atenção da população para os problemas dos(as) Sem

Terra e exigir o cumprimento da legislação do País, em especial da Constituição brasileira; 4) **jejuns e greves de fome** – que constituem formas de pressão para atendimento às reivindicações dos trabalhadores e das trabalhadoras Sem Terra; 5) **ocupações de prédios públicos** – as quais, realizadas em locais onde estão sediados os órgãos envolvidos nas reivindicações, visam tornar público o não cumprimento dos compromissos assumidos e abrir canais de negociação; 6) **acampamentos nas capitais** – no centro dessas cidades, diante de tribunais ou no interior de órgãos públicos, objetivam expor para toda a sociedade as condições de um acampamento ou, ainda, exigir que em situações de iniqüidade seja feita justiça; 7) **acampamentos diante de bancos** – forma de pressão utilizada para exigir que as agências bancárias viabilizem a liberação de empréstimos e recursos para organização do assentamento e da produção; 8) **vigílias** – manifestações que duram um pequeno período, mas que se mantêm dia e noite, podendo ser de protesto contra injustiças ou de solidariedade; 9) **manifestações e passeatas nas grandes cidades** – utilizadas para protestar contra a política do governo e chamar a atenção da população para os seus problemas.

Todas as quatro formas fundamentais de práxis existentes nas práticas do MST encontram-se dialeticamente entrelaçadas, reciprocamente solidificando-se. Assim, não é possível considerar uma das formas à parte das outras, mesmo porque a práxis humana tem uma dimensão totalizadora. Creio ser importante ressaltar, no entanto, que, sem perder de vista as práxis produtiva, artística e científica dos(as) Sem Terra, interessa-me prioritariamente a práxis política desses sujeitos, porquanto tenho argumentado que as lutas sociais MST – reflexão, mobilização, organização e ação coletivas – são esferas de produção de saberes e de sabedoria pelos(as) Sem Terra.

De forma resumida, abordarei a seguir as atividades de educação formal e não-formal dos sujeitos da pesquisa, considerando-se que relaciono práxis política dos(as) Sem Terra, produção de saberes e formação integral das pessoas, mas atentando para o fato de que esse não é um processo espontaneísta: ação e pensamento formam uma unidade indissolúvel, construída através da participação nas formas específicas de luta do Movimento, simultaneamente à participação nas atividades de formação política promovidas pelo MST.

Essa formação perpassa todos os espaços em que se materializam as práticas educativas do Movimento: escolas construídas nos assentamentos ou escolas itinerantes nos acampamentos, centros e institutos de educação do Movimento, universidades e outras instituições públicas de ensino, Escola Nacional Florestan Fernandes, bem como nas marchas, atos públicos, vigílias, manifestações reivindicativas ou de protesto, abertura de pedágios, interdição de rodovias, entre outras, como o trabalho de base.

Para uma análise mais precisa acerca da trajetória de escolarização dos(as) narradores(as) participantes da pesquisa, coletei dados referentes ao nível de escolaridade das pessoas ao ingressarem no MST, comparando com a condição atual e, também, registrando informações concernentes aos cursos que freqüentaram, oportunizados a partir da época em que se cadastraram no Movimento.

Com esse procedimento, constatei que apenas quatro dos(as) trinta e sete entrevistados(as) possuíam Ensino Médio completo quando da sua inserção no MST, situando-se vinte e nove nas séries iniciais do Ensino Fundamental ou no processo de alfabetização. Dois eram alfabetizados, sem, no entanto, terem ido à escola e dois jovens tinham menos de cinco anos quando seus pais assumiram a condição de acampados ou assentados.

Durante o processo de pesquisa, vinte e uma destas pessoas estavam cursando Graduação em História, três possuíam Ensino Médio (dois completo e um incompleto), doze posicionavam-se no Ensino Fundamental, sendo que três pessoas o completaram e nove cursaram apenas séries iniciais desse grau de ensino, dois limitando-se à alfabetização. Dois dos homens lêem e escrevem bem, mas em tempo algum freqüentaram a escola. Informações mais detalhadas sobre a escolaridade dos sujeitos constam do APÊNDICE G.

Seis moradores de acampamentos declararam que ainda não se inseriram em processos de educação escolarizada, entretanto, é patente a elevação dos níveis de formação escolar das pessoas. O MST viabiliza a matrícula dos(as) Sem Terra no Ensino Fundamental ofertado pelas escolas que administra, por outras instituições (via PRONERA) ou em cursos supletivos. Efetiva cursos de Magistério (Normal Médio) e de Formação Técnica, como Agroecologia ou Técnico em Administração Cooperativista, ou Ensino Médio à Distância, por meio de convênios com universidades ou promovidos pelo ITERRA, ITEPA ou ENFF. Promove o acesso dos(as) seus/suas militantes a cursos de graduação e de pós-graduação em parceria com instituições de ensino superior estaduais ou federais.

Quanto à formação política específica dos militantes, dirigentes e base social do Movimento, é grande a quantidade e diversidade da oferta de cursos nacionais para lideranças, militantes e base e intensa a participação dos trabalhadores e trabalhadoras do MST: Laboratórios Organizacionais de Campo, Formação Integrada à Produção – FIPs, Curso Básico para Militantes, Curso sobre Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural, Cursos para Jovens Monitores, Cursos de Dirigentes, Cursos Prolongados, Curso de Formação de Formadores, Cursos sobre Realidade Brasileira a Partir dos Grandes Pensadores Brasileiros, Curso de Teorias Sociais e Produção do Conhecimento.

Por fim, penso ser necessário ressaltar que a história de vida dos(as) entrevistados(as), seus discursos, as diferentes formas de práxis que concretizam são processos permeados por muitas contradições, que serão evidenciadas no texto dos capítulos sobre os saberes produzidos pelos(as) Sem Terra. Afinal, como observa Martins, "O pobre também é um ser de contradições, muito mais do que um simples ser de reivindicações." (MARTINS, 2004, p. 29).

PARTE II - PRÁXIS POLÍTICA E PRODUÇÃO DE SABERES NO MST

Figura 13: Curso de Realidade Brasileira, PB, 2005.

Figura 14: Estudante de Enfermagem, PA, 2006.

Figura 15: Assentamento Luanda, BA, 2004.

Figura 16: Curso de Teorias Sociais – UERJ, 2006.

Figura 17: Acampamento Lourival Santana, PA, 2006.

Figura 18: Curso de História, UFPB, 2008.

Fotos: Rita Curvelo

PARTE II - PRÁXIS POLÍTICA E PRODUÇÃO DE SABERES NO MST

A segunda parte desta tese está constituída por quatro capítulos, referentes ao pensar, sentir, querer e agir dos trabalhadores e das trabalhadoras Sem Terra.

Embora esses saberes – conhecimentos, afetos, desejos, atitudes – predominantes no discurso dos sujeitos investigados (Quadro A) – tenham sido por mim apresentados separadamente, sem dúvida, eles não se constroem de modo isolado, mas se organizam em sistemas complexos, havendo uma interconexão entre o desenvolvimento cognitivo, afetivo, volitivo e atitudinal dos trabalhadores e trabalhadoras: estão inter-relacionados e tendem a produzir-se simultaneamente. Conflitam às vezes, mas quase sempre se reforçam mutuamente. Assim, a separação das distintas categorias e subcategorias do saber produzido em capítulos e itens distintos é meramente formal, procedimento que me pareceu facilitar a descrição e a interpretação dos saberes codificados.

É preciso esclarecer que foram utilizados no processo de pesquisa fontes, procedimentos e instrumentos diversificados, e realizada interação com grande quantidade de pessoas, em cenários também variados. Assim, as informações coletadas sobre o MST, os sujeitos e seus saberes não se restringem apenas às falas dos quarenta e cinco entrevistados. Por isso, o que está escrito refere-se aos relatos orais, mas também expressam: a compreensão a respeito do que presenciei, as informações apropriadas através da leitura de textos escritos e da consulta às outras fontes documentais e a análise do conteúdo dos discursos verbalizados durante as conversas com as pessoas. Dizem respeito, ainda, aos dados registrados através da observação participante, à análise de textos – produzidos pelos(as) militantes do MST nos cursos de graduação e extensão que tenho acompanhado – e à produção teórica dos dirigentes nacionais do Movimento.

De modo geral, os sujeitos não explicitam em suas falas conceitos ou definições relacionados a categorias e subcategorias tratadas nesta tese. Todavia, dos depoimentos é possível apreender as concepções dos(as) militantes e trabalhadores(as) Sem Terra sobre aspectos tais como consciência, valores, atos morais, cultura e cultura popular, gênero, motivação, estética, poder.

Outro aspecto necessário de ser comentado é que nem sempre as pessoas dão informações ou formam juízo apenas sobre si mesmas: aproximadamente 80% dos(as) entrevistados(as) relatam sobre atitudes, sentimentos, posicionamentos, desejos de outras pessoas. Desse modo, são escassas as autodescrições alusivas a aspectos tratados nas diferentes dimensões do saber dos(as) Sem Terra, como desmotivação, fatalismo, intolerância, passividade, submissão, comodismo. O que consegui captar foi dito por alguém sobre o sentir, o pensar, o querer e o agir dos(as) outros(as).

Existem, também, os cinco depoimentos de ex-integrantes do MST. Nesse caso, três pessoas não autorizaram gravação de suas falas, impossibilitando que seus discursos fossem registrados com exatidão das palavras ditas, e duas deram permissão para isto, no entanto, solicitaram permanecer no anonimato.

QUADRO 1: PRODUÇÃO DE SABERES NAS LUTAS DO MST

DIMENSÕES	AFIRMAÇÃO	NEGAÇÃO
COGNITIVA: O Conhecer	Apropriação de conhecimentos teóricos e práticos.	Dificuldade de apreensão e/ou construção de conhecimentos científicos e superação do senso comum.
	Aprofundamento da capacidade de compreensão.	Dificuldades de compreensão.
	Assimilação de um conjunto de convenções simbólicas, representações, costumes da cultura das classes populares.	Apreensão de códigos, referências e componentes da cultura de massas.
	Desenvolvimento de condições de aplicação dos conhecimentos adquiridos.	Dificuldade de aplicar o conhecimento adquirido em situações concretas.
AFETIVA: O Sentir	Organização e adoção de valores morais e de valores estéticos: solidariedade, coletivismo, coragem, esperança, beleza.	Organização e adoção de valores antagônicos: egoísmo, individualismo, medo, desesperança.
	Conquista da libertação.	Controle social e submissão.
	Recuperação e elevação da auto-estima.	Insegurança e sentimento de inferioridade.
	Vivência de novas formas de relação interpessoal e interação social.	Dificuldades de relacionamento interindividual e de convivência coletiva.
VOLITIVA: O Querer	Aspiração à satisfação de necessidades materiais.	Renúncia gradativa às aspirações, devido à persistência de insuficiências materiais.
	Concepção e planejamento de projetos de vida.	Sentimento de desmotivação.
	Elaboração do desejo de felicidade.	Assunção de uma postura apática, descrente, passiva.
	Motivação de realização.	Ausência de aspirações para o crescimento e o êxito.
ATITUDINAL: O Agir	Formação ideológica e política.	Dificuldade de mobilização das pessoas para o estudo.
	Construção de processos de organização política e da produção.	Dificuldades na tomada de decisões, na junção de força, no envolvimento das pessoas da base social nas lutas e endividamento.
	Exercício de poderes e resistência.	Centralização de poder e comodismo.
	Intervenção na e transformação da realidade.	Acomodação, cooptação, desistência da luta.

3 A DIMENSÃO COGNITIVA: O CONHECER

> Das coisas que a gente vê, a gente nunca percebe explicação. Cada caso, tudo, tem mais *antes* do que *em ponto*. (ROSA, 2001, p. 168).

3.1 APROPRIAÇÃO DE CONHECIMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

Nos diversos períodos históricos, em diferentes sociedades, os seres humanos cultivaram e cultivam variadas formas de relacionarem-se com o mundo e entre si mesmos, originando posturas diversas frente à realidade, às suas necessidades e às formas pelas quais buscam satisfazê-las, processos que constituem a própria historicidade humana. Dentre essas relações incluem-se, para Vázquez (1999):

> 1. *A relação teórico-cognoscitiva* com que se acercam da realidade para compreendê-la. 2. *A relação prático-produtiva* com a qual intervêm materialmente na natureza e a transformam, produzindo com seu trabalho objetos que satisfaçam determinadas necessidades vitais: alimentação, vestuário, abrigo, proteção, comunicação, transporte, etc. 3. *A relação prático-utilitária* na qual utilizam ou consomem esses objetos. Em certas fases de seu desenvolvimento social, os homens contraem também outras relações, não menos vitais, como são as *mágicas*, *míticas*, ou *religiosas*. Nelas, a natureza é, respectivamente, dominada imaginariamente, entendida fantasticamente ou transcendida como símbolo de outro mundo, sobrenatural. Essas relações com a natureza são intermediadas pelas relações que os homens contraem entre si. Entre elas se encontram as relações econômicas, políticas, jurídicas e morais que, nas formas específicas que adotar cada uma delas, e com as características que lhes impõe historicamente determinada estrutura socioeconômica, se fazem necessárias para a própria existência dos indivíduos e da sociedade. (VÁZQUEZ, 1999, p. 73).

Na primeira parte deste terceiro capítulo, tratarei mais especificamente da "relação teórico-cognoscitiva" de que nos fala Vázquez, sendo a relação prático-produtiva e a relação prático-utilitária abordadas de forma por vezes mais direta, por outras menos

explícita, no desenvolvimento dos demais trechos componentes desta produção textual e no(s) capítulo(s) subseqüente(s).

Começarei por tratar do conhecimento como uma relação estabelecida entre um sujeito cognoscente e um objeto cognoscível, em que esses dois elementos permanecem separados, mas simultaneamente correlacionados. É um processo gnosiológico e intelectivo pelo qual o ser social busca explicar o mundo, e também resultado concreto da vinculação entre atividade intelectual e ação sobre a realidade, esta condicionante tanto do próprio conhecimento como da forma de conhecer.

Da práxis humana organiza-se um vasto acervo de conhecimentos e as pessoas podem, então, interpretar, enunciar, argumentar discursivamente, abstrair, dar sentido às coisas. E, como dito por José de Souza Martins, "Os movimentos sociais precisam de um sistema de conhecimento, ideológico ou não, que lhes assegure, ainda que de modo difuso, uma interpretação da realidade social sobre a qual atuam e uma interpretação dos próprios objetivos." (MARTINS, 2004, p. 59).

Em se tratando dos(as) Sem Terra, constituídos(as) pela sua historicidade, em geral ingressam no MST com um repertório de informações e idéias predominantemente do senso comum: apresentam formas elementares, imediatistas, assistemáticas, acríticas e imprecisas de conhecimento; representações fragmentárias da realidade, que ignoram as explicações causais dos fatos, e julgamentos baseados nas aparências fenomênicas das coisas. São conhecimentos elaborados no nível prático-usual, mas que respondiam às necessidades imediatas e às exigências mínimas na relação de homens e mulheres com a natureza, a sociedade e as outras pessoas, servindo, ainda, como orientação para suas ações habituais.

A fé religiosa, de forte presença na vida dos trabalhadores e trabalhadoras ao aproximarem-se do Movimento, evidenciava a crença na posse de certezas absolutas, verdades seguras reveladas, acatadas e acolhidas de forma incondicional, por basearem-se em testemunhos de origem sobrenatural – tidos como fundamentais, indiscutíveis e incontestáveis – e serem oriundos da tradição das Escrituras.

A superação do senso-comum, das verdades religiosas indiscutíveis e a ascensão de homens e mulheres a níveis mais elaborados de cultura resultam das atividades político-educativas que ocorrem nas lutas, nas escolas, como também pela mediação realizada por intelectuais orgânicos ao Movimento nos cursos e outros espaços de formação do MST, particularmente nas universidades, como explanado por uma militante paraibana:

> Claro que daí nós temos que ir num outro campo, que é buscar o conhecimento científico. Esse processo de formação do conhecimento científico, a gente vem consolidando, vem buscando bastante. Bom, nesses últimos anos, nos convênios com as universidades, saímos um pouco da informalidade. Acho que é o elemento positivo da organização, de sempre estar buscando a reflexão dessa ação prática com a ação teórica. Esse é um elemento central que a organização tem mantido. (DILEI, 38, Paraíba, Militante, Coordenação Estadual e Direção Nacional).

Gradativamente, os(as) Sem Terra adquirem uma autoconsciência e uma consciência do mundo e das suas existências nele. De modo geral os seres sociais, – da mesma forma que os(as) Sem Terra –, ao tornarem-se conscientes de si e de seus atos, dos processos históricos e da historicidade humana, tornam-se capazes de elaborar sua própria concepção de mundo, de forma crítica e coerente, o que lhes possibilita uma participação ativa na produção da história e também autonomia para guiar-se e para construir sua personalidade, sem intervenção de agentes ou forças externas. (GRAMSCI, 1995, p. 12).

Uma discussão abreviada sobre os processos de consciência dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra está posta na última parte deste terceiro capítulo.

Assim, quando estas pessoas passam a concretizar uma práxis política, consorciada com outras formas fundamentais de práxis – produtiva, artística e científica –, suas ações propiciam a apropriação de conhecimentos teóricos e práticos, a expansão da capacidade de compreensão, a construção ou refinamento das habilidades de análise e de síntese e o desenvolvimento de condições de aplicação dos conhecimentos adquiridos e/ou sedimentados. A propósito das aprendizagens construídas após a inserção no Movimento Sem Terra, ilustram dois assentados:

> Depois de acampar, aprendi a conhecer as histórias do passado e passei a compreender as lutas do povo. Aprendi muita coisa com o Movimento, com a vida no Movimento. Antes eu não tinha muita noção do governismo, das relações de poder, das causas da exclusão social. Aprendi o que é preciso fazer para melhorar, as lutas. Aprendi muito sobre a vida em si, a valorizar os ser humano, a valorizar a luta, a realizar sonhos, a brigar para ter direitos, pois soube que tenho direitos do ser humano, nossos direitos. Aprendi a valorizar as pessoas: a gente passa a ser mais amigo, mais humano. Aprendi a expressar as coisas que eu sinto. Hoje tenho mais capacidade de aprender, de viver teoria e prática. A vida nossa é uma escola. (JOSÉ ETERNO, 55, Goiás, Assentado, Coordenador de Grupos).

> Então, todo o aprendizado da vida, da conjuntura, de entender a realidade, foi através do MST, da luta. Que não tem aprendizado maior que a gente participar da luta, participar da resistência, enfrentar despejo. Isso dá uma conotação assim de a serviço de quem está o judiciário, a serviço de quem

> está a polícia, você vai percebendo a cada novo enfrentamento, além dos cursos, que são importantes. A teoria e a prática juntas vão dando uma capacidade de análise, uma capacidade de entender exatamente por que as coisas acontecem. (AFONSO, 51, Paraná, Assentado, Frente de Massa).

Existem, porém, dificuldades e limitações nestas diferentes formas de intelecção, além de resquícios do senso-comum e de afirmações dogmáticas.

Mas é com a introdução do sujeito no MST, e a assimilação dos princípios que o legitimam, que ocorre um processo de apropriação do mundo externo caracterizado pela atualização das disposições potenciais humanas, através da interação das pessoas com membros desse grupo social. É um processo de socialização que propicia aos indivíduos a interiorização de um conjunto de padrões culturais – regras morais e de pensamento, hábitos, valores, modos de representação do real – e de modelos de comportamento geradores de sentimentos e atitudes comuns aos integrantes das comunidades e instâncias outras do Movimento, que tem início no acampamento:

> O acampamento é um lugar de muita aprendizagem. O acampamento é uma verdadeira escola para o indivíduo quando ele chega. A gente procura desenvolver na companheirada a conscientização de luta, desde o aspecto político até o aspecto de convívio na comunidade. (JOSÉ PORFÍRIO, 46, Alagoas, Assentado, Setor de Direitos Humanos).

Mas esse é também um processo que pode implicar a imposição de normas, preceitos ou idéias tradicionais de uma cultura específica, resultando na construção de personalidades demasiado autoritárias ou excessivamente conformistas.

Ao pertencerem a um mundo de códigos socializados, os sujeitos internalizam também um sistema de forças de restrição e inibição derivadas de instruções e regulamentações sociais, usadas na repressão e canalização de impulsos básicos, especialmente agressivos e sexuais, percebidos pela sociedade como perigosos ou prejudiciais.

No entanto, é essencialmente através do intercâmbio de idéias entre as pessoas que se dá a apropriação das experiências histórico-culturais e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos processos cognitivos. É pela interação do organismo (indivíduo) com o meio (objetos animados, inanimados, natureza e cultura), a partir da ação (vivência), que é construída a inteligência e a afetividade dos sujeitos.

Os processos sociais originam processos psicológicos superiores: o pensamento e a consciência individual derivam da realidade material externa, construída através de uma

contínua interação entre práticas culturais, percepção e linguagem. As funções psicológicas, embora tenham um suporte biológico, fundamentam-se nas relações sociais entre o indivíduo e o mundo exterior, resultando em modos culturalmente construídos de ordenar o real: o ser humano transforma-se de biológico em sócio-histórico, num processo em que a cultura é parte essencial da constituição humana. Essa relação sujeito–mundo é uma relação mediada por instrumentos técnicos e sistemas simbólicos (símbolos e signos), que ampliam as possibilidades de intervenção humana na natureza e na sociedade.

Ao agir sobre o mundo e refletir acerca dos seus atos, por exemplo, os(as) Sem Terra aprendem história e lhe conferem significado: tomam conhecimento a respeito da sua posição na sociedade e sobre a realidade social em sua essência e em suas profundas contradições.

Conhecem a evolução social e cultural humana e das civilizações, como também a história das lutas sociais da Antiguidade até a época Contemporânea, além daquelas ocorridas em diferentes regiões brasileiras (movimentos, conjurações, revoltas, guerrilhas, insurreições, revoluções), desde o Brasil Colônia, mas especialmente as lutas populares acontecidas entre os séculos XVIII e XXI[60].

Aprendem sobre a passagem de um modo de produção a outro e as mudanças históricas no período em que cada um deles subsiste; a evolução histórica das formas de sociedade divididas em classes e a estrutura de classes na sociedade capitalista; a história das lutas de classe e outras lutas modernas como transição para uma sociedade sem classes e o papel da classe proletária enquanto agente principal dessa transformação social.

Acumulam informações sobre a história da luta pela terra no contexto da história da humanidade, do surgimento da propriedade privada à era da globalização. Em relação ao Brasil, constroem um entendimento sobre a questão agrária, desde as sesmarias no período colonial às grandes propriedades agrícolas pertencentes às empresas do agronegócio, e ao próprio MST: o significado e importância de suas lutas. É o que dizem ter aprendido um acampado do Estado de Pernambuco e um assentado alagoano:

> Antes eu não tinha uma disposição de ler um livro. Agora estou sabendo qual foi o processo histórico, desde a ocupação do nosso País até hoje. Estou sabendo como foi que a gente pegou essa política agrária atual. E a cada dia que passa eu estou aprendendo mais. (JOSÉ MARCOS, 23, Pernambuco, Acampado, Setor de Formação).

---

[60] Um artigo da Revista Veja, intitulado Invasão na Universidade (PEREIRA, 2007, p. 72) faz referência aos currículos dos cursos de graduação mantidos por universidades públicas para formação de assentados(as): "Entre as matérias que só eles têm, uma das descritas com maior entusiasmo é a história dos movimentos sociais que narra 'a luta pela terra' desde o Brasil colônia."

> Antes de ingressar no MST eu não tinha uma compreensão de fato do que era o Movimento. Do que eram as condições de vida do indivíduo. Até porque eu venho de uma família classe média e era completamente inversa a visão que eu tinha. Quando ingressei no Movimento, passei a ter participação nos estudos, nas mobilizações. E foi então que comecei a ver, a diferenciar o Movimento da imagem que a mídia coloca, que é uma turma bagunceira, e não coloca o ideal que o Movimento tem. Então eu tenho aprendido o seguinte: que o MST luta por uma causa, uma causa justa. Que é impossível mudar a situação que o País hoje vive se não houver essa mobilização de massa dos movimentos sociais (JOSÉ PORFÍRIO, 46, Alagoas, Assentado, Setor de Direitos Humanos).

Através do conhecimento da história, adquirem, ainda, elementos para compreensão da condição feminina e da organização das mulheres em suas lutas pela sobrevivência, pela participação e visibilidade pública e social, pela conquista de direitos, aprendizagem construída por Rosmeri:

> Outra coisa que eu aprendi muito, dentro da Organização, é a participação da mulher na sociedade. De que forma que é dada essa opressão, esse preconceito, essa exploração sobre a mulher. E dentro do Movimento eu tive a oportunidade de conhecer e estudar um pouco isso. E hoje vivo em grande conflito, porque é difícil quando a gente toma consciência do papel que a gente assume na sociedade, e do papel que a gente gostaria de assumir. Então, a gente vê que não é fácil vivenciar isso. Mas agora é tarde: eu já tenho consciência e já sofro com isso. (ROSMERI, 32, São Paulo, Assentada, Escola Nacional Florestan Fernandes).

Contradizendo o que é declarado pelos(as) Sem Terra a respeito da aquisição de conhecimentos históricos, Martins (2004, p. 135) afirma existir nos movimentos sociais

> Uma compreensão simplificada, pobre e mal fundamentada da história do Brasil. [...] A má formação e a desinformação muito fortes nos dirigentes dos chamados movimentos populares tende a operar com uma lógica reducionista na interpretação histórica. Nessa perspectiva, os militantes "somam" tudo "que é a favor" de seus pontos de vista ideológicos e mal fundamentados. E descartam ou demonizam tudo "que é contra". A história se transforma numa "planície" sem descontinuidades e numa realidade sem contradições propriamente históricas, que não é, de fato, a unidade do diverso.

Os sujeitos entrevistados afirmam que em suas lutas políticas e nos cursos que freqüentam, adquirem conhecimentos de economia. E quando analisam a estrutura e a conjuntura sociais, nacional e internacional, de épocas passadas e do tempo presente, mais

especificamente, apropriam-se de informações e concepções teóricas da economia política, referenciados em Marx e Engels, bem como em Lênin, Rosa Luxemburgo, Bukharin, Mészáros, entre outros pensadores marxistas.

Passam, então, a identificar as leis que regulam a produção e distribuição dos meios materiais que possibilitam a satisfação das necessidades individuais e coletivas e as relações sociais inerentes à atividade econômica na sociedade humana. Nessa perspectiva, modificam a interpretação sobre o significado do trabalho, compreendendo-o como atividade transformadora da natureza e constituidora do ser social.

Estudam as forças produtivas, a divisão social do trabalho, as relações de produção e os modos dominantes de produção em diferentes períodos históricos, com destaque para o capitalismo e a conseqüente exploração do proletariado.

Aprendem sobre a acumulação capitalista, com a produção e reprodução tanto de mercadorias e de mais-valia quanto de relações sociais. Refletem sobre as crises econômicas e contradições fundamentais do capitalismo, a partir da sua consolidação. Analisam os estágios evolutivos do sistema capitalista, em especial o imperialismo em suas distintas fases, com ênfase para o capitalismo contemporâneo, terceira fase do estágio imperialista, bem como as concepções de ser humano, de sociedade e de liberdade disseminadas através de uma ideologia usualmente designada por neoliberalismo.

Nessa perspectiva, explica um jovem acampado: "Todas as atividades do Movimento, as lutas e os cursos, para mim serviram de aprendizagem, serviram para melhorar o meu conhecimento político, a minha ideologia." (GERALDO, 25, Rio Grande do Norte, Acampado, Direção Estadual do MST). Posição análoga pode ser extraída dos depoimentos de dois militantes: "E quando a gente se junta num grupo grande, é que a gente percebe a realidade: como é que ela se dá de fato nessa sociedade capitalista, neoliberal." (ROSMERI, 32, São Paulo, Assentada, Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF); "A luta, ela nos deixa muita lição, inclusive a lição de resistência ao capital, que usa a força como forma de conter a luta de classes." (VALDEMAR, 31, Bahia, Assentado, Setor de Formação).

As pessoas relacionam esses conhecimentos ao papel do MST como organização política com possibilidades de articular o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras do Brasil na luta anticapitalista e na transição para o socialismo: superação das relações sociais de produção burguesas e opção concreta para edificação de uma nova ordem social, que segundo Vázquez (2001, p. 10) é "uma utopia necessária, desejável, viável", aspiração verbalizada, entre outras pessoas, por Gislene e Neiva:

> Então, uma das coisas que o Movimento Sem Terra me ensinou, que me marcou muito, e que é o principal em minha vida, é ter um projeto de transformação para uma nova vida, para algo diferente do que a gente vivencia hoje, com esse sistema que a gente tem. (GISLENE, 23, Sergipe, Assentada, Setor de Formação).

> Através das minhas ações no MST eu aprendi que é possível o povo se unir e transformar a sua realidade, se sentir sujeito, buscar a emancipação da classe trabalhadora, construir uma sociedade sem classes. (NEIVA VIVIAN, 40, Rio Grande do Sul, Assentada, Setor de Produção).

A apreensão de conhecimentos das análises desenvolvidas pela economia política marxista, no entanto, é ainda limitada a noções simplificadas desta ciência quando se trata da base social, mas também entre a militância e até mesmo no que concerne a alguns dirigentes do MST, salvo exceções.

Outra matéria que, no diálogo com os entrevistados, se destaca enquanto aprendizagem teórica é a Geografia, porquanto estas pessoas passam a reconhecer a sociedade como esfera plural, que comporta dimensões históricas, geopolíticas, econômicas, sociológicas, religiosas.

Os(as) Sem Terra já dispõem de um conhecimento geográfico – condições humanas ou presentes na natureza, necessárias à reprodução da vida natural a partir de uma base material – adquirido pela experiência e transmitido socialmente. Todavia, na medida em que se deslocam para diferentes regiões ou Estados do País e para o exterior, ou por meio das relações que estabelecem com pessoas de diferentes países e regiões brasileiras, conhecem o mundo em suas singularidades e peculiaridades, e também numa perspectiva multidimensional e planetária: apreendem a realidade em sua amplitude e globalidade, inserindo nessa apreensão conhecimentos parciais e locais, estabelecendo, em conseqüência, as relações e influências recíprocas entre o todo e as partes, entre o singular e o universal. Na avaliação de três integrantes do MST, as viagens e as relações interindividuais oportunizam esse tipo de aprendizado:

> Aprendi coisas de outras regiões, com as pessoas que vieram para cá, para o Estado. E no Congresso estou aprendendo muita coisa, que aqui tem gente de todo lugar e muita coisa diferente, muita coisa interessante e bonita. (JOSEFA, 38, Roraima, Assentada).

> Que nem a gente conheceu lá em Minas, o cerrado. A gente foi para o Rio Grande do Sul que eu também não conhecia. Tive oportunidade também de conhecer a Alemanha, fiquei três semanas lá, e tive oportunidade de conhecer a questão da agroecologia e umas cooperativas grandes. Sei que

> você aprende muito. (ALFREDO, 44, Paraná, Assentado, atua no Curso de Agroecologia do ITEPA/PR).
>
> Uma aprendizagem é a mudança do espaço geográfico que você atua. Se eu tivesse no Sul... O fato de vir para o Nordeste passa a ser um processo de formação da pessoa, porque você conhece, extrapola as fronteiras do teu mundo, daquilo que tu vivia, para ver que o problema é muito maior. Então essa mudança de espaço faz com que você cresça e visualize os problemas da nação. E você passa a ver o problema não como uma coisa localizada, mas como um todo. Essa é uma coisa muito importante que o Movimento tem feito, com vários, essa questão da mudança, de ir a outros Estados. Para tua formação pessoal ela é importantíssima. E o Movimento também tem proporcionado muitas viagens para o estrangeiro, por exemplo, a gente já teve a oportunidade de conhecer o México, a Bolívia, a França e outros países da Europa. Outros mundos... Isso te amplia muito o conhecimento. Uma coisa é você ler nos livros, outra coisa é você estar lá; uma coisa é ler sobre a terra e o homem no Nordeste, outra coisa é você vir viver no Nordeste. Então isso é um processo de formação importante. (DILEI, 38, Paraíba, Militante, Coordenação Estadual e Direção Nacional do MST).

Nomeadamente, a inserção desses sujeitos na diversidade da vida social, aliada aos seus estudos, promove o entendimento concernente às relações entre a expansão geográfica, a exemplo da colonização, e a dinâmica histórica do modo de produção capitalista: dominação territorial como meio para acumulação do capital.

Tomando por base as informações captadas através dos diferentes procedimentos e instrumentos da pesquisa, é possível afirmar que, para os(as) Sem Terra o aprofundamento do conhecimento geográfico subsidia o desvelamento da exploração dos países dependentes e periféricos pelos países centrais e das áreas rurais pelas cidades; contribui para a visibilização das repercussões dos novos domínios do capitalismo contemporâneo na paisagem geográfica e nas condições ambientais e para a análise atinente à manifestação das crises econômicas em regiões geograficamente diferenciadas em seus processos de desenvolvimento e empobrecimento; instiga questionamentos a respeito do sexismo e do racismo. Nesta perspectiva, relatam os entrevistados:

> Nas lutas e nos cursos a gente aprende muita coisa. Aprendi que mesmo sem saber a gente usa os conhecimentos da geografia. Para se localizar, para andar em outros lugares, ir para outras regiões e até outros países. E tem também a geografia econômica, a geografia política. Estudando geografia a gente fica sabendo como a humanidade evoluiu, se desenvolveu, fica sabendo dos fatos, do desemprego, da situação do campo brasileiro. Usamos a geografia a toda hora, da mesma forma como usamos matemática, história ou português. Eu gosto de estudar o planeta e a humanidade. (JOSÉ MARCOS, 23, Pernambuco, Acampado, Setor de Formação).

> Os cursos que eu faço dentro do Movimento contribuem muito para as minhas aprendizagens, principalmente o Curso de Realidade Brasileira, porque nos mostra o pano de fundo verdadeiro, como é a situação do nosso País. O contraste que há. Nós que às vezes estamos na cidade, não dá para entender como é a vida do campo. E quem está no campo não entende o círculo de vida da cidade. (JOSÉ PORFÍRIO, 46, Alagoas, Assentado, Setor de Direitos Humanos).

> No Movimento a gente discute a questão da igualdade de gênero, a participação das mulheres. Discute também sobre o machismo e sobre o preconceito, a discriminação não só das mulheres, mas do negro, do índio, do nordestino... E fazemos trabalhos para modificar a mentalidade, conscientizar os companheiros e companheiras de que todos nós somos iguais: na luta não tem diferença. (SIVAL, 48, Sergipe, Acampado, Direção Estadual do MST).

No campo da matemática, constata-se a elaboração de conceitos e princípios, o desenvolvimento e aprofundamento do raciocínio abstrato, de operações lógicas mais complexas e de estratégias para a resolução de problemas que requerem o uso de conhecimentos teóricos. E, ainda, a expansão das capacidades de dedução, reflexão e análise, do pensamento lógico e da criatividade. Sobre o aprendizado e o uso da matemática, exemplifica a assentada Josefa:

> Quando a gente quer fazer um plantio, criar animais, produzir, mesmo que seja uma coisa assim, simples, a gente precisa de crédito, de pegar dinheiro emprestado. Então tem que aprender como vai usar aquele dinheiro, os produtos que vai comprar, a quantidade de sementes, as ferramentas, como fazer para pagar a dívida com o banco. Depois da colheita a gente tem que vender o que colheu, pagar o empréstimo e ver o que sobrou para comprar as coisas que a gente precisa. E ir plantando mais, para ficar com a produção livre amanhã ou depois. (JOSEFA, 38, Roraima, Assentada).

No que concerne à linguagem, entendida como sistema de signos representativos da realidade, com função organizadora e planejadora do pensamento, os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra desenvolvem o vocabulário, a argumentação, a retórica. Aprofundam a habilidade de leitura e compreensão de textos e o domínio do sistema de representação gráfica, como expressa Alfredo:

> Aprendi a ler muito. Hoje leio um livro de 500 páginas. Antes eu não lia quase nada. E tinha dificuldade de entender o que estava escrito. Agora leio bastante e entendo quase tudo que está no livro. (ALFREDO, 44, Paraná, Assentado, atua no Curso de Agroecologia do ITEPA/PR).

Há, também, a aprendizagem das convenções que regulamentam os usos dos símbolos/signos lingüísticos, internalização de regras gramaticais, incorporação de formas escritas e faladas da língua padrão (ou norma culta), como acréscimo aos usos lingüísticos coloquiais e regionais que já dominam, conforme relatado por Edileuza:

> Mas eu aprendi muita coisa, tanto na questão política, como na questão mesmo técnica, assim de gramática, que a gente quase não sabia, porque não tinha uma boa alfabetização, formação, uma base assim quase que não tinha. Aí, com muita dificuldade foi que eu aprendi um pouco de gramática, de português, essas coisas eu aprendi no Curso de Magistério do MST. (EDILEUZA, 34, Espírito Santo, Assentada, Setor de Formação).

Ao desenvolverem novas formas de linguagem ou expandirem as já existentes, entram em contato com novos tipos de conhecimento social, se apropriam de experiências acumuladas pela espécie humana, sedimentam sua individualidade, adquirem conceitos: ordenam o real em categorias nomeadas por palavras. Essa aquisição de idéias, conceitos (significados) se processa na unidade indissolúvel com a apropriação de imagens ou formas (significantes) e o sujeito evolui gradualmente do plano mais elementar e concreto para um patamar mais complexo, sistemático e abstrato, isto é, de conceitos espontâneos a conceitos científicos correlatos. E é com a aquisição da capacidade conceitual que homens e mulheres podem elaborar definições e explicações, alcançar um nível de compreensão para além da pura e simples decodificação das palavras e do mundo.

A aquisição e desenvolvimento da linguagem ocorrem, em princípio e de modo mais acentuado, através das relações interpessoais. Entretanto, as formas mais elaboradas de discurso (oral ou escrito), bem como a construção de conceitos científicos e a ampliação da capacidade de compreensão são construídas através dos processos escolares e dos cursos de formação política promovidos pelo Movimento.

No MST, a oralidade é o principal instrumento de comunicação, largamente utilizada para informação, expressão, ensino e aprendizagem. Pela intercomunicação verbal, através das palavras, as pessoas aumentam suas possibilidades de materialização e objetivação do pensamento e dos sentimentos e de participação nas diversas esferas da sociedade letrada. Continuamente requisitadas para falar em público, progressivamente elaboram um discurso com estrutura gramatical crescente em complexidade; uma fala sintaticamente articulada e inteligível para os outros.

Essa capacidade de interação verbal ou competência discursiva oral resulta, segundo Rosenfield (2006, p. 328), de uma proposta do MST: “em vez do uso imediato de armas, a utilização de outro tipo de ‘armas’, o que advém das palavras e discursos”.

A linguagem escrita tem usos diversos, sendo os mais freqüentes aqueles relacionados à sistematização de conhecimentos, comunicação interpessoal, registro de informações (principalmente como recurso auxiliar à memória), realização de atividades escolares, produção de textos para circulação no interior do Movimento. A escrita, no entanto, tem utilização mais limitada, inclusive pela insuficiência dos sujeitos com menor grau de escolarização quanto à habilidade de codificar palavras em um sistema alfabético. Essa dificuldade interfere de forma negativa na construção da auto-imagem de homens e mulheres, além de causar descontentamento e ansiedades. É o que expressa Milton Lewy, uma liderança com vasta experiência na organização das massas, mas com limitações nos processos de leitura e escrita:

> Tenho uma dificuldade permanente no campo do estudo. Quando ingressei no MST só tinha o primário. O Movimento Sem Terra tem que superar o ativismo: não consegue priorizar o estudo. Tenho dificuldades no campo da formação. Fiz supletivo da 8ª série e os exemplos do dia-a-dia contribuem nas aprendizagens. Tenho dificuldades na escrita e isso atrapalha na militância, pela exigência de escrever. Também tenho problema de ler. Aprendi a ler no MST, pois a formação primária é deficiente. Tenho problema também em organizar as idéias no papel. (MILTON LEWY, 34, Paraíba, Direção Estadual e Frente de Massa).

O MST tem o estudo como um de seus princípios organizativos (MST, 2005a, p. 33): “Cada militante, membro de instâncias ou não, deve ser estimulado e ser desafiado a sempre estudar. Conhecer os documentos da organização, estudar a realidade da sua região, do País. Sem estudo não há conhecimento. Sem conhecimento não caminharemos na direção correta”. O aprofundamento da habilidade de ler e escrever, no entanto, é um ato para o qual, por via de regra, se faz necessária a mediação de professores(as) ou de pessoas mais experientes que o(a) educando(a), para que posteriormente ele, ou ela, possa desenvolver processos autônomos de estudo e de aprendizagem.

Ainda no domínio da linguagem, observa-se a complementaridade existente entre o saber adquirido na prática e o aprendizado construído através da leitura de textos e da participação em cursos formais ou informais. Desse modo, através da militância política, ampliam-se as possibilidades de desenvolvimento da capacidade de descontextualização, do

controle da própria produção cognitiva e da metacognição das pessoas jovens e adultas que atuam no MST. A ação política, especialmente nos contextos urbanos, contribui para a aclaração do processo de letramento e elevação do nível de alfabetismo desses atores sociais.

Há, também, uma estreita relação entre a participação dos indivíduos nas ações coletivas e a compreensão de que são sujeitos de direitos sociais, políticos, econômicos e culturais. Tornam-se, então, protagonistas da luta pela aquisição, sedimentação e/ou expansão desses direitos.

Nessa perspectiva, o MST tem contribuído para a construção da cidadania[61] dos brasileiros, processo que sempre passou pela organização da sociedade, através das lutas do povo para exercer poderes. A práxis dos integrantes do Movimento Sem Terra gera a aprendizagem política dos direitos de cidadania, representando, na história social recente do Brasil, um claro avanço ao processo de democratização do País.

3.2 APROFUNDAMENTO DA CAPACIDADE DE COMPREENSÃO

A participação de homens e mulheres nas atividades organizativas dos movimentos sociais populares converge para a apreensão da realidade, para representações e práticas sociais e culturais e conseqüente socialização política desses sujeitos.

A aprendizagem neste capítulo, relacionada em um sentido mais estrito à aquisição de conhecimentos, habilidades e significações, é construída através de um processo interativo, no qual informações recentes integram-se aos aspectos relevantes da estrutura cognitiva anterior do indivíduo: conteúdos são agregados aos conhecimentos prévios do sujeito. As idéias relevantes são apropriadas e relacionadas de forma substancial com o que as pessoas já conhecem, ampliando seus aprendizados, estes tornados potencialmente mais inclusivos.

Tal conhecimento é construído pelos(as) Sem Terra a partir de suas experiências ativas com a natureza e com os objetos produzidos pelos seres humanos, mas prioritariamente através das interações sociais – intercâmbio de idéias entre pessoas –, considerando-se também os condicionantes socioculturais.

No MST os processos formais ou informais de ensino – propostos na forma de relações educativas horizontais e dialógicas – objetivam a elaboração de conhecimento a

[61] Cidadania, neste texto, refere-se à participação ativa de pessoas e grupos que, através de suas ações, avocam a condição de sujeitos na conquista, manutenção e ampliação de direitos civis, políticos e sociais assumindo, portanto, a condição de protagonistas da sua própria história.

partir das relações recíprocas entre pensamento e prática e, por conseguinte, o desvelamento da realidade e a formação da consciência crítica. Mas essa aprendizagem é efetivada principalmente porque há uma disposição expressiva nesse sentido de parte da maioria das pessoas, além da influência significativa do material didático utilizado, visando atender aos objetivos pretendidos pelo Movimento.

Assim, os conhecimentos que os atores sociais engajados na práxis política do MST adquirem contribuem para o aprofundamento das suas possibilidades de decifração do mundo e leitura crítica da realidade, como explicam Valdemar e Jonas:

> E no Movimento fui aprendendo a ler e escrever melhor. E posteriormente a dominar o mundo. Ver o mundo com a minha visão, não com a visão dos outros. (VALDEMAR, 31, Bahia, Assentado, Setor de Formação).

> Várias vezes eu me pergunto como estaria se não tivesse entrado no MST. A gente fica se perguntando: se não fosse o MST, aonde é que a gente estaria? Acho que estaria ainda naquele mundinho ali reduzido, simplesmente numa pequena propriedade, onde era o mesmo que a gente estar dentro de um poço, que a gente não conseguia ver praticamente ao redor da gente. E assim dentro do MST acabou abrindo várias visões, vários horizontes. (JONAS, 43, Rondônia, Assentado, Setor de Educação).

Contribuem, também, para o autoconhecimento e autocompreensão: um entendimento da realidade e de si mesmos que possibilita a transformação do mundo e dos seres humanos, através da passagem do pensamento à ação. “O homem age conhecendo, do mesmo modo que [...] se conhece agindo” (VÁZQUEZ, 1990, p. 192).

Os(as) Sem Terra, ao adquirirem informações mais precisas sobre coisas que desconhecem, ao aprenderem aquilo que representa novidade, revelação sobre algum aspecto da sociedade ou sobre si mesmos, alteram seu psiquismo: atendem ao desenvolvimento de funções gnosiológicas e intelectivas, que se caracterizam por comportar a capacidade de compreensão relativa a diferentes aspectos estruturais e conjunturais da vida social. A propósito da compreensão da realidade propiciada pela participação nas lutas do MST, enfatiza Erinaldo:

> Principalmente sobre essa questão da compreensão das relações sociais... Eu acho que esse é o grande prêmio que o Movimento dá para todos os seus militantes, assentados, mulheres, homens, crianças, jovens, idosos. É a realidade do que é a sociedade que nós vivemos e a perspectiva de uma sociedade diferente. Essa compreensão é o grande prêmio que o Movimento mostra pra todo mundo. (ERINALDO, 28, Maranhão, Assentado, Direção Estadual do MST).

As interrogações, as especulações, as descobertas, as formulações, análises, generalizações, enfim, a interpretação do real, possibilita a cada pessoa uma concepção sobre o mundo e sobre elas mesmas, bem como a elaboração – inicialmente na dimensão do pensamento – das alternativas para as mudanças micro e macro-estruturais que consideram necessárias à humanização das pessoas e da sociedade. A aprendizagem da pergunta é ressaltada por Neiva e Roselandia:

> Depois que eu passei a fazer parte do MST mudei muito. De uma pessoa alienada, passei a ser uma pessoa questionadora, capaz de questionar e de me questionar. (NEIVA VÍVIAN, 40, Rio Grande do Sul, Assentada, Setor de Produção).
>
> Aprendi muito! Para resumir, aprendi a perguntar: porque é que tem sem terra? Por que essas pessoas estão assim numa vida tão miserável? O que elas já viveram? Tenho muita curiosidade. Quando chego em áreas que nós estamos organizando, gosto de bater papo com os assentados ou acampados e costumo perguntar o que eles já viveram antes de chegar ali. E, às vezes, eles me contam coisas inacreditáveis, as barbaridades que já sofreram. Então eu aprendi assim: tudo que existe tem uma causa e nós temos que diagnosticar e tentar transformar a realidade em que essa pessoa, o sujeito, se encontra. Então, em todo esse processo que vivo no Movimento, posso dizer que aprendi muita coisa, mas a coisa que fica mais prevalecida dentro de mim são as interrogações diante de tudo que vejo, as interrogações no sentido de querer mudança, de saber o porquê. E vamos fazer o que para melhorar? Então as interrogações existem para mim em qualquer trabalho, teórico ou prático. O Movimento me ensinou a perguntar. (ROSELANDIA, 25, Bahia, Assentada, Setor de Educação).

A necessidade de saber, muitas vezes relaciona-se ao combate às angústias e temores das pessoas jovens e adultas, pois o desconhecido, o obscuro, o imprevisto, o incomum são entes e episódios capazes de intimidar, de suscitar medos. Assim, conhecer e compreender as coisas são meios de familiarização, previsão, controle, isto é, elas se tornam inofensivas, controláveis e não mais assustam. O conhecimento, portanto, pode contribuir para o desenvolvimento de funções cognitivas, como também para a redução de ansiedades.

Conhecer as coisas, compreender seus significados, questionar, teorizar, proceder a uma decifração crítica do mundo, isto faz com que as pessoas se sintam mais perceptivas, competentes, habilidosas, produtivas, menos imperfeitas, mais fortes e mais sabidas. Consideram-se, então, mais inteligentes, evidenciando uma concepção de inteligência relacionada a um repertório de informações e competências que pode ser incrementado mediante o empenho pessoal.

3.3 ASSIMILAÇÃO DE UM CONJUNTO DE CONVENÇÕES SIMBÓLICAS, REPRESENTAÇÕES OU COSTUMES DA CULTURA DAS CLASSES POPULARES

A cultura resulta da atividade humana, para produção e reprodução da própria existência do ser social. O mundo da cultura é inseparável da vivência humana: existe unicamente pelo ser humano e para ele. Do ponto de vista do MST (2005d, p. 172):

> Entendemos por cultura tudo aquilo que as pessoas, os grupos e as sociedades produzem para representar ou expressar o seu jeito de viver, de entender e de sonhar o mundo. É a cultura que permite a comunicação humana e, portanto, permite a própria educação. São expressões culturais: a linguagem, os costumes, a tradição, a arte, os rituais, a religiosidade, os comportamentos, as normas, os saberes, o jeito de se relacionar com as outras pessoas no cotidiano, os valores éticos...

Nessa perspectiva, a quase totalidade das pessoas entrevistadas afirma que em sua ação política no MST assimilam um conjunto de convenções simbólicas, representações ou costumes da cultura das classes populares, como declarado por militantes de três diferentes regiões do País:

> E esse processo de formação também é bom porque contribui no sentido de conhecer a diversidade cultural brasileira. Porque a gente acaba convivendo com pessoas de muitos lugares. E cada povoado tem uma cultura, o povo tem uma forma diferente de ser, de sobreviver. E essa forma diferente de ser é uma cultura própria deles, e a gente quando vai para esse povoado, para o assentamento ou acampamento, todos diferentes um do outro, é bom porque a gente vai aprendendo sobre novas culturas, novas formas de arte popular, as crenças das pessoas, jeitos de convivências... E vai ampliando, no sentido do conhecimento da diversidade cultural. (RENILSON, 22, Piauí, Assentado, Setor de Formação).
>
> No Movimento Sem Terra, você aprende a lidar com as pessoas. Então você passa a conhecer um pouco mais a sua realidade, a sua cultura mesmo, que você não conhece... Você aprende a questão teórica e a questão prática. (ELENEUDA, 30, Tocantins, Setor de Educação).
>
> A gente continua sempre aprendendo nessa vivência: a respeitar outras culturas, porque o mundo que eu vivi, eu achava que aquele era o mundo de todos. Então eu aprendi a conhecer que não era só aquilo, que tem outras formas de viver e outros jeitos de ser e que a gente tem que respeitar, que a gente aprende também, muita coisa. (ROSMERI, 32, São Paulo, Assentada, Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF).

A produção, reprodução e transformação de objetos artificialmente criados, de idéias e de modos de vida de uma população, contudo, são dependentes da atividade de

sujeitos concretos, condicionados pela estrutura de uma sociedade estratificada em classes sociais, em condições históricas determinadas.

É nessa perspectiva que os(as) Sem Terra analisam o papel da cultura em nossa sociedade: como um instrumento para dominação das classes subalternas, porque os produtos culturais lhes são negados ou comunicados segundo a ideologia da classe dominante, submetendo as pessoas a processos de massificação e alienação das suas consciências. Os bens culturais – obras literárias, sistemas filosóficos, conhecimentos científicos, obras de arte, crenças, valores, idéias – são convertidos em mercadoria: de valor de uso para os consumidores em valor de troca para seus produtores.

Por tudo isso, no MST a cultura popular assume o significado de uma cultura das classes populares, associada à resistência contra a dominação burguesa. A cultura das classes populares é, portanto, percebida e valorizada enquanto elemento simbólico anticolonialista e antiimperialista, forjadora de uma identidade nacional e de identidades regionais, promotora de processos de consciência referentes à realidade social e à assunção, por homens e mulheres, do papel de sujeitos criadores de cultura, agentes da história.

Assim sendo, os(as) Sem Terra vivenciam continuamente manifestações artísticas desse modo singular de cultura, objetivando a formação política das massas, no sentido de uma educação revolucionária dos integrantes do Movimento, a qual deve estender-se a outras organizações populares e a todo o corpo social.

Os sujeitos entrevistados esclarecem, no entanto, que no contexto dos assentamentos e acampamentos dos quais fazem parte, são ainda disseminados e apreendidos códigos, referências e componentes do imaginário da cultura de massas. As pessoas, além de terem sido excluídas do usufruto de bens culturais, foram seduzidas por uma "indústria cultural", instrumento que conduz à submissão da consciência e cria a lógica da mercadoria: a arte é transformada em cultura massificada, realizadora de controle e de dominação e promotora do ajustamento dos indivíduos à sociedade, remetendo para o futuro os desejos de felicidade, realização, justiça.

O MST, então, tenta minimizar a influência desses mecanismos culturalmente homogeneizados, concretizando práticas culturais de mobilização, organização política, contestação, articulação com o real, buscando desenvolver o senso crítico do cidadão ou da cidadã ao desmascarar a irracionalidade e a injustiça do sistema capitalista. Luta por uma produção cultural que afirme interesses contrapostos aos interesses dominantes, pelo desenvolvimento de uma cultura e de uma visão de mundo proletárias, em oposição ao modo reificado de pensar da burguesia. Sobre essa questão, nos diz José Marcos:

> Aprendi também um pouco do cultivo da cultura. Porque hoje a gente está lutando por uma cultura mais aperfeiçoada, na questão do indivíduo. Rejeitar o lixo cultural, que a gente sempre bate na mesma tecla: a cultura que nós temos que seguir, que a gente quer, é a cultura popular, das classes populares, e não uma cultura de massa. (JOSÉ MARCOS, 23, Sergipe, Assentado, Setor de Formação).

Mas é contraditória a concretização de práticas culturais no interior do Movimento Sem Terra. Concomitantemente à valorização e ao incentivo à produção de manifestações da cultura e da práxis artística das classes populares, sucede, principalmente nos assentamentos, a disseminação de formas burguesas de cultura e arte e o comércio de bens produzidos pela chamada indústria cultural, a exemplo da música ouvida e/ou comprada pela maioria dos jovens. Esse tipo de ocorrência foi objeto de discussão nos encontros da coordenação nacional, nas reuniões de secretarias estaduais, cursos de formação política do MST, eventos dos quais tomei parte.

3.4 DESENVOLVIMENTO DE CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS

Os trabalhadores e as trabalhadoras rurais Sem Terra freqüentemente estão imersos nos problemas que surgem no contexto dos assentamentos e acampamentos, em circunstâncias diversas de suas vidas cotidianas, como também em ocorrências conflituosas, devido à participação nas lutas políticas do MST. Afirmam que estas situações os capacitam para o desvelamento e análise crítica da realidade e o encontro de respostas e soluções para as situações-problema com as quais constante e inevitavelmente se defrontam, como explicam dois assentados da região Norte do Brasil:

> Todas as famílias do MST, a partir do momento em que entram no acampamento, através dos estudos que são realizados, dentro de poucos dias já adquire uma visão crítica dos problemas sociais. Então, algumas imediatamente e outras em médio prazo, encontram meios para resolver os problemas da plantação, da colheita, da moradia. E até mesmo para os problemas familiares são encontradas soluções mais adequadas. (JONAS, 43, Rondônia, Assentado, Setor de Educação).

> No MST nós aprendemos a enfrentar o latifúndio, que não é um enfrentamento só ideológico. É um enfrentamento que às vezes se faz necessário. Um enfrentamento de força mesmo. Aqui no Pará tem muito

> conflito e a pessoa tem que aprender a defender a sua vida, defender a sua casa, defender seu sonho. Tudo o que acredita. (POLIANNE, 21, Pará, Assentada, Setor de Formação).

Os conhecimentos teóricos e práticos constituem ferramentas essenciais para a resolução dos problemas que surgem nas práticas individuais e coletivas. A aprendizagem e a utilização da matemática, por exemplo, é algo considerado absolutamente necessário à resolução de questões financeiras, ao planejamento agrícola e à comercialização da produção.

A aquisição da leitura e da escrita, por outro lado, é imprescindível para locomoção e orientação direcional, facilitação do desempenho das atividades profissionais, comunicação familiar, continuidade dos processos de educação escolarizada, obtenção de informações, realização de operações bancárias.

E quando alcançam graus mais elevados de escolaridade, a escrita é também utilizada para sistematização de conhecimentos e para o registro da história de lutas sociais populares brasileiras e das lutas locais do MST, estas muitas vezes existentes apenas na memória dos seus protagonistas. É o que expressa o depoimento de Edileuza:

> Eu morava lá no assentamento há muito tempo e achava que conhecia ele. Mas quando fui fazer a monografia do Curso de Magistério, resolvi escrever a história do assentamento, que para mim foi um desafio, mas foi muito bom. Descobri muitas coisas que eu não sabia sobre o assentamento que eu morava, tem a história dos índios, dos negros na cidade... Que a gente mora ali pertinho e não sabia de nada disso. E a gente foi descobrindo essas coisas a partir do trabalho de pesquisa. No trabalho monográfico aprendi muita coisa, aprendi a escrever sobre nossas lutas. (EDILEUZA, 34, Espírito Santo, Assentada, Setor de Formação).

E são os homens que têm uma forte necessidade de resolver questões práticas e vencer os obstáculos encontrados nas experiências cotidianas, embora também as mulheres a possuam. Sujeitos de todas as faixas etárias e dos diversos níveis de escolaridade asseveram que os processos de organização e as ações de protesto ou reivindicatórias, para conquista de direitos, contribuem no desenvolvimento das suas capacidades e habilidades de solucionar problemas práticos.

3.5. CONHECIMENTO, AÇÃO E CONSCIÊNCIA

> Então, ao longo desses anos, eu vim percebendo que você só consegue elevar sua consciência quando começa a participar ativamente da vida política, econômica e social do País. E a partir daí eu já tive inúmeras lições. (VALDEMAR, 31, Bahia, Assentado, Setor de Formação).

Das trinta e sete pessoas entrevistadas, dezessete homens e catorze mulheres – o que equivale a mais de 80% dos sujeitos da pesquisa – estabeleceram algum tipo de relação entre a participação nas lutas e outras atividades do Movimento Sem Terra e diferentes configurações da consciência, ressaltando a aquisição ou transformação desta. Os seis sujeitos que não se pronunciaram sobre o assunto são acampados(as) ou assentados(as) que trabalham apenas na produção, com participação muito restrita nas ações político-organizativas do Movimento[62]. Mas o que é consciência e que concepções o(as) Sem Terra verbalizam sobre esse construto? Quais as formas mais comumente assumidas pela consciência quando se trata dos trabalhadores e das trabalhadoras incluídos nas diversas modalidades de práxis desenvolvidas no MST?

Etimologicamente, o vocábulo consciência vem do latim *conscientia,* derivada de *conscire*, significando o conhecimento de alguma coisa partilhado com alguém. Essa consciência não é absoluta, mas sempre consciência de alguma coisa, de algo que é apreendido pelo ser social através da cognição ou da afetividade.

Para os(as) Sem Terra a noção de consciência, na vertente do senso comum, assume o significado de consciência moral – avaliação do certo e do errado, no sentido de bem e de mal, existindo, assim, boa consciência (ato ou conduta irrepreensível) e má consciência (sentimento de não ter realizado bem ou completamente seu dever); de consciência como conhecimento (estar ciente de uma realidade); e de consciência como posse de informação (estar ciente de informação ou notícia).

Em uma perspectiva mais filosófica, a consciência para as pessoas do Movimento é uma característica intrínseca à condição humana, com gênese histórica, processo de aquisição e expansão relacionado às suas existências, suas relações com o mundo e com eles(as) próprios(as), possuindo, portanto, origens sociais e lingüísticas. E não apenas como processo lógico, mas também como um processo dialógico, uma relação mediada do ser

---

[62] Essas ações dizem respeito às mobilizações, atos públicos, ocupações, marchas, cursos de formação política, congressos, encontros, interdição de rodovias...

humano com o mundo e consigo mesmo. Portanto, acreditam que estão conscientes quando compreendem o que fazer e por que o fazem.

Essa concepção relaciona-se à formulação marxiana de que homens e mulheres reais, em seus processos de desenvolvimento e determinadas condições também reais, transformam seu modo de pensar e as construções do seu pensamento, de acordo com a sua realidade e experiência de vida, também transformada pelo desenvolvimento da produção material e relações materiais. Nesse sentido, assim se expressa o filósofo alemão:

> Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. Na primeira forma de considerar as coisas, partimos da consciência como sendo o indivíduo vivo; na segunda, que corresponde à vida real, partimos dos próprios indivíduos reais e vivos, e consideramos a consciência unicamente como *sua* consciência. (MARX; ENGELS, 2002b, p. 20).

A partir de suas percepções acerca do mundo, de si mesmos e de suas existências, os sujeitos organizam uma consciência daquilo que é percebido. São seres sempre conscientes. Mas a consciência exige um objeto, o qual, no entanto, não determina a existência da consciência, mas apenas seu conteúdo. A consciência é sempre consciência de alguma coisa, tem sempre um conteúdo, mesmo quando este se revela de modo impreciso e desconexo.

Os(as) Sem Terra estabelecem um vínculo indissolúvel entre consciência e conhecimento – que nunca é algo absoluto –, como também a reciprocidade entre conhecimento e ação, que constituem aspectos de uma mesma relação. Para os(as) nossos(as) interlocutores(as) na pesquisa, o mundo é desvendado através do conhecimento e organizado por meio da ação, conforme explanação dos nordestinos Erinaldo e José Porfírio:

> Então, as lutas todas, colocando num contexto geral, dá muitos elementos para, a partir delas, cada sujeito estar se modificando e pegando a partir dessa realidade novos elementos, como instrumento para estar qualificando o conhecimento e purificando a própria consciência, que está se influenciando a partir dessa realidade que o sujeito está construindo e participando. A participação nessas atividades é marcante e decisiva para modificação do conhecimento e mudança do nível de consciência. Mas não é uma coisa assim de uma hora para outra: uns mudam mais rápido, outros é mais difícil. Para mim, a participação vem do nível de consciência que eu tenho. Participar de uma atividade é mais um espaço de estar adquirindo mais conhecimento e qualificando melhor a consciência, para uma ação mais qualificada também. (ERINALDO, 28, Maranhão, Assentado, Direção Estadual).

> E o Curso de Realidade Brasileira, ele veio, está numa época boa, que tem conscientizado muito o trabalhador com o conhecimento trabalhado. E eu acredito que cada passo que nós damos na linha do conhecimento, a gente cresce sempre a nossa ideologia. Nossa consciência fica mais fortificada ainda mais com os estudos que nós temos. E a nossa luta também. (JOSÉ PORFÍRIO, 46, Alagoas, Assentado, Setor de Direitos Humanos).

Mas, se os objetos da consciência são as coisas em si, estas possuem aspectos não dados diretamente à consciência. É possível, portanto, que algumas pessoas percebam os objetos sem estarem conscientes de que são objetos de suas próprias consciências.

Desse modo, a primeira expressão da consciência dos(as) Sem Terra é a consciência espontânea (ingênua), que é a consciência no seu estágio mais elementar de desenvolvimento, a qual tende, através dos processos de luta e de formação política, a se tornar consciência reflexiva (crítica), esta última, uma percepção consciente ou apercepção, caracterizada pelo aprofundamento na interpretação dos princípios causais dos fenômenos. As militantes Francisca e Dilei elucidam:

> Inicialmente, a visão e a prática dos trabalhadores e trabalhadoras estão voltadas para o desejo que eles têm de ter conseguir terra e moradia. O nível de consciência é espontâneo, regido pela necessidade prática imediata, pelo desejo individual: ter a terra. A práxis neste estágio não é vinculada ao aspecto da transformação social. É a luta que proporciona ao povo do Movimento Sem Terra uma consciência de classe, adquirida num processo histórico capaz de revolucionar o mundo. (FRANCISCA JOICEMEIRE, 23, Ceará, Setor de Direitos Humanos).

> Em nosso meio existem pessoas que a princípio, ao serem convidadas para participar da marcha nacional, não estavam conscientes desse ato: foram por outros motivos, como conhecer a capital do País, Brasília, realizar um passeio, sair da rotina. Mas o marchante, na medida em que foi se apropriando do conhecimento, foi rompendo com a mentalidade imediatista da terra e evoluindo na formação da consciência política, no sentido de lutar contra o modelo social vigente. Através de seus atos e dos conhecimentos adquiridos, começam uma busca constante da transformação social. E essa é uma prática libertadora. (DILEI, 38, Paraíba, Direção Estadual/Nacional do MST).

Nessa perspectiva, Paulo Freire define consciência como “um caminho para algo fora de si mesma que a rodeia e a apreende graças a seu poder de 'ideação’” (FREIRE, 1974, p. 93), argumentando que o conhecimento da realidade é condição para elevação da consciência, a qual, inicialmente ingênua e em grande parte mágica, se transforma em consciência crítica, através de um processo educativo de conscientização.

Freire também ressalta a necessidade de superação da consciência mágica, da qual comumente existe algo em todos nós e apresenta as características da consciência ingênua e da consciência crítica, diferenciando-as: simplismo na interpretação dos problemas, valorização do passado, aceitação de formas massificadoras de comportamento, subestimação do homem simples, explicações mágicas, fragilidade e ingenuidade na discussão dos problemas, conteúdo emocional e compreensões mágicas fortes, crença na imutabilidade da realidade (consciência ingênua); profundidade na análise dos problemas, reconhecimento de que a realidade é mutável, princípios autênticos de causalidade, verificação das descobertas, libertação dos preconceitos, inquietude, assunção de responsabilidade e autoridade, indagação e investigação, dialogicidade, abertura ao novo sem repelir o velho (consciência crítica). (FREIRE, 1988, p. 40-41)

A superação da consciência ingênua preconizada por Freire ocorre no MST, de forma muitas vezes lenta e fragmentária, pela práxis dos sujeitos. E quanto mais reflexivo e criador for o modo de expressão dessa práxis, tanto mais elevada a intervenção da consciência no processo prático. Todavia, mesmo em uma práxis reiterativa, as intervenções da consciência, embora debilitadas ou tendentes ao desaparecimento, não podem ser excluídas.

Nesse sentido, Vázquez (1990, p. 283-284) difere a ***consciência prática*** – "que atua no início ou ao longo do processo prático, em intima unidade com a plasmação ou a realização de seus objetivos, projetos ou esquemas dinâmicos", buscando a materialização de um resultado ideal em um produto real – da **consciência da práxis:** a "consciência que se volta sobre si mesma, e sobre a atividade material em que se plasma", consciência que se sabe a si mesma. Embora distintas elas não se fragmentam, mas mantêm uma estreita vinculação, na medida em que a consciência da práxis manifesta-se na autoconsciência prática.

A análise do papel desempenhado pela consciência na atividade prática permitiu a Vázquez especificar a existência de uma práxis criadora e de uma práxis repetitiva; o grau de manifestação da autoconsciência prática, por sua vez, propiciou a distinção de dois outros níveis da atividade prática humana: a práxis espontânea, em que o sujeito prático tem uma baixa ou ínfima consciência da práxis, e a práxis reflexiva: ação de sujeitos com elevada consciência da práxis.

O MST, em suas ações, tem por objetivo propiciar às pessoas do Movimento conhecimentos que engendrem a passagem da práxis espontânea para a práxis reflexiva, pela aquisição da consciência de sua situação de classe, convicção sobre a necessidade de encontrar solução para os problemas sociais através da luta e promoção de uma mudança radical na estrutura da sociedade. Explicam Ângelo e Alberto:

> Essa passagem da consciência espontânea para uma consciência crítica não se dá de maneira individual, mas somente numa vivência coletiva e cotidiana. Numa relação norteada por objetivos claros e comuns, que para o Movimento é a transformação social. Essa passagem jamais se dará individualmente, pois se não houver um instrumento de reflexão coletiva, o indivíduo isoladamente não se liberta, não caminha da consciência em si para a consciência para si. (ÂNGELO, 25, Paraíba, Setor de Formação).

> Eu me convenço cada vez mais de que sem o conhecimento nós não vamos a lugar nenhum, a lugar algum. Se nós não estudarmos é que nem um cego guiar outro cego, ambos caem no buraco. Então que a gente possa se dedicar de fato à busca do conhecimento. Sentir sede de conhecimento, porque isso nos permite não sermos dominados. Esse sentimento permite que a gente veja a realidade como ela é. Isto é fundamental. É criar unidade enquanto trabalhadores. Se nós enquanto trabalhadores não nos entendermos, tanto mais força a burguesia vai ter para nos combater, nos derrotar. Na medida em que nós, como trabalhadores, nos entendermos, mais força nós teremos. Isso exige de fato conciliar conhecimento com a consciência de classe. Esse é um processo difícil, mas possível. E a luta nos permite isso. Essa é uma das razões que me mantém muito firme no MST. A consciência de que a luta transforma a realidade. Quanto mais nós tivermos pessoas conscientes, com essa consciência de que somos todos trabalhadores, nós vamos vencer. (ALBERTO, 32, Distrito Federal e Entorno, Setor de Formação).

Em suma, o Movimento Sem Terra vem criando condições para que dirigentes, militantes e pessoas que compõem a sua base social – acampados(as) e assentados(as) – construam conhecimentos que se transformem em ação, pela mediação da consciência: uma ação sobre uma realidade para transformá-la, simultaneamente à transformação dos agentes. E esse processo de construção da almejada consciência de classe é tanto mais consistente quanto maior a unidade da teoria e da práxis dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Existem, no entanto, grandes limitações por parte do MST no sentido de criar condições, notadamente por parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, para a passagem de uma consciência ingênua para uma consciência reflexiva. Tal dificuldade é explicada por Martins (2004, p. 44) pela existência do que o sociólogo denomina de "maniqueísmo antagonístico" na atuação política de organizações populares do campo: "Maniqueísmo que expressa a falta de uma consciência crítica verdadeiramente política, fundada na compreensão ampla e criativa do momento histórico."

4 A DIMENSÃO AFETIVA: O SENTIR

> Um sentir é o do sentente, mas outro é o do sentidor. (ROSA, 2005a, p. 328).

Ao narrarem as mudanças ocorridas em circunstâncias objetivas e subjetivas de suas vidas após o ingresso no MST e a participação nas suas formas de luta, evidenciou-se na dimensão afetiva a predominância de duas novas situações assumidas pelos(as) Sem Terra: organização e adoção de valores morais e estéticos e conquista da libertação.

Insiro os valores na dimensão afetiva do saber porque penso serem estes referidos sempre a um sujeito emotivo, um sujeito que sente. Os seres sociais têm consciência dos valores não por uma apreensão realizada unicamente através do intelecto, mas principalmente por meio de sentimento. A captação dos valores se firma no sentir, que por sua vez associa-se a elementos cognitivos. Na gênese e fundamentação de nossas valorações, o sentimento desempenha um papel de fundamental importância, embora no conhecimento dos valores o componente afetivo atrele-se, necessariamente, a um elemento cognitivo. No ato de valoração, o sentimento precede o conhecimento, havendo, porém, colaboração entre as funções intelectivas, emotivas e intuitivas na vivência do valoroso.

Ainda na esfera do sentir destacam-se, para os(as) Sem Terra, modificações significativas nas suas autopercepções, o que os instiga à recuperação e elevação da auto-estima, bem como às mudanças na forma de perceber e lidar com o outro, desencadeando a vivência de novas formas de relação interpessoal e social.

4.1 ORGANIZAÇÃO E ADOÇÃO DE VALORES MORAIS E ESTÉTICOS

Considerando-se em primeiro lugar a questão dos valores morais, pode-se afirmar que, quando se expressam a esse respeito, as pessoas do MST se referem a atos humanos passíveis de serem qualificados como positivos ou valiosos, ou como negativos,

constituindo pares de conceitos axiológicos inseparáveis, com relações recíprocas e manifestações opostas: a solidariedade e o egoísmo, o coletivismo e o individualismo, a coragem e o medo, a esperança e a desesperança.

Há, também, referência a valores que despertam emoções estéticas. São os valores estéticos ou do Belo, os quais produzem um sentimento desinteressado de prazer, pela contemplação e admiração de objetos naturais, pessoas ou obras de arte. Os(as) Sem Terra, impulsionados pelos materiais escritos e por meio da fala de suas lideranças, aspiram à beleza e à realização desta. Tal valoração, no entanto, é parcialmente condicionada por seus conhecimentos e costumes, pela postura frente ao mundo, como também pela convocação que faz o Movimento no sentido da recuperação, discussão, difusão e adoção de valores, dentre os quais, figura a beleza como "um valor fundamental" (BOGO, 1998).

Mas o que são valores? Rigorosamente, não podemos conceituar valor. Em sua origem, o latim, o termo valor significa coragem, bravura. Na acepção filosófica, relaciona-se ao bom, ao útil, ao belo, ao justo e seus respectivos opostos: mau, inútil, feio, injusto. Pode significar a vivência de um valor, a qualidade de valor de uma coisa ou a idéia de valor em si mesma. Valoramos as mais diferentes coisas ou objetos (naturais ou produzidos pelos seres humanos) e também atribuímos valor à conduta humana.

Contudo, embora os valores exijam a existência nos objetos de propriedades que consideremos valiosas, não existem objetos valiosos em si, independentes de um sujeito valorante: os valores não são entidades absolutas e autônomas, mas o são pelo ser humano e para ele, fonte e fundamento dos valores. São do mundo da cultura.

Mesmo se considerarmos o valor econômico, distinto dos outros tipos de valor, vemos que o valor de troca, da mesma forma que o valor de uso, não são propriedades do objeto em si, mas do objeto que existe como objeto de valor porque resulta do trabalho dos seres sociais.

Mas o que pensa o segmento dirigente do MST, seus militantes e as pessoas de sua base social sobre os valores? Aqui existem duas situações: nas publicações do Movimento está evidenciada a idéia que os dirigentes têm acerca dessa questão filosófica; os militantes e pessoas acampadas e assentadas, no entanto, dizem aprender sobre valores, como também aprender a vivenciá-los, mas não expuseram nas entrevistas conceitos explicitamente formulados sobre suas concepções de valor ou de conduta moral. Os fragmentos de texto e da fala dos(as) Sem Terra contribuem para esclarecer essa questão:

> Estamos chamando de valores humanistas e socialistas aqueles valores, então, que colocam no centro dos processos de transformação a pessoa humana e sua liberdade, mas não como um indivíduo isolado e sim como um ser de relações sociais que visem a produção e a apropriação coletiva dos bens materiais e espirituais da humanidade, a justiça na distribuição destes bens e a igualdade na participação de todos nestes processos. (MST, 2005d, p. 164).
> Então na minha andança pelo mundo, pela Bahia afora e no mundo, eu aprendi uma infinidade de coisas. Principalmente o valor humano, o valor do ser humano. O valor ético, que aí não é esse que é capitalista, mas a ética cidadã. A moral que eleva o cidadão, que não é a moral submissa. (VALDEMAR, 31, Bahia, Assentado, Setor de Formação).
>
> Olha, eu diria assim que a concepção que a luta nos traz, é de que nós precisamos construir novos homens e novas mulheres, a partir da formação desses novos sujeitos, a partir de novos valores. É... Qualquer ação que você faz dentro do Movimento ela acaba que adquirindo uma concepção pedagógica, nessa visão de que é preciso construir novos valores. (ALBERTO, 32, Distrito Federal e Entorno, Setor de Formação).
>
> Eu aprendi a viver novos valores dentro da organização, dentro do Movimento. Aprendi mais a dar valor para a vida e a valorizar também as pessoas... (ROSMERI, 32, São Paulo, Assentada, Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF).

Em se tratando da conduta moral, só podem ser qualificados moralmente atos ou produtos humanos que as pessoas reconheçam como seus, porque realizados livremente, de modo consciente, e que implicam uma responsabilidade moral. Os objetos valiosos, encontrados na natureza ou produzidos pelos indivíduos sociais, embora tenham a possibilidade de incorporar ou realizar utilidade ou beleza, não têm significado moral, não incorporam valores morais.

Mas o que são atos morais? Podemos definir atos morais como atos de indivíduos concretos, conscientes e voluntários, por eles vividos ou interiorizados e que afetam outros sujeitos, seu grupo social ou a sociedade como um todo. Por serem atos realizados livremente, implicam escolhas, como esclarece Vázquez:

> Todo ato moral inclui a necessidade de escolher entre vários atos possíveis [...]. Ter de escolher supõe, portanto, que preferimos o mais valioso ao menos valioso moralmente ou ao que constitui uma negação de valor desse gênero (valor moral negativo ou desvalor). (VÁZQUEZ, 2005, p. 135).

E os(as) Sem Terra fazem escolhas. Neste ato, têm liberdade de fazer opções, mas essa não é uma liberdade absoluta, pela vigência de uma moral efetiva, preponderante, correlacionada a necessidades e exigências da vida social, influenciada pelas relações de

produção. As pessoas do MST ocupam determinada posição na estrutura social, se incluem numa rede de relações e condições sociais dominantes, interiorizam regras normativas de ação estabelecidas pelo costume. Nessa perspectiva, os grupos sociais dos quais fizeram ou fazem parte – família, classe social, Igreja, Estado – influenciam na realização da moral. Da mesma forma, os meios de comunicação de massa (televisão, imprensa, rádio, cinema), as instituições educativas, as artes, deliberadamente inculcam nos seres sociais uma moral já estabelecida.

Seus atos são condicionados por idéias que expressam não apenas concepções lógicas, mas históricas, porque as idéias mudam conforme a moral efetiva de cada época, relacionando-se, na sociedade capitalista, às aspirações e aos interesses de classe, sobretudo da classe dominante. Essa é uma das teses de Vázquez em relação à ética:

> A moral, como toda forma de superestrutura ideológica, cumpre uma função social; no caso específico, a de sancionar as relações e condições de existência, de acordo com os interesses da classe dominante. Nas sociedades divididas em classes antagônicas, por conseguinte, a moral tem um caráter de classe (VÁZQUEZ, 2005, p. 292).

Nas ações do MST, valores humanistas e condutas éticas são adquiridos e/ou consolidados: solidariedade, coletivismo, coragem, esperança, cooperação, justiça, companheirismo, beleza, liberdade e dignidade são apropriados e/ou sedimentados como valores permanentes, por serem considerados elementos indispensáveis à construção de novas relações interpessoais e sociais e para a formação de homens e mulheres novos, humanizados.

A Solidariedade, por exemplo, é um ato praticado por homens e mulheres com zelo e afeição intensos pelas outras pessoas, as quais desejam ajudar de forma desinteressada, sem expectativa de recompensas externas. É um tipo de cooperação intencional e voluntária, com o intuito de causar bem a outrem. Diz a militante sergipana Gislene:

> O Movimento Sem Terra não é um trabalho, ele é realmente uma vida militante, uma vida que você está ali porque você está vivenciando valores novos: o companheirismo, a solidariedade para com o outro. (GISLENE, 23, Sergipe, Assentada, Setor de Formação).

O comportamento solidário pode ser também motivado pelo desejo que um sujeito tem de reparar danos, retribuir benefícios recebidos e prestar ajuda a quem apresenta necessidades ou promover o bem-estar da sua comunidade.

Esse tipo de altruísmo é evidenciado no Movimento Sem Terra através da disposição demonstrada em relação aos sentimentos e carências dos outros e da preocupação em beneficiar os(as) companheiros(as), considerando-se, todavia, a existência de condutas personalistas e exclusivistas. De modo geral, produz-se na luta um intenso sentimento de lealdade e o empenho em agir com bondade e generosidade para a defesa concernente às ameaças externas que com freqüência incidem sobre os(as) participantes das ações políticas coletivas engendradas pelo Movimento.

O MST incentiva, através de suas publicações (MST, 2005d; BOGO, 1998), do discurso de seus dirigentes e da práxis pedagógica de seus educadores e educadoras, a discussão e a promoção de ações práticas dimensionadas na perspectiva de valorização do companheirismo, do afeto entre as pessoas, da comunhão, da partilha e do amor à classe proletária, à justiça social, à dignidade e à vida humana. O conteúdo da fala dos(as) entrevistados(as) evidencia que isto parece contribuir para o despertar do compromisso e da consideração pelo outro e para os comportamentos altruístas das pessoas acampadas e assentadas. Diz um educador do MST:

> Olha, é praticamente quase impossível a gente enumerar o que a gente aprendeu. Mas o que mais eu aprendi foi valorizar a vida, porque a gente sempre levava a vida assim... Mas a partir do momento que comecei a participar do MST, vi que a vida vale muito mais do que a gente imaginava. E que não tem significado se a gente for querer viver a vida individual, a vida para a gente mesmo. O que eu mais aprendi é que a nossa vida aqui, esses poucos dias aqui no mundo, têm de ser compartilhados para que se multiplique, para a vida da gente continuar se multiplicando a cada momento. E uma das coisas que eu aprendi muito é a ser solidário com qualquer pessoa que a gente encontra, sendo conhecido ou não. Então, a questão da solidariedade foi uma das coisas que mais eu aprendi. Na minha vida na família aprendi a compartilhar mais todas as dificuldades, tanto em casa, quanto com os meus irmãos, meus cunhados, enfim, com toda a família. Eu aprendi muito a conviver e a partilhar. (JONAS, 43, Rondônia, Assentado, Setor de Educação).

Também suas práticas cotidianas contribuem para a criação de novas relações sociais e efetivação de estratégias para a democratização de processos da vida comunitária, destacando-se a dependência recíproca, a participação e a cooperação: “A gente aprende a viver coletivamente, e a gente aprende a compartilhar muitas coisas.” (CRISTIANE, 23, Minas Gerais, Coletivo Nacional de Gênero).

É preciso explicitar, porém, que, para muitos(as) dos(as) Sem Terra, a solidariedade e o altruísmo manifestam-se apenas na fase de acampamento e nas ocupações.

Depois da conquista da terra, verifica-se o isolamento de pessoas ou grupos familiares, pois muitas das famílias assentadas têm dificuldade em aceitar formas de produção diferentes das tradicionais e resistem em se organizar nas associações coletivas, reproduzindo muitas vezes aquilo que o MST quer combater.

Há pessoas, também, que se revelam egoístas, desprovidas de generosidade, tendo ocasionalmente comportamentos de ajuda instaurados e mantidos através da pressão social. Isto porque a individualidade conquistada no mundo moderno, saudável condição humana, traduz-se muitas vezes em afirmação egoísta da personalidade (individualismo patológico) nas sociedades baseadas na propriedade privada, nas quais os interesses particulares se sobrepõem aos interesses comuns.

A primazia do princípio do individualismo sobre o do coletivismo resulta de uma moral que regulamenta as relações humanas em conformidade com interesses concretos da sociedade por inteiro ou de parte dela. O individualismo egoísta, portanto, não é, de acordo com Vázquez, inerente à "natureza humana", como apresentado pelos ideólogos burgueses, pois

> Fortalecem-se os impulsos individualistas ou egoístas, não porque correspondam a uma suposta natureza universal do homem, mas porque assim exige um sistema econômico no qual a segurança pessoal encontra-se tão-somente na propriedade privada. A economia tem, portanto, a sua moral apropriada – a do egoísmo – e esta impregna a sociedade por todos os seus poros (VÁZQUEZ, 2005, p. 223).

Não podemos desconsiderar, no entanto, o caráter de um indivíduo, o qual possui traços derivados de sua constituição orgânica, mas que se constrói através dos processos educativos vivenciados nas instituições e organizações das quais participa e na própria vida social. O egoísmo, um princípio moral predominante nas sociedades capitalistas, pode transformar-se em traço de caráter de um indivíduo, mas pode também ser modificado em suas relações com os outros: inserido em uma rede de relações sociais e participando de uma organização popular, as pessoas tendem a modificar o conteúdo moral de seu comportamento. Com essa finalidade, os dirigentes e militantes do MST instigam a prevalência, nas comunidades rurais e nas instâncias organizativas do Movimento, de certos princípios e valores ou normas morais, a exemplo da solidariedade. E se colocam diante dos atos das outras pessoas avaliando-as – ou incentivando-as à auto-avaliação – expressando aprovação ou desaprovação e aplicando procedimentos disciplinares, quando necessários.

Em suas práxis política e produtiva[63], as pessoas que se incorporam ao MST, de modo geral, aprendem a subordinar seus interesses pessoais aos interesses comunitários, desenvolvendo fortes laços de associativismo para com o grupo de pertença. A sobreposição das metas grupais sobre as metas individuais resulta na constituição de comunidades mais coesas, harmoniosas e homogêneas, que abrigam e beneficiam o sujeito em troca de sua fidelidade em relação ao comprometimento voluntário com os outros. Essa maior adesão aos valores sociais, subalternizados em relação aos valores pessoais, remete a uma categoria controversa – pela dificuldade de definir os atributos e padrões que a caracterizam – denominada por coletivismo.

Os sujeitos dotados de intensa sensibilidade coletiva são capazes de sacrificar seus interesses pessoais em função dos interesses coletivos, uma vez que, quando seus objetivos particulares não coincidem com os do grupo do qual fazem parte, priorizam as metas grupais. Adotam um modo de vida mais centrado na sociedade e percebem-se como similares aos demais, mantendo fortes ligações entre si e definindo metas comuns.

São pessoas que buscam cumprir suas atividades e deveres seguindo as normas sociais, atribuem grande importância aos laços de solidariedade intragrupais e à manutenção dos relacionamentos, valorizam a integridade da família e manifestam tendências à cooperação para com os outros. Desejam não se sentirem sozinhas e interessam-se pela convivência afetuosa, por amizades verdadeiras e uma vida social que as identifique como parte de uma coletividade.

Nos assentamentos com acentuado sentimento de coletividade, o grau de liberdade pessoal é mais baixo, no entanto, a igualdade entre os indivíduos sociais é elevada, explicando a motivação para um eu interdependente e compartilhado com os demais componentes da comunidade.

Em algumas situações, o interesse individual prevalece sobre o grupal, levando as pessoas a dedicarem-se apenas a si próprias ou à sua família. As prioridades são individuais, refletindo não apenas os valores e as experiências pessoais, mas também os valores comuns aos membros de grupos culturais específicos. O sujeito realiza suas atividades de modo separado dos demais, prestigiando a autonomia e a independência, maximizando a importância da liberdade e distanciando-se emocionalmente do grupo social do qual é agregado.

---

[63] A produção e consumo de bens numa perspectiva da individualidade ou da coletividade serão tratados no último capítulo, quando for abordada a construção de processos de organização da produção nas áreas de assentamentos rurais.

Homens e mulheres individualistas pensam, sentem e atuam conforme suas metas pessoais, colocando em segundo plano o contexto social em que se localizam. Priorizam a saciedade de suas necessidades básicas de existência orgânica, buscam alcançar a realização pessoal, a formação de identidades e de espaços próprios, além de moverem-se pelo desejo de singularidade, de serem diferentes de outros membros de seus grupos. Também necessitam de admiração, poder, êxito e reconhecimento social. Tais atributos constituem traços da personalidade individual, mas refletem a cultura subjetiva, a estrutura social em que vivem.

Penso que individualidade e coletividade não são, necessariamente, modos excludentes de comportamento: podem coexistir e correlacionar-se. O grupo cultural no qual o sujeito encontra-se inserido condiciona fortemente as suas possibilidades de priorizar a individualidade, enfatizando os valores pessoais, ou a coletividade, acentuando os valores sociais. O MST dá primazia à dimensão coletiva, entretanto, as pessoas não reproduzem integralmente essa orientação grupal, mas costumam apresentar ambas as tendências, cujas manifestações se associam a situações específicas, as quais definem o estilo mais adequado para suas condutas.

Ainda no campo dos valores morais, os(as) entrevistados(as) ressaltaram que, pela participação nas atividades teóricas e práticas do MST, adquirem a capacidade de superação dos medos e uma forma particular de disposição que os leva a querer e a agir no sentido de fazer o bem a si mesmos e aos outros: a coragem de lutar.

A Coragem (a*ndréia* em grego), com o significado de ausência de recuo diante dos riscos e perigos – não se entregar ao medo produzido por objetos ou situações que infundem temor, mas enfrentá-lo – é concebida como uma virtude que serve aos interesses de outras pessoas, de uma causa grupal, como ato desinteressado de generosidade ou altruísmo. Entretanto, a Coragem nem sempre escapa do interesse egoísta imediato, da busca de gratificações concretas, da afirmação de poder sobre os outros, da felicidade e bem-estar próprios.

Tem ela muitas formas de se manifestar: na bravura, no ânimo, na paciência, no arrojo, na audácia, na firmeza, na severidade. Estas qualidades, todavia, não estão reunidas numa única pessoa, mas congregam-se a partir das individualidades, ativando-se simultaneamente na práxis coletiva. Nas palavras de Sival e Josefa:

> A gente tem coragem de lutar porque temos mais medo da miséria do que da morte. Como disse uma companheira nossa, que morreu assassinada [Roseli Nunes] "morrer lutando ao invés de morrer de fome." (SIVAL, 48, Sergipe, Acampado, Direção Estadual do MST).

> Tem muita demora para assentar as pessoas, violência que tem também, no campo. A gente que é pequenos agricultores tem dificuldade para produzir. E quando a gente conseguem é difícil vender, porque não tem estrada para transportar a produção. Tem também as dificuldades financeiras, que são muitas. Às vezes a gente, as pessoas se sentem desanimadas, pelas dificuldades de sobrevivência. Mas agora a gente não pode fraquejar, tem de ter calma. E coragem para prosseguir na luta. Mas é difícil... (JOSEFA, 38, Roraima, Assentada).

Nessa perspectiva, como Vázquez (2005), penso que a propensão das pessoas a agir em um sentido moralmente válido tem um componente individual, inscrito no caráter, mas sua moralização, as formas de apropriação e cultivo de determinadas virtudes morais "se verificam num contexto social concreto e, portanto, são favorecidos ou freados pela existência de determinadas condições, relações e instituições sociais." (VÁZQUEZ, 2005, p. 216).

Assim, além de serem influenciados pelas relações econômicas, políticas e ideológicas da sociedade em cujas estruturas estão integrados, são os organismos e as instituições sociais dos quais os sujeitos participam que criam condições específicas para prevalência de uma dada moral na comunidade.

No MST a Coragem não está unicamente na razão, mas predominantemente no desejo das pessoas: desejo de lutar, resistir, perseverar, viver, resguardar o próprio ser. Coragem, nessa ambiência, é decisão, ação, vontade determinada em face ao sofrimento ou ao perigo. É um ato singular, pessoal, que se manifesta no esforço para suportar, no tempo presente, os sofrimentos, as perdas, o infortúnio, os fracassos, as deficiências, os erros, a tortura. É conduta para superação da angústia, para o combate às injustiças; é força para não ceder às coações, repressões, desumanidades.

Existe, em oposição, o sentimento do medo, sob diversos matizes, relacionado às ameaças externas ou internas que se apresentam aos homens e mulheres do Movimento, às condições objetivas e subjetivas diante das quais as pessoas sentem medo: percepção de risco iminente, observação do temor experimentado por alguém considerado significativo, detecção de intenções ou comportamentos hostis por parte de figuras intuídas como ameaçadoras, receio do desconhecido ou do ambíguo, traumas causados por exposição constante a situações potencialmente causadoras de danos psicológicos.

Por participarem das lutas do Movimento, é grande a suscetibilidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e dos militantes do MST a situações perigosas, uma vez que são constantes os confrontos com a polícia, os ataques de milícias particulares e

pistoleiros e os conflitos com as instituições jurídicas. Em alguns Estados do País essa situação é particularmente grave, a exemplo do Pará, conforme relata Polianne:

> Eu vivo no Estado que tem mais conflitos agrários no País, muito violento. O medo que as pessoas têm do enfrentamento é uma dificuldade mais específica da luta. Algumas pessoas. Porque o povo do Pará é extremamente resistente, lutador. Briga mesmo pelo que quer. Mas a repressão que o latifúndio fez na região durante várias décadas foi tão forte que algumas pessoas se calaram. Então os conflitos agrários no Pará é um dos empecilhos gravíssimos que a gente enfrenta. As constantes ameaças que as pessoas sofrem; os constantes despejos, sempre violentos. A impunidade. A forma como a justiça encara os conflitos agrários. Enfrentar o latifúndio não é um enfrentamento só ideológico. Ás vezes se faz necessária a força mesmo. Porque a pessoa tem que defender sua vida, sua casa, seu sonho. Tudo em que acredita. E o latifúndio no Pará é extremamente cruel com relação a isso. E os latifundiários quando mandam os pistoleiros para um acampamento não querem saber se tem criança lá dentro, ou idosos. Eles montam suas guerrilhas. É esse enfrentamento que para nós é muito cruel. Repressão policial. Alguns companheiros nossos que passaram muito tempo presos com falsas acusações, por exemplo. É muito difícil ir ao acampamento que foi recém-despejado, um despejo violento, e tentar fazer um trabalho de formação. As pessoas estão com medo: as únicas coisas que tinham às vezes perdem nessas ações. Às vezes tem companheiros que são assassinados, outros são presos. O latifúndio no Pará consegue mais do que tirar a vida das pessoas: tira as esperanças. Tira os sonhos. O latifúndio arranca das pessoas cruelmente a vontade que elas têm de ter uma nova vida. E isso acontece constantemente no Estado. Tanto por uma questão ideológica quanto por uma questão de força. (POLIANNE, 21, Pará, Assentada, Setor de Formação).

Além do medo perante situações concretas de perigo, existe também o temor que algumas pessoas sentem de serem menos amadas, ridicularizadas, mal interpretadas, de se exporem ou colocarem-se em circunstâncias que causem algum sofrimento psíquico ou dano moral.

Outro valor posto em prática pelos(as) Sem Terra, que a maioria dos(as) entrevistados(as) diz ter perdido e agora recobrado, é a Esperança: o ato de esperar e a confiança no conseguimento daquilo que é desejado, como declarado por Francisco Adriano e Alberto:

> Agora que sei da importância da nossa luta, da luta dos trabalhadores, aprendia a ter esperança sempre em dias melhores. (FRANCISCO ADRIANO, 32, Mato Grosso, Acampado, Coletivo de Finanças).

> Você pode passar todo tipo de dificuldade dentro da luta, dentro do Movimento, mas dificilmente eu teria o que tenho hoje: essa capacidade de poder sonhar constantemente que a realidade pode ser diferente do que nós passamos. De que podemos ter um Brasil e um mundo que tenha vida digna para todos. E o Movimento me devolveu o amor a terra. E me sinto

> profundamente em paz e bem, lidando com a terra, mexendo com a terra. E isso o Movimento me devolveu. Eu já tinha perdido isto. Por conta da perda da auto-estima do agricultor, de alguém ligado a terra. É a onda da urbanização, das tentações urbanas que também me afetaram. E se não fosse o Movimento, certamente eu estaria engrossando as fileiras da miserabilidade na cidade. É, porque esse era o destino mesmo. Então o Movimento me devolveu essa capacidade de sonhar, de acreditar que é possível que as coisas sejam diferentes. E eu mantenho essa utopia muito clara dentro de mim e não abro mão desse projeto. (ALBERTO, 32, Distrito Federal e Entorno, Setor de Formação).

E a espera não é passiva, pois a esperança que estimula a ação humana encoraja também os(as) trabalhadores(as) Sem Terra. Esperança que é, para Freire, um imperativo existencial. "A esperança faz parte da natureza humana. [...] a esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria História, mas puro determinismo" (FREIRE, 2003, p. 72). Os seres humanos, por sua finitude, inacabamento, incompletude e imperfeição – e por saberem que assim o são – não podem prescindir da esperança: não podem deixar de ser esperançosos, mas necessitam fazer-se e refazer-se permanentemente, com a finalidade de autenticamente ser.

No MST, as pessoas esperançosas encaram os sofrimentos como contingências passageiras e antecipam, pela imaginação, a superação de uma realidade objetiva insatisfatória. Animados pelas possibilidades de mudanças nas situações presentes, engajam-se em uma práxis social voltada para o futuro, este construído objetivamente a partir das condições históricas passadas e atuais. Assim pensa Cristiane:

> E um aprendizado maior é essa questão de se indignar com toda a injustiça, de querer aprender mais, querer estudar, querer lutar, não se acomodar com as coisas, não se acomodar e esperar. Como minha família tinha uma formação muito religiosa acreditava muito que as coisas vão acontecer e não se pode fazer nada pra mudar, então eu acho que foi uma das conquistas maiores também: descobrir que nós somos sujeitos e construímos a nossa história, ir lá lutar, conseguir a terra, conseguir um lugar pra morar, poder produzir, ter um espaço de você levar outras pessoas a descobrirem como é bom saber que é sujeito de sua própria história. A gente tem essa vantagem de trabalhar com outras pessoas, outras famílias e dar essa chance pra elas de lutar, de ter um lugar. E de sonhar com um mundo diferente: sonhar e construir esse mundo diferente. (CRISTIANE, 23, Minas Gerais, Coletivo Nacional de Gênero).

Aspiram a uma vida melhor, de justiça, liberdade e solidariedade, para o conjunto dos indivíduos sociais viventes e para as gerações vindouras. Gente que partilha da convicção de Paulo Freire de que podemos intervir no mundo para mudar as coisas:

“Enquanto presença na História e no mundo, esperançadamente luto pelo sonho, pela utopia, pela esperança [...]. E esta não é uma luta vã”. (FREIRE, 2000, p. 116). Esse tipo de esperança é alimentado por Afonso:

> A luta ainda é muito grande. Do ponto de vista de uma sociedade diferente no Brasil, uma transformação social, nós estamos talvez num período embrionário. Já demos o nosso passo, mas eu particularmente imagino uma sociedade diferente. Que o próprio sistema capitalista força isso, mais gente desempregada, mais gente marginalizada... Imagino que isso não tem como agüentar a vida inteira. Então, do ponto de vista de ser uma sociedade mais justa, que os gananciosos não consigam acumular tanto e que o patrimônio público, as riquezas sejam mais bem distribuídas. Eu sonho, e tenho esperança, de conseguir participar dessa luta e ver essa realidade. E não sou daquele que fala: estou na luta para que meus filhos... Estou lutando para que eu possa ter uma situação diferente. Não acho que possa ser para eles resolverem o problema. Essa é a minha responsabilidade. Então, sou daqueles que acho que temos muito que fazer. E sou daqueles que estou disposto a fazer o que for do meu alcance. O que for das minhas possibilidades, eu quero fazer. E como já disse, sonho ver uma sociedade diferente para o povo brasileiro. (AFONSO, 51, Paraná, Assentado, Frente de Massa).

Acredito ser oportuno ressaltar que para as pessoas adeptas de diferentes credos religiosos, a esperança se traduz em expectativas diversas e, por vezes, diferenciadas: na perspectiva de continuidade da vida após a morte, através da reencarnação posterior ao descenso físico (espíritas); nas promessas proféticas de salvação, ressurreição e de uma vida feliz na eternidade, além de força para enfrentamento dos momentos tempestuosos, segurança contra os perigos do mundo atual, amparo e auxílio para alcance dos objetivos que estiverem em harmonia com os propósitos de Deus (evangélicos e católicos que professam o catolicismo); esperança de cura, proteção contra o mal, resolução imediata das aflições, privações e incertezas, dos problemas financeiros e das questões amorosas, fortalecimento da energia vital (axé), união com o divino (iniciados no candomblé).

Algumas pessoas, devido às suas histórias pregressas e às condições difíceis de existência que continuam enfrentando, não vislumbram alternativas para solução dos seus problemas, sentindo-se impotentes e desistindo da luta, problema que é explicado por Cristiane:

> Temos uma dificuldade muito grande, que é o fatalismo, não acreditar que as coisas podem mudar. É muito difícil a gente construir, mudar essas pessoas que vêm degradadas da cidade mesmo, das favelas. Que não sonham mais, que não têm esperança. Então a gente sofre essa dificuldade de trabalhar, de resgatar essas pessoas para a luta, de construir novos valores humanos. (CRISTIANE, 23, Minas Gerais, Coletivo Nacional de Gênero).

As observações realizadas durante o processo de pesquisa e os comentários dos entrevistados indicam que as pessoas desesperançadas tornam-se apáticas, passivas, tendendo à falta de iniciativa, de envolvimento e ou participação nas práticas políticas coletivas: "Em momentos de descenso do movimento de massas, as pessoas comumente são tomadas pelo sentimento de apatia." (PIZETTA, 2007, p. 243).

Maior que a desesperança, no entanto, é a incerteza: existem assentados(as) e também militantes que não sabem dizer se em suas vidas encontrarão melhores ou piores condições futuramente. Essa insegurança é constatada predominante entre pessoas da base social e entre as mulheres, resultando, também, em desânimo.

A práxis educativa Movimento Sem Terra, conforme constatado pelas observações participantes e através das falas dos sujeitos da pesquisa, contribui para a superação da resignação em face das injustiças, instauração da rebeldia, resistência, afirmação da essência humana e busca de concretização do sonho de viver em uma sociedade socialista. Uma pedagogia utópica e esperançosa, que faz da indignação perante as injustiças a motivação de homens e mulheres para a luta pela sua libertação. É, pois, uma pedagogia da luta e uma "pedagogia da esperança".

Quando se trata dos valores estéticos[64], os(as) Sem Terra vivenciam situações estéticas em níveis ora mais espontâneos, ora mais reflexivos, por possuírem certa ideologia ou consciência referente a um conjunto de objetos que denominamos de estéticos. Nesse sentido, explica Vázquez:

> para nós existe um conjunto de objetos aos quais atribuímos certas qualidades específicas e a que chamamos, justamente porque seus objetos a possuem, de universo estético. Nesse universo incluímos tanto seres naturais (uma paisagem, uma flor, um colibri) – ou seja, seres que não devem sua existência ao homem – quanto objetos artificiais, produzidos pelo trabalho humano, entre os quais figuram: objetos usuais da vida cotidiana, produtos artesanais ou industriais, determinados dispositivos mecânicos ou técnicos e, finalmente, os produtos humanos que chamamos obras de arte e que, em nossa época, ocupam um lugar privilegiado dentro do rico e variado universo estético. (VÁZQUEZ, 1999, p. 6).

O Movimento Sem Terra, além de incentivar a vivência de valores morais como os anteriormente descritos, atribui especial relevo ao Belo, como categoria particular

[64] Estética, do grego *aiesthesis,* com o significado de "sensação", "percepção", é um ramo do saber ou disciplina filosófica especial e também ciência de um modo peculiar de apropriação de uma realidade, que são as experiências estéticas e as práticas artísticas, diversificadas e construídas conforme condições históricas, sociais e culturais determinadas.

das categorias estéticas[65]. Mas o que é o Belo? Qual o significado da beleza nas comunidades rurais e outras instâncias do MST?

Os fenômenos estéticos e artísticos são situados no tempo, sofrem, portanto, mudanças incessantes. Assim, o Belo está permeado por diferentes concepções na história do pensamento estético: beleza definida por atributos como ordem, proporção e harmonia, pelos pitagóricos; como idéia eterna, imutável, perfeita, uma realidade supra-sensível, na concepção platônica; ordem e simetria, tamanho e magnitude das coisas reais, para Aristóteles; beleza proveniente de Deus, considerada como medida e forma, ordem e proporção inerentes a objetos agradáveis à vista, para a Estética cristã e medieval; o Belo como qualidade das coisas, da realidade ideal ou empírica no período renascentista; a ênfase na dimensão subjetiva do belo, desde o século XVIII, relacionado à percepção, existente apenas na mente de quem contempla a beleza e associada à produção de prazer; o Belo como atributo da "natureza humana", na estética da Ilustração, ou produto da consciência no sentido idealista kantiano; como manifestação sensível da idéia, na concepção hegeliana. A superação dessas posições objetivistas e subjetivistas ocorre principalmente no contexto histórico hodierno, quando o Belo é entendido enquanto relação singular entre sujeito e objeto.

Para os integrantes do MST, o universo estético é amplo e diversificado, associando-se ao artístico, ao prático, ao utilitário, ao funcional e ao natural. Assim, não apenas atribuem beleza a certos objetos naturais ou artificiais, como buscam cultivar o Belo na natureza, na produção agrícola, artesanal e arquitetônica, no trato corporal e na vida cotidiana. É a relação estética que, como modo específico de apropriação do mundo pelos seres humanos, "não se dá apenas na arte e na recepção de seus produtos, mas também na contemplação da natureza, assim como no comportamento humano como objetos produzidos com uma finalidade prático-utilitária." (VÁZQUEZ, 1999, p. 42).

O cuidado com a beleza, mais especificamente com o embelezamento das áreas de assentamento e acampamento decorre tanto da sensibilidade presente na condição humana quanto dos incentivos difundidos por militantes, dirigentes e pelos textos do MST. "Nossa preocupação está então em saber valorizar o que de belo há na natureza e o que podemos tornar mais belo, usando as próprias forças da natureza, para fazer mais bela a vida cotidiana a partir desta fonte de beleza que é a natureza." (BOGO, 2000, p. 37), subscreve um dos coordenadores do Movimento.

---

[65] As reflexões estéticas têm o belo como centro, portanto, a estética é considerada como ciência do Belo. Mas nem todo estético é belo, pois existe sua antítese, o feio. E há também o grotesco, o trágico, o cômico, o sinistro, o monstruoso, que mesmo não sendo belos continuam a ser estéticos.

O MST apresenta sugestões de como embelezar as comunidades dos(as) acampados(as) e assentados(as) em vários de seus documentos (MST, 2007b; 2005b; 2001a; 2000; BOGO, 2002; 1998), por meio de uma argumentação que transita desde a simbologia bíblica, a exemplo do Jardim do Éden, às lembranças sobre as dificuldades de uma práxis política revolucionária: o sangue e o suor das lutas. Tais sugestões incorporam a escolha do nome do assentamento, limpeza, coleta de lixo, arborização e ornamentação dos espaços de vivência, cuidado com animais e plantas, organização das moradias, construção de praças, edificação de pomares, jardins e outros sítios harmoniosos, agradáveis, de trabalho e lazer. Também incentiva o reflorestamento e a reconstituição das matas, a recuperação dos solos e dos recursos hídricos. Quanto aos cuidados com a aparência física pessoal, enfatiza a atenção à saúde das pessoas, a higiene e o asseio pessoal, a adequação das vestimentas e calçados ao clima e aos lugares públicos.

Por fim, vale destacar que o estético e o artístico, em sua gênese, existência e efeitos, estão socialmente condicionados, pois a criação e a recepção dos produtos artísticos e estéticos dependem das formações históricas, sociais e culturais e das individualidades: variam com as mudanças na estrutura social e na subjetividade humana. Assim, a ideologia vigente na realidade em que os integrantes do MST se inserem em uma época e sociedade determinadas e as relações sociais que contraem entre si, condicionam seus ideais de beleza.

As pessoas apropriam-se, contemplam ou agem em relação aos objetos estéticos – processos, percepções, valores, atos que possuam qualidades estéticas, objetos artesanais, artefatos mecânicos, produtos industriais ou de uso na vida cotidiana, criados para finalidades extra-estéticas, mas que podem ter significado estético – em condições sociais específicas e situações individuais peculiares.

Ao analisar as contradições no campo dos valores estéticos, constatei que não houve quem manifestasse oposição ao ato de criar e conservar objetos naturais ou artificiais considerados belos. Por outro lado, o próprio Movimento Sem Terra reconhece que existe uma "a carência do entendimento da questão estética dentro dos assentamentos, relacionada com a arte, música, poesia, pintura, teatro, escultura etc e também em relação à beleza no aspecto da organização arquitetônica das moradias, praças, parques etc." (MST, 2001a, p. 200).

E a fealdade pode ser encontrada na natureza em si, em alguns assentamentos, pela modificação das paisagens consideradas belas: desmatamento praticado por alguns trabalhadores e trabalhadoras, aplicação de agrotóxicos para controle químico de pragas e doenças, queima da vegetação nativa na preparação do terreno para o plantio, despejo no solo do lixo acumulado, práticas nocivas ao meio ambiente, nele incluídos os seres humanos. Estas

atitudes resultam da urgência em desenvolver uma produção para atendimento às necessidades imediatas de sobrevivência – alimentação, produção de abrigos, construção de ambientes adequados à criação de pequenos animais –, da pretensão em obter dinheiro com a venda de madeira, plantas nativas, animais silvestres e, principalmente, da ausência de uma consciência ecológica.

As insuficiências materiais também determinam a produção e uso de objetos aos quais não se pode atribuir beleza. São artefatos técnicos e manufaturados, peças industriais ou feitas artesanalmente, quase sempre criados a partir da natureza modificada por homens e mulheres, pela necessidade de improvisação de utensílios e instrumentos de trabalho utilizados na vida cotidiana e nas atividades de produção agropecuária, ou, ainda, pela urgência na construção de instalações residenciais.

A meu modo de ver, o feio existe especialmente nos acampamentos, como expressão da situação de indigência dos(as) acampados(as): a precariedade das condições da vida humana e da humanidade das pessoas que, muitas vezes por longos anos, resistem e lutam pela superação destas condições adversas, desnaturadas.

4.2 CONQUISTA DA LIBERTAÇÃO

No tocante à libertação, as ações coletivas do MST propiciam organização de uma práxis libertadora da exploração e a consolidação de uma cultura de resistência à situação de subalternidade dos trabalhadores e trabalhadoras, envolvendo a independentização financeira e a autodeterminação das pessoas. Esta é a percepção da paulista Judite:

> Pelo menos para minha família, para os meus irmãos que também atuam no Movimento foi uma libertação muito grande. E para minha família, minha mãe, meu pai, foi uma libertação daquele sistema opressor que a gente vivia. Não que a gente não viva mais em uma sociedade opressora, capitalista, mas é uma libertação muito grande de trabalho mesmo, porque hoje, por exemplo, meu pai ele ainda trabalha na roça, ele produz, mas o que ele produz é o que a gente come, a gente não precisa comprar no mercado e também não precisa trabalhar pesado. E o fruto do seu trabalho não é mais para enriquecer outras pessoas. Então acho que nesse sentido foi uma libertação muito grande. Minha mãe sempre teve vontade de ter uma terra própria para poder plantar as hortas dela, criar os animais. E isso ela faz hoje, com muita alegria, com muita satisfação. (JUDITE, 22, São Paulo, Acampada, Setor de Educação).

Para ilustrar a aquisição da capacidade de agir por si mesmos, os depoentes recuperam a memória de suas vidas no passado, quando sua força de trabalho era convertida em mercadoria e comprada pelo capitalista para a obtenção de lucro (dominação econômica). Consideram que, embora detivessem a livre escolha de exercer direitos individuais – como o voto, a liberdade de culto religioso, a manifestação de opiniões –, não possuíam o direito de escolher o seu modo de agir.

Viviam em permanente estado de subordinação às normas ditadas pelos interesses privados dos patrões, proprietários das terras ou fábricas: negado o direito ao controle sobre o trabalho ou sobre os produtos criados, os(as) trabalhadores(as) demonstravam inaptidão ou impotência para livrar-se da dominação de seus exploradores. De modo natural e espontâneo, reconheciam o poder de mando dos empregadores e lhes prestavam obediência[66], com graves conseqüências, pois

> Obedecer é fechar-se em si mesmo e abrir-se ao outro; é por em suspenso ou limitar a ação própria; é ter o centro fora de si. É mover-se em plena heteronomia: a determinação de si está no outro. Obedecer é, pois, estar determinado a partir de fora, enquanto que aquele que manda determina a si mesmo ao determinar o outro (VÁZQUEZ, 2001, p. 21).

Outras vezes, preferiam desobedecer, mas essa desobediência raramente se manifestava de forma objetiva, permanecendo no plano subjetivo ou discursivo, pela ausência de vontade ou do poder de concretizar esse ato.

Podem, agora, movimentar-se e atuar livremente, viver como indivíduos autônomos, determinar a si mesmos, sem o constrangimento por parte de força exterior. Este é o sentimento de um militante alagoano:

> Hoje minha vida mudou. Muito! Não só no conhecimento, mas na questão da minha vivência com o povo do campo, que eu não tinha muita aproximação. Mudou principalmente na minha própria libertação como empregado. E hoje eu vejo o quanto é triste... Como já disse, trabalhava, era bem remunerado, mas era uma vida presa. Eu não tinha liberdade. Hoje não tenho um emprego, me mantenho dentro do que eu trabalho no campo ou com a ajuda que recebo do MST, mas é uma vida completamente diferente: é uma vida onde o sujeito tem a sua liberdade completa... Ele é livre. (JOSÉ PORFÍRIO, 46, Alagoas, Assentado, Setor de Direitos Humanos).

---

[66] Vázquez (2001, p. 25-27) esclarece que existem basicamente três explicações para as atitudes de obediência das pessoas: a apresentação por parte do poder de motivos racionais e universais para o ato de obediência, os quais se baseiam em razões e critérios de racionalidade estabelecidos pelo próprio poder; a internalização pelo sujeito de normas morais: socialmente condicionado, acredita que a obediência é um dever e se convence de que deve obedecer; o medo de colocar em risco a liberdade pessoal ou a sua vida, o que faz com que o sujeito obedeça, mesmo contrariando crenças e valores próprios, por falta de alternativa.

A liberdade, aliás, é incompatível com coação exercida por forças interiores ou exteriores ao sujeito, provenientes dele próprio, da natureza ou da sociedade e que anulam a vontade. Os(as) Sem Terra sentem que não são mais coisificados nem estão subordinados a vontades estranhas, mas aos seus próprios interesses, conseqüentemente, livres. Liberdade que "acarreta um poder, um domínio do homem sobre a natureza e, por sua vez, sobre a sua própria natureza" (VÁZQUEZ, 2005, p. 129).

Um ponto de vista divergente do que está acima exposto é a posição assumida por Denis Rosenfield (2006, p. 217), que assegura:

> O MST e a CPT não têm como preocupação central melhorar a situação de acampados e assentados, com títulos individuais de propriedade e independência dos proprietários em relação ao controle político. **Essas organizações políticas de cunho religioso têm todo o interesse em manter os desvalidos numa situação de completa dependência e subordinação**, pois se a sorte deles melhorasse a sua aura se perderia e a violência deixaria de ser um método de ação. A reforma venceria a revolução e uma política laica, a religiosa. (grifo meu).

As pessoas relatam, no entanto, que, anteriormente, a liberdade que julgavam possuir na determinação do próprio comportamento, o livre-arbítrio, era ilusória. Teoricamente existiam para o sujeito diferentes alternativas e a possibilidade de fazer opções relativas à condução de seus atos. De fato, a liberdade de perpetrar escolhas pessoais era, em geral, predeterminada pela necessidade e pela imposição de adotar alternativas que não produzissem conseqüências indesejáveis, embargando e limitando as ações individuais.

Acreditavam alguns sujeitos que os atos das pessoas e as condições da existência humana são determinados causalmente, por forças sobrenaturais, explicando assim a desigualdade social, a exploração dos indivíduos, a extorsão da renda, a servidão, a pobreza, a dominação. Sabem presentemente que os acontecimentos não são condicionados pela vontade divina, mas produtos de uma sociedade dividida em classes antagônicas. Sobre essa mudança de perspectiva, comenta Afonso:

> Antes de entrar no MST, na época eu participava muito de Igreja, eu imaginei que existem ricos e pobres porque assim Deus quer, que o rico e o pobre existam. Eu achava isso normal. Agora sei que o rico e o pobre existem porque existe um sistema onde aquele que tem cada vez pode ter mais. E que pobre é uma conseqüência, a causa é outra. Ser pobre, estar na miséria, estar na marginalidade é conseqüência de uma situação de classe. Então a gente com o tempo vai aprendendo essa coisa toda. Essa capacidade de perceber a gente adquire nos cursos teóricos e situações práticas. (AFONSO, 51, Paraná, Assentado, Frente de Massa).

A posição de um analista das ações do MST vai de encontro a esses relatos e constatações decorrentes da pesquisa por mim realizada. Diz ele que há um

> uso político perverso da liberdade, igualmente presente em textos do MST e da CPT, como se essa idéia de valor universal devesse passar por um tratamento revolucionário, o que consiste em perverter sua significação. Liberdade vem, para eles, a significar: sigam-me em minhas orientações, pois eu, sim, sei o que é o "bem" do povo, aquele que eu proclamo enquanto tal. A liberdade não nasce de um espaço público de debates e conquistas, pois esse mesmo espaço é interditado (ROSENFIELD, 2006, p. 321).

O que existe, de fato, é uma ideologia cristã, inculcada principalmente pelas expressões neopentecostais (de igrejas evangélicas e de segmentos da Igreja Católica). Estas manipulam as consciências dos fiéis, e fazem com que os assentados e as assentadas adeptos dos grupos religiosos que seguem tal orientação ideológica transportem a libertação para outro mundo: o sujeito sem lutar se considera vencedor, e idealmente livre, porque em cumprimento da vontade divina, está predestinado a ser recompensado com a liberdade no reino futuramente criado por Deus, no mundo terreno ou no plano celestial (nos novos céus e na nova Terra).

Mas, de modo geral, no Movimento Sem Terra o sujeito se sente livre, embora tendo que se sujeitar a normas. Isto porque o interesse coletivo, reconhecido e aceito por homens e mulheres como próprio, limita a liberdade e dimensiona a esfera de ação individual. Estas normas, contudo, não são imposições arbitrárias, fruto de interesses particularistas, mas elaboradas em suas linhas gerais por meio do consenso grupal.

A liberdade humana, todavia, como já dito antes, nunca é absoluta. A sociedade, os padrões comportamentais e as possibilidades de agir das pessoas são condicionados histórica e socialmente. Por conseqüência, é do mesmo modo condicionado o grau de liberdade de escolha, decisão e ação (ou livre vontade) das pessoas.

Os(as) Sem Terra, através de sua atividade prática e teórica, engendram a transformação da natureza e da sociedade, processo que resulta também na transformação das circunstâncias que os(as) condicionam, em sua autoprodução e em sua libertação, cujo exercício pleno se concretiza na práxis social: no agir humano sobre a materialidade de um mundo objetivo, resultante das muitas práxis que historicamente o criaram.

4.3 RECUPERAÇÃO ELEVAÇÃO DA AUTO-ESTIMA

Outra das principais ocorrências no domínio afetivo quando um sujeito assume a condição de Sem Terra é a modificação da forma como se percebem a si mesmos: a alteração da auto-imagem.

Devido às suas vivências anteriores ao MST, suas relações e interações com o mundo e com o outro, que incluem experiências de fracasso, constrangimento, vergonha, humilhação, é comum aos homens e mulheres desenvolverem um sentimento de inferiorização. Construíram e mantiveram uma autoconcepção negativa, através das suas percepções sobre como eram vistos, em especial por aqueles considerados significativos.

Isto porque, através das primeiras relações afetivas e das expectativas e avaliações das pessoas de alguma forma importantes para o indivíduo, ele vai modelando um conceito sobre o que é e sobre o que deveria ser. Uma imagem de si mesmo surge a partir das imagens que o outro, ou os outros, lhe apresentam, por meio de seus gestos de aprovação ou desaprovação. As pessoas aprendem, dessa forma, a seguir modelos de conduta sugeridos e sua auto-imagem é facilitada ou restringida pelas expectativas e atitudes alheias.

Ao se perceberem como parte da classe proletária e protagonistas das ações do MST, os(as) Sem Terra manifestam a tendência a desenvolver comportamentos no sentido da superação das fraquezas, domínio dos temores, remoção de obstáculos, defesa contra censuras, superação preconceitos, mudança na avaliação que faziam de si mesmas, melhorando a auto-estima, como revelado por Eleneuda:

> Então quando eu estou dentro do Movimento Sem Terra, eu me sinto gente, porque eu tenho a oportunidade de expressar minha opinião e tenho a oportunidade de estar sendo reconhecida mesmo. (ELENEUDA, 30, Tocantins, Setor de Educação).

A apreciação a respeito de si, ou amor-próprio, e o sentimento de auto-respeito são intensificados e as pessoas sentem-se aprovadas, aceitas, valorizadas e estimadas pelos seus pares. Em conseqüência, originam sentimentos de adequação, de força, autoconfiança e dignidade; mudam suas concepções de mundo e perspectivas de vida, numa estreita relação entre produção de saberes, avaliação positiva do *sel*f e transformação do ser.

Existem, no entanto, variações na forma como as pessoas percebem a si mesmas. Algumas admitem insuficiências em determinadas condições pessoais, como nível

de conhecimento escolar, e a repressão de atos pelo medo do fracasso. Experimentam a carência de autoconfiança no que concerne ao desempenho de tarefas que requerem capacidade de tomar decisões acertadas e assunção de responsabilidades em circunstâncias ambíguas, delicadas ou perigosas. Temem certas situações que possam resultar em embaraço ou depreciação e receiam também não atender às expectativas da Direção Nacional do MST. Submetem-se, então, passivamente à força externa.

Algumas trabalhadoras manifestam insegurança no uso da expressão oral, tanto pelas dificuldades em relação a competências discursivas, incluindo o uso da língua portuguesa padrão, quanto porque, em algumas situações, existe ainda indiferença dos ouvintes quando o pronunciamento é feito por mulheres. Por vezes, há pouca ou nenhuma consideração referente ao conteúdo da fala da oradora, conforme depoimento de cinco pessoas do sexo feminino.

Apesar do sentimento de inferioridade, esses sujeitos, esforçam-se para salvaguardar a sua individualidade e para ocupar um lugar no grupo, pela superação de suas fraquezas e limitações.

É interessante observar que a elevação dos coeficientes de auto-estima das pessoas jovens e adultas é diretamente proporcional à posição hierárquica do cargo ou função que o sujeito desempenha e ao tempo de pertença ao MST: quanto mais alta a graduação do cargo ou tempo mais extenso no Movimento, maior a auto-estima e a autoconfiança destas pessoas. Tais sentimentos relacionam-se, também, embora em menor intensidade, à condição de escolarização do(a) Sem Terra, na mesma relação de proporcionalidade anteriormente aludida: quanto mais elevado o grau de escolaridade alcançado pelas pessoas, mais seguras de si mesmas elas se tornam.

Outra questão é que o Movimento Sem Terra, devido ao caráter educativo que lhe é intrínseco, pois as práticas sociais vivenciadas nas suas formas de luta são também processos pedagógicos, assume a condição de espaço de formação identitária dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. Propicia a construção de uma identidade coletiva – um movimento e uma organização social e política de massas – e de uma identidade individual: de ser Sem Terra, sujeito histórico que, através das vivências coletivas, se constrói como protagonista de uma organização de luta popular, mas também por ela condicionado.

4.4 VIVÊNCIA DE NOVAS FORMAS DE RELAÇÃO INTERPESSOAL E SOCIAL

Sobre relações interpessoais e sociais, acampados(as) e assentados(as) experimentam novas formas de ligação, associação e convivência entre pessoas e grupos, pautadas na solidariedade, igualdade, cooperação, unidade, mantendo-se, porém, situações de afastamento, indiferença, desigualdade, opressão. São as relações interindividuais e coletivas cotidianas, que incorporam as relações de gênero, familiares, entre os membros de diferentes religiões, entre dirigentes, militantes e base social do MST. Sobre estas relações, comentam os militantes Alberto e Francisca:

> A gente se vê cercado de contradições por todos os lados. Principalmente nas relações cotidianas. No sentido de que a sociedade permanentemente nos convida a seguir praticando as ações que são próprias do capitalismo. É pisar sobre o outro, é querer crescer a partir da diminuição do outro. E isso são contradições que não se supera de uma hora para outra. Seria em longo prazo... É por isso que eu acredito, e essa é uma motivação especial, que trago dentro de mim, que o ser humano é uma construção permanente: não termina nunca. Jamais seremos humanos na nossa totalidade. Sempre temos capacidade de nos desenvolvermos para sermos sempre mais humanos. E aí você se vê cercado de contradições nesse processo. É, são heranças que lamentavelmente nós trazemos, fruto de um regime social que separa pessoas em vez de aproximar, integrar elas, fazer com que possam se sentir mais gente, mais humanas. Então são contradições que toda hora atacam a gente. Também não dá para querer se condenar porque eventualmente aqui e ali a gente "pise na bola", por conta de erros que se cometem. Até a capacidade de reconhecê-los quando são cometidos e ir para frente. São as contradições que movem a sociedade e acredito também que possam ser superadas e que a humanidade possa dar um passo à frente. No sentido de se tornar mais humana. (ALBERTO, 32, Distrito Federal e Entorno, Setor de Formação).

> A forma coletiva como a gente se relaciona no conjunto, no dia-a-dia, constitui também um espaço importante de educação: você aprender com as relações. Principalmente partindo das experiências que são múltiplas. Essa coisa da gente se relacionar com pessoas que são de outros Estados, que têm uma cultura diferente, então, isso para mim é muito rico. E com certeza um dos espaços mais belos que a gente tem de aprendizagem é essa vivência coletiva, o relacionamento com outras pessoas. (FRANCISCA JOICIMEIRE, 23, Ceará, Setor de Direitos Humanos).

No que concerne às relações de gênero, é preciso considerar inicialmente que as dessemelhanças entre os sexos, justificadas através das diferenças biológicas, são produções culturais, históricas. Os atributos típicos do feminino, como a fragilidade, emoção, proteção, delicadeza, subordinação, e do masculino, força, razão, coragem virilidade, dominação, são construções sociais. No processo de socialização de meninos e meninas, estereótipos são criados, com qualificação pejorativa da mulher e da feminilidade.

As diferenciações entre o masculino e o feminino, culturalmente construídas, são transmitidas e reproduzidas por instituições e instrumentos como a família, espaço privilegiado de reprodução de ideologias; a escola, que consolida o aprendizado doméstico; os meios de comunicação, reprodutores de preconceitos e reforçadores da discriminação contra as mulheres; a maioria das religiões, que explicitamente ou não, consideram as mulheres seres inferiores, impuros, criados para a servidão, a obediência e o perdão, conquanto existam religiosos(as) lutando pela igualdade nas relações entre homens e mulheres e dos homens e das mulheres entre si.

As relações sociais de gênero são, pois, assimétricas e hierarquizadas, com múltiplas manifestações da dominação masculina. Relações desiguais de poder, sustentadas pela legislação, por instituições e pelo imaginário coletivo. Essa desigualdade é mais perceptível quando se trata de oportunidades de estudo, trabalho, participação política, tomada de decisões, sexualidade. Aliás, a sexualidade feminina, reprimida e controlada, subordina-se aos valores e aos desejos dos homens. O corpo feminino é ainda disciplinarizado, pela exigência da virgindade, oposição ao aborto, vinculação do sexo à procriação e imposição da heterossexualidade como forma correta de viver a sexualidade. Nesse sentido, a homossexualidade masculina e a bissexualidade (como o lesbianismo) são ainda representadas como desvios, a despeito da liberdade sexual e permissividades dadas aos homens.

Também são as mulheres as maiores vítimas da violência: além de sofrerem com a violência simbólica, sexista, são vulneráveis ao abuso físico, sexual, psicológico e, também, à negligência e ao abandono. É principalmente a violência familiar, que ocorre nas relações entre pessoas com parentesco natural, civil, por afinidade ou afetividade, geralmente no ambiente doméstico.

No MST, as relações de gênero não apresentam diferenças extremadas em comparação com a sociedade por inteiro, embora existam avanços significativos nas propostas e práticas de luta pela construção de novas relações sociais de gênero. E mudanças nas atitudes masculinas, simultaneamente à luta contra o capitalismo e pelo advento do socialismo, como declara um acampado mato-grossense:

> Depois que entrei para o MST mudei principalmente as relações com as outras pessoas e a visão do papel da mulher. Antes via a mulher apenas como uma pessoa para tarefas domésticas e não deixava a minha esposa estudar. Hoje minha companheira estuda, faz parte das lutas políticas do Movimento e exerce funções de liderança local e regional. (FRANCISCO ADRIANO, 32, Mato Grosso, Acampado, Coletivo de Finanças).

A ação política das mulheres nas lutas sociais do MST se dá pela incorporação massiva destas durante os conflitos e combates – inclusive nos confrontos armados com a polícia e com as milícias privadas; pela mobilização coletiva para assegurar maior igualdade de participação nas distintas esferas de poder; e pela luta contra o machismo, entrelaçada à luta contra o capitalismo. Mulheres de idades variadas – desde as crianças às pessoas idosas – participam das mobilizações, ocupações e outras formas de luta do Movimento. Há, no entanto, diferenciação na participação feminina em acampamentos, cuja mobilização é intensa e permanente, em relação aos assentamentos, quando se verifica o declínio da participação, incidente sobre pessoas de ambos os sexos. Esse fato é confirmado em uma pesquisa realizada sobre a luta das mulheres nos movimentos sociais populares rurais: "as mulheres se mobilizam e participam em momentos decisivos, mas não sustentam o seu envolvimento na rotina da ação coletiva" (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 264).

As mulheres adquiriram na luta a percepção dos privilégios que os homens detêm e sentem necessidade de acumular forças para resolver as contradições de gênero. Esforçam-se pela mudança de mentalidade dos(as) Sem Terra: uma ruptura com o tradicional, tanto nas concepções dos papéis masculino e feminino quanto na forma de educar os filhos, inclusive pelo ensino de tarefas domésticas aos meninos. Lutam pela supressão das desigualdades de classe social, raça/etnia e gênero e para ter lugar no Movimento, constituindo-se e sendo reconhecidas como lideranças populares. Lutam para reverter a condição histórica de objeto, de coadjuvantes da práxis masculina, e para se transformarem em sujeitos sociais, protagonistas na construção da igualdade e da justiça social.

Com a inserção nas práticas educativas formais do MST, conseguiram alcançar graus de escolarização mais elevados em relação aos homens, o que lhes propicia a expansão das oportunidades ocupacionais nos diversos setores do Movimento e o exercício de trabalhos mais qualificados. Além disso, o aumento da escolaridade feminina contribui para as mudanças das relações de gênero e amplia as possibilidades de participação das mulheres nas práxis política e produtiva dos(as) Sem Terra.

Buscando afirmar a igualdade de gênero no Movimento, este adota como lineamento político: luta para assegurar que constem no cadastro e no documento de concessão e uso da terra o nome do homem e da mulher; discussão, pelo conjunto da família, dos projetos e recursos da organização; incentivo à participação feminina no planejamento e execução do trabalho produtivo, administração das atividades e avaliação dos resultados; participação igualitária de homens e mulheres em todos os processos de formação e capacitação; coordenação dos núcleos de acampamento e assentamento sempre realizada por

um homem e uma mulher; promoção de cursos de formação e outros eventos relativos a questões de gênero, da base social à Direção Nacional do MST; garantia da participação feminina em todos os Setores; combate a todas as formas de violência contra as mulheres; garantia de condições igualitárias nas cooperativas, envolvendo associação, remuneração, administração e discussão sobre questões políticas e econômicas (MST, 2005f, p. 31).

A maioria das lideranças compreende a necessidade da participação das mulheres, para fortalecimento da luta de classes e construção de novas relações sociais de gênero. Entretanto, o próprio MST admite incorporar pessoas resistentes às discussões nesse campo. Homens que consideram importante incentivar a participação feminina, sem, contudo, assegurar a ação qualificada de grandes contingentes de mulheres nos processos de organização política do Movimento: "em seus discursos e ações o conjunto da militância reproduz valores, desvios e práticas contrárias ao sonho e aos princípios do Movimento" (MST, 2005f, p. 26). Do reconhecimento sobre a necessidade de envolvimento do conjunto da Organização na discussão e na construção de condições objetivas para assegurar a participação efetiva das mulheres, foi criado, no ano 2000, o Setor de Gênero[67], seção em que atuou José Porfírio:

> A princípio, quando cheguei ao Movimento, a minha atividade era fazer um trabalho com as mulheres a nível de Estado, com o Setor de Gênero. Fiquei como encarregado, dirigente de acampamento e, no acampamento, como dirigente de gênero, para discutir a questão da igualdade dentro do Movimento, abrindo espaço para as nossas companheiras também terem a participação na luta. E fizemos trabalhos com companheiros também, os casais, nessa questão de resgatar, a auto-estima e também de trabalhar essa questão da desigualdade mesmo, que é muito forte, do machismo, que é muito forte. Conscientizar o companheiro que a luta é uma luta por igual. E não há uma diferença dentro do Movimento nesse aspecto. Então, a participação dos dois é muito importante para a constituição de um novo lugar, um novo projeto de vida, o projeto de mundo que a gente sonha. (JOSÉ PORFÍRIO, 46, Alagoas, Assentado, Setor de Direitos Humanos).

Mas ainda são muitos os elementos objetivos e subjetivos que restringem a participação feminina na vida política e social do MST, mesmo nos acampamentos: vinculação ao trabalho doméstico e aos afazeres impostos ao feminino, limitações pessoais – constrangimento, insegurança, medo, dificuldade de expressão verbal, discriminação –,

[67] "Este setor tem a tarefa de animar o debate de gênero nas instâncias e setores do MST, conduzir as reflexões sobre essa temática nos espaços de formação, elaborar materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuam para uma participação igualitária de homens e mulheres no MST, bem como cobrar a implementação de linhas políticas de gênero" (MST, 2005f, p. 27).

atitudes dos maridos, que impedem ou inibem a saída das mulheres de casa, dificuldade de fazer com que suas reivindicações sejam priorizadas. Essa situação é evidenciada na fala da mineira Cristiane:

> Uma dificuldade também forte é de envolver as mulheres, de fazer com que elas participem realmente nesse processo, que elas coloquem sua opinião, que se sintam parte desse Movimento. (CRISTIANE, 23, Minas Gerais, Coletivo Nacional de Gênero).

Em reuniões e assembléias no assentamento e nas atividades associativas predomina a presença masculina, permanecendo as mulheres como espectadoras, relegadas ao segundo plano nas negociações e decisões políticas e econômicas. Sobre essa condição feminina no MST, explica Rosmeri:

> Acho que outra dificuldade é o fato de ser mulher. Porque dentro da própria Organização mesmo, a gente tem dificuldade na hora de se expressar, porque o que você fala não tem o mesmo valor. Mesmo que a gente tenha trabalhado, tudo isso. Mas a sociedade é que vê diferente. E o Movimento não é uma ilha, está dentro desse contexto. Tem pessoas que também têm dificuldades de entender como é que essa opressão age sobre as mulheres. (ROSMERI, 32, São Paulo, Assentada, Escola Nacional Florestan Fernandes).

Tomando como referencial o trabalho das mulheres nos assentamentos e acampamentos, existem, a meu ver, segregações de gênero, desvalorização, subordinação e invisibilidade do trabalho feminino. Há uma nítida divisão sexual e social do trabalho nas comunidades rurais: a esfera da produção de bens e serviços para comercialização é domínio masculino, e a da reprodução – biológica e social da família e de outras dimensões do cotidiano –, domínio feminino. As mulheres são percebidas com pouca capacidade de desenvolver as mesmas atividades produtivas que os homens. Estes trabalham predominantemente na agropecuária, como produtores e administradores da produção; aquelas na horticultura, floricultura, extrativismo vegetal, criação de aves e pequenos animais, além dos afazeres domésticos.

O trabalho, principalmente na agricultura, é percebido por ambos os sexos como uma tarefa mais relacionada aos homens, responsáveis pelas atividades econômicas. E mesmo com muitas mulheres acumulando atividades na agropecuária e nos espaços

domésticos, seu trabalho não é reconhecido como produtivo, mas como atividade inferiorizada, de ajuda ao homem: uma força de trabalho subsidiária e complementar.

O exercício acumulado de atividades afirmadas como produtivas, e de outras, no ambiente doméstico, caracterizando a denominada dupla jornada de trabalho, é subestimado e desvalorizado pelos homens e pelas próprias mulheres, que não identificam o trabalho doméstico como trabalho. Nesse sentido, não há diferenciação entre as trabalhadoras rurais e as do meio urbano.

Quando se trata do cadastramento como beneficiárias de parcelas da terra ou obtenção do título de propriedade desse meio de produção, as desigualdades de gênero se manifestam e freqüentemente são reforçadas. Primeiro porque os técnicos do INCRA, encarregados de cadastrar os(as) trabalhadores(as), concretizam a política machista promovida pelo órgão, concedendo prerrogativas aos homens e impondo obstáculos ao cadastramento das mulheres. Depois, a despeito da marcante presença da trabalhadora rural na luta pela reforma agrária, o acesso destas ao título de propriedade da terra ainda é restrito: por falta de documentação pessoal, porque o direito legal de domínio conjunto do título não é respeitado, este ficando com os homens, constando a mulher e os filhos como seus dependentes. São também os homens, de modo geral, os titulares no acesso ao crédito e aos financiamentos agrícolas.

É preciso ressaltar que muitas das mulheres casadas optam pela responsabilidade dos maridos sobre o cadastramento e o título de propriedade da terra, por medo da responsabilidade jurídica ou temor de arcar com as operações financeiras. Mas ficam completamente desamparadas em caso de separação, pela impossibilidade da divisão do lote e de pagamento de pensão pelos ex-esposos, por falta de renda destes.

Em casos específicos, a mulher assume a titularidade do lote: quando solteira, viúva ou separada e quando o homem está legalmente impossibilitado, devido a problemas com dívidas, falta da documentação necessária ao cadastramento pelo INCRA e, ainda, quando tem problemas de saúde ou alcoolismo. O número até então pequeno de mulheres cadastradas ou com título de propriedade da terra produz uma distribuição desigual de poder, repercutindo sobre a participação feminina nas decisões no interior dos assentamentos, ainda reduzida.

A idade e o estado civil são condições que facilitam ou dificultam a participação feminina. Geralmente as funções de liderança são assumidas pelas jovens solteiras, com disponibilidade para deslocamentos e possibilidade de distanciamento de suas casas, muitas vezes por longos períodos de tempo. As mulheres casadas e mães têm mais dificuldades de participação.

Em se tratando de saúde sexual e de violência, constata-se: 1) as mulheres são mais vulneráveis ao contágio por doenças sexualmente transmissíveis e têm dificuldades, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, na prevenção do câncer de mama e do colo uterino: não realizam regularmente os exames preventivos, mesmo razoavelmente informadas por agentes de saúde ou meios de comunicação, porque os maridos não gostam (ou não permitem) que elas exponham seu corpo à visão e ao toque de outro homem. Muitas mulheres acatam as vontades dos cônjuges, pela tendência à evitação de conflitos e pela intensificação da subordinação e tutela feminina com o casamento; 2) embora sejam casos esporádicos e isolados, há registros de violência física e sexual contra a mulher nas comunidades rurais, com espancamentos e tentativas de abuso sexual. Por se encontrarem em lugares distanciados dos órgãos de proteção e defesa das mulheres e pela ausência de recursos para deslocamento, existem dificuldades em denunciar as agressões. Por outro lado, as vítimas reagem e, com o apoio das lideranças locais e regionais do Movimento Sem Terra, expulsam agressores dos acampamentos e assentamentos.

O MST reconhece as dificuldades em avançar na construção de novas relações de gênero, considerando-se que isso implicaria a perda do poder econômico e político dos homens, que historicamente detêm o domínio de quase todos os setores da Organização. Além disso, as mulheres têm menos oportunidades de atuação, de estudo (cursos formais e de formação política) em instituições distanciadas de seu local de moradia, menor acesso a informações estratégicas, não participam ativamente das cooperativas e pouco se inserem nas discussões políticas e econômicas nos assentamentos (MST, 2005f, p. 28-29). Segundo declaração de um ex-militante do MST do Estado da Paraíba:

> Existe preconceito explícito ou dissimulado em relação às mulheres e concessão de privilégios aos homens, inclusive na resolução de problemas pessoais. Na nova organicidade, a direção ou coordenação de instâncias tem que ter um homem e uma mulher, para haver igualdade de gênero, mas geralmente quem tem o poder é o homem. A mulher, para exercer posição de liderança tem que se masculinizar.

Considerando-se as relações no contexto familiar, intrinsecamente ligadas às relações de gênero, quero inicialmente observar que na família, considerada como a forma mais elementar de comunidade humana, constituída por pais e filhos, articulam-se laços biológicos e relações familiares.

Historicamente, essa instituição social evoluiu, com lentas modificações nas posições do homem e da mulher e nas relações entre pais e filhos. Da poligamia dos tempos pré-históricos, passou-se à monogamia e ao patriarcado, após o advento da sociedade dividida em classes. E com o patriarcalismo, a mulher submete-se socialmente ao homem e depende dele, notadamente no aspecto material[68].

Essa sujeição social e material da mulher e o modelo familiar baseado na autoridade e dominação contínua exercida pelo homem sobre toda a família, progressivamente se enfraquece. Nas últimas décadas do século XX, surge uma variedade de estruturas domésticas que substituem o modelo familiar clássico, com dissolução de matrimônios, dificuldades em compatibilizar casamento, trabalho e outras atividades da vida pessoal e formação de relacionamentos sem legitimação religiosa ou civil da união.

A incorporação progressiva de grande contingente de mulheres no mundo do trabalho remunerado provoca mudanças nas relações familiares, pois a mulher passa a dar contribuição financeira para o orçamento doméstico, aumentando significativamente seu poder no ambiente familiar. Assim, o sexo feminino se redefine em relação ao patriarcalismo, eliminando aos poucos a supremacia masculina.

No contexto do MST, considerando-se algumas peculiaridades da vivência em comunidades rurais, a situação das famílias não se diferencia do que vem ocorrendo na sociedade em geral. Está sucedendo-se uma profunda diversificação e mudança no sistema de poder da família, incluindo uma crescente parcela de mulheres que criam sozinhas seus filhos, um aumento progressivo do número de novos casamentos (recombinações), além da grande quantidade de filhos que não vivem com seus pais biológicos.

A mulher participa cada vez mais ativamente da práxis política do Movimento, muitas vezes atuando ao lado dos cônjuges, humanizando-se nas relações com os homens, inclusive os seus maridos. Mas essa participação não raro tem custos altos no que se refere à vida conjugal e à socialização das crianças e jovens: as mulheres apontam dificuldades em conciliar o trabalho de militante com a existência pessoal, especialmente quando os filhos são ainda pequenos. Os deslocamentos e constantes ausências do cotidiano familiar, situações extensivas também aos maridos, produzem um sentimento de negligência concernente aos filhos, à formação da personalidade, ao acompanhamento dos estudos e à criação de condições específicas para o comportamento moral destes últimos.

---

[68] Sobre os sistemas de parentesco e formas de matrimônio que explicam a gênese da família, bem como a institucionalização desse grupo social a partir do advento do Estado capitalista na modernidade, ver Engels (1997).

Quanto aos homens, estes declaram que a vivência no MST propicia a aprendizagem de modos de ser e de agir que os transformam em referência positiva para a mulher, seus filhos e outras pessoas aparentadas. Tais mudanças de atitudes resultam no fortalecimento dos elos familiares, aprofundando sentimentos de afeto, amor, respeito e criando condições para o diálogo comunicativo e a cooperação em seus lares. Esses sujeitos sentem-se agora em condições de fornecer apoio emocional e financeiro às suas famílias.

Os jovens, por sua vez, para exercer as tarefas designadas pelo Movimento, freqüentemente se afastam dos pais e distanciam-se permanentemente dos familiares que não fazem parte da Organização. Alguns sentem dificuldade de viver distante dos pais, irmãos(ãs), filhos(as), companheiros(as) ou demais sujeitos unidos por laços de parentesco ou são censurados pelo afastamento da convivência familiar, como explicam Messilene e Judite:

> As dificuldades, primeiro é que tenho um vínculo muito forte com a família e de 2003 para cá eu tenho muita dificuldade de morar longe de minha família. Tenho uma ligação fortíssima com minha família, assim, às vezes, uma das primeiras dificuldades é se afastar da família. (MESSILENE, 24, Pernambuco, Assentada, Setor de Formação e Direção Estadual/Nacional).

> A gente sempre encontra dificuldades em tudo que vai fazer. Não sei definir ainda se é dificuldade, mas talvez seja um limite, é em relação à família. Minha família reconhece o trabalho do MST, soma nessa perspectiva de uma nova sociedade. Só que não é toda minha família que está permanentemente nas atividades. E aí eu sinto um limite da própria ausência da comunicação: às vezes fico três meses sem me comunicar com a família, e quando eu volto, há alguns questionamentos. Por mais que a minha família entenda, compreenda o meu trabalho, há sempre algum questionamento em relação a essa ligação familiar. Às vezes penso que não tenho dado muita atenção, mas acho que são coisas bastante pessoais, mais familiares mesmo. Só que às vezes percebo que meu trabalho interfere também no processo. Esse desligamento com a família que às vezes tenho quando estou nas tarefas do Movimento. (JUDITE, 22, São Paulo, Acampada, Setor de Educação).

E como a militância é por vezes voluntária, ou remunerada com uma ajuda de custo suficiente apenas para assegurar o atendimento às necessidades básicas de quem a recebe, os(as) jovens são questionados por seus familiares e pressionados a fornecer contribuição financeira para aumento da renda familiar, de maneira geral extremamente baixa.

Mas, de modo análogo ao que se passa com as mulheres e homens adultos, os(as) moços(as) de ambos os sexos demonstram um sentimento de culpa pela incoerência entre o discurso que proferem e a prática que desenvolvem, no sentido de que lutam pela união e organização das famílias nos acampamentos e assentamentos, mas com isso abdicam

do desejo de atender aos interesses materiais e às necessidades afetivas da própria família, contradição apontada por uma assentada baiana:

> Uma das contradições nossas é que a gente junta família e, nesse processo de organizar famílias, nós temos que abrir mão de estar junto da nossa família. Inclusive o assentado, o acampado, ele também não consegue compreender como é que nós da militância temos família e abrimos mão da família para estar nessa luta organizada do povo excluído, do povo que tem o sonho pela terra. Então essa é uma das nossas contradições, mas no sentido de querer se doar para essa causa. (ROSELANDIA, 25, Bahia, Assentada, Setor de Educação).

E como se processam as relações entre os seguidores de diferentes religiões no Movimento Sem Terra?

O MST, como explicitado no Capítulo I, possui em suas comunidades rurais uma grande variedade de tradições religiosas[69] e comunitárias, que têm como traço comum o monoteísmo, a afirmação da existência de um único deus como ser supremo. A aceitação pelo Movimento de uma pluralidade de crenças e práticas cristãs e não-cristãs implicou a criação de espaços coletivos ecumênicos, para celebração de cultos e outras cerimônias religiosas, visando à convivência e às relações respeitosas e tolerantes entre pessoas de diversas religiões, nas suas interações com o divino.

Além da Igreja Católica, que congrega o maior número de fiéis, existe uma pluralidade de igrejas denominadas de evangélicas: Congregação Cristã do Brasil, Assembléia de Deus, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja Metodista, Igreja Batista, Testemunhas de Jeová, entre outras. Há uma religião de origem africana, o Candomblé; uma religião brasileira proveniente do sincretismo (traços indígenas, católicos e africanos) adotado por motivo da grande repressão às religiões africanas, a Umbanda; e o Espiritismo kardecista. Existem também ateus e as atéias, que descrêem da existência de qualquer tipo de deus ou entidades sobrenaturais divinas, negando a veracidade das religiões teístas.

Na generalidade, as pessoas reconhecm o direito de outras às dessemelhanças, e as crenças religiosas, mesmo não sendo compartilhadas, são respeitadas. Embora não aceitem ou não aprovem dogmas da fé e verdades reveladas que se baseiam em textos sagrados, ou mesmo não reconheçam Deus como ser transcendente e perfeito, onipotente,

---

[69] A religião é aqui entendida num sentido amplo, como "a fé ou a crença na existência de forças sobrenaturais ou num ser transcendente e sobre-humano, todo-poderoso (ou Deus), com o qual o homem está em relação ou está religado. Do ponto de vista das relações entre o homem e a divindade, a religião se caracteriza: a) pelo sentimento de dependência do homem com respeito a Deus; b) pela garantia de salvação dos males terrenos que a religião oferece ao homem no outro mundo" (VÁZQUEZ, 2005, p. 89).

onisciente e onipresente, criador do universo, como crêem os cristãos, apoiados nos textos bíblicos, dirigentes e militantes admitem o direito que têm as pessoas de serem diferentes, ainda que, pela argumentação racional, tentem convencer o outro a mudar seus princípios, idéias, valores, opções ou formas de vida. A origem eclesial do MST favorece essa postura de suas lideranças, inclusive devido à influência da Teologia da Libertação.

As lideranças do MST valorizam a tolerância como forma de relação entre os seres humanos, nesse caso específico, a tolerância religiosa. Mas os cristãos, especialmente os evangélicos, não raro manifestam o seu reverso: a intolerância para com os sujeitos que não compartilham da mesma fé, das mesmas convicções suas, rejeitando explicitamente o candomblé, a umbanda e o espiritismo percebidos como religiões bárbaras e pagãs, associadas por alguns a práticas satanistas. Também não toleram o ateísmo. Esse tipo de conflito e de intransigência assume grandes proporções na Bahia, pela diversidade de religiões existentes e ocorrência de adversidade entre pessoas que as praticam.

Alguns grupos propagam abertamente a crença de que apenas sua religião detém o conhecimento verdadeiro sobre o humano, Deus ou o sobrenatural, considerando falsas as outras religiões, o que suscita fortes oposições de um grupo religioso em relação ao outro. Recusam-se, então, a utilizar os espaços coletivos construídos para as práticas religiosas e edificam igrejas, templos e outros prédios para uso privado.

Ao contrário de homens e mulheres que se juntam para lutarem por uma transformação da vida humana no mundo concreto atual, os fiéis arregimentados para fazer parte do rebanho das religiões evangélicas logo renunciam à luta por um novo modelo de sociedade. Em depoimento à Revista Veja, Alan, um acampado paulista, explica: "Não participo do movimento porque somos evangélicos e o pastor não gosta." (RIZEK, 2004, p. 65). Na maioria das vezes, os adeptos dessas religiões transpõem a felicidade para o mundo ultraterreno, em outra vida que somente será alcançada após a morte. Sobre as relações entre religiosidade e dominação, assim se manifesta um militante baiano:

> Tive uma infinidade de lições, inclusive lições religiosas. Ao longo de minha andança também tive a oportunidade de freqüentar diversas igrejas: católicas, evangélicas e protestantes. E consegui observar que você mantém a família dentro da Igreja, porque ela se torna passiva de qualquer ação. Tanto faz na Igreja Católica, no catolicismo, quanto na Igreja protestante, na religião evangélica. Então ali é uma forma também de manter as pessoas escravas, dominadas, para não se levantar contra a exploração. Outro lado dessa dificuldade de mudar a realidade é a forma de pregar a religiosidade. Que atualmente, e ao longo desses últimos anos, vem pregando não a religiosidade como libertação, mas como dominação e a venda da palavra daquele que se doou para mudar algumas coisas. Para mudar a visão do

> mundo no termo da vida humana, para mudar o mundo, construir uma vida melhor. Mas essa vida melhor é preciso se projetar ela, porque ela também não cai do céu. (VALDEMAR, 31, Bahia, Assentado, Setor de Formação).

E mesmo quando as pessoas pertencentes a determinados grupos de evangélicos participam das discussões e da tomada coletiva de decisões, são suscetíveis a mudanças relativas ao encaminhamento das ações políticas do Movimento, pela influência das suas lideranças religiosas, como explicado neste texto produzido pelo MST:

> A religião, como os ensinamentos e valores, fazem parte da consciência social dos assentados. Na realidade, as religiões se proliferam, levantam-se igrejas mais rapidamente que os galpões para armazenar produtos e tudo funciona de forma independente, correndo o risco de, em alguns lugares, o que ficar decidido nas assembléias acabar sendo modificado na hora do culto. (MST, 2001a, p. 194).

As virtudes de inspiração dita cristã inculcadas nos sectários de diferentes religiões, como a resignação, a humildade, a passividade contribuem para a manutenção da ordem social sustentada pela classe dominante. Essa é, na ótica de Vázquez, a função ideológica que a religião tem desempenhado historicamente durante séculos: "Quando se perde de vista que inclui um protesto contra o mundo real, a religião se transforma num instrumento de conformismo, resignação e conservadorismo: isto é, de renuncia à luta para transformar realmente esse mundo terreno" (VÁZQUEZ, 2005, p. 90). Cabe ressaltar que isto não se aplica à Teologia da Libertação.

Por outro lado, cristãos católicos têm participado junto a pessoas que professam outros credos não cristãos das lutas pela transformação social e emancipação humana efetiva neste mundo real.

De modo geral, militantes, dirigentes e base social do MST aprendem a construir relações interindividuais harmoniosas, nas quais predomine o diálogo, a cooperação, a união, a solução em comum dos problemas, a compreensão e aceitação mútuas. Procura-se uma democratização das interações pessoais em situações grupais, com tomada coletiva de decisões, envolvimento e participação de todos os sujeitos das instâncias e comunidades do Movimento, divisão de tarefas e responsabilidades, troca intensa de informações, em situações de comunicação constante. Tenta-se, também, reforçar as relações interpessoais, a sociabilidade, pelo impedimento de privilégios e diferenças, promoção da coesão grupal e da

satisfação das pessoas em relação ao trabalho que desenvolvem e à vida pública e particular. Sobre o significado da convivência grupal, explica Agnaldo:

> Quando você vai para o acampamento, muita coisa você aprende com o povo, que você não tem que se sentir uma coisa à parte do povo, também é povo, está ali no processo, é militante, também é MST. Então, essa coisa de conviver é muito interessante, quando tu vai na casa das pessoas, fica sabendo da história de vida e a partir dali vai tirando lições, vai conhecendo cada pessoa, que é em si um pouco a cara do Brasil. Dentro do Movimento a gente vai tentar estabelecer uma nova relação de convivência, cuidar, palavra bem interessante, cuidado: plantas, animais e o próprio ser humano. Principalmente o ser humano. (AGNALDO, 20, Santa Catarina, Assentado, Setor de Educação).

Os(as) Sem Terra tentam promover processos de democratização interna, com ampla participação dos integrantes do MST nos processos decisórios e direção coletiva das ações, contudo, persistem as relações hierarquizadas e o poder centralizado. Há uma distribuição desigual de poder, controle social e domínio dos dirigentes sobre a militância e destes sobre os assentados e acampados, produzindo um distanciamento significativo entre as principais lideranças nacionais e a base social, mais especificamente. O militante Ângelo e um sujeito que deixou o MST explicam:

> Um grande limite ainda do Movimento é a estrutura organizativa. Durante um período histórico, digamos até a era FHC, era uma estrutura que era necessária. Ou seja, uma estrutura mais vertical. Vamos dizer, uma estrutura de comando. Porque era muito instável a conjuntura. Era uma conjuntura repressora. Então, o Movimento centralizado, era importante naquele momento, por causa disso. Agora nós consideramos que o momento atual possibilita a gente constituir uma estrutura diferente. Porque nós aprendemos que não existe outra forma de avançar na consciência se não for através da participação, das decisões, das lutas. Ou seja, se a pessoa não se sente parte ativa do Movimento, ela não consegue compreender o Movimento, que é um nome muito bonito por conta disso. É algo que movimenta as pessoas. E eu penso que isso ainda é um limite da nossa Organização. (ÂNGELO, 25, Paraíba, Setor de Formação).

> No MST o poder está concentrado nas mãos dos homens, principalmente na Direção Nacional do Movimento. E há muita competição entre os militantes para ocupação de cargos: como as instâncias são hierarquizadas, essas pessoas competem para ocupar posições onde possam ter poder. Existe também muito autoritarismo por parte de alguns dirigentes e de alguns militantes. (ex-integrante do MST de Alagoas).

Depoimentos de parte dos(as) entrevistados(as), notadamente aqueles que deixaram o MST, elucidam os procedimentos pelos quais se concretiza a escolha de membros da Direção Nacional e Estadual do Movimento, e militância intermediária, com base em critérios de lealdade, submissão, espírito de sacrifício, disponibilidade incondicional às exigências da organização e práticas voluntaristas.

Enquanto algumas pessoas são disciplinadas, conscientes de suas responsabilidades, empenhando-se no cumprimento de tarefas que lhes são delegadas, outras, principalmente as mais jovens, demonstram uma obediência que reflete o encantamento e a sedução no sentido de ocuparem posições promotoras de ascensão social e exercício de poderes. São atraídas por cargos e funções que possibilitam a obtenção de privilégios, como indicação para cursos, deslocamentos dentro do País ou viagens para o exterior, além de garantirem visibilidade e prestígio, alcançados com a exposição pública constante do MST.

A despeito destas limitações, é nesse aprendizado prático que os(as) Sem Terra assumem seu papel de agentes históricos, agudizando suas percepções e ampliando suas possibilidades de desvelamento e explicação da realidade. Como protagonistas de uma práxis dimensionada na perspectiva de transformação do mundo e adoção de um novo modelo de sociedade, esses sujeitos vivenciam novas relações interindividuais e sociais, num processo contínuo de organização para a ação transformadora.

5. A DIMENSÃO VOLITIVA: O QUERER

> Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si; mas transtraz a esperança mesmo do meio do fel do desespero. [...] Eu queria decifrar as coisas que são importantes. (ROSA, 2005a, p. 337).

5.1 ASPIRAÇÃO À SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES MATERIAIS

Nas quatro últimas décadas, acentuou-se a subordinação do trabalho ao capital na agricultura brasileira, e o processo de expropriação dos meios de produção da classe proletária do campo. Ocorreu, então, uma desterritorialização dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, forçados a deslocarem-se em direção à periferia das cidades, para disputarem os poucos empregos e subempregos disponíveis. Os(as) pequenos(as) agricultores(as) e seus filhos(as), como também trabalhadores(as) que não detinham a propriedade da terra – meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, posseiros, rendeiros – despossuídos dos meios de produção viam-se obrigados a vender a única mercadoria de que dispunham: sua força de trabalho.

Da exploração capitalista e concentração da propriedade da terra por grupos de latifundiários ou grandes empresas transnacionais e conglomerados financeiros, decorrem processos de precarização do trabalho e pauperização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A precarização do trabalho produz a subsunção e o assujeitamento do(a) trabalhador(a) ao capitalista e a deterioração das relações de trabalho. Expande-se a informalização dos vínculos empregatícios e os contratos atípicos – temporários, eventuais, por safra, para aprendizes, primeiro emprego – com grande flexibilização dos direitos ou colocação dos(as) empregados(as) à margem das garantias e proteção da legislação trabalhista, como aposentadoria, seguro-desemprego, adicionais, horas extras.

Vinculada à flexibilização das relações de trabalho, verifica-se um adensamento da terceirização da mão-de-obra, pela proliferação de tipos diversificados de empresas prestadoras de serviço.

Nestas condições, há uma redução do valor da remuneração do(a) proletário(a) e, conseqüentemente, perda do poder aquisitivo dos salários e a necessidade de exercício simultâneo de várias ocupações, para garantia do sustento do próprio trabalhador ou trabalhadora e da sua família.

O decréscimo de empregos estáveis provoca uma enorme insegurança no emprego e enfraquece o poder de representação das organizações da classe proletária, como os sindicatos, pela tomada por parte das empresas de medidas legais restritivas, no sentido de negar o direito à representação de classe ou coibir ações coletivas e sindicais.

Outra manifestação da precarização do trabalho é a inserção do(a) trabalhador(a) nas chamadas oportunidades informais e complementares de rendimento, o mercado de trabalho informal. Composto de trabalhadores e trabalhadoras não qualificados, que atuam por conta própria, as atividades laborais desses sujeitos são exercidas predominantemente no setor de serviços e no comércio, sem qualquer proteção social ou perspectivas de emprego formal.

Há, ainda, o trabalho ilegal e degradante de crianças e adolescentes, variadas formas e práticas de trabalho utilizando mão-de-obra escrava, com elevado número de pessoas envolvidas, e o contrabando de produtos oriundos de outros países, principalmente nas regiões brasileiras de fronteira.

Por fim, a precarização do trabalho se manifesta mais visivelmente no desemprego estrutural de grandes contingentes populacionais, resultante das novas formas de reestruturação produtiva, inevitavelmente afeiçoadas ao modo de produção capitalista contemporâneo. Não existe sociedade capitalista em que não haja trabalhadores(as) desempregados(as). O desemprego sob o capitalismo é maciço e permanente: a acumulação exige uma população de excedentes, de sobrantes, o exército industrial de reserva, na vertente marxiana. De fato,

> Marx observou que a superpopulação relativa adquire formas variadas, sendo que três são as principais: a *flutuante*, constituída pelos trabalhadores que, nos grandes centros industriais e mineiros, ora estão empregados, ora estão desempregados; a *latente*, que existe nas áreas rurais quando nelas se desenvolvem relações capitalistas e que, surgindo a oportunidade, acaba por migrar para as zonas industriais; e a superpopulação relativa *estagnada*, formada por trabalhadores que jamais conseguem um emprego fixo e perambulam entre uma ocupação e outra. Na base desse contingente, e descontado o *lumpemproletariado* (a parcela degradada do proletariado: vagabundos, criminosos, prostitutas, rufiões), estão os que vegetam na miséria e no pauperismo, trabalhadores aptos, mas que há muito não encontram emprego, órfãos, filhos de indigentes, mutilados, viúvas, enfermos etc. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 134).

Do processo de produção e reprodução capitalista de mercadorias, de mais-valia e de relações sociais resulta o pauperismo, pela geração e imposição social da escassez, da mobilidade social descendente de uma geração em relação a outra que a sucede, do empobrecimento, indigência e miséria da força de trabalho e decorrente ampliação das desigualdades sociais. Como sumaria Netto e Braz (2007, p. 135):

> A pauperização pode ser *absoluta* ou *relativa*. A pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego. A pauperização relativa é distinta: pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas.

A precarização do trabalho no campo e a pauperização absoluta e relativa do trabalhador e da trabalhadora rural produzem fluxos migratórios de indivíduos que rumam para as cidades, movidos pela esperança de superar condições existenciais de exploração e de privações. Afirma um estudioso desse processo:

> No mundo gerado pelo capitalismo financeiro, marcadamente aqui na periferia subordinada do sistema global, não há lugar para a grande maioria dessas pessoas – são consideradas meras sobras do progresso capitalista. Para elas, no entanto, a questão agrária é real e significa sobrevivência e, por isso, resistem. (CARVALHO FILHO, 2008).

Ainda assim, existem pessoas e famílias que permanecem nas fazendas, a serviço de latifundiários ou de conglomerados empresariais, a despeito das condições de vida e de trabalho bastante adversas, como observa Valdemar:

> Muita gente prefere continuar explorada, continuar trabalhando para o patrão, do que sair e vim para um assentamento, para um acampamento e lutar contra a opressão. Contra a burguesia. Ele acha que é mais fácil ele ganhar ali. Trabalhar o dia todo para ganhar um prato de comida, de que ele ir lutar por seus direitos. Então nós temos essa dificuldade de fazer eles entender que o trabalho liberta, mas o trabalho também ele é opressor. Ele é uma forma de dominação, exploração. Então não consegue sair daquele patamar de exploração e buscar uma alternativa. (VALDEMAR, 31, Bahia, Assentado, Setor de Formação).

Mas grande parte da população excluída do meio rural passa a viver no mundo urbano, onde não raro as pessoas são submetidas a outras maiores situações de privação subjetiva e objetiva e de marginalização, experiência retratada no depoimento de um jovem da regional Centro-Oeste do MST:

> Com certeza minha vida seria bastante diferente se eu não tivesse entrado no MST. Até pelo meu trabalho, que lá em Foz do Iguaçu eu sempre trabalhei desde pequeno, desde oito, nove anos de idade. Sempre vendi picolé, geladinho, catei latinha para ajudar em casa, que meu pai pouco ficava em casa, tinha que trabalhar. E em Foz do Iguaçu eu, minha mãe e meu irmão mais velho começamos a trabalhar alternativamente, como autônomos. Minha mãe fazia marmitas em casa e nós íamos vender na Ponte da Amizade, divisa da cidade de Foz do Iguaçu e o Paraguai. Então nós ficamos dois anos nesse processo de vender marmitex. Sempre estive junto com minha mãe, e nós fomos conhecendo aquelas pessoas que trabalhavam no Paraguai, sacoleiros que compram as coisas no Paraguai e passam para o Brasil. E meu pai trabalhava, a gente chama de laranja, aquelas pessoas que atravessam as mercadorias do Paraguai para o Brasil. E eu comecei a conhecer esse povo. Quando terminava de vender as marmitas duas horas da tarde, minha mãe ia embora e eu ficava ali ajudando, trabalhando e passando as coisas para o Brasil. Minha irmã trabalhava num centro de recuperação de crianças menores lá em Foz, na lavanderia. E conseguiu um serviço para minha mãe lá, fixado, de copeira, então minha mãe foi trabalhar para lá e saiu dessa vida de vender marmitex. E eu continuei trabalhando no Paraguai. A gente conhece de tudo aí no meio dessa vida, nesse mundo de comércio clandestino. (EVANDRO, 22, Mato Grosso do Sul, Setor de Educação).

O vínculo com a terra é suprimido, mas os(as) campesinos(as) não aceitam esse desenraizamento. Sentem-se insatisfeitos e inconformados com a perda da condição de agricultores, além de individualmente injustiçados. Experimentam frustrações relacionadas à ineficácia do esforço pessoal e à ineficiência dos programas governamentais, inúteis à solução dos problemas vivenciados em seus itinerários de vida.

Existe, por conseguinte, uma predisposição afetiva desses sujeitos para a aceitação de propostas que restabelecem expectativas materiais ou simbólicas e apontam alternativas de mudança, através de uma práxis política coletiva. Nessa perspectiva, o discurso persuasivo de militantes do MST de que pela luta massiva é possível a superação das insuficiências sociais e individuais humanas, reforçado pela percepção dos sujeitos acerca da inutilidade da resignação, os empobrecidos do campo engajam-se no Movimento.

Essa decisão é consolidada pela tomada de conhecimento sobre os resultados concretos obtidos, informações que são ratificadas por intermédio das conquistas que os(as) trabalhadores(as) Sem Terra vêm conseguindo.

A adesão ao MST é motivada pela expectativa de posse da terra, sendo esta, no entanto, a condição primeira para outros êxitos, como aquisição de rendimentos do trabalho e conseqüente melhoria financeira e aumento do poder aquisitivo; obtenção da casa própria, certeza de alimentação, consecução de créditos agrícolas para o trabalho no lote, acesso a serviços públicos como educação e saúde, construção e/ou ampliação de perspectivas relacionadas à vida futura, própria e dos descendentes, como certifica Cristiane:

> Após a decisão de ir para a luta as pessoas começam a sonhar. E essa já é uma grande conquista do MST: devolver às pessoas o direito de sonharem, a esperança e a coragem. Começam a sonhar com a terra desejada por muitos anos, com a casa de morada, com escola para os filhos. Mas não um sonho acomodado. É um sonho que se transforma na força e na luta para a conquista das coisas que sempre desejaram. (CRISTIANE, 23, Minas Gerais, Coletivo Nacional de Gênero).

Ao que as pessoas aspiram, enfim, resume-se ao que elas mesmas denominam de "condições dignas de vida", o que inclui as coisas e bens suficientes à reprodução orgânica, mas também a libertação da exploração; a inclusão em todos os níveis do sistema escolar; a vivência de valores humanistas e de novas formas de relação interpessoal e social; a realização de desejos e o exercício de poderes; a transformação da sociedade e o alcance da felicidade. Nas palavras de Erinaldo:

> Então a realidade era muito difícil. Se não tivesse entrado pro Movimento, continuaria trabalhando na roça, mas com uma realidade diferente, desde que trabalharia numa terra que não era minha, era de um fazendeiro, e parte da produção pagaria pra ele. Então essa já era uma perda, entregando de mão beijada a produção para um sujeito que não pega nem na enxada. É... Não estava trabalhando com nenhum crédito para ir melhorando a questão econômica e social dentro do meio em que vivo. Como nós estamos dentro do assentamento, hoje a gente recebe uma moradia, uma moradia digna. Se não tivesse no assentamento moraria na mesma casa de taipa que morava antes, então a moradia era mais precária. Os créditos do governo não são lá essas coisas, mas deu umas melhoradas, não dá pra fazer tanta coisa mesmo. É, de forma geral, eu não me imagino muito bem não. Eu acho que um monte de coisa era pior. (ERINALDO, 28, Maranhão, Assentado, Direção Estadual do MST).

Em se tratando das perspectivas de ascensão educacional, os(as) entrevistados(as) afirmam ter ampliado o acesso à educação pública, em proporções impensáveis antes da agregação ao MST. Nesse sentido, dez sujeitos não se pronunciaram

sobre a questão estudo, mas os outros vinte e sete ressaltaram as oportunidades de escolarização conseguidas, tanto no que se refere ao ingresso em instituições de Ensino Básico e Superior quanto à garantia de permanência e conclusão dos cursos que freqüentam, como exemplificado por Judite, Cristiane e Evandro:

> O Movimento proporciona esse espaço para a gente, não só de ir para outros lugares, de desenvolver tarefas diferenciadas, mas esse acesso aos estudos que a gente tem, desde o Ensino Fundamental até a Universidade. (JUDITE, 22, São Paulo, Acampada, Setor de Educação).
>
> É, se meus pais não tivessem entrado no Movimento, eu não sei o que seria de mim. Talvez não estivesse estudando, fazendo um curso de graduação, que essa oportunidade que era muito remota na realidade que a gente vivia. Tanta pobreza... Estar aqui nesse curso é uma coisa muito boa e fazer ouros cursos também é: conciliar o curso, o estudo, com a militância, levar esse conhecimento para as pessoa que ficaram lá é muito rico. E de estar aqui também é uma felicidade muito grande para minha família, que não teria condições de me proporcionar isso, fazer um curso de graduação. (CRISTIANE, 23, Minas Gerais, Coletivo Nacional de Gênero).
>
> Se eu não tivesse no Movimento, por exemplo, não teria terminado meu segundo grau, que eu terminei pelo Movimento, fazendo o Magistério. Nem estava aqui, num curso de graduação na universidade. (EVANDRO, 22, Mato Grosso do Sul, Setor de Educação).

Muitas pessoas, contudo, não conseguem concretizar suas pretensões referentes à satisfação de necessidades materiais. Em comunidades rurais localizadas principalmente nas regiões Norte e Nordeste, as condições de pobreza persistem após a conquista da terra e uma enorme quantidade de seres humanos tem o acesso aos bens necessários à vida negado ou restringido. O endividamento[70] resultante da impossibilidade do pagamento de débitos contraídos através de empréstimos e financiamentos para atividades de produção é motivo de apreensão, impossibilidade de continuação de projetos, ruína da situação econômica individual ou familiar.

Em conseqüência de perdas aparentemente irreversíveis, das dificuldades enfrentadas na vida cotidiana ou da ausência de perspectivas de êxito, há sujeitos que costumam abdicar gradativamente de suas aspirações, deixando voluntariamente o MST, como explicado por um jovem militante e uma senhora acampada:

---

[70] A questão do endividamento dos(as) assentados(as) será abordada no último capítulo, quando da análise dos problemas da práxis produtiva no MST.

> Quando tu vai para o acampamento, sente assim um processo que é meio doloroso, para conseguir conquistar a terra, conquistar direitos, se reeducar. Às vezes acontece de vento forte, a poeira... Vai dormir e de repente dá uma chuva forte e acaba rasgando a lona, entrando água no barraco... Teve uma experiência lá de uma pessoa que veio da cidade e, depois de ficar um tempo no acampamento, ela se cansou. Acabou se afastando e voltou para a cidade. (AGNALDO, 20, Santa Catarina, Assentado, Setor de Educação).

> Mas tem as dificuldades. São muitas dificuldades, muitas, muitas mesmo: é dificuldade de alimentação, de moradia, dificuldade na saúde, na educação, tudo a gente enfrenta. Então, não é uma vida muito fácil: aí tem gente que vai embora. Só fica quem tem coragem mesmo de ficar, e quem está disposto a conseguir o seu objetivo, que é a sua terra para trabalhar. É isso. (MARIA DE RIBAMAR, 36, Pará, Acampada, Coordenação do Acampamento).

O abandono ou venda dos lotes, e a migração de volta às regiões metropolitanas, pode também explicar-se pela adesão das pessoas ao Movimento com base em motivos não relacionados ao desejo de posse da terra, mas à tentativa de dar solução a problemas que as forçam a se juntarem àqueles que priorizam o trabalho e a luta. É o que explica Valdemar:

> Uma boa parte desse pessoal que entra no MST sem compromisso, sucessivamente ao longo dos anos eles desistem da luta. Aí aparece sempre a imprensa, diz que Sem Terra está vendendo os lotes: foi assentar e está comercializando a terra. É justamente essas pessoas que entram sem compromisso: gente que quer suprir uma necessidade urgente de casa, de recurso, porque está ali desempregado. Ou porque está em casa alugada e vai vencer o aluguel: precisa ir para o acampamento. Ou porque ele está com problema de água e luz e lá no acampamento, no assentamento, ele não vai pagar. Então uma necessidade da casa. E lá ele pode fazer o barraquinho dele e ficar tranqüilo. A questão da segurança, de quem teve problema lá com vizinho, com amigo, com alguém, e lá na cidade não tem segurança: ele vem para o acampamento, para o assentamento. Então há algumas coisas que a gente precisa relevar. Mas faz parte da luta de classes... (VALDEMAR, 31, Bahia, Assentado, Setor de Formação).

5.2 CONCEPÇÃO E PLANEJAMENTO DE PROJETOS DE VIDA

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra, após realizarem o seu grande sonho que era a posse da terra, estruturam, ao menos no pensamento, muitas aspirações que desejam materializar, porque agora dispõem das condições objetivas e

subjetivas para concretização de ideais, metas e planos antes impensáveis de serem conseguidos. Dizem um dos entrevistados e um componente da Direção Nacional do MST:

> E tenho um ideal: melhorar a minha própria vida e a vida dos outros. Para que os outros sejam assentados também. Quero continuar nas lutas do MST, junto desse povo grande, amigo. Vamos lutar para assegurar escola para todos. E vencer as dificuldades com o meu próprio estudo. A vida é sempre difícil, mas as dificuldades ficam menores no Movimento. Também sei, tenho certeza de que terei condições para melhorar o estudo dos meus filhos. (JOSÉ ETERNO, 55, Goiás, Assentado, Coordenador de Grupos).

> Sonhadores e sonhadoras somos nós. Acreditamos num tempo novo, onde não haja elite nem opressores. Acreditamos num poder popular, em uma nova sociedade, expressão das nossas vontades e interesses. Temos a força do querer: queremos construir através de nossa força uma nova pátria. Uma sociedade que seja o fruto do prazer de vivermos e lutarmos por ela. (BOGO, 2007).

Constroem orientações para suas existências a curto e em longo prazo: um projeto de vida alicerçado em três pilares diferenciados, mas ligados entre si por traços comuns: trabalho, família e educação.

Em relação ao trabalho, as pessoas costumam planejar as formas pelas quais será feita a implantação e organização de processos produtivos e comercialização dos víveres obtidos nos assentamentos, nas modalidades de produção individual/familiar ou de cooperação produtiva. Planejam o que e como plantar, quais os instrumentos e materiais, a exemplo de sementes e adubos, a serem adquiridos para consecução do plantio, as formas de venda dos bens produzidos. Ações similares são projetadas para a criação de animais e outras atividades produtivas.

Os resultados desses trabalhos, além de servirem ao consumo familiar, são percebidos pelos(as) Sem Terra como oportunidades de melhoria das condições financeiras: aquisição dos alimentos que não produzem e compra de bens de outra natureza, para satisfação das necessidades materiais e simbólicas próprias e das pessoas que compõem o grupo familiar. Aliás, o bem-estar da família é objeto central dos projetos de vida das pessoas: pais e mães que, em sua maioria, desenvolvem apenas uma práxis produtiva, mas também os filhos e filhas, independente das funções que desempenham – trabalho em atividades agropecuárias ou militância política – têm seus propósitos condicionados à situação familiar imediata ou prospectiva.

Os projetos situados no âmbito educativo relacionam-se à suposição de que o acesso à educação e o alcance de graus tanto mais elevados quanto possível de instrução e

profissionalização tornam-se indispensáveis para a ascensão econômica e social hodierna, consecução de outras metas futuras projetadas e da realização pessoal. O conhecimento e o estudo são supervalorizados pela maioria das pessoas entrevistadas, que manifestam a intenção de conquistá-los, tanto para si mesmos como para todos(as) os(as) Sem Terra, a exemplo do que é dito por Jonas e José Marcos:

> E eu descobri que o brasileiro, enfim, que o ser humano tem que estudar o tempo todo, independente da idade, independente da graduação que esteja fazendo, seja curso formal ou informal, o importante é que duas coisas não se pode parar: trabalhar e estudar. Essas duas coisas têm que ser prioridade, tanto para mim como para os companheiros e as companheiras nas lutas do MST. (JONAS, 43, Rondônia, Assentado, Setor de Educação).

> Ocupar eu já ocupei: um espaço que me coube; resistir é o que eu pretendo; e produzir, tenho certeza. Vou produzir mais conhecimento, vou produzir minha lavoura, minha roça, com certeza vou ser assentado um dia, e produzir mais conteúdos e conhecimentos para outras pessoas, ou outra juventude. Estou puxando da melhor forma possível. (JOSÉ MARCOS, 23, Pernambuco, Acampado, Setor de Formação).

Ao incluírem a escolarização em seus projetos de vida, os(as) Sem Terra o fazem pelo desejo de atender às exigências que a vida cotidiana impõe, no sentido da resolução de problemas e da apresentação de respostas aos desafios encontrados no ambiente natural e social e no tempo histórico em que se encontram situados(as). E o MST enseja a realização desse intento:

> O Movimento Sem Terra me deu oportunidade de estar hoje dentro de uma Universidade, realizando um curso de Graduação em História. (COSSETIN, 47, Rio Grande do Sul, Assentado, Setor de Formação).

> Assim que voltei para o Movimento Sem Terra tive a oportunidade de vir para a faculdade. Se eu não tivesse no MST eu não teria condições de fazer uma faculdade dessas, um curso em uma Universidade Federal, como eu estou fazendo agora. (ELENEUDA, 30, Tocantins, Setor de Educação).

Os(as) jovens apresentam metas em maior quantidade e diversidade, mas a principal delas é a escolarização, visando à aquisição de um instrumental teórico e prático que amplie e aprofunde as possibilidades de elevação das suas consciências e o adequado desempenho do papel de agentes históricos da transformação social, pela concretização da

utopia socialista, como alternativa às contradições e aos males que identificam no capitalismo. Esse é o desejo de José Marcos, Roselandia e Erinaldo:

> Dentro do Movimento Sem Terra você tem a necessidade de estudar e eu preciso avançar bastante no meu processo de conhecimento, elevar minha consciência. Aí eu tenho uma necessidade, um desafio maior, que é me esforçar mais ainda, conseguir melhorar a minha formação na escola, os meus conhecimentos. (JOSÉ MARCOS, 23, Pernambuco, Acampado, Setor de Formação).
>
> E hoje, por mais que eu seja feliz com o que eu tenho, mas a minha perspectiva é melhorar mais, então eu quero continuar estudando. (ROSELANDIA, 25, Bahia, Assentada, Setor de Educação).
>
> Uma coisa que eu acho marcante é essa questão do conhecimento. Porque a burguesia traça uma ofensiva a partir de estudos qualificados, feitos por doutores, baseados em estudos científicos. Para nós nos defendermos quanto a essas ofensivas, é preciso a gente ter uma qualificação também, ter conhecimento científico. E isso requer muito estudo. Por isso eu não pretendo parar por aqui. Quero prosseguir estudando. (ERINALDO, 28, Maranhão, Assentado, Direção Estadual).

De acordo com os relatos de oito entrevistados(as) que atuam como militantes dos setores de formação, educação, gênero e na frente de massas do MST, algumas pessoas que vivem nos assentamentos e acampamentos desanimam quando se defrontam com obstáculos ou dificuldades cotidianas que impedem o alcance de objetivos instituídos. Costumam manifestar um sentimento de frustração, permanecendo apáticos ou indiferentes, como avaliam Jailson e Roselandia:

> Tem uma aprendizagem muito grande de algumas pessoas e uma acomodação enorme de outras. Acho que é até, não diria normal, mas existe muito isso. Nós passamos por um processo desse no Estado esses dias. Tem um grupo que está a todo vapor. Mas, ao mesmo tempo, tem um grupo que diante das dificuldades acabou estacionando, e não conseguem se mexer, ficaram com uma visão muito limitada. Não conseguem avançar na questão política, não conseguem acompanhar a estrutura do Movimento. Tem muitos camaradas que atuavam no Movimento e que hoje se acomodaram. É isso aí: o Movimento Sem Serra também tem seus probleminhas... (JAILSON, 23, Pernambuco, Assentado, Coletivo Estadual de Formação).
>
> Um objetivo pensado por nós da militância, mas que muitos assentados e acampados não têm em si, é a vontade de estudar. Eles acham que é difícil, que é cansativo, que a cabeça é fraca, a memória pouca... É que não ainda conseguem compreender essa dimensão ampla que é a transformação social e ficam desanimados para o estudo, para fazer leitura, seja ela leitura crítica ou de qualquer texto literário. A maioria deles pensa que saber assinar o nome já é o bastante, então é uma coisa que muito me incomoda, quando a

> gente chega nesse ponto de querer fazer a educação com os assentados e os acampados e eles não se interessarem muito. (ROSELANDIA, 25, Bahia, Assentada, Setor de Educação).

Outras pessoas, no entanto, tentam novos caminhos ao se depararem com barreiras que impedem a realização de sonhos arquitetados, esforçando-se por reestruturar a situação e construir saídas. Para Evandro, por exemplo, "as dificuldades sempre existiram, mas toda dificuldade a gente deve encarar também como uma forma de aprendizagem." (EVANDRO, 22, Mato Grosso do Sul, Setor de Educação).

5.3 ELABORAÇÃO DO DESEJO DE FELICIDADE

> Então eu me sinto feliz e muito bem dentro do MST, apesar de todas as dificuldades que a gente enfrenta e sabe que dificuldades muito maiores estão por vir. Não consigo me imaginar em outro espaço que não seja esse. Não que não tenha alternativa, tem. Mas seria reproduzir aquilo que justamente a gente quer superar. São razões muito, muito, consistentes que me fazem atuar no Movimento e me sentir feliz com isso. Eu me sinto profundamente em paz e bem. (ALBERTO, 32, Distrito Federal e Entorno, Setor de Formação).

A tese de que todos os seres humanos aspiram à felicidade foi formulada pela primeira vez no mundo ocidental por Aristóteles, que associou a condição de ser feliz à racionalidade. Mas outras condições são necessárias à felicidade, além do uso da razão: a sabedoria, a liberdade pessoal (abordada anteriormente) e a segurança econômica.

A felicidade tem, em seu aspecto omnilateral, duas dimensões, numa relação de dependência recíproca: uma dimensão subjetiva – os valores e as percepções de homens e mulheres sobre suas vidas como um todo – e outra objetiva – suas condições materiais de vida.

Neste último aspecto, quando explicitam suas vontades, os(as) Sem Terra nem sempre pronunciam a palavra felicidade, mas é intensa a freqüência com que se referem à satisfação ou insatisfação relativas às suas histórias pretéritas, circunstâncias existenciais recentes e expectativas quanto às experiências vindouras. Nessa perspectiva, todos(as) os(as) entrevistados(as) fazem apreciações negativas sobre suas situações vivenciais no passado, afirmam que melhoraram suas condições materiais de vida no presente e, salvo exceções, acreditam que aumentarão o bem-estar ou serão mais felizes no futuro. É esta a posição de duas mulheres que atuam como militantes:

> Convivendo coletivamente, com outras pessoas, com outros sonhos, com outros ideais de vida, então, o que é individual passa ser coletivo, no sentido do sonho de fazer com que até mesmo essa questão da família da gente se volte tudo para o coletivo. De achar que a transformação da sociedade vai fazer com que chegue a felicidade de sua família e que a gente vai conseguir ser mais feliz enquanto pessoa e até no sentido dos projetos pessoais mesmo. (FRANCISCA JOICIMEIRE, 23, Ceará, Setor de Direitos Humanos).

> E se eu não tivesse entrado no Movimento Sem Terra, hoje eu estaria distante da minha família, estaria trabalhando em alguma coisa, algum emprego, mas eu não estaria feliz. Porque ia sempre estar me faltando alguma coisa. (GISLENE, 23, Sergipe, Assentada, Setor de Formação).

Ao rememorarem suas vidas, a infelicidade corresponde, sempre, ao desemprego experienciado por grande quantidade de sujeitos, porque além de causar um dano material trazia um custo não-monetário: contrariamente ao exercício de um trabalho remunerado, gerador de recursos financeiros, formador de identidade e promotor de auto-estima, a ausência de ocupação produzia efeitos contrários. Os desempregados tinham, efetivamente, menores possibilidades de cuidados com a saúde, a estabilidade conjugal se reduzia, problemas psicológicos como ansiedade e depressão se manifestavam e, não raro, o indivíduo perdia o autocontrole, tendendo à marginalidade, ao consumo excessivo de álcool e ao uso de drogas.

Assim, a felicidade para os(as) Sem Terra está correlacionada de modo geral a variáveis econômicas, destacando-se especialmente a renda obtida pelas pessoas: quando as necessidades materiais não são minimamente satisfeitas, o sujeito vê-se impossibilitado de sentir-se bem. Isto porque, quanto maiores os resultados financeiros do trabalho realizado, maiores as possibilidades de consecução de desejos referentes à obtenção de bens de uso e consumo e acesso a serviços. E as aspirações materiais ampliam-se proporcionalmente à elevação dos rendimentos pessoais ou familiares. Por outro lado, alguém pode sentir-se desgostoso mesmo com suas necessidades materiais asseguradas. Sobre a influência das condições sociais na felicidade humana, assevera Vázquez:

> Os homens não podem ser verdadeiramente felizes na miséria, na exploração, na falta de liberdades políticas, na discriminação racial, etc., mas, por outro lado, cair-se-ia numa posição simplista se se pensasse que a criação das condições favoráveis ao desaparecimento dos males que mergulham na maior infelicidade tantos seres humanos seria suficiente para dar a todos e a cada um dos indivíduos a sua felicidade pessoal. Os indivíduos como tais podem encontrar graves obstáculos na obtenção de sua felicidade, que não podem desaparecer nem sequer nas condições sociais mais favoráveis. [...] Mas as condições sociais não deixam de influir

> inclusive na felicidade pessoal, pois delas dependem, em grande parte, o fato de que contemos ou não com os meios para evitarmos cair totalmente na desgraça e podermos escapar dela. (VÁZQUEZ, 2005, p. 159).

Além das variáveis econômicas, também a educação e o estado civil influenciam na felicidade ou infelicidade dos sujeitos de interlocução deste estudo. Assim, é alta e positiva, por exemplo, a correlação entre felicidade e grau de instrução das pessoas jovens e adultas: alçar patamares elevados de escolarização torna esses sujeitos mais felizes. Na relação entre felicidade e estado civil, no entanto, há grandes contradições: para algumas pessoas, o casamento é a fonte da felicidade; para outras, de contrariedade e derrota. As poucas pessoas solteiras, por sua vez, declaram-se felizes nessa condição, mas quase sempre têm planos de constituir família. Não identifiquei nos diálogos concretizados informações que sugiram diferenças significativas na relação entre idade e felicidade, o mesmo ocorrendo no que tange à variável sexo.

Às pessoas adeptas e praticantes de religiões cristãs são ofertadas, pela promessa que seus líderes espirituais anunciam, compensações pelos sofrimentos e privações da vida presente: um mundo de felicidade plena e eterna no futuro, o paraíso terrestre ou celestial. Na ótica vazquesiana:

> Partindo da impossibilidade de alcançar a verdadeira felicidade aqui na terra, a ética cristã transfere a sua obtenção para um mundo ultraterreno. A felicidade só pode ser obtida no céu, como compensação da infelicidade terrena. Deste modo, uma felicidade ideal e ilusória vem substituir a felicidade terrena e real. (VÁZQUEZ, 2005, p. 158).

A felicidade é também posta, principalmente pela militância, num mundo sonhado, ainda que diferente do mundo preconizado pelos cristãos: a sociedade socialista, passagem para uma sociedade comunista, sem classes. Nesse sentido, as pessoas, impulsionadas pela mística, pelos discursos dos dirigentes do MST e pelas leituras de textos produzidos pelo Movimento elaboram projetos para uma vida coletiva feliz. E nesse momento dizem experimentar uma autêntica felicidade, porque acreditam na realização dessa utopia.

Diferentemente dos animais, cujas necessidades relacionam-se ao biológico e à autoconservação, os indivíduos humanos têm aspirações de ordem puramente simbólica, psíquica: são seres desejantes. E ser feliz talvez constitua o maior e mais estável dentre os seus muitos desejos.

Em uma sociedade baseada na propriedade privada, a idéia de felicidade torna-se restrita, limitando-se com freqüência ao desejo de aquisição ou detenção de objetos. A acumulação de dinheiro define um verdadeiro ser ao seu possuidor, traduzido na já conhecida noção de que homens e mulheres têm seu valor associado não àquilo que são, mas às suas posses, na forma de bens materiais. Esse é um dos motivos pelos quais os(as) Sem Terra conectam renda pecuniária e felicidade. O outro é a conexão estabelecida entre privação e infelicidade, o que os leva à aspiração pela relação inversa.

Essa infelicidade vivida no passado, causada por experiências acumuladas de fracasso, perdas, insuficiência ou inexistência do mínimo necessário à vida leva alguns sujeitos a adotarem uma atitude de descrença e apatia. Contentam-se com o pouco que conquistaram e lutam para manter a subsistência. Tornam-se, então, passivas e indiferentes, porque crêem que um poder misterioso fixa de modo inevitável, irreversível e irremediável a história humana, como percebido por Geraldo:

> As igrejas não apóiam a luta e o fato de não apoiar já atrapalha. Os evangélicos, a gente tem uma dificuldade de mobilizar. Isso aí, o pessoal que é católico eles têm uma facilidade, mas os evangélicos são muito apegados à Igreja e, não é que ninguém está querendo que eles não sejam, mas aí eles acham muitas coisas: que não eram para fazer ocupação... E às vezes a gente precisa fazer algumas ações e eles acham que não, que tenham paciência que um dia Deus ajuda. Eu não tenho muita coisa contra, mas também não concordo com isso aí. (GERALDO, 25, Rio Grande do Norte, Acampado, Direção Estadual do MST).

E para outros, as convicções religiosas lhes dão a coragem necessária à continuação da práxis política e produtiva, conforme escrito por Stédile e Fernandes (2000, p. 131), os quais asseveram que "a nossa base usa a fé religiosa que tem para alimentar a sua luta". Essa afirmação é confirmada pelo relato de três mulheres do Movimento:

> O que mais eu queria na vida, era comprar uma casa, ter uma casa. Aí foi isso que fez eu ter mais força para ficar nesse Movimento. Minha intenção era conseguir alguma coisa, que meus pais nunca tiveram assim, terras, ou uma condição financeira para oferecer para os seus filhos. Mas eu digo: Deus vai me abençoar, para eu entrar numa luta para comprar, conseguir alguma coisa, conquistar alguma coisa e deixar para os meus filhos. (MARIA ZELZUÍTA, 42, Pará, Assentada, Trabalhadora Rural).

> Acho muito bom na hora que diz assim: vamos fazer uma mobilização ali? Vamos! Vamos para Marabá? Vamos! E até por hora, graças a Deus, nunca me dei mal... (DELZUÍ, 58, Pará, Acampada, Trabalhadora Rural).

> Meu Deus revolucionário é esse Deus da luta, aquele que andou pelo mundo à procura da terra prometida com o povo Dele. E para ensinar o amor, e que nós todos tínhamos que ter um ideal e conquistar. Jesus foi socialista. Então, para mim, aquele Deus do passado, que eu respeito. Deus mesmo. Para mim, ser revolucionário já é uma grande coisa. Jesus para mim foi um revolucionário, admiro muito ele. E cada militante tem um pouco dele. Porque se não tivesse um pouco dele, não conduzia tanta gente assim para a terra prometida. (Depoimento de uma assentada no filme Ocupar, resistir, produzir: MST, 1999b).

5.4 MOTIVAÇÃO DE REALIZAÇÃO

Nas lutas do MST, as pessoas desenvolvem um complexo desejo de realização: preocupam-se ou tendem a definir objetivos de acordo com algum padrão de excelência e lutam para serem bem sucedidas no desempenho de tarefas ou em relação ao produto de suas ações. Esses comportamentos desencadeados por valores e necessidades de crescimento e de individuação[71] estruturam-se com base em modelos externos, a exemplo dos dirigentes da Organização, ou em função de níveis de aspiração definidos pelos próprios sujeitos, que se esforçam para atuarem de uma forma que consideram adequada.

Mas, que condições ou estimulações suscitam e sustentam motivos de realização na conduta dos(as) Sem Terra? Em primeiro lugar, as pessoas, de modo geral, tendem a lutar por mestria ou excelência, aperfeiçoar seus talentos, alcançar altas metas, ter sucesso em trabalhos difíceis, progredir, melhorar ou mudar de alguma maneira o seu modo de existir. Na percepção de um acampado sergipano:

> O Movimento ajuda a gente a crescer na vida, a ter um trabalho digno. E eu tenho vontade de um dia entrar na faculdade, fazer um curso para me tornar assim um profissional. Buscar alguma coisa na frente, adquirir coisas melhores no futuro, ter mais chance, se desenvolver... Não só para mim, mas também para o pessoal todo, do MST e da sociedade. Quero ser uma pessoa mais capacitada, aproveitar as oportunidades que não tive quando era mais jovem e que estão chegando hoje em dia. Ainda não consegui alcançar tudo que eu e minha família precisamos, mas a gente já se sente assim realizado com o que temos, que a gente já conseguiu conquistar... (SIVAL, 48, Sergipe, Acampado, Direção Estadual do MST).

---

[71] A individuação é "definida como o processo de realização de potenciais, capacidades e talentos, como realização plena de missão (ou vocação, destino, apelo), como um conhecimento mais completo e a aceitação da própria natureza intrínseca da pessoa, como uma tendência incessante para a unidade, a integração ou sinergia, dentro da própria pessoa." (MASLOW, 1968, p. 52).

Esse tipo de motivação, no entanto, é mais comum em pessoas que já tiveram suas necessidades básicas de sobrevivência e segurança gratificadas. São seres humanos metamotivados, propensos à satisfação de necessidades de crescimento: superação de obstáculos, concretização de potencialidades constitucionais, realização de tendências criadoras, consecução de talentos e capacidades, auto-superação – realização concreta daquilo que é potencialmente e conversão de si próprio em tudo aquilo de que é capaz, nos explica Maslow (1970, p. 92).

Em segundo lugar, o motivo de realização não resulta de impulsos, mas de processos afetivos e respostas emocionais. Há sujeitos que são mais motivados pelo desejo de sucesso, enquanto outros movem-se e agem pelo temor do fracasso, sentimentos dependentes da percepção que têm acerca da dificuldade das atividades que executam. Além disso, outros motivos aprendidos durante o curso da existência pessoal, como desejos de afiliação[72], alta consideração e sólida reputação, poder, estima podem influenciar na produção de motivos para a realização.

Entre as pessoas entrevistadas, as situações que envolvem a metamotivação variam, manifestando-se como auto-atualização, individuação, autodesenvolvimento, produtividade, autonomia, ou mais especificamente: são orientadas por necessidades de ascensão social, satisfação na vida familiar, alcance de altos padrões de escolarização, desejo de sucesso profissional, reconhecimento, valorização, prestígio. Constatam-se, também, expectativas ou propósitos relacionados com metas econômicas: melhoria das condições de vida e obtenção de segurança e estabilidade financeiras.

Há, no entanto, pessoas que não apresentam interesse em desempenhos baseados em padrões de excelência ou no desejo de alcançar sucesso, devido a influências negativas de vivências do passado, pela conformação relativa a estereótipos culturais, pelo desconhecimento de seu potencial ou temor de arriscar-se em novas experiências. A ideologia veiculada por determinadas religiões ou pela classe dominante reduz a autoconfiança de homens e mulheres, inculcando neles uma visão distorcida da condição humana e assim colocando obstáculos ao desenvolvimento de competências e realização dos potenciais humanos, ao crescimento pessoal.

Homens e mulheres idosos, por outro lado, se comparados com as pessoas mais jovens, apresentam graus mais baixos de ocorrência do motivo de realização, preocupando-se principalmente com a evitação de situações que posam resultar no insucesso. A redução do

---

[72] Atividades orientadas para a busca de contato físico, comunicação e relações interpessoais, redução de ansiedade e o desejo que tem o sujeito de aceitação e valorização em seu grupo social.

desejo de idosos(as) de realizar-se como pessoa reflete a incorporação de representações sociais prevalentes nas sociedades capitalistas. Nestas, o velho é descartado ou marginalizado como força de trabalho, colocado num cenário de indiferença e descaso por parte de instituições governamentais em relação à satisfação de suas necessidades físicas, psíquicas, afetivas, sociais.

O envelhecimento está amplamente relacionado à decadência, debilidade, inatividade, incapacidade e dependência econômica. As pessoas idosas tendem a introjetar idéias, crenças e valores amplamente difundidos no imaginário social, configurando a partir desses elementos internalizados suas autopercepções, motivações e atitudes. Mas esses sujeitos (como muitos adultos) projetam em outras pessoas, especialmente nos descendentes, desejos de realização que eles próprios não conseguiram concretizar, como declarado por Sival e por um trabalhador que deixou o MST:

> As pessoas que começaram na luta pela terra envelheceram e estão ficando sem forças para trabalhar na lavoura, para participar das ações, das mobilizações do Movimento. Então são os jovens que devem assumir a luta, como os pais deles lutaram antes. Trabalhar na agricultura ou ter emprego para eles dentro do assentamento mesmo. Os assentamentos têm que ter escolas de segundo grau, para os jovens não precisarem sair da comunidade. Eu mesmo estudei pouco, mas meus filhos com certeza vão ter um futuro melhor do que eu tive, que a gente teve. Vão progredir nos estudos e ter uma vida mais feliz mesmo. (SIVAL, 48, Sergipe, Acampado, Direção Estadual do MST).

> Lá no assentamento que eu morava não tinha estudo bom para os meus filhos. Quero fazer o possível para que meus filhos tenham uma coisa melhor do que eu tive. Eu não queria para meus meninos aquela vida dura que eu levava. Não ficar só trabalhando no cabo da enxada, mas conseguir um futuro melhor. O tempo de estudar para mim já passou. Para meus filhos, agora é a hora, senão o tempo passa para eles também. Por isso que eu saí da roça e vim aqui para a cidade. (Depoimento de um ex-assentado, 63 anos, Estado da Bahia).

O próprio Movimento Sem Terra reconhece que para os idosos não existem "perspectivas dentro dos assentamentos, há um desprezo pelo seu potencial produtivo e organizativo. [...] Há uma visão altamente economicista e utilitarista das pessoas." (MST, 2001a, p. 193).

Por fim, penso ser importante destacar que no MST o querer coletivo é mais intenso do que as vontades pessoais, principalmente quando se trata das pessoas que atuam como militantes e como dirigentes nas diversas instâncias do Movimento. Essa constatação

fundamenta-se nos resultados da pesquisa referentes à dimensão praxeológica do saber dos Sem Terra – o agir destes seres sociais – materializada pelos processos de formação política, organização das lutas sociais do Movimento, exercício de poderes e resistência, e através das formas como realizam intervenções na realidade para transformá-la. As ações dos sujeitos históricos que protagonizam as lutas do MST constituem o conteúdo do próximo e último capítulo desta tese.

6 A DIMENSÃO ATITUDINAL: O AGIR

> Como é que se pode pensar toda hora nos novíssimos, a gente estando ocupado com esses negócios gerais? Tudo o que já foi, é o começo do que vai vir, toda hora a gente está num cômpito. (ROSA, 2005a, p. 328)

A dimensão atitudinal do saber produzido pelos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra em sua práxis política incorpora as dimensões anteriormente abordadas – cognitiva, afetiva e volitiva –, traduzindo-se em quatro diferentes ações: a formação política no MST; a construção pelo Movimento Sem Terra de processos de organização política e de organização da produção; o exercício de poderes e resistência; a intervenção na e transformação da realidade.

6.1 FORMAÇÃO POLÍTICA

O Movimento Sem Terra concebe formação política como uma "forma de ação" em contínuo movimento. Do ponto de vista de um dos coordenadores nacionais do Setor de Formação e na percepção de uma militante mineira:

> Entendemos a Formação Político-Ideológica como um processo permanente e sistemático que possibilita o avanço da militância na compreensão do contexto histórico em que se vive, nas diversas formas de luta e organização pela transformação social e na reflexão da própria prática militante. (PIZETTA, 2004, p. 1).

> Nossas atividades de formação têm como objetivo principal a transformação dos(as) educandos(as) em seres ativos, criadores, práticos, que transformam a realidade e a si mesmos. E a qualificação de quadros políticos capazes de organizar o povo, de elaborar métodos na prática, propor soluções para os problemas cotidianos, refletirem sobre seu trabalho dentro da estratégia geral do Movimento. E que sejam capazes de serem críticos e autocríticos do ponto de vista da sua própria prática. Enfim, que sejam capazes de avançar politicamente, unindo a prática e a teoria numa relação indissolúvel. (CRISTIANE, 23, Minas Gerais, Coletivo Nacional de Gênero).

A formação é um processo educativo que faz parte da organicidade do MST, imanente às suas lutas e formas de organização e que se concretiza por meio de cursos, seminários, reuniões, assembléias, encontros e congressos, práticas cotidianas e ações políticas coletivas. Dizem os militantes Dilei e Alberto:

> Essa formação se dá no contato direto com a realidade, no trabalho concreto da base, nesse processo da luta em si, da prática em si, das mobilizações em massa. Ela se dá também nesses momentos específicos dos cursos da formação política, ideológica, de conhecimento e domínio da realidade brasileira, que nós temos intensificado muito. E buscando também essa formação mais, eu diria, especializada, técnica, nesses convênios com as universidades, para solucionar conjuntamente alguns outros problemas que nós temos. Então até hoje, pela vivência que estou tendo no Curso de História, você num curso de formação política do MST, olhe lá se você não aprende mais do que dentro duma universidade. Mas só quando eu terminar o curso poderei fazer uma avaliação mais concreta. (DILEI, 38, Paraíba, Direção Estadual/Nacional do MST).

> Então a ocupação também é um processo de formação. A marcha é uma formação... Você poderia até entender como uma atividade pedagógica, digamos assim, concretamente falando. Elas formam porque se situam dentro de um contexto de luta de classes. Ao aprender, se consegue compreender melhor a luta de classes, dos trabalhadores nessa luta, quando se faz uma ocupação, quando se vai para uma marcha, quando você participa das diversas atividades que o Movimento realiza, as reuniões, os cursos... São todas atividades que permitem que você tenha uma compreensão sempre maior da luta de classes e do nosso papel dentro dela. (ALBERTO, 32, Distrito Federal e Entorno, Setor de Formação).

Desde sua origem em meados da década de 1980, o MST desenvolve processos de formação política – inicialmente por meio de atividades realizadas em parceria com o movimento sindical e com outras organizações populares –, devido à necessidade de preparar lideranças para atuar em comunidades rurais, no propósito de mobilizar trabalhadores(as) sem terra através das reuniões de base, para organização efetiva do Movimento.

Em 1985, a formação adquire o estilo de agitação e propaganda, pela promoção de cursos denominados de Escolas Sindicais, em parceria com sindicatos agregados à Central Única dos Trabalhadores (CUT)[73]. Escolas sindicais foram construídas em Estados do Sudeste, Norte e Nordeste do País.

---

[73] Convém lembrar que na primeira metade da década de 1980 o contexto político era efervescente, propiciando a crescente influência do PT e da CUT nas ações da classe trabalhadora. Assim, tanto esse partido político quanto este sindicato investiram na formação dos trabalhadores e das trabalhadoras, como ferramenta de fortalecimento das lutas sociais.

O MST estrutura o seu primeiro curso em âmbito nacional em 1987, para militantes jovens, com o objetivo de formar dirigentes para a organização do Movimento nos Estados. Nesse mesmo ano, é constituído um coletivo responsável pela formação política dos(as) Sem Terra e, em 1998, institui-se o Setor de Formação. Laboratórios Organizacionais são criados, possibilitando a formação massiva dos assentados e assentadas, sob o formato de cursos e oficinas.

No início da década de 1990, a realização de ocupações massivas de terras gerou a necessidade de massificar também a formação, visando ao fortalecimento da militância e conscientização dos(as) assentados(as) sobre a necessidade de organização do trabalho em cooperativas de produção.

Na região Nordeste, são postos em funcionamento os laboratórios, mini-laboratórios e Cursos de Formação Integrada à Produção (FIPs), pontos de partida para a criação de escolas nacionais, a exemplo da Escola Josué de Castro (ITERRA), destinada à qualificação de quadros técnicos para a produção, e uma Escola Nacional voltada à formação política dos Sem Terra, através do Curso Básico de Militantes. Os primeiros cursos prolongados principiaram em 1992, nos Estados, objetivando o alongamento do tempo para formação de uma nova militância.

Três anos após é instituído o Curso de Formação de Formadores, inicialmente em ações localizadas no Rio Grande do Sul e Sergipe, criando-se, a partir de 1997, uma turma nacional e outras descentralizadas, em grandes regiões brasileiras. Ainda em 1999, iniciam-se as parcerias com as universidades, para realização de cursos superiores na área de pedagogia, e cursos de extensão, como o de Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural. Organizam-se, também, Cursos de Dirigentes, Cursos de Militantes Latino-Americanos, Cursos de Militantes e de Dirigentes Formadores do Cone Sul.

Esses cursos, inclusive o Curso de Formação para Formadores, são influenciados pela pedagogia socialista do século XIX[74], especialmente as experiências

[74] "As idéias socialistas vicejaram no movimento operário europeu ao longo do século XIX. Também chamadas de 'socialismo utópico' essas idéias propunham a transformação da ordem capitalista burguesa pela via da educação. De acordo com essa concepção a sociedade poderia ser organizada de forma justa, sem crimes nem pobreza, com todos participando da produção e fruição dos bens segundo suas capacidades e necessidades. Para tanto, era mister erradicar a ignorância, o grande obstáculo para a construção dessa nova sociedade. A educação desempenharia, pois, um papel decisivo nesse processo. Seguindo essa orientação, no Brasil os vários partidos operários, partidos socialistas, centros socialistas assumiram a defesa do ensino popular gratuito, laico e técnico-profissional. Reivindicando o ensino público, criticavam a inoperância governamental no que se refere à instrução popular e fomentaram o surgimento de escolas operárias e de bibliotecas populares. Mas não chegaram a explicitar mais claramente a concepção pedagógica que deveria orientar os procedimentos de ensino." (SAVIANI, 2006).

Pistrak (educação escolar) e Makarenko (educação não escolar), ambas estabelecendo as relações entre trabalho – constitutivo do ser social – e educação. É uma forma de pedagogia crítica, social e atrelada à realidade dos(as) educandos(as), objetivando a formação de sujeitos autônomos, criativos, solidários, cientes da necessidade de prevalência da vontade do grupo sobre a vontade individual.

A necessidade de formação massiva da base e de definição sobre metodologias para esse processo conduziu à efetivação do Programa Nacional de Formação de Base, através do qual se desencadeou o debate sobre uma nova organicidade no MST, com maior representatividade e participação das famílias assentadas e acampadas.

Em janeiro de 2005 é inaugurada a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), criada "com o propósito de pensar, programar, planejar, organizar e desenvolver a formação política e ideológica dos militantes e dirigentes do MST." (PIZETTA, 2007, p. 246), mas que busca também produzir atividades que agreguem outros movimentos sociais populares, rurais e urbanos, do Brasil, América Latina e Caribe.

A ENFF, embora possua estrutura física localizada no município de Guararema, São Paulo, não está circunscrita a esse local, mas se constitui por um conjunto de ações político-educativas desenvolvidas pelo MST em diferentes lugares do País ou no exterior, em parceria com instituições de ensino e outros ambientes pedagógicos.

Essa Escola, resume Pizetta (2007, p. 248-249), se propõe: impulsionar a ampliação da consciência política e organizativa dos militantes e dirigentes do MST, em parceria com instituições de ensino superior ou entidades e movimentos populares nacionais e internacionais, priorizando a articulação latino-americana; formar quadros políticos para o conjunto da classe trabalhadora; promover a apropriação de conhecimentos científicos para maior compreensão dos princípios políticos e mais unidade política e ideológica do Movimento; contribuir na resolução dos desafios que o MST enfrenta; desenvolver análises profundas sobre a realidade, com o intento de qualificação das lutas pela transformação da sociedade; registrar a memória das lutas dos povos pela reforma agrária, especialmente os latino-americanos; promover a troca de experiências entre diferentes movimentos e espaços de educação popular da América Latina. Aqui também estão expressos os objetivos da pedagogia socialista dos clássicos do século XIX.

Através da ENFF, as parcerias com várias universidades de todo o Brasil são ampliadas, criando-se novos cursos de extensão, graduação e pós-graduação para movimentos sociais do campo, sendo o MST o maior demandante das vagas ofertadas.

Atualmente, a formação é organizada de diferentes modos, em espaços e situações multivariadas, desde as formas mais estritas de comunicação interpessoal aos cursos e eventos massivos, abrangendo três diferentes níveis: massa, base e direção. A primeira refere-se à formação dos(as) trabalhadores (as) assentados(as), acampados(as) e outras pessoas que de alguma forma participam do MST, através de cursos massivos e itinerantes, assembléias, caminhadas, caravanas, grupos de "barracos", grupos de trabalhadores(as) assentados(as), laboratórios de campo. A formação da base é específica para capacitação dos(as) militantes que desenvolvem atividades organizativas nos setores ou núcleos do Movimento aos quais estão vinculados(as): cursos para integrantes dos coletivos de produção ou de cooperativas, bem como para famílias que trabalham individualmente, núcleos de militantes – discussão de questões internas, estudo e programação de atividades práticas – cursos para militantes, laboratórios de centro, com vistas à aprendizagem da organização e administração dos assentamentos. Em se tratando dos sujeitos que ocupam cargos de coordenação do todo ou de partes do MST, são promovidos cursos prolongados, intensivos ou extensivos, para aprofundamento de conhecimentos e da qualificação dos formadores, militantes e dirigentes com capacitação teórica e pedagógica e entrosamento na prática do Movimento Sem Terra. (MST, 2005e). Assim, os processos de formação devem

> contribuir para a formação de revolucionários, sujeitos com elevado nível de conhecimentos especializados e de cultura humanística. Sujeitos dotados de capacidade teórica e prática para interpretar a realidade e a partir dela, de forma coletiva, desenvolver a práxis transformadora das condições objetivas e subjetivas. O domínio teórico (marxismo) deve se tornar uma chave de abertura das portas por onde há de passar à práxis revolucionária da qual devemos nos tornar portadores. (PIZETTA, 2007, p. 246).

Os conteúdos trabalhados nesses cursos incluem história da humanidade, história do Brasil, história da luta pela terra, história das revoluções, filosofia, sociologia, economia política, literatura, teoria da organização política, geopolítica e geoeconomia, questão agrária e reforma agrária, cooperação agrícola, a organização do MST, princípios da formação, metodologia do trabalho de base, marxismo, trabalho, práxis, consciência, dialética, ideologia, ética e moral (valores), ALCA, transgênicos, Paulo Freire, Caio Prado Junior, Celso Furtado, Josué de Castro... As matérias estudadas, o grau de aprofundamento e discussão dos assuntos e as exigências de produção teórica e prática variam conforme a natureza, os objetivos do curso, o tempo disponível e as características dos(as) estudantes.

O que o MST pretende quando define as matérias dos cursos de formação política é a apreensão, por parte dos(as) estudantes, dos conteúdos básicos das principais áreas de conhecimento no âmbito das ciências humanas, em sua dimensão processual, considerando o movimento contínuo da realidade e as necessidades das pessoas no tempo presente.

Assim, o estudo da história, como produção material e espiritual da existência humana, deve propiciar a apropriação de um panorama histórico mundial, como expressão da luta de classes, com centralidade para a história do Brasil; a filosofia tem por objetivo o aprendizado de uma história geral da filosofia, bem como a interpretação do materialismo histórico, o aprofundamento de conceitos como trabalho, práxis, ideologia, liberdade, consciência e o estudo sobre a ética, em suas relações com a práxis política; a sociologia está voltada inicialmente para o estudo de pensadores clássicos europeus e brasileiros e, posteriormente, para uma análise da sociologia rural e da sociologia urbana.

A economia política, por sua vez, prioriza as idéias de Marx, em contraste com as bases teóricas do pensamento neoliberal, e a análise do imperialismo em seu sentido clássico, desenvolvimento histórico e particularidades no mundo atual, além de uma leitura crítica da economia política brasileira e latino-americana e de estudos sobre cooperativismo e práticas cooperativistas; a literatura contempla estudos preliminares referentes aos conceitos dessa disciplina e às especificidades do discurso literário e, posteriormente, análise de textos de poetas e prosadores dos mais expressivos movimentos artísticos brasileiros, em suas variadas formas e gêneros; a teoria da organização apresenta a história do MST, seus princípios e o desenvolvimento histórico da sua estrutura organizativa, aprofundando a discussão sobre a dialética existente entre movimento de massa e organização política...

Dos trinta e sete entrevistados, apenas quatro mulheres acampadas declararam nunca terem participado de cursos de formação política, mas ressaltaram suas presenças e participação freqüentes em ocupações, atos públicos e eventos promovidos pelo MST e outras organizações da classe proletária.

Através de sua práxis formativa, o MST tem propiciado a capacitação de pessoas para a organização do proletariado e acumulação de força política e a compreensão sobre as possibilidades de confluência entre os diferentes segmentos da classe trabalhadora, pela superação do corporativismo e unidade das lutas em função de metas comuns. É o que está expresso nos depoimentos que seguem:

> A capacitação de pessoas para a organização do povo e o acúmulo de força política faz com que a gente adquira o entendimento sobre os desafios da

> organização popular. A gente adquire nos processos de formação, nos cursos e na luta mesmo, os conhecimentos sobre as táticas necessárias para superar os desafios e as dificuldades que a gente vem sempre enfrentando. E isso dá maior força ao MST. (MILTON LEWY, 34, Paraíba, Direção Estadual e Frente de Massa).
>
> E o mais importante nessas lutas é o trabalho de formação, você se forma nelas. Então é um constante trabalho de formação, você não vai para a escola, não tem um curso de formação dentro da escola. Com as lutas você vai adquirindo muito, porque não são simplesmente lutas, são ações formativas. A gente faz um trabalho de formação, levanta debates, questões importantes da realidade, que trazem a reflexão para todo mundo. Uma das lições é que você sozinho não vai alcançar os objetivos. Então você aprende a ter a unidade para lutar por aquilo que você quer, o trabalho coletivo, a luta conjunta com outras organizações do povo. Aprende a unir o que o Movimento traz na sua essência, a acumular forças com a sociedade: fazer atividades simpáticas à sociedade para que as pessoas possam perceber que o MST não é aquilo que é mostrado na televisão, nos meios de comunicação. (CARLA, 24, Rio de Janeiro, Setor de Projetos e Finanças).

Tais saberes são tanto mais aprofundados quanto maior o entrelaçamento entre a ação dos(as) Sem Terra nas formas de luta do Movimento e a participação desses sujeitos nos processos formais de educação política. As lutas são espaços formativos, mas não suficientes: são complementares, como analisa Ângelo:

> Nesse campo da luta, seja ocupação, marcha, eu penso que são os momentos que mais possibilitam a reflexão sobre o fato de quem são nossos inimigos, onde se materializam as contradições do sistema. A gente percebeu isso nessa última Marcha Nacional: a gente conversando com pessoas no início da marcha, e depois do meio pro fim, a gente percebia que aquela forma intensa de luta é importante para despertar um sentimento de indignação. O fato de derrubar, por exemplo, a cerca de uma propriedade, é um momento místico, um momento de intensidade onde se materializa a luta. Para o indivíduo chegar nesse estágio como ser humano, avançar dentro de uma propriedade, é o momento que possibilita a reflexão, a resistência. Por mais que alguns sejam levados por questões econômicas, pela resolução de um problema imediato – desemprego, fome e outras necessidades que eles passam – e não tenham a clareza da dimensão da luta política, aquele espaço de luta vai possibilitando a vivência e reflexão da raiz, da natureza dos problemas. Tanto o curso como a ocupação são momentos de teoria e prática. E não quero sobrepor um ao outro, mas acho que a luta mesmo, a marcha, as ocupações, seja de propriedade de terras ou de prédios públicos, ou trancamentos de rodovias, são momentos que despertam o sentimento de luta de uma forma mais intensa que cursos de formação. Aliás, a ação potencializa os cursos, dá a unidade da teoria e da prática, eu diria... (ÂNGELO, 25, Paraíba, Setor de Formação).

É preciso reconhecer, também, a contribuição dos cursos de graduação nos quais os(as) Sem Terra têm ingressado para a produção dos saberes, sem deixar, porém, de ter

presente o risco do acento dado sobre os aspectos cognitivos, desarticulados das dimensões afetiva, volitiva e práxica.

Acerca dos cursos superiores para pessoas jovens e adultas dos movimentos sociais do campo, é interessante ponderar sobre o que está colocado na edição nº 2028 da Revista Veja, publicada no mês de outubro de 2007:

> Eles ocorrem em algumas das melhores universidades públicas do país, entre elas a Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Estadual Paulista (Unesp). E, como qualquer outro curso de ensino superior, também concedem aos estudantes diploma de graduação reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). Um novo levantamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que patrocina os cursos, concluiu que o governo federal nunca investiu tanto na formação universitária dos sem-terra: 6,3 milhões de reais só em 2006. Já são dezesseis universidades públicas que oferecem graduação exclusiva aos assentados. É isso mesmo: elas aceitam apenas sem-terra. Segundo o ministério, o governo patrocina cursos do gênero nas áreas de pedagogia, geografia, letras, história e direito. [...]Ensinar aos sem-terra uma visão dogmática do mundo já é por si só um problema, mas o quadro piora porque a catequese marxista se dá em universidades públicas – com patrocínio do governo. A meta do MST ao levar assentados à academia, afinal, é preparar gente para combater "o sistema" (aquele mesmo que os está bancando). (PEREIRA, 2007, p. 71)

Os cursos especiais de nível superior aos quais a jornalista se refere são realizados por meio de convênios firmados entre o INCRA e universidades federais e estaduais brasileiras. Os(as) acampados(as) passam a ter acesso ao Ensino Superior por meio de programas de políticas governamentais específicas, designadas como ações afirmativas, assegurando aos(às) sem-terra direitos que dificilmente seriam conquistados sem essas políticas públicas: o direito à apropriação de conhecimentos científicos e a um "diploma de graduação reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC)".

Quanto aos programas dos cursos, estes são definidos pelas instituições conveniadas, com participação ainda incipiente das organizações populares na elaboração das abordagens do processo de ensino e aprendizagem, cabendo aos estudantes a escolha de quais disciplinas optativas desejam cursar, a exemplo daquelas que tratam das concepções marxianas e marxistas, as quais também fazem parte do currículo de muitos dos cursos existentes nas universidades.

Quanto ao perfil dos(as) militantes, são definidos atributos que constituem qualidades imprescindíveis a esses sujeitos e que são adquiridas e/ou sedimentadas pelas atividades de formação: humildade, espírito de sacrifício, comportamento moral, solidariedade e companheirismo, dedicação ao estudo, diligência no trabalho, cultivo da

utopia de construção de uma sociedade socialista. As qualidades das lideranças do MST constituem referências para a ação das outras pessoas da organização, o que implica a internalização e vivência desses predicados enunciados, como alerta Polianne:

> Acho que mais do que a fala do militante, do dirigente, a prática dele é muito importante. Porque o discurso nosso tem que ser coerente com a nossa prática. As pessoas buscam isso sempre na gente. (POLIANNE, 21, Pará, Assentada, Setor de Formação).

A formação política no MST, contudo, é um processo permeado por obstáculos, dificuldades, lacunas, desvios e desafios. As práticas pedagógicas por vezes são contraditórias, porque parte significativa dos sujeitos que atuam nos setores, além de não possuírem uma visão de totalidade do Movimento, têm compreensões diferenciadas sobre as metodologias para a ação formativa, a estruturação e o conteúdo dos cursos.

A exigência de prioridade da prática e a insuficiência de apropriação de elementos teóricos imprescindíveis à reflexão crítica resultam em um ativismo que limita as práticas pedagógicas e políticas. Nesse sentido, declara Pizetta:

> Por vezes, somos dialéticos e materialistas no discurso, mas profundamente idealistas na prática. Nosso estudo da filosofia, da política, da história, da economia ainda é fragmentário. Aprendemos pedaços e depois temos dificuldade para juntar as partes. Os cursos de graduação poderiam fazer isso, mas, aí temos as dificuldades do currículo e dos professores. (PIZETTA, 2005, p. 5).

E há uma enorme dificuldade na passagem da teoria à prática: as discussões envolvem lideranças de todos os Estados e os(as) dirigentes assimilam os princípios e resoluções concernentes às novas formas de organização política do Movimento. Alguns Estados, no entanto, permanecem utilizando métodos ultrapassados, ou mudam a proposta de ação sem modificar suas práticas.

Outro problema é a ausência de seqüenciação dos cursos, no que tange ao projeto político-pedagógico. Os cursos são consecutivos no tempo, mas fragmentados na continuidade da proposta pedagógica, em especial quando se trata dos conteúdos programáticos, além da desatenção, no planejamento das atividades de ensino, do perfil dos(as) sujeitos que o MST está formando, conforme explicado em um “balanço político-organizativo” do Movimento:

> Em alguns cursos, o resultado é muito baixo, não forma, porque muitos militantes e dirigentes não acompanham a reflexão e os debates. Entendemos que os cursos não podem estagnar o que a militância já é capaz de produzir, mas não pode exigir mais do que é possível assimilar. Daí, os problemas em métodos que despejam conteúdos em muitas horas, sem produtividade, por um lado, e por outro, a baixa capacidade de abstração da militância que vem para os cursos e que é resultado dos processos anteriores de formação, da baixa escolaridade, etc. Outro elemento é que na maioria dos nossos cursos, predomina o "etapismo" e "conteudismo". Muitas vezes ficamos presos ao "pacote" do conteúdo. E a contradição na metodologia: sabemos das dificuldades de leitura, de interpretação e da cultura de não se expor, mas submetemos a militância a horas de leituras, com pouco tempo para interpretação e com exigência de apresentação. O desafio é dosar os elementos formadores. (PIZETTA, 2005, p. 4).

Os responsáveis pelos coletivos de formação ou coordenações pedagógicas e os formadores(as) desconhecem as necessidades de aprendizagem dos(as) militantes, priorizando aspectos relacionados à dimensão cognitiva do saber, ocasionando lacunas no trato das outras dimensões formativas, a exemplo das questões afetivas, como esclarece uma estudante:

> Mas não existe muito assim uma discussão no Movimento em relação a esse negócio de afetividade, de família, das pessoas, da questão de ser mais humano, da humanização mesmo, sabe? Não tem uma linha, não tem uma política mesmo que dê prioridade a esse processo de formação humana mesmo, fica muito assim... Já li várias vezes em Paulo Freire, Pedagogia da Autonomia, Pedagogia do Oprimido, e lá eu vejo como é que ele trata da questão da humanidade... Às vezes eu fico muito abalada nessa questão da afetividade. Fico refletindo assim: a gente não prioriza esse lado, que é muito importante na vida da gente. Porque se você não está bem com as pessoas, com você mesma, isso afeta até o processo social. É uma dificuldade que a gente enfrenta. (EDILEUZA, 34, Espírito Santo, Assentada, Setor de Formação).

Existem complicações atinentes ao preenchimento das vagas ofertadas nos cursos programados pela ENFF, tanto no que se refere aos militantes do MST quanto aos integrantes de outros movimentos, notadamente pessoas pertencentes à Via Campesina internacional. São elevados os índices de evasão dos cursistas e também ocorre o cancelamento de cursos por motivo de dificuldades financeiras.

Por fim, o MST não conseguiu ainda superar o desafio de uma vinculação mais estreita entre as atividades de formação e os processos de escolarização dos(as) Sem Terra. E enfrenta problemas no sentido de motivar e mobilizar para o estudo as pessoas que desenvolvem apenas uma práxis produtiva nos assentamento, principalmente devido às

dificuldades de integrar formação e produção. Sobre as instabilidades da formação, relata o assentado Valdemar:

> Na luta de classes tem muitas pessoas que entram com a visão de que quer ajudar a construir a luta; outros entram simplesmente para morrer como está ali, só cultivando o lotezinho. Então não dá um passo além da casa para o lote. Não sai, não vai na mobilização. Tem dificuldade até para ir ao banco pegar o dinheiro. Então é complexa essa questão. Mas a gente vem, ao longo desses anos, tentando mostrar que é possível mudar isso, fazendo um trabalho intensivo de formação político-ideológica dentro dos acampamentos, assentamentos e na sociedade como um todo. Tanto é que a gente promove diversos cursos. E alguns são massivos, mas a gente não consegue fazer um curso na região "x" e levar muita gente de outra região pra lá. Então a gente faz o curso na própria região, que tem mais facilidade para poder envolver muita gente, pelo menos em quantidade. Porque a resposta política da formação não vem de imediato. Ela vem devagar. E chega um momento em que, por exemplo, aquela pessoa que você achava que nunca iria dar um passo para discutir pelo menos a construção do lote, ele sai para debater política, ou sai para organizar a luta, convida outras pessoas para ir ao assentamento ou ir à mobilização. Tem algumas pessoas que entraram com a visão fechada, mas vai se abrindo; outros entram com a mente aberta e vai se fechando. Então há uma diferença muito grande do patamar de mentalidade. (VALDEMAR, 31, Bahia, Assentado, Setor de Formação).

6.2 CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA

6.2.1. Organização política

> A estrutura organizativa é um elemento essencial para alcançar os objetivos propostos, bem como elevar o nível de consciência, implementando os princípios da direção coletiva e da distribuição de tarefas, ampliando a participação consciente de todas as pessoas, construindo ações coletivas onde todos participem e todos tenham a mesma responsabilidade histórica. (DILEI, 38, Paraíba, Direção Estadual/Nacional do MST).

O MST preocupa-se com a aplicação de alguns princípios organizativos, destacando-se a direção coletiva; o repartimento de serviços; cumprimento de tarefas e obrigações pelo maior número de pessoas, respeitando as decisões coletivas; a disciplina; o planejamento; a crítica e autocrítica; o estudo; a vinculação com as massas (MST, 2005a, p. 32-33), aspectos que serão apresentados e analisados no desenvolvimento deste texto.

Possui linhas táticas e linhas estratégicas, teoria e método para organizar o povo, visando à constituição de um movimento de massas, trabalho de base para mobilização popular e ampliação da base social do Movimento e métodos de organização e de trabalho – planejamento da ação local e nacional. Conforme explicado no capítulo 2, o MST combina uma grande variedade de formas de luta: ocupação de terras, acampamentos permanentes e provisórios, marchas pelas rodovias, jejuns e greves de fome, ocupações de prédios públicos, acampamentos nas capitais, acampamentos diante de bancos, vigílias, manifestações e passeatas nas grandes cidades, destacando-se as duas primeiras e, também, incorporando outras modalidades de ação coletiva, de acordo com necessidades e exigências conjunturais. Essas formas de organização e ação dos(as) Sem Terra são também oportunidades de formação política, como ressaltado por Messilene:

> E a gente vai a todas as atividades que tem. É uma grande definição de que tem de participar. E a gente acredita que esses espaços são espaços também de formação política, porque é a pratica que vai formando. Esses momentos, onde você vivencia a participação ativa, de lá você tira vários exemplos de que ali é um momento de formação de fato, que você aprende vivenciando e fazendo, nesses momentos de mobilização. (MESSILENE, 24, Pernambuco, Assentada, Setor de Formação e Direção Estadual/Nacional do MST).

Em relação aos trinta e sete sujeitos entrevistados, apenas cinco nunca estiveram na condição de acampados(as). Durante o processo de investigação, unicamente seis desses sujeitos ainda se encontravam em acampamentos. Mesmo aquelas pessoas que nunca moraram em acampamentos, vivenciaram algum processo de organização política ou exerceram algum outro tipo de trabalho nestas coletividades: luta pela conquista da terra ou auxílio na montagem dos barracos; exercício de atividades educativas nas escolas itinerantes, na educação infantil, na educação de pessoas jovens e adultas, na formação política dos homens e mulheres dessas áreas; promoção do diálogo e da mobilização da base para a participação nas ocupações e nas outras formas de luta do MST.

Na qualidade de acampados(as), desempenhavam funções de direção do acampamento, coordenação de brigadas e núcleos, preparação de reuniões, contato com outras organizações populares, com a imprensa e a sociedade, articulação de discussão sobre questões de gênero, plantação e colheita de hortaliças, cereais e frutas, além da criação de pequenos animais. Relatam duas acampadas:

> Aqui ocupamos no dia 17 de abril. Vai fazer três anos que estamos aqui. Mas, de acampamento mesmo já tem três anos, porque antes nós éramos

> acampados em outra fazendinha aqui perto, para poder abrir o espaço e a gente vir para cá, organizar o povo. Porque tem aquele processo todo, de fazer o trabalho de base, contar como é. A gente vai ver o local, se tem palha perto, para fazer os barracos, onde tem menos dificuldade, perto de estrada, de água, de posto de saúde... Quando a gente ocupa uma terra, sempre acontece que as pessoas adoecem muito, porque a pessoa está saindo do lugar que está alojado. Lá o clima é um, cá o clima é outro, então acontece que a gente procura esse lugar, como por exemplo, aqui a gente mora na beira da estrada, temos um rio aqui, próximo de água, de estrada, de tudo isso. (MARIA DE RIBAMAR, 36, Pará, Acampada, Coordenação do Acampamento).
>
> Agora nosso acampamento tem um ano e dois meses que já está dentro da fazenda. Mas não teve aquela desapropriação, ainda está em questão, mas a gente está resistindo, dentro da fazenda. Nesse acampamento, ficamos dois anos na beirada da pista, na Rio-Bahia, em Volta Redonda. É, saímos dali, fizemos uma ocupação só para chamar a atenção da mídia, que era uma fazenda muito pequena, tinha até um traficante de droga. Ficamos lá um mês. Deu certo. De lá nós montamos outro acampamento, ficamos mais três meses. Essa fazenda que nós estamos hoje, o INCRA vistoriou e deu sinal verde para a gente entrar: entramos com o aval do INCRA. Entrar tipo assim, ocupação. Eles falam invasão de terra, mas não é invasão, é uma situação que a gente faz, que a fazenda já está desapropriada, improdutiva, o fazendeiro não está fazendo mais nada com ela. Para você ter idéia: conhece assa-peixe? Lá tem cada assa-peixe que dá para fazer cabo de enxada e tora de lenha, de tão antigo que está. Nós roçamos tudo e fizemos a horta comunitária lá. Mas é bom... (ROSELI, 45, Acampada, São Paulo, Cozinheira).

Todas as pessoas entrevistadas participaram, em graus diferenciados, de acampamentos nas capitais ou diante de bancos, mobilizações que constituem atos de protesto ou reivindicatórios.

Com a política de assistência social do governo Lula, no entanto, principalmente pelo crescimento do seu principal programa, o Bolsa Família, as pessoas contempladas com os benefícios mensais, pela transferência direta de renda, arrefecem a tendência à combatividade na luta pela reforma agrária, com retração na quantidade de famílias Sem Terra acampadas e redução do número de trabalhadores(as) em outros movimentos sociais do campo. Escreve um jornalista:

> Por causa do programa assistencial, que distribui dinheiro a 11 milhões de famílias pelo território nacional, nas periferias das cidades e nas zonas rurais mais miseráveis é cada vez menor o número de pessoas que se deixam arregimentar pelo MST para realizar suas operações habituais de invasões e ocupações de fazendas, montagem de acampamentos e ações correlatas. (TOMAZELA, 2008).

As principais lideranças do Movimento Sem Terra têm manifestado concordância, com algumas ressalvas, no sentido de que os beneficiários do Programa Bolsa Família desistem ou abstêm-se das ações coletivas, segundo constatado por Ezequias, um dos coordenadores do MST em Roraima: “Estamos brigando contra políticas assistencialistas que não geram emprego. Aqui tem o Bolsa Família, o Vale-Gás, o Vale-Alimentações e outras coisas que matam a fome das pessoas, mas também causam acomodamento.”

Em depoimento ao Jornal Estado de São Paulo (ARRUDA, 2008), José Batista de Oliveira, da Coordenação Nacional do MST, pondera: “Não há como negar que nossa capacidade de mobilização tem sido prejudicada por esse programa. É uma ação paliativa e humanitária. Mas não altera estruturalmente as perspectivas de inserção econômica e social e gera acomodamento.”

Posição similar é assumida por João Pedro Stédile, que, em entrevista ao Estado de São Paulo (ARRUDA; MACEDO, 2008, p. A17), assim se pronuncia em relação a esse programa social:

> O Bolsa-Família atende 20% dos mais pobres. Resolve um problema social, porque essas famílias estavam na miséria absoluta, mas, de certa forma, também acomoda essas famílias. O programa gerou apatia nas famílias pobres. Deveria ser um programa transitório, combinado com outro programa, que levasse empregos.

Mas, na ótica desse dirigente nacional do Movimento Sem Terra, o Bolsa Família não tirou militantes do MST, já que “Os 10 milhões beneficiados pelo Bolsa-Família são gente que está lá embaixo na pirâmide, que não tem consciência nem capacidade de mobilização. São os párias da sociedade. O Bolsa Família é um programa humanitário. Salva vidas, mas não distribui renda.” (EVELIN; LOYOLA, 2007).

O professor Ariovaldo Umbelino, da Universidade de São Paulo (USP), discorda dessas avaliações, atestando não haver relação entre o arrefecimento da quantidade de ocupações e o Bolsa Família. "Esta redução deve ser buscada no conjunto das ações dos movimentos sociais e sindicais que se colocaram ao lado da defesa do mandato de Lula desde os acontecimentos políticos de 2005." (BEGUOCI, 2008), referindo-se ao esquema de compra de votos parlamentares, escândalo político popularizado pelo neologismo “mensalão”.

Além dos acampamentos, as ocupações representam a forma de luta de maior participação das pessoas do MST, pela inseparabilidade entre as ações de ocupar e acampar, mesmo porque uma precede ou decorre da outra. Além das ocupações de terra, órgãos

públicos – predominantemente o INCRA, mas também prefeituras, bancos, usinas e outros prédios estatais – são freqüentemente ocupados, na luta pelo atendimento às reivindicações do Movimento ou como forma de protesto em razão de algum ato ou da inércia dos governos, que causam prejuízos aos(às) Sem Terra. Ocupam-se, também, os grandes monopólios do agronegócio, para a denúncia dos crimes ambientais e sociais e luta contra os transgênicos e as empresas de biotecnologia, em defesa da biossegurança e da biodiversidade. Sobre ocupações, relata uma liderança do MST na região Nordeste:

> E fizemos também a maior ocupação de terras da história do MST no Nordeste, com 3.018 famílias. E da forma como se deu a ocupação, assim, engrandeceu de uma forma interessante o Movimento Sem Terra de Pernambuco. Nessa Fazenda Safra, a gente manteve o nome como Assentamento Safra, nela estão assentadas hoje 220 famílias. É o assentamento mais antigo do sertão. Mas tinha 68 entre capangas armados e policiais fazendo a segurança do latifúndio. Uma semana já, esse povo todo sendo alimentado dentro do latifúndio, para impedir a ocupação. E não foi o bastante, a gente passou por cima e ocupou. Enfim, teve gente espancada, gente foi presa, alguns camaradas, mas a forma decidida como aconteceu marcou muito na época, assim como desafio. Então, na minha militância no MST, essa passagem foi o que mais me marcou. A partir dessa ocupação, começa todo um processo, porque a gente desencadeou uma avalanche de ocupações no sertão, que até o final de 95 e início de 96 nós tínhamos feito dez ocupações de terra ali, numa região de três municípios. Para a época e para o Movimento no Estado, no Nordeste, era muita coisa, porque nessas ocupações nós dividimos um pouco a Safra, e fizemos outras ocupações. Mas, enfim, após a primeira ocupação nós tínhamos ali, ao final de um ano, quase oito mil famílias acampadas, lutando pela terra e...

Autores que se manifestam contrários ao MST, contudo, vêem as ocupações de terra não como uma forma de luta para a resolução da questão agrária no País, mas apenas uma maneira pela qual se busca a implantação do modelo de apropriação coletiva dos meios de produção, o socialismo:

> Nesse contexto, o propósito das invasões consiste em "ocupar toda terra produtiva", e não apenas as "improdutivas", como é alardeado na propaganda da CPT e do MST. Há três etapas a serem percorridas: a) A primeira consiste na ocupação de toda terra produtiva, em que está claramente em questão o menosprezo pela propriedade privada; b) A segunda reside em invasões bem organizadas, feitas para que os invasores saibam resistir para não abandonar a terra ocupada, em um jogo de tipo militar de ocupação de posições, baseada no desrespeito ao estado de direito; c) a terceira consiste no trabalho coletivo, ou seja, na instauração de uma forma socialista de exploração da terra, prenuncio da nova sociedade. O objetivo não consiste numa terra para ser trabalhada, mas na constituição de uma sociedade socialista, a que coloca a igualdade em todo lugar. (ROSENFIELD, 2006, p. 252).

É preciso considerar, nessa perspectiva posta por Rosenfield, que a maior parte dos assentamentos hoje existentes resultaram de ocupações de terra. E é correta a afirmação de que o MST deseja construir uma sociedade igualitária, mas principalmente os(as) Sem Terra lutam para edificar um mundo onde caibam muitos mundos, uma impossibilidade dentro do sistema capitalista. E para isso, necessário se faz a supressão da propriedade privada dos meios de produção.

As marchas nacionais, estaduais e intermunicipais, pela reforma agrária, por justiça no campo, contra a lentidão dos Três Poderes na concretização da reforma agrária e, também, as manifestações dos(as) Sem Terrinha, são fortes componentes da memória dos narradores, participantes das táticas de luta do MST.

Atos públicos nas capitais dos Estados, diante de órgãos públicos, bancos e empresas privadas, nas praças e outras áreas das cidades e nos espaços ou monumentos que se destinam a transmitir à posteridade a memória de fatos que marcaram a história das lutas do Movimento são, ainda, formas de luta das quais as pessoas participam em grau elevado e com bastante freqüência.

Essas mobilizações ocorrem como forma de pressão sobre os governantes, para obtenção de recursos financeiros destinados ao plantio, assistência técnica para as atividades produtivas, construção de habitações, aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, créditos para a criação de gado leiteiro. São também protestos contra os grandes monopólios, em oposição ao plantio de alimentos transgênicos ou reivindicações de justiça em relação a presos políticos. Por fim, os(as) Sem Terra reúnem-se em atos para lembrar os mortos, a exemplo do massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás, no Pará[75].

Existem, ainda, outros modos de agir politicamente, de acordo com os objetivos almejados ou as características de cada região ou Estado em que o Movimento se

---

[75] Uma das nossas interlocutoras é sobrevivente do ato que desencadeou a ação da polícia e a morte de dezenove Sem Terra em 17 de abril de 1996. Desligado o gravador, após o término da entrevista, D. Zelzuíta me acompanhou até o portão, fazendo companhia enquanto aguardávamos o motorista. Nesse momento, espontaneamente, começou a relatar sobre o Massacre de 17/04/1996, assunto que evitara comentar. Contou-me que era acampada e, uma semana antes da tragédia, seu filho de seis anos adoeceu, sendo hospitalizado. Durante o período de internação, a criança acordou muito assustada, e disse a ela: - Mãe: nós todos vamos morrer: a polícia vai matar nós. Ela acalmou o menino e disse: - Não meu filho, foi um sonho. É a febre que faz você ver essas coisas. A criança teve alta do hospital, mas ela preferiu não levá-lo ao acampamento, deixando-o com uma conhecida, que já cuidara dele antes. Poucos dias depois, participava do ato na Curva do S quando viu as tropas de choque da polícia: centenas de militares se posicionando para atacá-los. Lembrou da visão do filho e procurou uma rota de fuga. Nesse meio tempo, a matança tinha se iniciado. Enquanto corria para salvar-se dos tiros disparados, encontrou uma senhora com três crianças, sem conseguir carregar todas elas. Ajudou a mulher e salvaram-se estas cinco pessoas. Ela acredita que deve a sua vida e a das pessoas que com ela conseguiram escapar à visão que o filho teve no hospital. Relatos como esse sobre o Massacre, de acontecimentos inexplicáveis, sobrenaturais, são comuns na região de Carajás.

organiza e que são experiências vivenciadas pelos(as) narradores(as): vigílias, jornadas de luta, jejuns, paralisações de rodovias. Diz Valdemar:

> Já participei de muitas lutas do Movimento. A minha pessoa, ao longo desse período curto e longo ao mesmo tempo que tenho na Organização, tive o privilégio de participar de inúmeras ações que se desenvolvem ao longo da luta de classes. Então a gente, nessa luta, a gente conseguiu compreender que é preciso lutar e, quando necessário, ocupar outros espaços que não é só a terra, mas ocupar outros espaços, para fazer com que a elite enxergue a gente como cidadão. E que o governo também se disponha a discutir o problema social do Brasil. Não só de um município ou de uma região, mas do Brasil como um todo. Porque é uma questão de estrutura e é necessário se levantar contra essa situação. Politicamente, a gente tem uma vida ativa, debatendo as questões sociais, as questões políticas, política social, política partidária, mostrando para a sociedade a importância que é a gente estar organizado, tanto no movimento social quanto na Igreja, no sindicato, no partido e assim sucessivamente. E é por isso que a gente vem ao longo desses anos construindo essa melhoria de vida para o nosso povo. (VALDEMAR, 31, Bahia, Assentado, Setor de Formação).

No Sudeste, e principalmente Sul do País, por exemplo, há uma luta contra a cobrança do pedágio nas rodovias, pois os(as) Sem Terra consideram uma injustiça o pagamento das taxas pelo direito de passagem por uma via de transporte terrestre, sem os conseqüentes benefícios, como a duplicação das pistas ou manutenção e recuperação do pavimento das estradas. Consideram também os altos impostos pagos, como o imposto sobre a propriedade de automóveis e o seguro obrigatório relativo a danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre. Então, se a empresa que tem a concessão para cobrar tributos em uma rodovia recolhe elevadas somas em dinheiro, mas presta pouco serviço, uma das formas de protesto é a abertura dos portões localizados nas cabines de pedágio, com passagem livre para todos(as). Além de tornar pública a revolta pela cobrança injusta, essa é uma maneira de obter o apoio dos(as) motoristas que transitam no local, transformando a ação em uma oportunidade de formação política dos(as) integrantes do MST e da população. Explica um militante sulista:

> Nós também somos contra a cobrança do pedágio. Nós somos contra uma injustiça, que todo mundo paga pedágio e os benefícios não aparecem. A duplicação de pista, por exemplo, não acontece. A concessionária arrecada muito dinheiro e presta pouco serviço. Então, uma das formas de protestar é abrir o pedágio. Tem dia que vai todo mundo para os pedágios, abre os portões, todo mundo passa. E também é uma forma de ter os motoristas que passam do nosso lado, porque simplesmente não se abre o pedágio:

> entregamos panfletos, cartazes, todo caminhoneiro, motorista de ônibus, carro de passeio pára no pedágio para pegar o nosso material e, se possível, até rápida conversa. O pedágio é o ponto em que vai passar muita gente. Então tem essa política de anticobrança do pedágio, mas tem também até uma conotação de formação política, através dessa forma que te falei.

Mas o MST tem enfrentado dois grandes obstáculos em sua organização política: a falta de compreensão teórica dos trabalhadores e trabalhadoras sobre sua prática política e as dificuldades de comunicação e de envolvimento das pessoas da base social nas lutas, principalmente na fase de assentamento, como ponderam Gilmar e Geraldo:

> Temos que construir alternativas, meios alternativos de comunicação e, principalmente, dialogar com o povo da base, porque isso faz muita diferença: a organização popular e a comunicação alternativa... (GILMAR MAURO, 39, São Paulo, Coordenação Nacional do MST).
>
> Geralmente a base, os assentados e acampados, tem uma participação mais, digamos "massiva", durante a época de acampamento. Quase todo mundo participa, se insere melhor... Mas quando passam a ser assentados, muitos também, por mais que precise, não sei se por falta de conhecimento, não sei se porque tem alguns agentes externos que atrapalham a organicidade do Movimento, e alguns pegam carona, conseguem a terra e depois não dão muito a mínima para a Organização. Não tem aquela pertença no Movimento, e isso é normal lá no Estado. (GERALDO, 25, Rio Grande do Norte, Acampado, Direção Estadual do MST).

Quanto à sua estrutura organizativa, o MST tem "espaços políticos onde se analisam as conjunturas e se traçam as linhas políticas gerais de atuação" (MORISSAWA, 2001, p. 208), que são suas instâncias de representação: o **Congresso Nacional**, instância máxima do Movimento, realizado a cada cinco anos; o **Encontro Nacional**, a cada dois anos; a **Coordenação Nacional**; a **Direção Nacional**; as **Coordenações Regionais;** as **Instâncias Estaduais:** Encontro Estadual, Coordenação Estadual, Direção Estadual, Regionais nos Estados, Núcleos.

Os Setores e Coletivos são também instâncias[76] organizativas do MST, construídas de forma processual, através de uma práxis coletiva, ou seja, da própria luta dos(as) Sem Terra. Os Setores têm a função de elaborar e manter atualizadas as linhas políticas da Organização e suas normas de funcionamento: Setor de Formação, de

[76] Para um conhecimento mais ampliado sobre essas instâncias e sobre as normas gerais do MST, consultar: MST (2005a, p. 53-73) e Morissawa (2001, p. 204-208).

Comunicação, de Finanças, de Educação, de Direitos Humanos, de Gênero, de Saúde, de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, Frente de Massas. Os Coletivos objetivam elaborar planejamentos e atividades específicas, no período que nos Estados antecede à estruturação e funcionamento dos Setores: Coletivo de Cultura, de Juventude, de Relações Internacionais, de Projetos. (MST, 2005a, p. 70-71).

Embora haja essa divisão em diferentes campos de ação no âmbito do Movimento Sem Terra, em face da percepção de que setorizar pode levar ao isolamento, à fragmentação e burocratização das atividades e dificultar a coesão, a unidade, enfim, a sua organicidade, o MST tem tentado evitar o setorismo. Busca concretizar uma atuação conjunta, fortalecendo, deste modo, a própria Organização. Ainda assim, tem encontrado dificuldades de promover a articulação entre os setores e as ações coletivas intersetoriais.

Em relação aos seus militantes e dirigentes, propõe a alternância de cargos e funções, um princípio da pedagogia socialista, tomando em consideração tanto os interesses, habilidades e disponibilidade de cada pessoa, como também as necessidades do Movimento. Esse rodízio tem por objetivo propiciar a descentralização do poder e da tomada de decisões, estimulando a renovação regular das pessoas que exercem atividades de coordenação e de direção; promover a divisão de tarefas, o exercício do poder, a assunção de responsabilidades; instigar o surgimento de novas lideranças e a formação de quadros políticos revolucionários que possam ser capacitados e projetados como militantes e dirigentes que compreendam a Organização como um todo, em sua amplitude e complexidade; estimular a criatividade, o desenvolvimento da autoconfiança, a capacidade de planejar, solucionar problemas de natureza diversa, tomar iniciativas, formular propostas, relacionar-se com as pessoas; aprender a compartilhar conhecimentos e experiências. (MST, 2005a, 2005e, 2001a; STÉDILE; FERNANDES, 2000).

A alternância periódica de cargos e funções é proposta como mecanismo de democratização do poder. Há, no entanto, dificuldade em concretizar essa rotatividade quando se trata do movimento de acesso dos homens e mulheres da base a funções e cargos administrativos ou de direção, devido à baixa escolaridade e à elevada faixa etária destas pessoas, ao trabalho nos lotes e às responsabilidades dos(as) trabalhadores(as) rurais para com suas famílias. Por outro lado, o longo tempo e o extenso volume de recursos investidos na formação política de militantes jovens, além do reduzido número de sujeitos com a necessária qualificação para a militância no MST dificulta o retorno dessas pessoas para atuação enquanto base, nos acampamentos e assentamentos.

Em termos de avanços político-organizativos, o MST tem tido muitas conquistas e alguns retrocessos, sendo ambas as situações elementos que impulsionam a sua expansão e o aprofundamento do saber e do fazer, ou seja, de sua práxis. Em se tratando dos êxitos alcançados, destacam-se tanto a melhoria das condições materiais de existência das famílias assentadas – em comparação com o período anterior ao acesso destas à terra – quanto a repercussão dos assentamentos na dinamização da economia de pequenos municípios do interior do País e na alteração das relações de poder político municipal.

Nesse sentido, estudos como os de Fernandes (1997), Leite (1997), Zamberlam e Froncheti (1997) indicam que os assentamentos são fontes de geração de emprego e do aumento do nível de renda das famílias assentadas. Contribuem para a fixação de homens e mulheres no campo, para o desenvolvimento rural e para a emergência de novos sujeitos políticos. Propiciam a circulação de bens, constituindo-se em importantes fontes de arrecadação municipal e promovem novas formas de organização do trabalho e da produção. As experiências dos(as) assentados(as) indicam, segundo Martins (1997, p. 58), que "é possível recriar e estimular um modo de vida alternativo, relativamente próspero, em relação ao desemprego e à excludência".

É preciso considerar, no entanto, que as famílias assentadas, na maior parte das áreas que conquistaram, enfrentam enormes desafios referentes à precariedade dos recursos financeiros para a produção, elevados percentuais de analfabetismo e subescolarização de pessoas jovens e adultas, condições de trabalho adversas e persistência das formas tradicionais de organização do trabalho, da produção e da comercialização de produtos.

Também Zander Navarro (2002, p. 212 e seq) destaca "o imenso conjunto de realizações [do MST] ao longo dos anos e nas diversas regiões rurais brasileiras" apontando três aspectos que evidenciam a sua eficácia política e organizativa:

> a permanência do tema "reforma agrária" no cenário de debates políticos da sociedade brasileira; [...] a formação de um número expressivo de assentamentos, o que garantiu o acesso à terra a um número igualmente significativo de famílias rurais pobres; [...] a democratização da vida política dos pequenos municípios, em face da constituição de novas formas de representação e de organização que o Movimento estimula tão logo os assentamentos são constituídos.

Mas esse sociólogo, do mesmo modo, expõe os impasses, segundo ele, resultantes da opção política e ações do MST: controle social dos assentados, pelo controle sobre a aplicação dos fundos públicos destinados aos assentamentos; hierarquização interna

rígida e autoritária, práticas não-democráticas do Movimento; sujeição dos assentados e subordinação das mulheres devido ao machismo dominante no interior do MST; insistência do Movimento em deslegitimar o Estado, considerado em sentido restrito; dificuldades do MST em estabelecer alianças com outras organizações de pequenos agricultores e trabalhadores rurais. (NAVARRO, 2002, p. 215 e seq.).

O MST reconhece que tem dificuldades de garantir a viabilidade econômica dos projetos de assentamentos, pelas restrições no acesso a créditos que tornem exeqüível a produção de alimentos e o aumento da renda das famílias; assistência técnica precária e insuficiente; falta de investimentos governamentais na infra-estrutura das comunidades – energia, estradas, programa de habitação, saneamento básico, transporte: "Existem assentamentos que nos envergonham. Mas na grande maioria ninguém mais passa fome, todo mundo tem escola, há trabalho para todos." (STÉDILE, 2008, p. A17).

Outra contradição na organização política dos(as) militantes e dirigentes do MST é que algumas pessoas apresentam grande susceptibilidade ao oportunismo e à cooptação e são atraídas, através de concessões e privilégios, por indivíduos ou grupos ligados aos poderes públicos, a partidos políticos e a grandes aglomerações empresariais. Atrelam-se ao governo pela ocupação de cargos públicos, distanciam-se do Movimento para exercício de mandatos eletivos ou acedem às oportunidades econômicas de empresas do agronegócio.

Um exemplo emblemático deste último tipo de cooptação foi a adesão de José Rainha Junior, e dos(as) trabalhadores(as) rurais por ele liderados no Pontal do Paranapanema, ao projeto de produção de biodiesel nas áreas de assentamento dessa região, atitude avaliada por José de Souza Martins como uma saída que dá consistência e legitimidade à reforma agrária:

> Onde prevalece a prática sobre a doutrina, o projeto social dos assentados vai na direção do aproveitamento das brechas que se abrem no sistema econômico globalizado para afirmar a racionalidade, a economicidade e a legitimidade da agricultura familiar e da reforma agrária. No fundo, essa ala do MST está propondo e concretizando o agronegócio familiar. (MARTINS, 2007).

Stédile avalia de forma diferente a atitude de Zé Rainha. Esclarece que o fato de liderar um projeto de produção de agrocombustíveis em parceira com empresas transnacionais e apoio do governo federal o descredencia como integrante do MST, devido ao completo desacordo relativo às posições e deliberações tomadas pelo Movimento:

> Ele chegou a ser da Direção Nacional do MST. Mas começou a trilhar um caminho que não respeitava mais as instâncias as quais estava vinculado. Optou pelo auto-afastamento e foi constituindo seu próprio grupo no Pontal do Paranapanema. (STÉDILE, 2008, p. A17).

Também famílias assentadas de outras localidades são constantemente assediadas por empresas produtoras de monocultura para exportação, numa tentativa contínua de cooptação dos assentados e assentadas pelo agronegócio, na busca de territorializar-se nas áreas de assentamento. Segundo Valdir Minerosvicz, da Coordenação Nacional do MST,

> Nossa tarefa é organizar a luta e o enfrentamento a essa ofensiva do agronegócio. A segunda tarefa está em construir nas nossas áreas conquistadas o nosso modelo de produção, que possa garantir renda para as famílias assentadas e desenvolver técnicas de produção combinadas com o equilíbrio do ecossistema. (MINEROSVICZ, 2008, p. 5).

6.2.2 Organização da produção

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra desenvolvem atividades econômicas nos seus assentamentos e acampamentos. Os(as) acampados(as) produzem em pequena escala, geralmente hortas, pomares e criação de pequenos animais, como recurso para assegurar parte dos gêneros alimentícios necessários ao sustento da vida das pessoas da comunidade. Os(as) assentados(as) dedicam-se a uma enorme diversidade de atividades no interior e exterior dos seus lotes, sendo esse trabalho destinado ao provimento da alimentação da família ou obtenção de renda, através da comercialização de produtos, como também para consumo animal.

Nessa pluriatividade, destaca-se a produção de frutas, como abacaxi, banana, laranja, melancia, mamão, maracujá, manga, limão, cacau; hortaliças – verduras e legumes: abóbora, alface, amendoim, batata, batata-doce, beterraba, cenoura, chuchu, coco-verde, coco-seco, couve, feijão, inhame, mandioca, pepino, pimentão, quiabo, repolho, salsa, soja, tomate; cereais: aveia, trigo, arroz, cevada, milho; oleaginosas: castanha de caju, nozes; fibras têxteis, como o algodão; produção extrativa vegetal da erva-mate e da seringa; plantio de grãos, como o café, entre outras culturas. O milho, a mandioca e o feijão são os cultivos mais generalizados, servindo ao consumo pelo(a) próprio(a) produtor(a) e à comercialização.

A criação de animais, quantitativamente pouco significativa, refere-se à avicultura, especialmente para o consumo da carne e dos ovos, realizando-se o comércio de aves em poucos lugares; pecuária: gado bovino[77] de corte e de leite, estes últimos de forma mais intensiva no Sul do País; suinocultura, ovinocultura, apicultura, caprinocultura, além da criação de peixes e crustáceos.

Assim, é grande a diversidade de produtos oriundos dos assentamentos, tanto aqueles produzidos exclusivamente pela natureza quanto os que passam por processos de beneficiamento, inclusive nas agroindústrias e mini-usinas: como farinha de mandioca, doces, geléias, manteiga, requeijão, queijo, ração, rapadura, vinho, conservas diversas.

Outro aspecto particular de práxis produtiva é o extrativismo vegetal, referente à obtenção de madeira para construção de cercas, currais ou parte das próprias residências das pessoas assentadas, coleta de produtos não cultivados, como frutos silvestres, erva-mate, dendê, plantas medicinais – geralmente para consumo doméstico – e piaçava, esta, sobretudo, para venda. O extrativismo mineral reduz-se à retirada de areia, argila, pedra ou cascalho.

Quando da ação humana sobre a natureza, os(as) Sem Terra são orientados para o desenvolvimento de práticas agroecológicas. Com assessoria de profissionais da área de agronomia, o MST tem investigado e desenvolvido técnicas para transição à agroecologia, como o estudo sobre plantas companheiras e antagonistas, visando à combinação dos vegetais para melhorar a produção e a coexistência harmoniosa de sistemas naturais com sistemas de produção (agroflorestas, agrocerrados), numa consorciação que propicia o manejo adequado da vegetação do local. Tem buscado o aperfeiçoamento da prática de selecionar, conservar, cruzar e melhorar sementes, para o plantio de lavouras com maior qualidade na produção, inclusive com testes práticos de germinação para avaliação do vigor da semente. Vem realizando o manejo ecológico dos solos, com o preparo do terreno pela adubação verde e utilização de rochas, esterco e urina dos animais para reposição de nutrientes na terra. Incentiva a construção de minhocários, para adubação organomineral, e o controle biológico de pragas e doenças: fungos, bactérias, lagartas e insetos. Também estimula a diversificação da produção por meio do policultivo, ao invés da monocultura, para recuperação e manejo do solo.

Ainda dentre os diversos trabalhos produtivos desenvolvidos pelos(as) Sem Terra nos assentamentos, efetiva-se, desde meados da década de 1990, a agroindustrialização, para beneficiamento, conservação e armazenagem de alimentos, com três tipos de agroindústria: rurais, com matéria-prima extraída dos próprios lotes e através do trabalho

[77] O estudo realizado por Leite et al (2004), revela que a criação de gado apresenta-se, de modo geral, como reserva de valor, uma estratégia de acumulação, objetivando estocagem, estabilidade, poupança.

familiar; mistas, com utilização de materiais provenientes tanto do assentamento quanto de terceiros e mão-de-obra dos associados, sem assalariamento; tradicionais, com uso de todos os recursos industriais, assalariamento de funcionários, aquisição de matéria-prima de terceiros, alta produtividade e relações contratuais com outras empresas, para comercialização dos produtos. As unidades agroindustriais,

> além de gerar novos postos de trabalho, elevou o nível de qualificação do trabalhador rural, o que tem contribuído para fixar a juventude nos assentamentos. Ela envolve desde o processamento da produção (secagem, armazenagem, classificação dos produtos) até o acabamento final da matéria-prima, passando por etapas intermediárias de beneficiamento parcial do produto. (MORISSAWA, 2001, p. 235).

Os(as) Sem Terra lutam por apoio técnico e financiamento subsidiado à agroindústria cooperativada, atividade econômica que gera emprego e contribui para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Sobre a organização da produção nos assentamentos do Movimento Sem Terra, diz Martins (2006):

> O MST desenvolveu formas altamente respeitáveis de organização econômica da produção familiar. Comprometeu-as, porém, ao tentar fazer delas mero instrumento de uma coletivização fantasiosa e de um socialismo sem sustentação teórica nas tradições de esquerda. E, pior, instrumento de poder e de sustentação política de um partido e de um governo que, como os outros partidos brasileiros, não sabem o que fazer com a reforma agrária.

Na pesquisa realizada, dois homens e duas mulheres revelaram que se ocupam unicamente do trabalho na produção, sendo um deles parte dos vinte sujeitos que possuem lote nos assentamentos. Os(as) demais assentados(as), dezesseis entrevistados(as), explicam que conciliam a práxis produtiva com a práxis política, assumindo funções diversificadas nas unidades constitutivas (divisões e subdivisões) do Movimento, desde a organização das famílias acampadas e assentadas e coordenação de atividades comunitárias à participação nos diversos Setores e Direções regionais, estaduais e nacional do MST.

Essa condição não é, entretanto, extensiva a todos(as) os(as) assentados(as), situação constatada tanto pelas entrevistas quanto através da observação participante e conversas informais com militantes e pessoas da base social do Movimento: grande parte das pessoas que obtêm a propriedade de uma porção de terra, o lote, restringe-se exclusivamente à

produção de bens para consumo e comercialização, distanciando-se da ação política da Organização, embora dela continuem como integrantes. É o que explica uma militante baiana:

> Existem pessoas que depois de serem assentadas se desmotivam para continuar participando das lutas do Movimento. Alguns desistem de tomar parte nas ações do MST pela necessidade de se dedicar ao trabalho produtivo, de cuidar das coisas que conquistaram. Preocupam-se com a sobrevivência e desejam apenas satisfazer suas necessidades básicas. Dizem que precisam cuidar das suas coisas, produzir, e que o Movimento ocupa muito o tempo das pessoas. Há também os que têm problemas de saúde e os que se sentem frustrados porque o MST não atendeu suas expectativas de solução dos problemas que passaram a enfrentar na condição de assentados. (ROSELANDIA, 25, Bahia, Assentada, Setor de Educação).

Outro aspecto que pode ser considerado como uma conquista econômica, política e organizativa do MST, desde a sua composição definitiva em 1985, é o sistema cooperativista dos(as) assentados(as): práticas da cooperação agrícola ainda em proporções restritas em relação ao conjunto do Movimento e permeadas por enormes desafios.

Essa cooperação é definida pelo Movimento Sem Terra como uma atividade de organização da produção realizada em conjunto, "uma forma de organização da produção por meio da divisão social do trabalho" (MORISSAWA, 2001, p. 230), visando melhorar a produtividade e romper com o individualismo e o isolamento de homens e mulheres das comunidades dos(as) assentados(as),

A luta pela terra é a primeira experiência de cooperação dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais e se torna necessária ao desenvolvimento comunitário. Assim, as famílias são estimuladas pelo MST à propriedade coletiva da terra e dos meios de produção, à resolução conjunta de problemas ou satisfação de necessidades de moradia, plantio, por meio de um trabalho coletivo.

Além do desenvolvimento econômico, esse tipo de cooperação constitui um processo educativo de aquisição de conhecimentos e rompimento com valores tradicionais, por serem ações que buscam envolver as famílias assentadas em sua totalidade, evoluindo para formas complexas de administração da terra, do trabalho e do capital.

Desse modo, o MST (MORISSAWA, 2001, p. 231-232) estimula a cooperação por razões econômicas, sociais e políticas: para fins de reserva de recursos familiares, obtenção de crédito, aumento da produtividade, racionalização da produção de acordo com os recursos naturais, desenvolvimento da agroindústria. Para facilitar o acesso à infra-estrutura básica nos assentamentos, à educação de crianças, jovens e adultos, ao transporte coletivo, ao

atendimento a saúde. Para assegurar a participação do(a) trabalhador(a) assentado(a) nas lutas específicas do Movimento, da classe proletária e da sociedade em geral.

As formas de cooperação, quando legalizadas, passam a ser **associações** para a compra conjunta de animais e máquinas agrícolas, beneficiamento ou comercialização da produção e, muitas vezes, uso coletivo da terra, e/ou **cooperativas** de prestação de serviços, de produção agropecuária, de crédito.

De modo geral, no entanto, existem dificuldades de compreensão e receptividade por parte dos(as) trabalhadores(as) rurais em relação à proposta de associativismo e cooperativismo, principalmente devido à herança colonialista transmitida aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, relativa a práticas de produção habitualmente individuais.

E há no MST muita discussão sobre a prática de coletivização dos meios de trabalho (terra, instrumentos, instalações, ferramentas) e dos objetos de trabalho (matérias naturais brutas ou modificadas pelo trabalho humano) – ou seja, a propriedade coletiva dos meios de produção, que se diferencia da propriedade particular dos bens de uso pessoal, os pertences individuais, os quais necessariamente não precisam ser disponibilizados para o uso comum da coletividade.

Enfim, os(as) Sem Terra enfrentam uma grande quantidade e diversidade de problemas em suas práxis produtivas, além das já mencionadas: a insuficiência de recursos para desenvolvimento de atividades produtivas, a dificuldade de criação de alternativas para novas formas de mercado e, portanto, de escoamento da produção e comercialização de produtos e, principalmente, o endividamento. Este tem causalidades diversas: o plantio fora de época apropriada, devido ao atraso na liberação de créditos agrícolas, inviabilizando a plantação e a colheita; a incidência de intempéries, desfavoráveis à atividade agrícola, como as estiagens, as chuvas intempestivas ou irregulares, a umidade excessiva, variações atmosféricas que reduzem a produção; exigências burocráticas numerosas e difíceis de serem cumpridas no que se refere ao uso do dinheiro proveniente do financiamento obtido; utilização dos recursos conquistados para satisfação de necessidades prementes de subsistência; aquisição de mercadorias e de serviços devido aos apelos consumistas, que suscitam a necessidade de satisfação de desejos materiais e simbólicos humanos.

6.3 EXERCÍCIO DE PODERES E RESISTÊNCIA

As relações de poder se disseminam por todo o tecido social, assumindo forma difusa, vários sentidos e diferentes níveis. Proliferam-se nas várias instâncias da vida humana, sempre vinculadas a um interesse de classe. São, raras vezes, imperceptíveis. Podem manifestar-se na sociedade sob a forma de poder econômico: dominação de uma classe, no caso a burguesa, que compra a força de trabalho da classe proletária; poder social: domínio de uma classe sobre outra, de uns seres humanos sobre outros; poder político: na organização e exercício do (macro e micro) poder, dominação de governantes sobre governados(as), pela força ou pelo consenso ideológico. O poder relaciona-se à dominação, à exploração e à subordinação, como explica Vázquez:

> A dominação encontra sempre oposições latentes ou efetivas, resistências reais ou possíveis, que exigem o emprego da força. Nesta relação entre dominadores e dominados o decisivo é a força, independentemente desta permanecer em estado potencial como ameaça, ou atuando como consumação. [...] O poder é uma peculiar relação entre os homens (indivíduos, grupos, classes sociais ou nacionais) na qual os termos dela ocupam uma posição desigual ou assimétrica. São relações nas quais uns dominam, subordinam, e outros são dominados, subordinados. Nas relações de poder, o poder de uns é o não-poder de outros. Dominação e submissão se imbricam necessariamente (VÁZQUEZ, 2001, p. 18, 36).

Outrossim, pode haver exercício de poder sem emprego da força, mesmo de forma latente quando, por exemplo, o dominado introjeta a vontade do dominador. Isto é possível de ocorrer tanto em relações de classe (trabalhador com ideário de patrão), quanto nas relações sociais de gênero (mulheres mais machistas que os homens), entre outras situações similares.

Através dos relatos das pessoas entrevistadas, constata-se que os(as) Sem Terra desafiam o poder quando a desobediência prevalece no âmbito interno ou subjetivo e através da ação. Nestas circunstâncias, uma pluralidade de sujeitos realiza atos que provam objetivamente sua inobediência, e a capacidade de resistência: uma luta ativa pela destruição do poder repressivo dos capitalistas e dos mecanismos coercitivos de poder dos aparelhos governamentais do Estado.

De modo geral, as pessoas incorporaram o desejo de construção de um poder popular, como salientado por um militante sergipano e no refrão do Hino do MST:

> No MST nós lutamos pelo fim do capitalismo e defendemos a participação popular, a criação de meios permanentes de participação direta das pessoas nas decisões das várias instâncias de poder político, dando sua opinião, decidindo, fiscalizando. É preciso garantir ao povo o exercício do poder: o direito de convocar plebiscitos, referendos, consultas populares sobre temas decisivos no Brasil, como privatizações, renovações de concessões de rádio e TV. A população precisa participar de assembléias, conselhos, orçamento participativo... É, o poder popular. (SIVAL, 48, Sergipe, Acampado, Direção Estadual do MST).
>
> Vem, lutemos punho erguido / Nossa Força nos leva a edificar / Nossa Pátria livre e forte / Construída pelo poder popular. (BOGO; OLIVEIRA, 1997).

O exercício de poderes se concretiza para os(as) Sem Terra pela luta, pela oposição da força do(a) trabalhador(a) explorado à força do capital explorador; através da substituição das relações de dominação – que não é algo inerente à essência humana, mas uma condição histórico-social – pela autodeterminação individual e social. Nesse sentido, o educador pernambucano Paulo Freire assegura:

> Se os sem-terra tivessem acreditado na "morte da história", da utopia, do sonho; no desaparecimento das classes sociais, na ineficácia dos testemunhos de amor à liberdade; se tivessem acreditado que a crítica ao fatalismo neoliberal é a expressão de um "neobobismo" que nada constrói; se tivessem acreditado na despolitização da política, embutida nos discursos que falam de que o que vale hoje é "pouca conversa, menos política e só resultados", se, acreditando nos discursos oficiais, tivessem desistido das ocupações e voltado não para suas casas, mas para a negação de si mesmos, mais uma vez a reforma agrária seria arquivada (FREIRE, 2000, p. 60-61).

Uma das formas de exercício de poderes pelos(as) Sem Terra é a mudança na correlação das forças políticas em municípios onde o Movimento se encontra organizado, através da interferência da população assentada e acampada no processo eleitoral, pela mobilização popular. O MST, como constatado através das pesquisas de um sociólogo gaúcho, "em muitas regiões, tem alterado o padrão do poder político municipal, por introduzir um novo contingente de votos, com o decorrente enfraquecimento dos sistemas de dominação local." (NAVARRO, 1997, p. 116).

As contradições dessa influência do MST no processo político do País, no entanto, são apontadas por Martins (2006, p. 152):

> ao se envolver decisivamente na política partidária, juntamente com os setores da Igreja que o apóiam e perfilham, atuando em regiões que são redutos tradicionais das modalidades atuais do voto de cabresto, o MST

> interfere positivamente no processo político brasileiro. Em princípio, a ação política do MST rompe o laço que tem atado historicamente a testa dessas populações ao mourão da porteira dos caciques políticos do interior. O sentido libertador dessa interferência, porém, se perde na constituição dos currais eleitorais do PT, beneficiado por essa ação do MST. O sentido libertador de sua luta social se perde nesse novo curralismo político-partidário, desatando a cabeça dos trabalhadores de um mourão para atá-la noutro. O MST, como o PT, partidariza sem politizar e, sobretudo, sem emancipar. Em tudo, ficamos na mesma.

Para além da conquista da terra e da reforma agrária, o que essa organização popular deseja é uma transformação radical da sociedade, pela abolição da propriedade privada sobre os meios de produção, que pode ser concretizada pela construção de uma hegemonia econômica, política e cultural das classes subalternas; pelo exercício de poderes.

> Hegemonia é um modo bem específico de poder. Mas não é qualquer tipo de poder. É o poder de expressar, aprofundar, organizar e interpretar um querer coletivo. É um poder que se legitima pelo consentimento e não pela força. A Hegemonia se contrapõe, então, ao poder de mandar, decretar, punir, premiar, decretar. Quem exerce a Hegemonia é dirigente. Quem exerce a dominação é ditador ou algo da mesma ordem. Não se trata também de qualquer pequeno exercício de convencer ou obrigar. A Hegemonia é o processo de construção e afirmação de um modo de sentir, pensar, querer, agir em todas as dimensões da vida. É a construção de uma concepção de mundo pensada e exercitada. Tem, portanto, uma dimensão cultural e uma dimensão prática. (SALES, 2002, p. 16).

O MST conseguiu construir uma proposta de estrutura orgânica horizontal de poder, com valorização da organicidade política da sua base. Mas, na prática, existem desigualdades e incongruências quanto ao exercício individual de poderes pelos(as) Sem Terra. O poder, em princípio e predominantemente, emana das decisões coletivas, com responsabilidade pelos encaminhamentos das ações teóricas e práticas repartida entre todas as pessoas. Todavia, alguns dirigentes, seduzidos pelo poder, ao invés de dirigir passam a dominar, centralizando decisões e tarefas.

Diante dessa situação, Zander Navarro (2007) qualifica o MST como um movimento social que foi aos poucos se transformando em uma organização não democrática, devido ao centralismo e à hierarquização existente nas relações internas de poder:

> O MST tornou-se não democrático quando adotou, em 1986, uma estrutura centralizada e altamente hierarquizada. O apego quase militar na manutenção de uma estrutura semi-secreta, com rígido controle sobre os

> militantes e nenhum debate interno é a evidência de uma organização que despreza a democracia.

Também Rosenfield (2006, p. 260) contesta a idéia de centralismo democrático no MST e afirma que este faz "profissão de fé em que suas ações são descentralizadas, quando só são descentralizadas as execuções segundo condições locais que não deixam de seguir toda uma orientação e toda uma logística democraticamente centralizadas".

E o conjunto de normas e regras instituído pelo Movimento, principalmente em razão do protagonismo de lideranças, com elevado grau de adesão de seus integrantes ao regime de ordenamentos estabelecidos como necessários ao bom funcionamento organizacional, reduz as possibilidades de participação mais intensa das pessoas da base e da militância intermediária. As relações de poder tendem, muitas vezes, a ser centralizadas e verticalizadas, e mecanismos permanentes de vigilância são desenvolvidos para assegurar a prática da disciplina[78], embora o Movimento admita em suas produções escritas que em uma "organização social revolucionária, a prática da disciplina não pode ser uma imposição. Ela deve ser resultado da adesão voluntária e consciente do militante, que busca na sua prática o alcance de seus ideais revolucionários." (MST, 2001a, p. 221).

Aliás, nessa questão da disciplina, mais especificamente no que concerne às normas de conduta construídas para observância por parte dos integrantes do MST, diz Rosenfield (2006, p. 334, 338):

> Há todo um sistema de regras de conduta cuja infração implica determinadas posições, que expõem como as lideranças e dirigentes passam a funcionar, como se fossem um poder de Estado. Na verdade, tal como acontece nos morros controlados pelo narcotráfico, eles se colocam como policiais e juízes, impondo o seu código de conduta e fiscalizando a sua observação. É uma espécie de soberania interna. [...] Há um código de condutas que diz respeito a uma série de comportamentos. Ele contempla tanto o trajar como a sexualidade, passando por medidas relativas à ingestão de bebidas alcoólicas.

A respeito dessa consideração do filósofo, vale lembrar que orientações sobre as formas mais adequadas de comportamento existem na família, nas escolas, igrejas,

---

[78] São elementos característicos do processo disciplinar no Movimento Sem Terra: o acatamento às normas do Movimento, fidelidade aos seus projetos e objetivos, respeito pelo coletivo, unidade da organização e da ação, dedicação pessoal, prática cotidiana dos valores humanistas e socialistas que compõem a ética do MST, o cultivo da mística como forma de alimentar ideais e sonhos, a cautela com a segurança das pessoas e das ações, o cuidado para com o patrimônio físico, atitude de humildade, em contraposição à arrogância e à auto-suficiência. Os atos de indisciplina referem-se ao desrespeito em relação aos horários, desvios morais, ideológicos e de condução política, sobreposição dos interesses individuais aos interesses coletivos, desconsideração para com as decisões coletivas. Os(as) acampados(as) recentes têm dificuldade de compreensão e aceitação desses preceitos disciplinares.

empresas, órgão públicos, entre outras instituições e agências. Assim, não seriam estas normas indispensáveis ao bom funcionamento e à estabilidade das instituições e movimentos sociais e para uma melhor convivência entre as pessoas em diferentes espaços da sociedade? O que dizer da restrição que faz o MST ao uso de bebidas alcoólicas nas áreas de acampamento e assentamento?

Mas, outro risco que algumas vezes se manifesta como ato é o desvirtuamento do salutar senso comunitário, passível de ser substituído pela obediência incondicional às normas ditas superiores, cumpridas pelas pessoas em nome da coletividade como tática ou estratégia de poder.

6.4 INTERVENÇÃO NA E TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE

Das mobilizações coletivas, inicialmente por terra, mas também das diversas estratégias de organização política e dos processos de formação desenvolvidos pelo MST, as pessoas se qualificam para outras ações e passam a intervir na realidade para transformá-la. Quais seriam, então, as causas ou interesses defendidos pelo Movimento? Por que lutam os(as) Sem Terra?

Ultrapassando os limites de projetos que têm por objetivo a reforma agrária como uma política social compensatória, apenas para assegurar a sobrevivência dos pobres do campo, ou como uma política distributiva, de redistribuição da renda para retomada do crescimento do País, o MST propõe "uma reforma agrária de novo tipo", conquistada através da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras, que não se resuma apenas à distribuição de terras, mas altere as bases do modelo agrário e agrícola atual e de gestão hídrica, constituindo-se em amplo programa tanto para combate à pobreza no meio rural quanto para a efetivação de um processo de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

O Movimento Sem Terra defende, junto com outras organizações do campo (MST 2005a, 2005b, 2005c, 1995; STÉDILE, 1997, 2004), uma reforma agrária ampla, massiva, imediata e participativa, articulada a um projeto de desenvolvimento nacional, que propicie a democratização do acesso à terra; fortalecimento da agricultura familiar, com linhas de crédito acessíveis, serviços de assistência técnica qualificados e garantia de preços justos na comercialização da produção; reorganização da produção, orientada pelas necessidades da

sociedade, assegurando a soberania alimentar[79] e eliminação da fome; realização de políticas estatais que democratizem e regulem a produção e a propriedade; estímulo à cooperação agrícola, com a propriedade coletiva dos meios de produção; legalização das terras ocupadas pelos trabalhadores, o reconhecimento e demarcação das terras indígenas e a regularização das áreas remanescentes de quilombos; desapropriação da totalidade dos latifúndios, conforme a definição dada pelo Estatuto da Terra a esse tipo de propriedade rural; expropriação de todas as terras usadas para fins ilícitos.

Pleiteia um novo modelo tecnológico, tanto de gestão pública dos recursos hídricos como para produção de alimentos saudáveis, respeitando, preservando e recuperando o meio ambiente; a implantação de agroindústrias cooperativadas no interior do País, assegurando a geração de trabalho, em especial para os jovens; o desenvolvimento integral (habitação, saúde, educação, saneamento, transporte...) do campo; a implementação de uma política que assegure a todos trabalho digno, distribuição das riquezas e melhoria das condições de vida no meio rural; a produção, reprodução e controle de sementes, patrimônio do povo, pelos(as) agricultores(as); a apuração e punição dos crimes cometidos contra trabalhadores e trabalhadoras rurais, prevenção e combate à violência no campo; uma democracia popular: exercício pleno e autônomo dos direitos das pessoas e efetiva participação popular nas decisões do País, entre outras medidas.

> De forma pedagógica, o MST costuma dizer que a luta pela Reforma Agrária resume-se na derrubada de três cercas: a cerca do latifúndio, para democratizar a terra; a cerca da ignorância, para democratizar a educação, a informação e a cultura; e a cerca do capital, para democratizar a riqueza produzida em nosso país (MST, 2005b, p. 41).

Diante da política agrária do governo Lula, iniciada com um programa residual de reforma agrária, dando continuidade às ações de Fernando Henrique Cardoso, mas abandonando esse programa e passando a priorizar o agronegócio, os(as) Sem Terra (mas não apenas os integrantes do MST) lutam por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra, retomada das desapropriações de terra, latifúndios e, prioritariamente, as propriedades do capital estrangeiro e dos bancos, e criação de áreas para assentamento das famílias acampadas por todo o País.

---

[79] Poder supremo do Estado de garantir alimentação adequada, de boa qualidade e acessível a toda a população do País, durante todo o ano, com independência em relação às importações, através de políticas agrárias governamentais para produção e comercialização local e regional de produtos.

É importante observar que essa luta por desapropriação de terra – em que um bem particular passa para o poder público, mediante indenização – é relativamente contraditória. Diferentemente das Ligas Camponesas, que lutavam por uma expropriação do latifúndio – aquisição ou modificação pelo governo dos direitos de propriedade privada para fins públicos, sem compensações financeiras –, no MST e nos demais movimentos sociais populares de luta pela terra da atualidade, desapropriar supõe indenizar. Nesse sentido, Martins (2003) critica a insistência do MST e da CPT na desapropriação como meio de assegurar terras para a reforma agrária:

> É uma simplificação supor que o mecanismo da desapropriação estatiza a propriedade da terra e constitui, por isso, um passo na direção de um suposto socialismo de Estado. Até porque o governo, em seguida, repassa essa terra ao assentado, reconvertendo-a legalmente em propriedade privada, o que tem reiniciado o ciclo da concentração fundiária nos próprios assentamentos.

Em relação à política agrária recente, Stédile assume que os movimentos sociais e a esquerda brasileira iludiram-se ao idealizarem que bastava a chegada de Lula ao governo para a resolução dos problemas concernentes à questão agrária. Sobre a frustração destas expectativas, explica: "Nós do MST tínhamos esperança de que o governo Lula fosse animar as massas. Mas aí nos demos conta de que os ciclos de luta de classe não dependem do governo." No campo da Reforma Agrária, complementa

> o governo Lula não avançou em nada. Porque reforma agrária acontece quando são tomadas medidas de Estado que democratizem a propriedade da terra. Temos dados que mostram o contrário: nos últimos seis anos aumentou a concentração da propriedade agrária. O que está em curso no Brasil é uma contra-reforma. (STÉDILE, 2008, p. A17).

Essa luta de trabalhadores e trabalhadoras rurais pela conquista e posse de um pedaço de terra é muitas vezes interpretada como desejo desses sujeitos de assumirem a condição de capitalistas. Afirma Bezerra Neto (1999, p. 12 e seq.) que o MST expressa uma de suas contradições no fato de lutar por uma sociedade socialista – e conseqüentemente pela abolição da propriedade privada – mas defender e aceitar a pequena propriedade rural, ampliando e fortalecendo as relações capitalistas no campo.

A posse de um pequeno pedaço de terra, no entanto, não significa necessariamente obtenção da propriedade, pois o agricultor ou a agricultora, em geral, não

possui os meios de produção. Estão incluídos em um processo de mercantilização da economia que muitas vezes o(a) obriga a vender sua força de trabalho para além dos limites territoriais do assentamento, a fim de assegurar a sobrevivência própria e de seus familiares.

O MST também se mobiliza pelo cumprimento da Lei da Faixa de Fronteira, Lei 6.634/1979, que impede estrangeiros de serem proprietários de terra da linha divisória do Brasil com os países vizinhos até 150 km adentro do território brasileiro. Consta do Artigo 2°, inciso VI, desse texto legal que é vedada a prática dos atos referentes à "participação, a qualquer título, de estrangeiro, pessoa natural ou jurídica, em pessoa jurídica que seja titular do direito real sobre imóvel rural." (BRASIL, 1979). Daí a luta contra a alteração desse limite, proposta que tramita em forma de projeto já aprovado no Senado, mas ainda não regulamentado, o qual redefine para apenas 50 km a zona exclusiva de linha fronteiriça.

Articulando-se a outros movimentos que integram a Via Campesina, e às entidades que atuam em defesa das questões indígenas, o MST empenha-se em ações concretas de medição, demarcação e devolução imediata dos territórios indígenas, para proteção destas populações tradicionais e preservação de suas culturas milenares.

Os(as) Sem Terra lutam, ademais, pela titulação dos territórios quilombolas[80], comunidades formadas por escravos libertos que ocuparam terras devolutas ou pertencentes à Igreja e, em alguns casos, glebas herdadas de fazendeiros. Esses grupos remanescentes de escravos organizam o trabalho produtivo pelo uso coletivo da terra, pela prática da agricultura familiar e dos cultivos de subsistência, resistem à opressão e mobilizam-se para que seus direitos sejam reconhecidos. São atos de solidariedade para com estas comunidades negras, que conseguiram permanecer no campo e buscam regularização fundiária da terra de seus antepassados, sinônimo de autonomia, subsistência e liberdade, e possibilidade de preservação e disseminação das tradições culturais africanas.

Atualmente, uma das mais importantes lutas do MST e da Via Campesina é contra o agronegócio e a favor de um modelo de agricultura familiar pautado nas necessidades da população, no desenvolvimento do campo e melhoria das condições de vida de homens e mulheres do meio rural. Cabe aqui ressaltar que a imprensa, salvo exceções, relaciona agricultura familiar ao atraso e exalta as vantagens do agronegócio para a economia brasileira,

---

[80] A Constituição de 1988 assegurou aos quilombolas o direito à propriedade da terra, mas apenas com o Decreto 4887/2003 o governo regulamentou o artigo 68 – do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – acolhendo o princípio de autodefinição estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1989, considerando remanescente dos quilombos: "os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida." (BRASIL, 2004).

por sua produtividade, e pela geração de emprego e renda. Na reportagem intitulada "O Brasil da solução e o Brasil do problema", a primeira é representada pelo agronegócio; o segundo, pelo Movimento Sem Terra:

> Parece incrível, mas o MST se posiciona contra o nivelamento por cima dos dois brasis existentes no campo. O exército de João Pedro Stédile condena o atual modelo do agronegócio, que emprega, gera receitas e movimenta a economia e não demonstra nenhuma preocupação com o lucro nem com a produtividade quer (e tem conseguido) cada vez mais verbas para sustentar seu modelo duvidoso de reforma agrária. (SECCO, 2003, p. 49).

Em sentido genérico, o termo agronegócio refere-se a todas as atividades de comércio de produtos agrícolas, mas se aplica, no presente, ao modelo agrícola primário exportador, de produção e consumo monopolista, que utiliza grandes extensões de terra, alta tecnologia e pouca mão-de-obra, além do uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes transgênicas.

Na ótica do economista e professor da Faculdade de Economia Aplicada da USP, José Juliano de Carvalho Filho, a palavra agronegócio é um eufemismo para o atual modelo de desenvolvimento da agropecuária capitalista, com

> aumento da concentração fundiária; perda da biodiversidade; redução das áreas de policultura; avanço da pecuária e da cana-de-açúcar na Amazônia; poluição das águas e da atmosfera no setor sucroalcooleiro, além do agravamento da exploração da mão-de-obra; várias situações de trabalho escravo; mortes por exaustão nos canaviais paulistas; redução do emprego agrícola; aumento da morbidade; prejuízo para a segurança alimentar; degradação das condições de saúde e ineficácia das políticas públicas; desnacionalização das terras; presença do capital especulativo internacional; acirramento do conflito agrário; organização de milícias armadas a serviço de um latifúndio aliado ao capital nacional e internacional. (CARVALHO FILHO, 2008, p. B11).

Esse novo modelo agrícola tem como características principais o controle, do comércio, em especial de grãos, pelos grandes grupos transnacionais; implantação de grandes fazendas, de 5 a 10 mil hectares; agrupamento do controle da produção por alguns grupos econômicos, desnacionalização das empresas, exclusão dos pequenos agricultores do fornecimento de matérias-primas; destruição do papel do setor público agrícola, uma vez que o braço governamental do Estado brasileiro não tem mais ingerência na política agrícola,

deixando os(as) pequenos(as) agricultores(as) sob a dependência das grandes empresas; implantação de um novo modelo tecnológico, baseado na biotecnologia. Assim, o agronegócio

> apesar de gerar divisas que contribuem para o superávit comercial, tem comprometido o meio ambiente e a soberania alimentar da população brasileira, além de não gerar os empregos necessários ao país. O modo de produção do chamado agronegócio mostra-se, sobretudo, insustentável, segundo os novos padrões de sustentabilidade econômica, social e ambiental. (RUSSO, 2008).

Além disso, o agronegócio é permeado por ilegalidades e perversidades, a exemplo do trabalho escravo nas fazendas, da expropriação de trabalhadores(as) rurais, substituídos(as) pelas máquinas, do desrespeito às leis trabalhistas, grilagem de terras públicas, apropriação e uso ilegal de terras indígenas, assassinato de fiscais do Ministério do Trabalho, crimes contra trabalhadores(as) e contra o meio ambiente, formação de desertos verdes: enormes plantações de eucalipto, acácia e pinus para celulose, as quais destroem a biodiversidade, deterioram os solos, secam os rios...[81]

Por tudo isto, os(as) Sem Terra defendem uma agricultura camponesa baseada na policultura de alimentos, que origine trabalho, promova a distribuição de renda, fixe as pessoas no campo, assegure direitos sociais, como educação e saúde, e que seja uma produção para abastecimento e desenvolvimento do mercado local. Assim se expressam três pessoas entrevistadas:

> E o nosso objetivo no Movimento não é somente ganhar o chão, mas é dar continuidade ao processo de luta, fazer plantação das coisas que a gente precisa, e criar animais também, para manter uma alimentação adequada para o povo brasileiro, porque é um processo hoje muito doloroso que a gente passa nessa questão alimentícia. (JOSÉ PORFÍRIO, 46, Alagoas, Assentado, Setor de Direitos Humanos).

> E ao longo dessa luta eu aprendi também que ninguém consegue nada de braços cruzados. Ninguém. Ou você luta pelo que você quer ou você não se mantém. Não sobrevive, não conquista. E posso dizer que nessas lutas a

[81] Reconhecida em 2002 como publicação científica pelo Instituto Brasileiro de Informação e Ciência e Tecnologia (IBICT), o *Relatório de Conflitos no Campo*, publicado pela Comissão Pastoral da Terra – CPT (2006), apresenta dados coletados por intelectuais, pesquisadores e agentes da Pastoral, com análise dos conflitos gerados pela questão agrária brasileira. Estabelece a vinculação direta entre violência no campo e agronegócio e expansão da fronteira agrícola: a repressão, as agressões, prisões e mortes sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, vítimas dos poderes executivo e judiciário e das milícias armadas; o acelerado desmatamento da Amazônia e a poluição ambiental; a ampliação do número de conflitos por água; as ocorrências de desrespeito aos direitos trabalhistas, com superexploração dos trabalhadores do campo e aumento do número de casos de trabalho escravo.

> gente busca alternativas para as famílias e para o futuro. Saúde, educação, trabalho e melhores condições de vida para a juventude e para próxima geração. Então isso nos dá mais ânimo e vontade de lutar. (VALDEMAR, 31, Bahia, Assentado, Setor de Formação).
>
> Eu quero continuar trabalhando na terra. O Movimento está conseguindo uns financiamentos para a gente aumentar a nossa produção. A gente está lutando para poder ter uma indústria aqui, para aproveitar as frutas e as verduras que a gente produz na agricultura. E para ter mais trabalho, que não fique só na plantação. (JOSEFA, 38, Roraima, Assentada).

Em se tratando da questão ambiental, o MST luta contra os grandes oligopólios, que têm buscado na vida silvestre as matrizes para fabricação de seus produtos industriais medicinais, numa prática de bioprospecção ou biopirataria: retirada clandestina de elementos da fauna e da flora das florestas tropicais[82] e apropriação de conhecimentos dos povos das matas sobre as propriedades curativas das espécies retiradas principalmente pelos grandes conglomerados farmacêuticos e outras megacorporações de países centrais[83]. Os(as) Sem Terra combatem a privatização, a destruição – por derrubadas e queimadas – de florestas nativas, exigindo proteção legal do patrimônio biológico, preservação dos recursos naturais e uso sustentável da biodiversidade.

Opõem-se à propriedade privada das sementes e às plantações de transgênicos, defendendo as sementes nativas e crioulas, a difusão de práticas agroecológicas e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente e o cultivo da biodiversidade. Numa ação conjunta com lutadores(as) de organizações como o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), as Pastorais da Terra e da Juventude Rural, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), empreendem uma Jornada de Agroecologia, cujo principal objetivo é a formulação de um projeto popular agroecológico para o campo.

---

[82] Subtração furtiva ou fraudulenta de madeira, espécies de plantas, peixes, animais silvestres, insetos, primatas, serpentes, pássaros, microorganismos, sementes...

[83] Para uma análise crítica sobre os efeitos dos transgênicos, do processo de mercantilização das sementes, da apropriação pelos países centrais da biodiversidade dos países periféricos e dos conhecimentos populares, a exemplo do uso de plantas medicinais, bem como das drásticas conseqüências da Revolução Verde, como a extinção da agricultura tradicional, a agudização da fome, da violência e da degradação ambiental ocasionada pelas culturas transgênicas, ver Shiva (2001).

Nessa luta contra a privatização dos bens naturais[84], esforçam-se para reverter o processo de desestatização e mercantilização das águas, o hidronegócio, e despendem forças para a concretização de uma reforma hídrica, vez que o governo Lula está privatizando, por concessão, as denominadas áreas aqüícolas: rios, fontes, lagos, açudes, reservatórios de água doce e pontos do litoral brasileiro. Desse modo, as águas da União poderão ser exploradas pelos seus principais consumidores: o agronegócio e a indústria eletrointensiva, massivos exportadores de água e energia elétrica, esta gerada basicamente por usinas hidrelétricas.

Assim, o MST luta no sentido de assegurar a implantação de políticas públicas para proteção dos mananciais e democratização do uso da água: a água deve continuar acessível a todos os cidadãos e cidadãs, um bem comum constitucionalmente assegurado à totalidade dos(das) brasileiros(as).

Combate, além disso, o uso de agrotóxicos, a aplicação de petroquímicos para fertilização do solo e o emprego intensivo de fertilizantes químicos, insumos que contribuem nas emissões de gases geradores do aquecimento global.

Considerando as constatações de pesquisadores como o professor Tamás Szmrecsányi, do Instituto de Geociências da Unicamp, sobre os efeitos da produção de biocombustíveis – degradação do meio ambiente pela expansão das lavouras canavieiras; concentração da propriedade fundiária, pela expansão da monocultura extensiva da cana de açúcar; eliminação de pequenas e médias propriedades e da produção de alimentos, gerando grandes migrações internas e intensa destruição da biodiversidade; imposição de baixos níveis salariais e/ou péssimas condições de trabalho, por serem colheitas manuais, que pagam por produção; ocupações temporárias e sazonais, com desemprego progressivo de pessoas, pela crescente mecanização dessa cultura (SZMRECSÁNYI, 2007) – o MST defende a produção dos agrocombustíveis sob o controle dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e consolidação da soberania energética de cada região.

No âmbito da comunicação, o MST luta pela participação política ativa da classe proletária no debate e nas decisões relativas ao processo de digitalização do rádio e da TV. As organizações e os movimentos sociais populares têm realizado atos públicos, mobilizações, abaixo-assinados, audiências com o governo federal reivindicando a instituição, pelo poder público, de um sistema desprivatizado, plural e democrático de comunicações, que

[84] O MST também luta contra as privatizações do patrimônio público (empresas, bens e serviços públicos) e pela reestatização de empresas públicas, a exemplo da Companhia Vale do Rio Doce, privatizada em leilão no ano de 1997 por um preço quase trinta vezes abaixo do seu valor patrimonial.

propicie inclusão de milhões de pessoas no processo de produção e difusão de informações e conhecimentos: meios de comunicação populares, como as rádios e os canais abertos de televisão, públicos, comunitários e livres.

> Lutamos para democratizar os meios de comunicação visando à pluralidade de opiniões e o respeito e difusão das opiniões das minorias; pela criação imediata de um canal aberto de televisão pública; pela integração da TV pública brasileira ao projeto Telesul; pelo fortalecimento das rádios e TVs públicas e comunitárias; pela concessão de linhas de financiamento a projeto de criação de novas TVs, rádios, jornais e revistas de grande circulação por parte dos movimentos sociais populares quando da mudança do modelo analógico para o modelo digital brasileiro. (MST, 2007c).

Os(as) Sem Terra mobilizam-se por políticas de desenvolvimento econômico baseadas na melhoria das condições de vida de toda a população, em especial os que vivem em situação de pobreza ou postos à margem da sociedade, e por ações que promovam a valorização e o respeito à diversidade étnica e cultural.

Exigem o combate à organização de milícias privadas, disfarçadas sob a forma de empresas de segurança, que se utilizam da prática da pistolagem no ataque aos(as) trabalhadores(as) rurais. Tais empresas encobrem os mandatários das operações, despersonalizando os culpados, dificultando a punição dos crimes e garantindo a impunidade. Assim, o MST se manifesta contra qualquer forma de violência no campo e luta pela punição dos mandantes e executores de atos violentos e contra a criminalização dos movimentos sociais populares.

E defende a erradicação imediata do trabalho escravo – mantido para a reprodução ampliada do capital –, expropriação dos latifúndios que utilizam essa forma de mão-de-obra e punição dos infratores, vez que milhares de trabalhadores(as) continuam reduzidos à condição de escravos, pela inaplicação do que está disposto na legislação brasileira e nos documentos das convenções internacionais, dos quais o Brasil é signatário.

Outra ação desenvolvida pelo MST refere-se ao fortalecimento da articulação e a intervenção unitária dos movimentos sociais do campo na Via Campesina Brasil, em todos os Estados e regiões, visando à unidade das lutas do proletariado urbano e rural. Para tanto, realiza atividades voltadas para a construção de todos os mecanismos possíveis de fortalecimento da integração popular, solidária e soberana na América Latina e exercício da solidariedade internacional com os povos que sofrem agressões. Na ótica da militante Judite:

> Só com a unidade das classes sociais do campo e das cidades, da classe trabalhadora, é que será possível a construção de uma nova sociedade. Somos uma pequena parte da classe trabalhadora brasileira, então, para mudar a realidade é preciso se unificar a outras forças sociais. Se ficarmos apenas nas lutas corporativas dos movimentos sociais não vamos avançar na perspectiva de construção de um projeto voltado para a classe trabalhadora. O MST sozinho não irá alterar a correlação de forças no cenário atual. Para construir um novo projeto para o Brasil é necessário unificar as lutas. (JUDITE, 22, São Paulo, Acampada, Setor de Educação).

Outro aspecto a ser observado é aumento dos movimentos sociais do campo isolados, organizados em diversos municípios por paróquias, associações, prefeituras, partidos políticos, dissidentes do MST ou de outros movimentos de luta por terra: "A divisão também cresce no campo. A todo momento, dissidentes iniciam novos movimentos sem-terra, que usam as invasões como forma de atrair integrantes para crescer e aparecer." (ESCOSTEGUY; BAHÉ, 2004, p. 46). Nesse sentido, também assinala Martins (2006, p. 161):

> A espantosa multiplicação de organizações políticas de sem-terra – 75 já neste momento – indica uma tendência ao esvaziamento do MST, apesar de ainda conservar uma relativa força em conseqüência de seus vínculos com a Igreja e do óbvio reforço que lhe oferece o próprio governo. É o que lhe dá a ilusão do poder que nunca teve nem precisa ter para prestar um serviço histórico aos trabalhadores rurais e à sociedade brasileira.

A diversidade de movimentos sociais do campo, a meu ver, não provocou o esvaziamento do MST, que progressivamente tem ampliado sua base social, desde a gênese do Movimento. E não enfraquece a luta, no sentido de que existe articulação do Movimento com outras organizações populares e busca de unificação das lutas.

Os(as) Sem Terra também lutam contra a criminalização das reivindicações e ações populares, a fim de que seja assegurada liberdade política aos movimentos sociais, e para que estes, pela instituição de mecanismos de participação popular e pela unidade ideológica, assumam o poder de agir no sentido de transformar o modo de produção capitalista e construir um sistema político que constitua uma democracia popular participativa: gestão democrática da sociedade e soberania nacional.

A intervenção do MST na realidade, com vistas à transformação desta, encontra-se permeada por muitas contradições. A principal delas refere-se à sua autonomia. Para o sociólogo José de Souza Martins, o Movimento Sem Terra não é autônomo nem dispõe da independência peculiar aos movimentos sociais, pelo vínculo dessa organização com o

Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo compromisso histórico do proletariado rural com a Igreja Católica[85]:

> Os valores que norteiam o MST vêm desse estoque de idéias conservadoras: a propriedade da terra, o trabalho comunitário, a religião, a família, a comunidade. De fato, ele está muito longe do marxismo. E muito longe da independência: o MST até hoje não tem uma compreensão objetiva de seu lugar na história, justamente porque não tem autonomia. (MARTINS, 2005, p. 3).

Contrariamente ao posicionamento de Martins, na ótica do jornalista José Arbex Junior, o MST mantém sua independência em relação ao governo federal, cria vínculos capilares com a sociedade civil, alia-se com o conjunto de organizações populares dos trabalhadores na luta pela emancipação nacional:

> O MST, mundialmente reconhecido, respeitado e admirado, só conseguiu realizar tanto por ser autônomo em relação aos partidos políticos e a quaisquer outras instituições estranhas aos assentamentos e acampamentos que constituem a sua base e a sua vida. Não se submete, portanto, ao jogo de alianças, acordos espúrios, conveniências eleitorais, cálculos e táticas arquitetados nos gabinetes obscuros dos palácios. O MST só não é autônomo em relação ao conjunto da nação oprimida. Ao contrário: a ela, somente, subordina-se e atrela o seu destino. (ARBEX JUNIOR, 2005, p. 2).

Existe, de fato, certa influência do PT sobre parte do Movimento Sem Terra, gerando moderação nas suas ações, e até certo conformismo, pelo atrelamento ao governo Lula. O mesmo não ocorre em relação à Igreja: o MST é autônomo em relação às instituições religiosas. O que ocorre é a conservação de algumas formas adaptadas de manifestação e expressão política aprendidas com as pastorais sociais, bem como a influência das lideranças religiosas, especialmente das igrejas evangélicas, na postura dos fiéis acerca das decisões e ações políticas coletivas do Movimento, conforme exposto no quarto capítulo deste trabalho.

Há quem assegure que as relações da Igreja Católica com o MST são de amparo e cumplicidade, como expressa um crítico do Movimento: "A Igreja Católica, sua chamada ala progressista, ao continuar acobertando o delírio revolucionário do MST, está apoiando o caminho da violência em nome da salvação." (GRAZIANO, 2004, p. 270).

---

[85] Sobre as relações da Igreja Católica com o MST, diz um crítico do Movimento: "A Igreja católica, sua chamada ala progressista, ao continuar acobertando o delírio revolucionário do MST, está apoiando o caminho da violência em nome da salvação." (GRAZIANO, 2004, p. 270).

Mas o problema de maior gravidade do MST diz respeito à auto-sustentação material. Para assegurar sua autonomia política, necessita das contribuições dos(as) próprios(as) trabalhadores(as): um percentual de 2% da produção, equivalente a um dia de trabalho por ano, ou prestação de serviço voluntário, para seu custeamento. Embora contribuições análogas sejam comuns em sindicatos e partidos políticos, os meios de comunicação social veiculam informações distorcidas sobre essa situação, procurando fazer com que a população acredite na exploração financeira dos(as) Sem Terra pelo MST. O filósofo Denis Rosenfield expõe opinião similar àquela veiculada pela mídia, ao afirmar: "Ademais, o MST se coloca como intermediário dos financiamentos obtidos por esses assentados, dos quais retira uma parte, o dízimo, que lhe possibilita uma forma suplementar de recursos para dar sustentação à organização." (ROSENFIELD, 2006, p. 373).

Mas esses subsídios são insuficientes, o que ocasiona o comprometimento da autonomia do Movimento, procedente da luta constante por donativos e subvenções governamentais[86] e da dependência financeira em relação a órgãos públicos e outras organizações nacionais e internacionais.

Em resumo, a dimensão atitudinal do saber produzido pelos(as) Sem Terra incorpora a formação política, a organização de sua práxis política e produtiva, o exercício de poderes e a intervenção transformadora da realidade.

Em se tratando da formação, esta objetiva principalmente a qualificação de militantes, dirigentes, acampados(as) e assentados(as), para atuarem nas lutas do MST. Os processos organizativos referem-se às ações políticas coletivas – táticas e estratégias adotadas nas diferentes formas de luta do Movimento e atividades de produção econômica: trabalho na agricultura, criação de animais, extrativismo e agroindustrialização, práticas individuais ou cooperativadas. O exercício de poderes diz respeito principalmente ao rompimento com as formas de dominação da classe burguesa, pela internalização da desobediência, a resistência às forças antagônicas externas ao MST e à violência dos adversários e opositores. Por fim, a intervenção na realidade se materializa por meio da luta por terra, reforma agrária e por uma agricultura familiar; pela unidade das organizações da classe proletária; pela preservação e recuperação do meio ambiente e democratização do uso da água; pela criação de meios de comunicação populares; e através da luta contra a violência, o trabalho escravo, a criminalização das mobilizações e ações populares.

---

[86] "Temos, aí, a situação paradoxal de um Estado que financia e propicia formas não estatais de organização. O MST vive contra o Estado, sendo, porém, por ele financiado." (ROSENFIELD, 2006, p. 335).

Todos esses processos são permeados por grandes dificuldades e intensas contradições, estas últimas resultantes da ampla espacialização do MST, da grande quantidade e diversidade de homens e mulheres que o compõem, da ambigüidade das relações que o Movimento estabelece com o braço governamental do Estado brasileiro, das formas de consciência – ingênua ou reflexiva – desenvolvidas pelos protagonistas das lutas sociais do Movimento Sem Terra.

‘

CONCLUSÃO

Figura 19: Assentamento Palmares, PA, 2006.

Figura 20: Curva do S – Eldorado dos Carajás, 2006.

Figura 21: Reunião Coordenação Nacional, BA, 2006.

Figura 22: Marcha e Ato Público em Brasília, 2007.

Figura 23: Curso de Teorias Sociais – UERJ, 2006.

Figura 24: Escola Construindo o Caminho, PA, 2006.

Fotos: Rita Curvelo

CONCLUSÃO

> Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia. (ROSA, 2005a, p.80).
>
> A vida podia às vezes raiar numa verdade extraordinária. (ROSA, 2005b, p.49).

1. SOBRE O MST: CENÁRIOS E SUJEITOS

O Movimento Sem Terra, desde a sua constituição formal em 1984, vem protagonizando as lutas massivas da classe proletária rural por terra, reforma agrária e um projeto popular para o Brasil. Considerando a espacialização das suas lutas e a complexidade dos elementos que constituem sua identidade, pode-se afirmar que:

1.1 O MST territorializou-se por todo o País, organizando-se de forma unificada e desenvolvendo ações simultâneas nas cinco regiões brasileiras, com diferenciação nas dinâmicas de suas práxis, pela diversidade das paisagens naturais e da singularidade das tradições culturais existentes nas frações de território conquistadas, os assentamentos;

1.2 Pode ser identificado como um movimento popular de massas, e igualmente uma organização social e política dos(as) trabalhadores(as), de natureza reformista e revolucionária, tendo por finalidade o socialismo, transição para uma sociedade sem classes;

1.3 Concretiza grande quantidade e diversidade de trabalhos político-educativos, para desenvolvimento cultural das massas, educação infantil e de pessoas jovens e adultas, escolarização e formação profissional, técnica e política dos dirigentes, militantes e pessoas da sua base social, fundamentando-se em Marx e nos marxismos, em Paulo Freire e na pedagogia socialista do século XIX;

1.4 Em sua composição social, incorpora homens e mulheres provenientes de categorias diferenciadas do proletariado rural, como também sujeitos oriundos das camadas subalternas da população das áreas urbanas, pela inversão dos fluxos migratórios – das cidades para o campo – além das crianças e jovens filhos(as) e netos(as) desses trabalhadores

e trabalhadoras: pessoas com local de origem, de atuação e tempo de inserção no Movimento diversificados, como também idade, grau de escolaridade e ocupações variadas;

1.5 Os(as) Sem Terra, em sua maioria, têm algum tipo de vinculação com o campo. São migrantes que se recusaram à exploração continuada da sua força de trabalho, pequenos agricultores e agricultoras expropriados de suas terras ou assalariados(as) rurais desempregados(as), quase sempre integrantes de sindicatos ou grupos populares organizados. Seres sociais que experienciaram condições adversas de reprodução da vida material e de inserção própria ou dos descendentes em instituições e processos escolares;

1.6 A aproximação das pessoas em relação ao MST, e a adesão a ele, raramente é uma escolha pessoal: na maioria das vezes resulta da busca de satisfação das necessidades de sobrevivência. Dessa forma, ao conquistarem a terra, muitos trabalhadores e trabalhadoras transformam o assentamento em réplica da grande propriedade, reproduzindo a divisão social do trabalho característica do sistema capitalista, contrariando as propostas e orientações do Movimento, que empreende uma luta permanente para romper com a lógica do capital;

1.7 Homens e mulheres, ao ingressarem no Movimento Sem Terra, passam a desenvolver ações teóricas e práticas, em indissolúvel unidade, materialmente objetivadas pelo trabalho humano, no sentido da transformação da natureza e autotransformação: práxis produtiva, artística, científica e social, esta última, no sentido restrito, práxis política. São formas concretas e específicas de práxis, mas que configuram a práxis em sua totalidade, pela qual as pessoas humanizam os objetos e a si próprias.

2 PRÁXIS POLÍTICA E PRODUÇÃO DE SABERES NO MST

Constata-se nas lutas sociais do MST a produção de uma grande quantidade e diversidade de saberes que têm na práxis política dos(as) Sem Terra a sua principal fonte. Mas os aprendizados construídos são aprofundados, e outros erigidos, nos cursos de formação política para militantes e dirigentes; na educação escolarizada; no desempenho de atividades em diferentes setores do Movimento, inclusive com mudanças em relação ao espaço geográfico de atuação. As viagens, no País e para o exterior, a apreensão das experiências dos(as) companheiros(as) e as relações interpessoais, vivenciadas nas comunidades ou em ambientes coletivos são, do mesmo modo, situações geradoras de saberes e de sabedoria.

2.1 O CONHECIMENTO

A dimensão cognitiva do saber produzido pelos(as) Sem Terra engloba processos gnosiológicos pelos quais esses sujeitos organizam um sistema de conhecimentos, inicialmente sob formas rudimentares, acríticas e assistemáticas, o senso-comum, e também verdades indiscutíveis reveladas pela fé religiosa. A superação ou reelaboração desses tipos de conhecimento se processam por meio da pedagogia inerente às lutas, atividades de formação política, práticas escolares e mediação dos intelectuais organicamente vinculados ao Movimento Sem Terra. As pessoas, então, passam a apurar sua autoconsciência e a construir uma concepção de mundo própria, além da autonomia necessária à participação ativa, crítica e criativa na produção da história pessoal e da história da sociedade:

2.1.1 Os(as) trabalhadores(as) do MST concretizam uma práxis política, entrelaçada com outras formas fundamentais de práxis, adquirindo conhecimentos teóricos e práticos que possibilitam a resolução de problemas cotidianos, individuais e coletivos, e a reflexão sobre as possibilidades de articulação da classe trabalhadora para a superação do sistema capitalista e construção de uma nova ordem social;

2.1.2 Os(as) Sem Terra, devido à inter-relação entre o saber adquirido na prática e o aprendizado construído pela participação em atividades de educação formal ou informal aprofundam as linguagens que já dominam e desenvolvem novos processos de expressão oral e escrita, incorporando aos usos lingüísticos coloquiais e regionais formas mais aproximadas da norma padrão da língua portuguesa. Tais aquisições propiciam aos indivíduos tanto a elaboração de uma argumentação discursiva que potencializa as probabilidades de convencimento das pessoas sobre os princípios, propostas e ações do MST quanto mudanças psico-intelectuais, além de ampliar as possibilidades de representação simbólica da realidade. A ação política das pessoas jovens e adultas do MST concorre para o desenvolvimento da cognição, em seus aspectos relacionados à abstração, compreensão, análise, síntese, aplicação de conhecimentos e para a expansão dos processos de letramento;

2.1.3 A aquisição de conhecimentos contribui para a apropriação ou refinamento de conceitos espontâneos, que gradualmente evoluem para conceitos mais complexos e ordenados. E, numa visão prospectiva, os(as) Sem Terra demonstram capacidade de refinamento conceitual, mediante experiências compartilhadas com os(as) mediadores(as) na dinâmica das interações das pessoas jovens e adultas entre si, com outras pessoas e com os objetos de conhecimento;

2.1.4 A aquisição de aprendizagens gera o aprofundamento da capacidade de compreensão e, por conseguinte, de decifração do mundo e de elevação da consciência a patamares mais críticos. Os(as) Sem Terra conhecem e compreendem melhor a si mesmos através de suas ações, e desenvolvem funções intelectivas que lhes possibilitam especular, interrogar, descobrir, generalizar, teorizar e pensar formas alternativas de mudanças conjunturais e estruturais, necessárias à transformação dos seres sociais e da sociedade;

2.1.5 Os(as) trabalhadores(as) do MST assimilam, também, um conjunto de convenções simbólicas, representações ou costumes da cultura das classes populares, opondo-se à comunicação de produtos culturais em consonância com a ideologia da classe dominante. Assim, a produção cultural do MST assume o significado de ações forjadoras de identidades regionais e nacional, associadas à resistência contra a dominação burguesa. A tentativa de minimizar a influência desses mecanismos culturalmente homogeneizados é concretizada pela vivência, nos diferentes espaços do Movimento, de manifestações da práxis artística proletária, embora no contexto dos assentamentos e acampamentos ainda sejam disseminadas formas massificadas de arte e apreendidos componentes da chamada indústria cultural;

2.1.6 Existem contradições na apropriação de conhecimentos teóricos e práticos, referentes: às dificuldades e limitações na construção de processos de intelecção; às apreensões reducionistas, simplificadas e insuficientemente fundamentadas dos conteúdos das ciências sociais; às dificuldades de codificação das idéias na forma de linguagem escrita, além da persistência de pensamentos que expressam afirmações dogmáticas;

2.1.7 As ações no MST são oportunidades para configuração de diferentes processos de consciência, pela unidade da teoria e da prática. Os protagonistas das lutas coletivas adquirem conhecimentos que lhes possibilitam a consciência de sua situação de classe e da necessidade de converter os aprendizados em atos, para transformação da realidade. Mas nem sempre o sujeito transcende de uma consciência espontânea a uma consciência reflexiva, ou o faz de forma oscilante e fracionada, pelas dificuldades na apreensão da realidade em suas relações causais e circunstanciais. E a consciência reflexiva da práxis, em especial para os(as) trabalhadores(as) rurais, é ainda embrionária.

2.2 A AFETIVIDADE

Na dimensão afetiva do saber, predominam duas situações assumidas pelos(as) Sem Terra: organização e adoção de valores morais e estéticos e conquista da libertação,

destacando-se, ainda, alterações nas suas autopercepções, e conseqüente recuperação e elevação da auto-estima, além da vivência de novas formas de relação interpessoal e social:

2.2.1 A participação dos(as) Sem Terra nas ações do Movimento propicia a aquisição e/ou consolidação de uma diversidade de valores morais, destacando-se a Vida, a Solidariedade, o Coletivismo, a Coragem, a Esperança, a Liberdade, a Dignidade, a Justiça;

2.2.2 A Solidariedade, enquanto cooperação intencional, voluntária e desinteressada, é praticada por pessoas motivadas pelo altruísmo, objetivando promover o bem-estar da coletividade. Esse valor manifesta-se sob a forma de sentimentos de lealdade, generosidade e preocupação com a segurança dos outros. Os atos solidários são instigados pelas práticas cotidianas reforçadoras de relações sociais baseadas na dependência recíproca, mas também pelas orientações contidas nos textos escritos e na comunicação oral do MST, que encoraja a valorização do companheirismo, da comunhão e da partilha;

2.2.3 Existem, por outro lado, sujeitos que apresentam condutas personalistas, especialmente após a conquista da terra, quando um número significativo de famílias opta pelas formas tradicionais de produção, resistindo em tomar parte na organização coletiva dos processos produtivos. De modo geral, o princípio do coletivismo prevalece sobre o do individualismo, com a subordinação dos interesses pessoais aos interesses comunitários, mas, em algumas situações, as prioridades individuais preponderam sobre as grupais, levando as pessoas a dedicarem-se predominantemente a si próprias ou à sua família. Individualidade e coletividade são condições que muitas vezes coexistem e relacionam-se mutuamente: os sujeitos tendem a priorizar valores pessoais ou valores sociais em conformidade com circunstâncias específicas, definidoras da forma mais adequada de conduta;

2.2.4 A Coragem é outro valor moral adquirido pelos(as) Sem Terra. É um ato singular que se ativa na práxis coletiva, relacionado à força que têm as pessoas para suportar os sofrimentos, perdas, derrotas, injustiças e aos seus desejos de resistir, lutar por justiça, preservar a vida, mudar as condições existenciais da classe trabalhadora. Em contrapartida, homens e mulheres sentem medo diante das ameaças externas que incidem sobre o Movimento, pelos conflitos e confrontos nos quais constantemente se envolvem e que os expõem a situações perigosas, causadoras de lesões físicas, danos psicológicos ou morais e mesmo privação da liberdade ou da vida. Existem também os temores no âmbito subjetivo, relacionados ao receio de fracassarem, de exporem suas fragilidades e insuficiências;

2.2.5 A Esperança é também um valor posto em prática pelos(as) Sem Terra: o ato de esperar, que não é uma espera passiva, e a confiança na consecução daquilo que é almejado, na superação de uma realidade objetiva insatisfatória. Essas pessoas partilham da

convicção de que, com suas intervenções no mundo, podem construir uma vida melhor, mais justa, livre e solidária; podem concretizar o sonho de que os seres humanos do tempo presente e das gerações futuras vivam em uma sociedade socialista. Existem, ainda, situações singulares que traduzem a Esperança de uma fração do proletariado rural integrante do MST: as expectativas das pessoas que professam diferentes credos religiosos, de alcançarem uma vida feliz, terrena ou celestial, conforme a vontade de Deus ou de outras divindades. Há, igualmente, pessoas desesperançadas, porque não entrevêem meios para a resolução dos seus problemas, tendendo à passividade e à apatia ou desistindo da luta, além daqueles(as) inseguros quanto às condições futuras de vida, incerteza que resulta igualmente em desânimo e na recusa da participação nas práticas políticas coletivas;

2.2.6 A tendência que as pessoas do MST apresentam no sentido da prática de ações moralmente válidas possui um componente individual, mas sua moralização – apropriação e cultivo de determinadas virtudes morais – resulta do contexto social concreto em que vivem e dos incentivos ou controles existentes nessa organização social;

2.2.7 Nas comunidades rurais e outras instâncias do MST, quando se trata dos valores estéticos, as pessoas aspiram à Beleza e à realização desta, estimulados pelos materiais escritos e fala de suas lideranças. Assim, os integrantes do MST buscam cultivar o Belo na natureza, nas suas comunidades rurais, na aparência física pessoal, atividades artesanais, produção agropecuária e agroindustrial e construções arquitetônicas. Em alguns assentamentos, no entanto, belas paisagens são modificadas pelo desmatamento, aplicação de agrotóxicos, queima da vegetação nativa, despejo do lixo no solo. Essas práticas nocivas ao meio ambiente ocorrem em razão da satisfação imediata das necessidades de sobrevivência, mas principalmente pela falta de uma consciência ecológica. A fealdade que se torna mais evidente, no entanto, relaciona-se à precariedade das condições da vida humana, expressa na situação de indigência de muitos acampados e acampadas;

2.2.8 Ao participarem das ações coletivas do Movimento, os(as) Sem Terra, passam a atuar como indivíduos autônomos, movimentando-se livremente, exercendo domínio sobre a natureza, suas próprias escolhas, suas vontades. Quando compreendem que as condições da existência humana não se determinam casualmente, mas condicionam-se pela configuração de uma sociedade segmentada em classes sociais antagônicas, sentem-se livres para perpetrar escolhas, mesmo sujeitando-se a normas, porque estas não são impostas arbitrariamente, mas organizadas por meio de decisões consensuais do grupo de pertença. As pessoas do MST, através de sua práxis, transformam as circunstâncias materiais de suas existências, se autoproduzem e se libertam. Essa libertação, todavia, não é absoluta, porquanto

suas possibilidades de agir são histórica e socialmente condicionadas, havendo, dessa forma, condicionantes no grau de liberdade ou na livre vontade humana;

2.2.9 A auto-imagem negativa construída na vida pregressa dos(as) trabalhadores(as) é alterada, transformação ocorrida pela assunção do protagonismo nas lutas do MST e conseqüente intensificação de sentimentos de auto-respeito, autoconfiança, adequação, dignidade. Ao produzirem saberes, mudando suas concepções de mundo e perspectivas de vida, os(as) trabalhadores(as) recuperam e elevam sua auto-estima. Existem, no entanto, diferenças na maneira como percebem a si mesmos: debilidades quanto à autoconfiança, insegurança relativa às suas capacidades em tomar decisões, medo de não atenderem às expectativas dos dirigentes do MST ou fracassarem no cumprimento de tarefas, sentimento de inferioridade. Este último é mais comum entre mulheres, pessoas que se dedicam apenas às atividades produtivas e sujeitos com baixos graus de escolaridade, os quais se esforçam para superarem suas insuficiências e para salvaguardarem suas individualidades;

2.2.10 Existe uma incorporação massiva das mulheres nas lutas do MST, com mobilização coletiva feminina contra o machismo, por igualdade de participação nas distintas esferas de poder e pelas mudanças nas atitudes dos homens para com as companheiras, apesar da persistência destes em conservar o poder político que historicamente têm exercido em quase todas as instâncias do Movimento. As mulheres vêm acumulando forças para resolução das contradições de gênero, buscando romper com a mentalidade tradicional que as têm colocado como coadjuvantes da práxis masculina. Mudam, aos poucos, a forma de educar os filhos, inclusive pelo ensino de afazeres domésticos aos meninos, e ampliam suas possibilidades de participação política pela inserção nas práticas educativas formais propiciadas pelo MST e conseqüente ampliação do conhecimento e da escolaridade. Por outro lado, nas atividades das mulheres em comunidades rurais, e mesmo nos setores da Organização, existem segregações de gênero: o trabalho feminino é freqüentemente considerado como subsidiário e complementar ao dos homens; nas negociações e decisões políticas as mulheres muitas vezes permanecem como espectadoras; são vulneráveis à violência simbólica sexista, ao abuso sexual, psicológico, à negligência e ao abandono. A despeito da maciça presença das trabalhadoras rurais na luta pela reforma agrária, o cadastramento destas como beneficiárias de parcelas da terra, a obtenção do título de propriedade do lote ou o acesso aos créditos agrícolas ainda são restritos, o que produz uma distribuição desigual de poder, reduzindo as possibilidades de participação feminina;

2.2.11 No âmbito familiar, as relações interpessoais não se diferenciam significativamente do que vem ocorrendo na sociedade em geral. Mas o sistema de poder

familiar tem se modificado, com maior liberdade de ação para as mulheres e ampliação da parceria com os maridos nas práxis política e produtiva, embora para elas existam dificuldades de conciliação da vida pessoal com a militância nas lutas sociais. Quanto aos homens, sentem-se em melhores condições de assumir novos modos de ser e de agir no seio da família, fortalecendo os laços afetivos com suas mulheres e descendentes. De modo geral, aprendem a partilhar com as companheiras a responsabilidade financeira referente às despesas do orçamento doméstico, incorporando a redefinição do sexo feminino em relação ao patriarcalismo. Mas a forma de organização das famílias do campo e a tradição patriarcal ainda dominante na cultura rural reduzem o poder de participação: a luta separa-se da vida íntima, vez que muitos pais de família desenvolvem ações organizativas, mas, às vezes, impedem a participação de suas esposas e filhos(as). Por outro lado, no imaginário de muitas mulheres, cabe exclusivamente ao homem o envolvimento em atividades políticas;

2.2.12 As relações entre os seguidores da grande variedade de religiões e de expressões da religiosidade variam da aceitação das diferenças, na pluralidade de crenças e práticas cristãs e não-cristãs, à intolerância de algumas pessoas para com os sujeitos que não compartilham das mesmas convicções. O MST cria espaços coletivos ecumênicos, tendo em vista as relações respeitosas e tolerantes entre pessoas de diversas religiões, mas os cristãos, especialmente os evangélicos, rejeitam o candomblé, a umbanda e o espiritismo e não toleram o ateísmo, provocando conflitos entre os grupos religiosos. E quase sempre os partidários dessas religiões são suscetíveis a desconsiderar as orientações sobre as práticas políticas do Movimento, pelo poder exercido por seus líderes religiosos, renunciando à luta. Os cristãos católicos, por sua vez, especialmente aqueles influenciados pela Teologia da Libertação, aglutinam forças junto a pessoas que professam outros credos não cristãos para fortalecimento das lutas pela transformação social e emancipação da classe proletária.

Em suma, é possível dizer que, na esfera das relações interindividuais e sociais, os(as) Sem Terra priorizam o diálogo, a compreensão, a tolerância, a união, o respeito mútuo, a ação coletiva e solidária na resolução dos problemas, tomada de decisões, exercício de tarefas. O MST age no sentido de reforçar a sociabilidade e a coesão grupal, promovendo a democratização das interações pessoais e dos processos internos, embora ainda persistam as relações hierarquizadas e a centralização do poder, pelo controle social e domínio dos dirigentes sobre a militância e destes sobre a base social.

2.3 O DESEJO

No que concerne ao querer dos(as) Sem Terra, destacam-se a aspiração que têm esses sujeitos de satisfazer suas necessidades materiais, a concepção e planejamento de projetos de vida, o desejo de felicidade, as expectativas de realização pessoal:

2.3.1 As pessoas buscam no MST uma alternativa para restabelecimento do vínculo com a terra, expectativa reforçada pelo discurso persuasivo dos(as) militantes que reúnem proletários(as) empobrecidos ou desempregados. Por isso, inicialmente, a adesão ao Movimento é exclusivamente econômica, apenas reivindicatória: corresponde às aspirações imediatas de frações da classe proletária, embora existam também aquelas respeitantes aos seus interesses de longo prazo. Mas, nem sempre as pessoas conseguem concretizar o desejo de satisfação das necessidades materiais, porque o acesso aos bens indispensáveis à reprodução da vida é limitado ou impedido, persistindo as condições de pobreza, as dificuldades cotidianas e, muitas vezes, escassas perspectivas futuras. Em conseqüência de perdas aparentemente irreversíveis, das dificuldades enfrentadas na vida cotidiana ou da ausência de probabilidades de êxito, há sujeitos que costumam abandonar o Movimento;

2.3.2 Após conquistarem a terra e disporem, portanto, das condições necessárias à materialização de ideais e objetivos em relação ao trabalho, à família e à educação, as pessoas delineiam os modos pelos quais serão organizados os processos produtivos, para melhorar as condições de vida próprias e da família. Esta, aliás, ocupa uma posição de centralidade quando se trata de projetar formas imediatas ou prospectivas de satisfação das necessidades materiais ou simbólicas das pessoas e grupos. São projetadas metas relacionadas à escolarização, porque os(as) trabalhadores(as) almejam a ascensão econômica e social. Mas algumas pessoas pertencentes à base do Movimento, quando se deparam com as dificuldades cotidianas experimentam o sentimento de frustração e se tornam apáticos ou improdutivos. Outras consideram as dificuldades como elementos de aprendizagem, construindo assim novas formas de realizar os sonhos planificados;

2.3.3 Os(as) Sem Terra elaboram, além disso, o desejo de felicidade, esta relacionada às condições sociais, notadamente à satisfação de necessidades materiais: aquisição de bens de uso e consumo e utilização de serviços. As aspirações nesse sentido expandem-se na medida em que aumentam os rendimentos obtidos através do trabalho. A Felicidade relaciona-se, igualmente, à educação a que os(as) trabalhadores(as) têm acesso: as pessoas dizem ser mais felizes quando sua condição de escolaridade é mais elevada. Duas outras circunstâncias dizem respeito ao desejo de ser feliz dos integrantes do MST: o mundo

de felicidade a ser alcançado no paraíso celestial, na expectativa de adeptos(as) e praticantes de religiões cristãs, e o mundo preconizado por dirigentes e pela militância do Movimento, a sociedade socialista. Mas a convicção de que a história humana já está determinada ou a prolongada espera pela concretização dos seus ideais induz muitas pessoas ao desânimo, à desistência da luta, ainda que para outras pessoas a fé religiosa e a esperança utópica sejam fontes da coragem necessária ao prosseguimento de suas práxis;

2.3.4 A motivação de realização impulsiona os(as) Sem Terra à busca do êxito em suas ações; ao aperfeiçoamento de habilidades e à consecução de talentos e tendências criadoras; ao alcance de metas e à auto-superação; à satisfação de necessidades de crescimento e de individuação. As pessoas no MST são também orientadas por necessidades de ascensão social e educacional, sucesso profissional, reconhecimento, bem como pelo melhoramento das condições de vida. Existem, contudo, aqueles(as) que não apresentam tendências à realização pessoal, ou têm graus mais baixos do motivo de realização, especialmente os(as) assentados(as), pelas experiências negativas pregressas, pela introjeção de estigmas, por ignorarem suas potencialidades ou temerem riscos. A ideologia difundida por algumas religiões ou pela classe dominante inculca nesses seres sociais representações negativas sobre as classes subalternas, a condição feminina, as situações de baixa escolaridade, a pertença a determinadas etnias, grupos etários ou espaços geográficos.

De modo geral, O MST forma um querer coletivo profundo, que se sobrepõe às aspirações individuais. Essa vontade coletiva é construída através das lutas, das atividades teóricas e práticas materializadas pelos(as) Sem Terra e da resistência, a qual se concretiza no exercício de poderes por estes sujeitos e nas suas intervenções sobre a realidade.

2.4. A AÇÃO

A dimensão atitudinal do saber produzido pelos(as) Sem Terra em sua práxis política manifesta-se em quatro ações distintas: a formação política, a construção de processos de organização política e de organização da produção, o exercício de poderes e resistência e a intervenção na e transformação da realidade.

2.4.1 A formação política é uma prática permanente e sistemática de educação dos militantes, dirigentes e base social do MST. Está atualmente organizada para a massa, a base e a direção do MST, por meio do ensino de matérias predominantemente no âmbito das ciências sociais, objetivando a construção de saberes que são aprofundados na medida em que

os sujeitos participam das diferentes formas de luta do Movimento. Através do processo de formação política, os(as) Sem Terra, notadamente as pessoas que fazem parte da militância, constroem e sedimentam conhecimentos teóricos, atributos e qualidades, que fundamentam a utopia de construção de uma sociedade socialista. As práticas de formação, no entanto, às vezes são contraditórias e permeadas por muitas lacunas e dificuldades: a ênfase sobre os aspectos cognitivos, desarticulados das dimensões afetiva, volitiva; a visão restrita em relação à totalidade do MST; a insuficiência de apropriação de elementos teóricos imprescindíveis à reflexão crítica; o estudo fragmentário dos conhecimentos teóricos e a dificuldade de transição da teoria à prática; ausência de seqüenciarão dos cursos, com segmentação da proposta pedagógica; dificuldades de compreensão, análise e síntese por parte de militantes com processos precários de educação anteriores ou pouca escolarização; o desconhecimento das necessidades de aprendizagem dos(as) estudantes; a desmotivação de muitas pessoas da base para a participação nesse tipo de atividade e o desafio, ainda não superado, de vincular processos de formação aos processos de escolarização dos(as) Sem Terra;

2.4.2 Na organização política do MST pode-se afirmar que suas ações coletivas são convertidas em espaço de organização e de formação política dos homens e mulheres que compõem o Movimento. Os acampamentos representam as formas de luta que mobilizam o maior número de pessoas. Tais comunidades são espaços de produção de saberes, em todas as suas dimensões. Quando assentadas, as pessoas continuam lutando pela resolução da questão agrária no País, pela conquista dos meios de trabalho e pela implantação, posteriormente, de um modelo de sociedade baseado na apropriação coletiva dos meios de produção. As ocupações, a vida nos assentamentos, assim como outros tipos de práxis política das quais as pessoas participam são, também, potencialmente educativas;

2.4.3 Para democratização do poder, militantes e dirigentes do MST alternam-se em cargos e funções, com renovação constante dos(as) coordenadores(as) de setores e atividades. Tal revezamento promove o aprendizado de múltiplas tarefas, o conhecimento e a compreensão sobre a totalidade do Movimento, o desenvolvimento da criatividade e da autoconfiança, a capacitação de lideranças, a capacidade solucionar problemas, tomar iniciativas, formular propostas, relacionar-se com as pessoas. Por meio dessa alternância, as pessoas aprendem também a compartilhar conhecimentos e experiências. Há, no entanto, dificuldade em concretizar essa rotatividade, pela insuficiência de escolaridade, idade avançada, envolvimento no trabalho produtivo, responsabilidades familiares e reduzido número de militantes devidamente qualificados para serviços mais especializados;

2.4.4 Os(as) Sem Terra conquistaram avanços político-organizativos, como acesso à terra por um número expressivo de famílias pobres, melhoramento das condições materiais dos(as) assentados(as), dinamização da economia de pequenos municípios, democratização das relações de poder político municipal, continuidade das lutas por reforma agrária, elevação do nível de escolarização. Mas têm enfrentado numerosos desafios: falta de compreensão teórica sobre sua prática política, dificuldades de comunicação e de inclusão das pessoas da base social nas lutas, limitações na formação de alianças com outras organizações do proletariado rural e urbano, susceptibilidade de alguns militantes e dirigentes à cooptação de partidos políticos, governantes, empresas do agronegócio, em completo desacordo com a ideologia e as propostas do MST;

2.4.5 Em se tratando da organização da produção, os(as) trabalhadores(as) rurais Sem Terra desenvolvem atividades econômicas relacionadas à agricultura familiar, à criação de animais e ao extrativismo. Também beneficiam, conservam e armazenam alimentos através da agroindustrialização. E vêm concretizando uma conquista econômica, política e organizativa, que são as atividades de cooperação agrícola, as quais contribuem para o aumento da produtividade, propriedade coletiva da terra e dos meios de produção e práticas coletivistas de trabalho. Esse tipo de cooperação propicia, além da racionalização da produção, a aquisição de conhecimentos e a adoção de novos valores. Por outro lado, muitas pessoas resistem em aceitar as propostas de associativismo e cooperativismo, porque sempre desenvolveram práticas individuais de produção;

2.4.6 Outro aspecto da dimensão práxica do saber dos(as) Sem Terra é a resistência, que incorpora tanto o exercício de poderes quanto as lutas para transformação da realidade. Sobre as relações de poder, as pessoas do MST, pela participação nas lutas e nas atividades de formação política do Movimento, aprendem a diferenciar as formas de dominação (e subordinação) econômica, social, política e simbólica e passam a desafiar o poder através da ação: atos de desobediência, de luta ativa pela destruição do poder repressivo da classe dominante e dos mecanismos coercitivos dos aparelhos governamentais do Estado. De modo geral, as pessoas elaboram o desejo de construção de um poder popular, pela oposição à força exploradora do capital, pela autodeterminação individual e mobilização das massas: o exercício de poderes para a construção de uma hegemonia econômica, política e cultural da classe proletária. No âmbito interno, o MST propôs uma estrutura orgânica horizontal de poder, que em princípio decorre das decisões coletivas. Mas, no cotidiano, alguns dirigentes, atraídos pelo poder, exercem a dominação ao invés da direção, centralizando e verticalizando a estrutura organizacional do Movimento. Mas esses

mecanismos não seriam necessários ao bom funcionamento da organização interna de um movimento amplo e complexo como é o MST? A descentralização do poder e a inexistência de processos disciplinares não poderiam debilitar suas lutas?

2.4.7 A intervenção dos atores sociais do MST na realidade, para transformação desta, resultam da qualificação que as pessoas adquirem em suas práxis e na educação política do Movimento. Assim, esses sujeitos têm interesses que desejam ver afirmados e muitas situações contra as quais permanentemente lutam. Nessas atividades práticas os(as) Sem Terra sedimentam os aprendizados teóricos já adquiridos e constroem novos conhecimentos, agudizam suas percepções e ampliam as possibilidades de desvelamento e explicação do mundo, desenvolvem a afetividade, afirmam vontades e assumem o papel de agentes históricos transformadores da realidade. Pode-se dizer que as lutas sociais do MST contribuem para a transformação do senso comum em bom senso (sabedoria). É uma pedagogia da construção da hegemonia, resultante de práticas sociais que têm formado pessoas para o aperfeiçoamento e a superação do modelo vigente de sociedade, nesse caso específico, pela utilização de métodos de convencimento. O que falta ao Movimento Sem Terra é a apresentação explícita de objetivos político-educativos para suas diferentes formas de luta, uma vez que, nos documentos publicados para orientar a ação dos seus lutadores e lutadoras, objetivos dessa natureza não estão claramente definidos. A práxis política dos integrantes do MST assume, portanto, o significado de ação prática dimensionada pelo intento de humanização e de emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que integram a classe proletária rural e urbana: uma práxis que objetiva a transformação dos sujeitos, da sociedade e das relações sociais pela ação humana. A libertação humana, contudo, só será possível quando os seres sociais mantiverem uma relação respeitosa com a natureza, controle democrático de produção e a sua própria condição de humanidade. A emancipação das relações de dependência pessoal, a igualdade jurídica sem a igualdade econômica e social torna irrealizável a emancipação humana. Esta apenas se concretizará com a substituição do modo capitalista de produção e o completo desaparecimento dos antagonismos de classe;

2.4.8 A luta dos(as) Sem Terra, em alguns aspectos, apresenta-se como práxis política contraditória: a insistência no mecanismo de desapropriação como forma de assegurar terra para a reforma agrária; o desejo que têm algumas pessoas de disporem da propriedade privada da terra, contrariando as orientações do MST, que luta contra as relações sociais de produção capitalistas; as dificuldades de elevação dos processos de consciência dos(as) assentados(as); os problemas na construção da unidade entre as organizações da classe trabalhadora. E a mais profunda de suas contradições: a independência característica dos

movimentos sociais em contraposição ao atrelamento do MST ao Partido dos Trabalhadores, à dependência em relação a subvenções do governo federal, à necessidade de obter donativos de organizações internacionais, situações que comprometem a autonomia política do Movimento.

3. O PROCESSO DE PESQUISA: CONSTATAÇÕES E PISTAS INCIDENTAIS

Em relação ao processo de pesquisa, cujos resultados foram aqui sumarizados, cabe ressaltar que a interlocução com uma grande diversidade de tipos humanos; a observação participante em espaços de vivência e de trabalho nas comunidades rurais e nos outros espaços produtivos e políticos do MST; e a análise da produção documental, especialmente os textos escritos sobre o Movimento me possibilitou a concretização de uma investigação em uma perspectiva pluridimensional. A multiplicidade de sujeitos, cenários e informações obtidas através das fontes documentais contribuiu para a atribuição de sentido à realidade investigada, na perspectiva da análise sobre a produção de saberes e de sabedoria pelos(as) Sem Terra em sua práxis política, consorciada às outras formas fundamentais de práxis.

3.1 O motivo principal para a definição desse percurso metodológico, considerando o MST numa dimensão de totalidade, resultou da constatação de que as investigações acadêmicas sobre o Movimento são desenvolvidas quase sempre em espaços e atividades localizados de vivência e de atuação dos(as) Sem Terra: assentamentos, cursos, acampamentos, escolas, notadamente na forma de estudos de caso, com interpretações por vezes parciais, idealizadas e pouco aprofundadas da realidade dessa organização popular. Os exemplos de pesquisas que analisam o MST em uma dimensão nacional são escassos. Os trabalhos mais relevantes nesse sentido são produzidos por pesquisadores(as) militantes do Movimento, como as teses de doutoramento de Fernandes (1999) e Caldart (2000), sobre a história e as pedagogias do MST, respectivamente. Ainda assim, são produções com base em fontes principalmente documentais;

3.2 Não há registro de outros estudos circunscritos ao conjunto do Movimento, em termos espaciais e temáticos. Existem pesquisas empíricas relevantes abrangendo movimentos sociais do campo de todo o País, tratando dos impactos dos assentamentos rurais (LEITE, 2004), relações de gênero (RUA; ABRAMOVAY, 2000), conflitos no campo (CPT, 2006), mas esses trabalhos incorporam movimentos e organizações populares diversos e, pela homogeneização dos resultados, não nos é possível identificar que aspectos analíticos dizem respeito especificamente ao MST;

3.3 É necessário, portanto, uma ampliação socioespacial das pesquisas sobre o Movimento Sem Terra: sem desconsiderar os estudos localizados, buscar formas de realização de investigações que abranjam todas as regiões nas quais este se encontra territorializado. Isto deve ser feito de forma coletiva, pelo intercâmbio entre pesquisadores(as) do MST existentes em universidades de todo o País, devido principalmente aos elevados custos de estudos dessa natureza. Mas, também, em razão da dificuldade em percorrer as comunidades dos(as) assentados(as) e acampados(as), por causa da ampla disposição espacial dessas frações de território e complicações existentes quanto ao acesso às áreas de assentamento e acampamento, pela inexistência ou precariedade das estradas ou insuficiência de meios de transporte. Outrossim, procedimentos e instrumentos metodológicos diversificados, em especial a observação participante, aplicação de questionários e realização de entrevistas são difíceis e complicados de serem concretizados enquanto exercício solitário de pesquisa;

3.4 Para o(a) pesquisador(a) individual, um imenso desafio se apresenta: encontrar formas adequadas de restituição sistemática dos conhecimentos teóricos e práticos produzidos, numa linguagem acessível tanto para os dirigentes e a militância quanto para as pessoas da base do Movimento, assegurando um amplo processo de socialização do saber. Convém lembrar um ponto exposto na Introdução desta tese: as pessoas por mim entrevistadas reclamam do retorno numericamente baixo dos resultados das pesquisas que têm o MST como objeto e das limitadas contribuições – para a organização e para os sujeitos implicados nos processos investigativos – dos estudos desenvolvidos. Assim, as pesquisas precisam ser remetidas para o público pesquisado, não apenas pelo material impresso, para que as pessoas possam ler, mas por meio de um diálogo entre pesquisadores(as) e pesquisados(as) sobre os resultados do seu trabalho, ou através de produções videográficas;

3.5 A propósito da necessidade de outros estudos, dois pontos se apresentam como conteúdos propícios à reflexão, alusivos às metodologias e temas para a realização de investigações tendo como referencial empírico o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: as modalidades de pesquisa e as problemáticas que podem ser efetivamente profícuas para apurar o pensar, sentir, querer e agir dos(as) Sem Terra. Nessa perspectiva, constatei em primeiro lugar, que assentados(as), acampados(as), militantes e dirigentes do MST têm interesse em indicar as prioridades das suas demandas coletivas. Portanto, o(a) pesquisador(a) não deve decidir sozinho as temáticas ou objetos a serem investigados, mas consultar essa organização popular a respeito dos problemas que deseja ver esclarecidos. Mesmo porque, o Movimento já foi amplamente estudado, inclusive sobre assuntos recorrentes, como história de sua gênese e evolução de suas lutas. Segundo, os integrantes das coletividades pesquisadas

devem ser envolvidos na investigação, por meio de um processo de discussão coletiva, intercâmbio de experiências e saberes entre o(a) pesquisador(a) e o grupo pesquisado, porquanto necessitam se inteirar dos processos e resultados da pesquisa, para melhor definirem as diretrizes de ação, encaminhar soluções e, sobretudo, porque precisam capacitar pessoas pertencentes ao MST para realizarem suas próprias pesquisas;

3.6 Essas questões apontam para investigações do tipo pesquisa-ação, inexistentes na produção de trabalhos de final de curso de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado que tomam o MST como objeto de análise, conforme levantamento por mim realizado sobre pesquisas acadêmicas concretizadas com o Movimento, desde o início da década de 1990. Acredito que isto se deva ao fato de esses processos de investigação serem individuais e em reduzido espaço de tempo, mas também pelo despreparo dos(as) pesquisadores(as) para a configuração daquela metodologia de pesquisa. E ainda persiste uma compreensão de que a pesquisa-ação deve restringir-se às áreas sociais e educacionais e às práticas militantes com os grupos populares, estas últimas quase sempre relacionadas à desconsideração sobre as exigências científicas de um processo investigativo acadêmico.

4. OUTRAS MAIORES PERGUNTAS

No que concerne às problemáticas que necessitam serem investigadas – pelo conhecimento adquirido através dos procedimentos de pesquisa para elaboração desta tese, bem como pela interação com os(as) Sem Terra de todo o País e pelo trabalho que venho desenvolvendo nas comunidades rurais, secretarias regionais e escolas do MST nestes últimos quinze anos –, me é possível arrolar algumas questões que, se respondidas, contribuiriam para uma formação mais qualificada dos lutadores e lutadoras populares e para o aperfeiçoamento de suas práxis, notadamente a práxis política.

4.1 Tomando como referência a conjuntura econômica, política e social do País nos mandatos presidenciais de Luis Inácio Lula da Silva, que análises podem ser elaboradas sobre a questão agrária brasileira nesse período? Nas circunstâncias específicas desse momento histórico, que processos condicionaram a práxis organizativa, as atividades produtivas e as lutas políticas no contexto do MST?

4.2 Que necessidades de aprendizagem nos domínios cognitivo, afetivo, volitivo e atitudinal têm as pessoas participantes dos cursos de formação política do Movimento

Sem Terra? Como articular conteúdos das matérias escolares com os saberes construídos nesses cursos?

4.3 Devido às dificuldades que tem o Movimento Sem Terra na educação política das pessoas que formam a sua base social, que linguagens seriam mais adequadas e eficientes em seus processos de formação? E mais, como organizar um sistema dinâmico e eficaz de comunicação do MST com a base, os amigos e aliados e com a classe trabalhadora, para reforçamento de suas lutas?

4.4 Como se produz, ou se reproduz, o movimento da consciência dos(as) Sem Terra, a partir da inserção e participação nas lutas? Como a ação desses sujeitos na luta de classe contribui (ou não) para a formação de uma consciência de classe? Como organizar as relações sociais de produção nos assentamentos, para que sejam criadas condições de avanço da consciência política dos(as) assentados(as)?

4.5 Por quais motivos persistem no MST as dificuldades de organização política coletiva intersetorial? Como planejar e realizar ações conjuntas, envolvendo principalmente os setores de formação, educação, produção, e que integrem dirigentes, militantes e base social do Movimento Sem Terra?

4.6 Como se processam as relações de poder no interior do MST e que atitudes e medidas podem ser tomadas para democratização do poder nas diferentes estruturas organizativas do Movimento?

4.7 Tendo em vista as diversas formas de expressão da religiosidade no contexto do MST, com adesão de seus integrantes a religiões e seitas bastante diferenciadas em relação às crenças que são difundidas, que influências os processos religiosos exercem sobre a práxis política dos(as) Sem Terra? De que forma os(as) militantes e dirigentes, que em suas origens internalizaram convicções religiosas predominantemente cristãs, conciliam a ideologia do marxismo e as concepções do cristianismo?

4.8 O que pensam, sentem, querem e fazem as pessoas idosas nos assentamentos rurais do MST? O que pensam, sentem, querem e fazem as crianças do MST? Nesses processos, existem diferenças significativas entre os(as) Sem Terrinha e crianças socializadas em outros espaços da organização societária brasileira?

4.9 Quem são na atualidade os inimigos do MST, como se caracterizam, quais as suas pretensões e como agem para combater os(as) Sem Terra?

4.10 Que estratégias devem ser criadas para a construção e sedimentação de articulações com outros movimentos populares, unificando de fato as lutas do proletariado pela superação da forma capitalista de sociedade?

Sobre estas questões posso afirmar, como Guimarães Rosa[87], "Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa." Isto porque, em um processo de pesquisa e produção de tese, propomos perguntas para as quais nos empenhamos em encontrar respostas. Enganamo-nos pensando nessa linearidade, pois o que mais fazemos é formular outras indagações. Estas são convites à realização de investigações e estudos outros, que possam gerar mais e maiores reflexões e, também, propiciar a produção de novos saberes, em contínuo e permanente movimento. E é por isso que, a despeito da compulsão para discorrer sobre todas as dimensões do objeto de estudo – o que é uma impossibilidade – sobrevém o momento no qual precisamos, inevitavelmente, dar por "terminado o interminável...[88]".

[87] ROSA, 2005, p. 31.
[88] idem, 2005b, p. 74.

REFERÊNCIAS

Figura 25: Biblioteca da ENFF, 2007.

Figura 26: Seminário Latino-Americano, 2006.

Figura 27: Assentamento 17 de Abril, PA, 2006.

Figura 28: V Congresso Nacional, Brasília, 2007.

Figura 29: Ocupação do INCRA, PB, 2007.

Figura 30: Mística na ENFF, SP, 2007.

Fotos: Rita Curvelo

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcia Regina de Oliveira. **A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** 1998. 281f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a educação: a perspectiva da construção de um novo homem e da continuidade do Movimento. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 243-262.

ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **A Invisibilidade das mulheres na memória das lutas sociais na América Latina:** O protagonismo feminino nestas lutas e nos movimentos sociais do campo brasileiro. 2005. Monografia (Especialização em Estudos Latino-Americanos) – Universidade Federal de Juiz de Fora.

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto da luta pela terra.** 2007. 253f. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ARBEX JUNIOR, José. Um movimento contra a escravidão. **Folha de São Paulo,** 21 maio 2005. Tendências e Debates, p.2.

ARRUDA, Roldão. Bolsa-Família enfraquece o MST. **Jornal Estado de São Paulo,** 27 abril 2008. Disponível em www.estado.com.br/editorias/2008/04/27/pol-.93.11.20080427.8.1.xml, acesso em: 20 junho 2008.

_____. Ofensiva do MST: estorvo político. **Jornal Estado de São Paulo**, 23 ago. 2006. Disponível em: http://brasilnews.com.br, acesso 27 abr. 2008.

ARRUDA, Roldão; MACEDO, Fausto. Stédile vê contra reforma agrária no país. **Jornal Estado de São Paulo,** 24 fev. 2008, p.A17. Disponível em: www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080224/not_imp129584,0, acesso em 27 abr. 2008.

BANDEIRA, Lurdes; MIELE, Neide; GODOY, Rosa (org.). **Eu marcharei na tua luta:** a vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB/Manufactura, 1997.

BARBOSA, Maria de Fátima Silva. **Em busca das terras da promissão:** a difícil construção de sujeitos sociais e políticos no Assentamento de Sem-Terra de promissão – SP. 2005. 205f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BEGUOCI, Leandro. Bolsa Família esvazia MST, dizem analistas. **Folha de São Paulo**, Ribeirão Preto, 04 nov. 2007. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u342452.shtml. Acesso em: 20 jun. 2008.

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-Terra aprende e ensina:** estudos sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais. Campinas: Autores Associados, 1999.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 2003.

BOGO, Ademar. **Elementos indicativos de um projeto para o MST.** 2007. Palestra realizada no V Congresso Nacional do MST. Brasília,DF, 15 jun. 2007.

_____. **Arquitetos de sonhos.** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

_____. O vigor da mística. **Caderno de Cultura,** São Paulo, n.2, nov. 2002.

_____. O MST e a cultura. **Caderno de Formação**, São Paulo, n. 34, out. 2000.

_____. **Lições da luta pela terra.** Salvador: Memorial das Letras, 1999.

_____. A vez dos valores. **Caderno de Formação,** São Paulo, n. 26, jan.1998.

BOGO, Ademar; OLIVEIRA, Willy C. de. **Arte em Movimento**. São Paulo: Sonopress, 1997. 1 compact disc (Ca 44:00min).

BÖNHENBERGER, Enio. **A importância da arte para o MST.** São Paulo: MST, 2002.

BRASIL. **Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5051. Acesso em: 01 ago. 2008.

_____. **Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm. Acesso em: 30 jul. 2008b.

BUARQUE, Chico. **Terra**. São Paulo: Sonopress, 1997. 1 compact disc (Ca 14:44min).

CALADO, Alder Julio Ferreira. Educação popular nos movimentos sociais no campo: potencializando a relação macro-micro no cotidiano como espaço de exercício da cidadania. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; MELO NETO, José Francisco (org.). **Educação popular:** outros caminhos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999. p.135-152.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Educação em movimento;** formação de educadoras e educadores do MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARVALHO, Horácio Martins. Tática reformista, estratégia revolucionária. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária na década de 90**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.255-258.

CARVALHO FILHO, José Juliano. A nova (velha) questão agrária. **Valor Econômico**, São Paulo, Ano 8, n.1951, 22 fev. 2008. P.B11.

CAVALCANTE, Rita de Cássia. **Aprendizes da terra:** a voz e a resistência do MST na Paraíba. 2002. 337f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

CERQUEIRA, Laurez. **Florestan Fernandes** – vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

COLETTI, Claudinei. **A trajetória política do MST:** da crise da ditadura ao período neoliberal. 2005. 299f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatório de Conflitos no Campo (2006)**. Curitiba: CPT, 2006.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2003. 237p.

COSTA, Cyra Matos Olegário da. **Processo organizativo em assentamentos rurais:** um olhar sobre a Fazenda Pirituba. 2001. 128f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

COSTA, Gileaide Silva. **MLT:** O movimento de luta pela terra - um movimento em movimento. 1996. ...f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.

DAL MASO, Mansueto. **Movimentos sociais:** a longa viagem para o mesmo lugar. 2004. 292f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DAL MORO, Maristela. **Reforma agrária e a luta do MST:** uma alternativa de inclusão? 2002. 254f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DEPARTAMENTO Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. In: Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, 3, 1985, Brasília. **Boletim DIEESE,** n. 1, 9p, set. 1985.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do popular:** movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DUAILIBI, Julia; CABRAL, Otávio. Insulto à democracia. **Veja**, ano 39, n. 23, p.44-53, 14 jun. 2006. Edição 1960.

EDWARD, José. O Brasil não precisa de reforma agrária. **Veja,** ano 37, n.36, p.66-68, out. 2004.

ENCONTRO Nacional de Trabalhadores Rurais. **Boletim Dieese**, v.6, n.2, p.15-17, fev. 1987.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ESCORSIM, Leila. **Mariátegui** – vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ESCOSTEGUY, Diego; BAHÉ, Marco. A multiplicação dos sem-terra. **Revista Época**, n. 309, p. 46, 19 abr. 2004.

EVELYN, Guilherme; LOYOLA, Leonardo. Stédile: "a reforma agrária está esgotada". **Revista Época,** 2 jul. 2007. Edição 476.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001a.

_____. O MST e a pesquisa. **Cadernos do ITERRA,** Veranópolis: ITERRA, n. 3, out. 2001b.

_____. **A Formação do MST no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. Gênese e desenvolvimento do MST. **Caderno de Formação**, São Paulo: MST, n. 30, p.5-63, set. 1998.

_____. Formação, espacialização e territorialização do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p.133-155

_____. **MST:** Formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. 1994. 218 f . Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). **Usos e abusos da história oral.** 8ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FLORESTA, Leila. **Escola dos acampamentos/assentamentos do MST:** uma pedagogia para revolução? 2006. 211f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Educação e mudança**. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____**. Concientización, Teoria y Práctica de la Liberación**. Bogotá: Associación de Publicaciones Educativas, 1974.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Movimentos sociais e luta pela moradia.** São Paulo: Loyola, 1991.

GÖRGEN, Frei Sérgio. Religiosidade e fé na luta pela terra. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p.279-292.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2000-2001. 6v.

_____. **Concepção dialética da história.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAZIANO, Xico. **O carma da terra no Brasil.** São Paulo: A Girafa, 2004.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis: FASE/Vozes, 1987.

GUTERRES, Ivani. **Agroecologia militante:** contribuições de Enio Guterres. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HARNECKER, Marta. **Landless people:** building a social movement. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Rebeldes primitivos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária:** paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília, DF, 2005.

_____. **Atlas fundiário brasileiro.** Brasília, DF, 1996.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas:** demandas por saneamento básico e saúde – São Paulo 1974-1984. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

JUSTO, Marcelo Gomes. **"Exculhidos":** ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST. 2005. 238f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

KONDER, Leandro. **Marx** – vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 1998.

LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p.157-176.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: UNESP, 2004.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). **Usos e abusos da história oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.167-182.

LINS, Lucicléa. **A formação política das educadoras e educadores do MST**. 2006. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

LONGA Marcha. **Veja**, ano 30, n. 15, p.36-40, 16 abr. 1997.

LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburgo** – vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LÖWY, Michel. **O pensamento de Che Guevara**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

LUEDEMANN, Cecília da Silveira. **Anton Makarenko** – vida e obra: a pedagogia da revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MACHADO, Ilma Ferreira. **A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral.** 2003. 325f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MAESTRI, Mário; CANDREVA, Luigi. **Gramsci:** vida e obra de um comunista revolucionário. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MANÇANO, Bernardo; WALTER, Carlos. **Josué de Castro** – vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MARTINS, José de Souza. O "abril verde" do outro lado do MST. **Jornal Estado de São Paulo**, 6 maio 2007.

_____. A trama de contradições no MST. **O Estado de São Paulo**, 17 set. 2006. Disponível em: http://www.e-agora.org.br/conteudo.php?id=4449_0_3_0_C19. Acesso em: 14 jun. 2008.

_____. A dependência oculta. **Folha de São Paulo,** Tendências e Debates, p.3, 21 maio 2005.

_____. **Reforma agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**, v.15, n.2, p.141-175, nov 2003.

_____. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p.11-76.

MARTINS, Shirlene Marques. **Processos religiosos e articulação de forças no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST:** um estudo sobre o assentamento Pedro e Inácio – Nazaré da Mata/Pernambuco. 2004. 203f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **A sagrada família**: ou a crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. Teses sobre Feuerbach. In: _____. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2002a.

_____. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

MASLOW, Abraham. **Motivation and personality**. New York: Harper & Row, 1970.

_____. **Introdução à psicologia do ser.** Rio de Janeiro: Eldorado, 1968.

MAURO, Gilmar; PERICÁS, Luiz B. **Capitalismo e luta política no Brasil na virada do milênio.** São Paulo: Xamã, 2001. 118p.

MEDEIROS, E. **Formação política no MST:** o coletivo como espaço e sujeito educativo. In: A dimensão educativa da mística Sem Terra: A experiência da Escola Nacional Florestan Fernandes. 2002.198f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MINEROSVICZ, Valdir. Precisamos implementar nosso modelo nos assentamentos. **Jornal Sem Terra**, 30 jan. 2008. Edição 279, p.4-5

MOISÉS, J. A. **Cidade, povo e poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.
MST. A política de formação de quadros. **Cadernos de Estudos ENFF**, n.1, jan. 2007a.

_____. **Orientações práticas e a história dos congressos do MST.** São Paulo: MST, 2007b.

_____. **Por um projeto de desenvolvimento nacional, popular e democrático**. Plenária Nacional dos Movimentos Sociais. Recife, 23 de abril de 2007c. Disponível em: http://www.mst.org.br/mst/listagem.php?palavras=recife. Acesso em: 27 jun. 2007.

_____. A ocupação, a lei e a justiça. **Cadernos de Direitos Humanos,** mar. 2006a, n.1, 36p.

_____. Desapropriação. **Cadernos de Direitos Humanos,** mar. 2006b, n.3, 32p.

_____. **Setor de Educação do MST.** São Paulo: Secretaria Nacional do MST. Disponivel em: http://www.mst.org.br. Acesso em 20 ago. 2006c

_____. **O MST:** a luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil – documentos básicos. São Paulo: MST, 2005a. 73p.

_____. **Marcha nacional pela reforma agrária:** V mutirão nacional de formação. São Paulo: MST, 2005b. 64p.

_____. O Brasil precisa de reforma agrária: as propostas dos movimentos e as "promessas e compromissos do governo Lula". **Caderno de Formação,** n.36, mar. 2005c, 80p.

_____. Princípios da educação no MST. In: MST. **Dossiê MST escola:** documentos e estudos 1990-2001. São Paulo: Setor de Educação do MST, 2005d. p.159-179.

_____. **Método de trabalho e organização popular.** São Paulo: ANCA/Setor de Formação MST, 2005e.

_____. **Construindo novas relações de gênero**: desafiando relações de poder. São Paulo: ANCA/TEM, 2005f.

_____. **Programa vozes da terra**. Disponível em: http://www.mst.org.br. Acesso em: 10 ago. 2005g.

_____. Educação no MST – balanço 20 anos. **Boletim da Educação,** n.9, dez. 2004, 71p.

_____. MST: levantamento bibliográfico. **Cadernos do ITERRA,** Veranópolis: ITERRA, n. 4, mar. 2002. 36p.

_____. **Construindo o caminho**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2001a.

_____. Pedagogia do Movimento Sem Terra: acompanhamento às escolas. **Boletim da Educação**, n.8, jul.2001b, 31p.

_____. **Nossos valores.** São Paulo: MST, 2000.

_____. Como fazemos a escola de educação fundamental. **Caderno de Educação,** nov. 1999a, n.9, 31p.
_____. Ocupar, resistir, produzir. Direção: Marcia Paraíso. Rio de Janeiro: MST/Plural Filmes, 1999b. 1 DVD. (25 min), son., color.

_____. **Histórico do MST.** Curitiba: MST/Secretaria Estadual do Paraná. Disponível em: http://cwb2.com.br/mstpr/historia.htm. p.1-12. Acesso em: 5 dez. 1998a.

_____. **Escola itinerante em acampamentos do MST**. São Paulo: MST, 1998b.

_____. Programa de reforma agrária. **Caderno de Formação,** n.23, jul. 1995.

_____. Alfabetização de jovens e adultos; como organizar. **Caderno de Educação,** São Paulo, n. 3, p. 3-26, abr. 1994.

NASCIMENTO, Severina Ilza do. Educação e movimentos sociais rurais no Brasil e especificamente na Paraíba. In: CALADO, Alder Julio Ferreira (org). **Movimentos sociais, Estado e educação no Nordeste:** estudos de experiências no meio rural. João Pessoa: Idéia, 1996. p.11-39.

NAVARRO, Zander. Editorial. In: ARRUDA, Roldão. Não existiria nenhum abril vermelho sem recursos públicos. **O Estado de São Paulo**, 29 abr. 2007. Disponível em: http://www.estado.com.br/editorias/2007/04/29/pol-1.93.11.20070429.22.1.xml. Acesso em: 14 jun. 2008.

_____. "mobilização sem emancipação" – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.189-232.

_____. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p.118-119.

NEAD. Estudo do NEAD quantifica famílias demandantes de terra no Brasil. **Boletim do NEAD,** Brasília, n.46, 21/27 ago. 2000.

NETTO, José Paulo. **O método em Marx.** Recife: UFPE, 2006. 1 CD-ROM (118 min), son., color.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

NISHIYAMA, Paula. **Utilização de agrotóxicos em áreas de reforma agrária no estado do Paraná**. 2003. 136f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OLIVEIRA, Edna Castro de. **Os processos de formação na educação de jovens e adultos:** a "panha" dos girassóis na experiência do PRONERA MST/ES. 2005. 172f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

ORNELLAS, Adão Luiz Gomes; GUIMARÃES, Elias Lins; SILVA, Rita de Cássia Curvelo. **Universidade e Movimentos Sociais** – Projeto de Extensão. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), 2001. (mimeografado).

PEREIRA, Camila. MST: o avanço dos assentados nas universidades públicas. **Veja,** ano 40, n.2028, p.71-72, 12 out. 2007.

PETRAS, James. Os camponeses: uma nova força revolucionária na América Latina. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p.271-275.

PINTO, Zé. Ordem e progresso. In: _____. **Arte em movimento**. São Paulo: Sonopress, 1997. 1 compact disc, faixa 19, (03:45min).

PIZETTA, Adelar João. A formação política no MST: um processo em construção. **Revista CLACSO**, ano 8, n.22, p.241-250, set. 2007.

_____. **A formação de militantes e dirigentes:** balanço político-organizativo. São Paulo: MST, 2005. (trabalho inédito).

_____. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:** Escola Nacional Florestan Fernandes. São Paulo: MST, 2004. (trabalho inédito).

_____. **Formação e práxis dos professores de escolas de assentamentos:** a experiência do MST no Espírito Santo. 1999. 332f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

PUENTE, Miguel de La. Sobre a palavra-conceito "conhecimento" para uso clínico. **Revista Brasileira de Psicanálise,** v.26, n.3, p.341-4, 1992.

REZENDE, Marcelo; MENDONÇA, Maria Luisa. Violência no campo. **Revista "Reforma Agrária"**, v.32, n.1, p.45-48, ago./dez. 2005.

RIBEIRO, Sávia Cássia Francelino. **Semeando educação do campo:** a experiência da I Turma de Magistério Norte/Nordeste do MST. 2004. ...f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

RICUPERO, Rubens. Cupins e caifases. In: **O ponto ótimo da crise.** São Paulo: 1998.

RIZEK, André. Os militantes urbanos do MST. **Veja,** ano 37, n.1883, p.64-65, dez. 2004.

ROSA, Guimarães. **Grande sertão:** veredas. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005a.

_____. **Primeiras histórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005b.

_____. **Estas estórias.** 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

_____. **Ficção completa.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. v. 1.

_____. **Corpo de baile.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ROSENFIELD, Denis Lerrer. **A democracia ameaçada:** o MST, o teológico-político e a liberdade. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de panelas"?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília, DF: UNESCO, 2000.

RUSSO, Osvaldo. Qual reforma agrária hoje? **Correio da Cidadania**, 17 jan. 2008. Edição 585. Disponível em www.correiocidadania.com.br/content/view/1323/. Acesso em: 27 mar. 2008.

SADER, Eder. **Che Guevara** – política. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir (org.). **Movimentos sociais na transição democrática.** São Paulo: Cortez, 1987.

SALES, Ivandro da Costa. A hegemonia das classes subalternas: lições de Gramsci. In: COSTA, Anita Aline Albuquerque. **O poder em debate**. Recife: UFPE, 2002. p.15-33.

_____. Educação popular: uma perspectiva, um modo de atuar. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; MELO NETO, José Francisco (org.). **Educação popular** – outros caminhos. João Pessoa: Ed Universitária/UFPB, 1999. p.111-134.

SANTOS, Maria Augusta Costa. **Tornando-se um assentado rural do MST:** uma análise psicossocial das idas e vindas do homem do campo. 2005. 123f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia socialista**. 2006. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/p.html. Acesso em: 8 fev. 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras:** ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Redes de movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J (org.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHREINER, Davi Felix. **Entre a exclusão e a utopia:** um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais. 2002. 460f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SECCO, Alexandre. O Brasil da solução e o Brasil do problema. **Veja,** São Paulo, ano 36, n.31, p.48-49, 6 ago. 2003.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria** - a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Anderson Antonio da: FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra – 2000-2004. **Revista "Reforma Agrária"**, v.32, n.1, p.85-105, ago./dez. 2005.

SILVA, Rita de Cássia Curvelo da. **Os sem-terra e o desejo de aprender**. 2000. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SILVA, Roberta Maria Lobo da. **A dialética do trabalho no MST:** a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes. 2005. 324f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SOUZA, Ana Inês (org.). **Paulo Freire:** vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

SOUZA, Vanilde Ferreira. **Acampar, assentar e organizar:** relações sociais constitutivas de capital social em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema**.** 2006. 200f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

STÉDILE, João Pedro. Stédile vê contra reforma agrária no país. In: ARRUDA, Roldão; MACEDO, Fausto. **Jornal Estado de São Paulo.** 24 fev. 2008, p.A17. Disponível em: www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080224/not_imp129584,0.php. Acesso em: 12 mar. 2008.

_____. **O MST e a Pesquisa.** 2007. Palestra realizada na ENFF em 14 mar. 2007.

_____. **A questão agrária no Brasil** – o debate tradicional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **A questão agrária no Brasil** – programas de reforma agrária: 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. A questão agrária e o socialismo. In: _____. **A questão agrária na década de 90.** 4 ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. p. 306-322.

_____. A luta pela reforma agrária e o MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p.95-110

STÉDILE, João Pedro, FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa:** técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

STROZAKE, Juvelino José. **O acesso à terra e a lei de ação civil pública.** 2006. 237f. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, São Paulo.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Lobbies e desinformação dominam discussão sobre biocombustíveis. **Correio da Cidadania,** 06 dez. 2007. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/content/view/1198/9/. Acesso em: 24 maio 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TOMAZELA, José Maria. O esvaziamento do MST. **Jornal Estado de São Paulo**. 27 abr. 2008. Disponível em www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080429/not_impl16460.php. Acesso em: 29 abr. 2008.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.233-245.

VALADÃO, Adriano Costa et al. **Agroecologia:** a organização camponesa construindo o sustento da vida e a transformação da sociedade. Cascavel: IAP/SEMA, 2006.

VAN HAM et al (org.). **Memórias do povo:** João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba – deixemos o povo falar. João Pessoa: Idéia, 2006.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Entre a realidade e a utopia:** ensaios sobre política, moral e socialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Convite à estética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Filosofia da práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **As idéias estéticas de Marx.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VERDIER, Britt Marie Kristina; SILVA, Rita de Cássia Curvelo. **Teatro popular, universidade e comunidade regional:** projeto de extensão. Ilhéus: UESC, 2003. 47p.

WANDERLEY, L. E. **Movimentos sociais populares:** aspectos econômicos, sociais e políticos. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

WEINBERG, Monica. Madraçais do MST. **Veja**, ano 37, n. 36, 8 set. 2004, p.46-49, 8 set. 2004.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. Respostas econômicas de assentamentos rurais: um estudo de caso. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.. p.177-188.

APÊNDICES

Figura 25: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2007.

Figura 26: Curso de História, UFPB, 2008.

Figura 27: Ciranda Infantil (ENFF), SP, 2007.

Figura 28: Formandos do Curso de História, 2008.

Figura 29: Assentada em Goiás, 2007.

Figura 30: Assentamento 17 de abril, PA, 2006.

Fotos: Rita Curvelo

APÊNDICES

A: QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC/BA
DEPARTAMENTO DO FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Estamos realizando uma pesquisa sobre as aprendizagens construídas por pessoas jovens e adultas nos processos organizativos (formas de luta) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, objetivando a escrita de uma tese doutoral acerca dessa temática. Desse modo, solicitamos a sua colaboração fornecendo informações referentes aos seus dados pessoais e atividades desenvolvidas no MST, conforme especificado abaixo. Suas informações são fundamentais para o desenvolvimento do nosso trabalho, portanto, agradecemos imensamente a sua disponibilidade em colaborar na concretização deste estudo.

Profa. Rita Curvelo

1. Nome:
_____

2. Data Nascimento: _____ de _____ de _____. Sexo: ( )Masculino ( )Feminino

3. Local em que nasceu (Município e Estado): _____

4. Estado Civil: ( )Solteiro/a ( )Casado/a ( )Divorciado/a ( )Viúvo/a ( )Outros _____

5. Endereço para contato:
_____
_____

6. Condição de escolaridade:
   Ensino Fundamental incompleto ( )
   Ensino Fundamental completo ( )
   Ensino Médio incompleto ( )
   Ensino Médio completo ( )
   Ensino Superior incompleto ( ) – Curso de _____
   Ensino Superior completo ( ) – Graduação em _____
   Pós-Graduação ( ) – Nível/Curso: _____

7. Há quanto tempo você faz parte do MST? _____

8. Onde você vivia antes de fazer parte do MST?_____
   ( ) zona urbana (cidade) ( ) zona rural (campo)

9. O que você fazia antes ingressar no MST? _____
_____
_____
_____
_____

10. Em que Estado do Brasil você está atuando no momento? _____

11. Qual a sua ocupação (atividades que desenvolve) no Movimento?_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

12. De quais processos organizativos do MST (ocupações, marchas, atos públicos, acampamentos, etc...) você costuma participar com mais freqüência? _____
_____
_____
_____
_____
_____

13. Você poderia citar alguns desses processos dos quais tenha participado, identificando o local e o período em que ocorreram?_____
_____
_____
_____
_____
_____

14. Você autoriza a utilização das informações contidas neste questionário ou dos dados coletados através de entrevistas para a construção e publicação dos resultados da pesquisa que estamos desenvolvendo?
( ) Sim ( ) Não

_____
ASSINATURA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: PRÁXIS POLÍTICA NO MST: PRODUÇÃO DE SABERES E DE SABEDORIA
Pesquisadora: RITA DE CÁSSIA CURVELO DA SILVA

Esta pesquisa está sendo desenvolvida por mim, aluna do Curso de Doutorado em Educação da UFPB, sob a orientação do Profº Drº Timothy Denis Ireland, e tem como objetivo interpretar a produção de saberes e de sabedoria pelos Sem Terra, a partir dos seus processos de reflexão e ação coletiva – práxis política – no MST. A investigação tem por finalidade: 1) a produção de conhecimentos que contribuam com as reflexões que o Movimento vem desenvolvendo acerca dos processos de educação e de formação política de seus integrantes; 2) socialização dos resultados para contribuir com os estudos de outros pesquisadores ou estudantes que tenham interesse na apropriação de saberes referentes às lutas sociais da classe trabalhadora, mais especificamente aquelas relativas à práxis do MST.

A participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Solicito que o(a) senhor(a) me conceda uma entrevista, marcada com antecedência, e sua permissão para gravação do depoimento e posterior transcrição, como também sua autorização para que as informações dadas possam fazer parte do texto da Tese que estou produzindo, ser apresentadas em eventos ou constar de futuras publicações. Informo que essa pesquisa não apresenta risco previsível.

Será assegurada a sua privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. A pesquisadora estará a sua disposição para quaisquer esclarecimentos, em qualquer etapa da pesquisa, e você poderá entrar em contato com a pesquisadora através dos telefones 8839-8224 ou 3246-6280. Você poderá, também, consultar o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley (CEP/HULW/UFPB), pelo telefone 3216-7302.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

_____
Nome do(a) entrevistado(a)

_____
Local e Data

_____
Assinatura do(a) entrevistado(a)

_____
Rita de Cássia Curvelo da Silva – Pesquisadora/Doutoranda

B: ENTREVISTAS – ROTEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC/BA
DEPARTAMENTO DO FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

1. VOCÊ PODERIA FAZER UM RELATO DA SUA HISTÓRIA DE VIDA, DESTACANDO:

- Onde vivia e o que fazia antes de ingressar no MST;
- Como conheceu o Movimento;
- De que forma se aproximou dessa organização popular e como/quando ingressou nela?

2. QUE ATIVIDADES VOCÊ VEM DESENVOLVENDO NO MST E DE QUAIS FORMAS DE LUTA DO MOVIMENTO VOCÊ TEM PARTICIPADO?

3. O QUE VOCÊ TEM APRENDIDO EM SUAS AÇOES E REFLEXÕES NO MST?

4. EXISTEM DIFICULDADES OU CONTRADIÇÕES NESSES PROCESSOS DE LUTA E DE APRENDIZAGEM? QUAIS?

5. COMPARANDO SUA VIDA ANTES DE VOCÊ INGRESSAR NO MST E DEPOIS DE VOCÊ PASSAR A FAZER PARTE DO MOVIMENTO, QUE MUDANÇAS ACONTECERAM?

6. EXISTE ALGUMA COISA QUE VOCÊ QUEIRA DIZER PARA COMPLEMENTAR AS COLOCAÇÕES FEITAS ANTERIORMENTE?

VOCÊ TEM ALGUMA SUGESTÃO OU ORIENTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE PESQUISA E DO TRABALHO ESCRITO QUE ESTOU REALIZANDO?

C: QUADRO 2 – ATIVIDADES DA PESQUISA

ATIVIDADE	**PERÍODO ou DATA**	**LOCAL**	**TIPO DE PARTICIPAÇÃO**
PALESTRA DE MILITANTE DO MST/PB E DEBATE COM A TURMA DO DOUTORADO EM EDUCAÇÃO DO PPGE.	13 de outubro de 2004	UFPB – PPGE João Pessoa	Ouvinte e debatedora.
II SEMANA NACIONAL DE CULTURA E REFORMA AGRÁRIA	3 a 7 de novembro de 2004	UFPE – Recife	Participação como visitante da exposição e feira de produtos da reforma agrária e das exposições de fotografia e artes plásticas; ouvinte dos painéis temáticos.
AULAS DA DISCIPLINA ANTROPOFILOSOFIA – CURSO DE HISTÓRIA	maio-junho de 2005	UFPB – João Pessoa	Monitora do Professor Dr. José Francisco de Melo Neto.
ENCONTRO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS DOPROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA - PRONERA	maio de 2005	Espaço Cultural João Pessoa/PB	Ouvinte, Visita à Feira Cultural e conversas informais.
DIÁLOGO COM A TURMA DE HISTÓRIA SOBRE O TEXTO *EDUCAÇÃO POPULAR NA PRÁXIS POLÍTICA DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS DO MST*	06 de junho de 2005	UFPB João Pessoa	Apresentação do Texto por mim construído e discussão do conteúdo deste com a turma.
ENCONTRO COM TRABALHADORES ACAMPADOS	Julho de 2005	Santa Rita (PB)	Conversa informal com dois integrantes do MST vítimas de espancamento, quando cerca 30 homens encapuzados e armados atacaram o acampamento em que viviam, em 07/07/2005.
PARTICIPAÇÃO NO CURSO DE REALIDADE BRASILEIRA (NORDESTE)	20/09 a 11/10/2005	UFPB João Pessoa	Monitora do profº Dr. Alder Julio Calado e Professora da disciplina Metodologia Científica.
ENCONTRO COM ESTUDANTES DO CURSO DE HISTÓRIA E DO CURSO DE REALIDADE BRASILEIRA (NORDESTE)	setembro e outubro de 2005	UFPB e Alojamento do Curso de História - João Pessoa	Aplicação de questionários com alunos e alunas desses Cursos.
TRABALHO VOLUNTÁRIO DE LIMPEZA NA PRAIA DE TAMBAÚ	02/10/2005	João Pessoa/PB	Observação da atividade e conversas informais.

ATIVIDADE	PERÍODO ou DATA	LOCAL	TIPO DE PARTICIPAÇÃO
ENCONTRO COM ALUNOS(AS) DO CURSO DE HISTÓRIA E CURSO DE REALIDADE BRASILEIRA (NORDESTE)	setembro a novembro de 2005	UFPB e Alojamento do Curso de História	Realização de 20(vinte) entrevistas no curso de História e 5(cinco) no de Realidade Brasileira.
SEMINÁRIO SOBRE AS LIGAS CAMPONESAS: DIÁLOGO COM O PROFESSOR ALDER JÚLIO E A IRMÃ TONI	19 de outubro de 2005	UFPB João Pessoa	Participação como ouvinte e como debatedora.
VISITA AO INSTITUTO TÉCNICO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA - ITEPA	14 a 20 de janeiro de 2006	São Miguel do Iguaçu (Foz do Iguaçu)-PR	Visita à escola, ao assentamento junto a ela e realização de 2(duas) entrevistas.
VISITA À ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES	Fevereiro de 2006	Guararema – São Paulo	Visita às instalações da Escola; participação em curso sobre Método Dialético, com o Profº Scapi; realização de 2(duas) entrevistas.
CURSO DE TEORIAS SOCIAIS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	6 a 13 de fevereiro de 2006	UFRJ – Rio de Janeiro	Participação nas aulas e nas apresentações dos trabalhos finais do Curso (trinta alunos e alunas aproximadamente).
CURSO DE REALIDADE BRASILEIRA (NORDESTE)	20/03/2006	UFPB João Pessoa	Participação na aula do Profº Dr. José Neto sobre Teoria da Organização Política – discussão da *Carta a um Camarada*, de Lênin.
REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS	Janeiro a novembro de 2006	Rio de Janeiro Bahia Paraíba Alagoas	Diálogo (não-gravado) com cinco pessoas que deixaram o Movimento Sem Terra.
VIGÍLIA PARA LEMBRAR OS DEZ ANOS DO MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS	16-17 de abril de 2006	Centro de João Pessoa/PB	Participação na vigília durante a madrugada. Conversas informais com os manifestantes e participação como telespectadora de filme sobre os 10 anos de Carajás.
ACAMPAMENTO NA CAPITAL DA PARAÍBA – JOÃO PESSOA, PARA PRESSIONAR O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA A REALIZAR A REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO	16 de abril ao final de maio.	Centro de João Pessoa/PB – Parque Sólon de Lucena (Lagoa)	Acompanhamento da mobilização, organização e luta dos/as acampados/as, desde a chegada do pessoal à Lagoa até a saída destes do local, mais de um mês depois. Conversas informais com os/as manifestantes.

ATIVIDADE	PERÍODO ou DATA	LOCAL	TIPO DE PARTICIPAÇÃO
I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	15 a 19 de maio de 2006	UFPB João Pessoa	Ouvinte e debatedora.
GRUPO DE ESTUDOS DA SECRETARIA ESTADUAL DO MST	27/06/2006	Secretaria do MST – João Pessoa	Participação no diálogo dos integrantes do grupo com o profº Dr. José Neto.
CURSO DE FORMAÇÃO PARA EDUCANDOS(AS) DOS CURSOS DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS (BANANEIRAS) E HISTÓRIA (JOÃO PESSOA).	18/11 e 19/11/2006	Solânea/PB - alojamento (Ciências Agrárias)	Ouvinte e debatedora.
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL – UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG.	20/11/2006	Campina Grande/PB	Acompanhamento de membro da Direção Nacional na discussão sobre abertura de nova turma de Mestrado.
CURSO DE REALIDADE BRASILEIRA (NORDESTE)	Novembro de 2006	UFPB João Pessoa	Participação na "banca" de avaliação dos trabalhos finais dos estudantes. Realização de 1(uma) entrevista.
VISITA A ÁREAS DO MST NO SUL DO PARÁ E ENCONTRO REGIONAL DE MULHERES CAMPONESAS	03 a 10 de dezembro de 2006	Marabá/PA, Eldorado dos Carajás, Parauapebas	Visita a acampamentos e assentamentos da região, realização de 3(três) entrevistas e participação como ouvinte e debatedora no Encontro de Mulheres.
ENCONTRO COM LIDERANÇAS DO MLT	21 e 22/12/2006	Região Sul da Bahia	Conversas informais e realização de entrevistas com um dirigente e dois militantes do MLT.
VISITA A ÁREAS DE ACAMPAMENTO NOS ESTADOS DA BAHIA, SERGIPE, ALAGOAS, PERNAMBUCO	Janeiro de 2007	Arataca e Iguaí (BA) Indiaroba e Santa Luzia, (SE) Junqueiro, Novo Lino e Maceió (AL) Palmares, Catende e Escada/PE	Visita às comunidades rurais desses municípios; conversas informais com os acampados e registro fotográfico dos locais e pessoas visitados.
REUNIÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	28 de janeiro a 01 de fevereiro de 2007	Salvador - Bahia	Ouvinte das palestras, das apresentações dos grupos e das discussões. Participação no lançamento de Programa de EJA e nas atividades culturais.

ATIVIDADE	PERÍODO ou DATA	LOCAL	TIPO DE PARTICIPAÇÃO
OCUPAÇÃO DA SEDE DO INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)	05 de março de 2007	João Pessoa - Paraíba	Observação do processo de ocupação, conversas informais com os/as Sem Terra acampados no interior do prédio, registro fotográfico da ação dos(das) trabalhadores(as) rurais.
CURSO DE HISTÓRIA	Abril de 2006 a junho de 2008	João Pessoa e através da internet	Orientação (formal e informal) de alunos(as) na construção das monografias de final de Curso; hospedagem no alojamento dos/das estudantes em finais de semana; participação em Seminários internos do Curso e nas Noites Culturais promovidas pelo grupo.
II SEMINÁRIO NACIONAL "O MST E A PESQUISA" PESQUISA E EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS NAS ESCOLAS E CURSOS FORMAIS DO MST	14 A 17 de marco de 2007	Escola Nacional Florestan Fernandes-Guararema/ SP	Participação nas atividades e debate: palestras, painéis, grupos de discussão, relatos de experiências.
CURSO SOBRE A CONCEPÇÃO DE ESTADO EM MARX	17 e 18 de março de 2007	ENFF Guararema/ SP	Participação como ouvinte de curso ministrado pelo professor Dr. Mauro Iasi.
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS	20 e 21 de abril de 2007	Campus da UFPB na cidade de Bananeiras	Participação, como mediadora, de Seminário sobre Metodologia da Pesquisa, com ênfase para a discussão sobre construção de projetos de pesquisa e elaboração de monografia.
OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE EM ÁREAS DE ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS DO MST NO ESTADO DE GOIÁS	9 e 10 de junho de 2007	Corumbá Pirenópolis Cocalzinho Goianésia	Visita às comunidades rurais desses municípios; conversas informais com os assentados e registro fotográfico dos locais e pessoas visitados.
V CONGRESSO NACIONAL DO MST	11 a 15 de junho de 2007	Brasília	Participação como espectadora nas Atividades do Congresso (místicas, conferências, palestras, atos solenes, jornadas socialistas); visita aos alojamentos e barracas dos Estados; realização de entrevistas; acompanhamento visual das manifestações artísticas dos Estados e Regiões.

ATIVIDADE	PERÍODO ou DATA	LOCAL	TIPO DE PARTICIPAÇÃO
MARCHA DE PROTESTO E DENÚNCIA COLETIVA SOBRE A LENTIDÃO DOS TRÊS PODEREM EM REALIZAR A REFORMA AGRÁRIA	14 de junho de 2007	Brasília: na Avenida principal, até a Praça dos Três Poderes.	Participação na caminhada e registro fotográfico.
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UFPB.	Outubro e novembro 2007; maio e junho de 2008	João Pessoa	Participação nas atividades do Curso e orientação de trabalhos (monografias).
ENCONTROS - INDIVIDUAIS E GRUPAL - COM PESSOAS PARTICIPANTES DA PESQUISA	Maio e junho de 2008	João Pessoa	Aprofundamento dos dados coletados nas entrevistas e complementação de informações.

D: QUADRO 3: FILMES PRODUZIDOS SOBRE O MST

TÍTULO	ANO DE PRODUÇÃO	DURAÇÃO	CONTEÚDO	REALIZAÇÃO
ZÉ PUREZA – A TRAJETÓRIA DE FAMÍLIAS NA LUTA PELA TERRA	2005	105 minutos	As dimensões e a complexidade das questões agrárias, através da luta pela terra de um grupo de famílias Rio de Janeiro. Zé Pureza foi um dos mais importantes líderes da luta pela terra no Estado, nas décadas de 1950 e 1960. A ocupação organizada pelo MST, em Conceição de Macabu, no Norte Fluminense, recebeu seu nome. Apresenta a organização das cerca de 200 famílias (abril-novembro de 2000), a ocupação em novembro, o despejo em dezembro, as contradições entre os acampados, o dia-a-dia e a solidariedade que mantém o grupo. Acompanhando a trajetória das famílias por quatro anos, o filme mostra o que é a luta pela terra e como o MST participa dessa luta.	Margarida Filmes / Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Núcleo de Antropologia e Imagem da UERJ / Museu Nacional UFRJ e Ministério de Desenvolvimento Agrário.
O PONTAL DO PARANAPANEMA	2005	52 minutos	Um dos principais centros de conflitos pela terra no Brasil, o Pontal do Paranapanema registra 100 anos de violência social e ambiental. O filme mostra que, naquela região de terras públicas tomadas ilegalmente pelos proprietários, se situa a última reserva de Mata Atlântica no interior de São Paulo. Mas a ação dos fazendeiros está destruindo o meio ambiente, ao mesmo tempo em que impede a exploração sustentável por parte da pequena agricultura familiar.	Ecofalante/ Cinematográfica Superfilmes

TÍTULO	ANO DE PRODUÇÃO	DURAÇÃO	CONTEÚDO	REALIZAÇÃO
BRAVA GENTE BRASILEIRA	2004	25 minutos	O MST enquanto movimento de luta que possibilita aos paranaenses a passagem da condição de excluídos à de cidadãos que protagonizam seu próprio destino.	VBC Produtora e Filmador/Governo do Estado do Paraná
SEMPRE É TEMPO DE APRENDER	2004	20 minutos	Educação de Jovens e Adultos nos Assentamentos de Reforma Agrária na Região Sul do Paraná; analfabetismo apontado como um instrumento de exclusão e dominação política; o papel dos alfabetizadores nesse processo; dados estatísticos lastimáveis acerca do letramento da população brasileira.	Quem TV Produções Audiovisuais
CAMINHANDO PARA O CÉU	2004	24 minutos	As origens do MST, no Rio Grande no Sul, em 1979, a Marcha dos Sem Terra para São Gabriel no Sul desse Estado e a entrada do MST na cidade, em 2003.	Sintrajufe-RS e CUT-RS, entre outras
MST – ASSENTAMENTO 8 DE ABRIL – HISTÓRIA DE UMA CONQUISTA	2004	16 minutos	A história do Assentamento 8 de Abril, no município de Jardim Alegre/PR, onde 300 famílias de Sem Terra foram assentadas em 1997. O vídeo exibe depoimentos sobre a vida antes e depois do assentamento. Após a conquista oficial da terra, prosperaram não só as famílias assentadas, mas também o Estado, o município e o comércio local, com o aquecimento da economia gerada pela produção nas terras ocupadas. Exibe, ainda, a importância da educação no assentamento e a cerimônia de encerramento oficial de entrega das terras aos novos ocupantes.	Governo do Estado do Paraná

TÍTULO	ANO DE PRODUÇÃO	DURAÇÃO	CONTEÚDO	REALIZAÇÃO
MST: 20 ANOS DEPOIS	2004	22 minutos	Balanço do Movimento, 20 anos após sua fundação: 350 mil famílias assentadas, 500 associações de produção, comercialização e serviços e quase 100 cooperativas; 1.800 escolas próprias funcionando nos assentamentos. Depoimentos de João Pedro Stédile e Gilmar Mauro sobre esses avanços e a violência de que o movimento é vítima. Destaque, também, para o papel negativo da grande mídia e critica a utilização de transgênicos na agricultura.	Camp - Centro de Assessoria Multiprofissional
LOS SIN TIERRA, POR LOS CAMINOS DE AMÉRICA	2003	72 minutos	O nascimento, a trajetória e a luta do MST no Brasil, numa importante denúncia contra a realidade concentradora de terra e a violação dos direitos humanos no país. Apresenta os objetivos na luta pela Reforma Agrária e o que já foi conquistado pelo Movimento nos seus vinte anos de luta.	Coproduzido pela El Deseo, da qual faz parte o premiado diretor espanhol Pedro Almodóvar
O BEM E O MAL	2001	27 minutos	Operação de repressão ao movimento, realizada pela polícia, quando, no dia 02 de maio de 2000, cerca de mil trabalhadores(as) rurais dirigiam-se a Curitiba para uma manifestação e centenas deles ficaram feridos, sendo Antônio Tavares assassinado no local e as repercussões do episódio na mídia.	ANDES-SN e SINDOCEFET-PR
SONHO CONCRETO	2001	19 minutos	Registro da construção do Memorial às Vítimas da Reforma Agrária, do arquiteto Oscar Niemeyer, às margens da BR-277, onde faleceu o trabalhador Antônio Tavares.	Berenice Mendes

TÍTULO	ANO DE PRODUÇÃO	DURAÇÃO	CONTEÚDO	REALIZAÇÃO
RAIZ FORTE	2000	42 minutos	As mais diversas formas de luta do Movimento: o processo de recrutamento das pessoas para a inserção nessa Organização popular, as ocupações das fazendas e a construção dos acampamentos, o medo da violência dos fazendeiros e dos policiais, a repressão do Estado e das classes dominantes em relação ao MST e à classe trabalhadora brasileira, o processo produtivo nos assentamentos, as transformações nas concepções de mundo e na vida dos Sem Terra, as dificuldades encontradas, as iniciativas de produção orgânica e alternativas de comercialização dos produtos.	Centro de Justiça Global – Global Exchange
COOPERUNIÃO	2000	28 minutos	Reportagem sobre a cooperativa catarinense Cooperunião, de doze anos de existência.	Renato Levi
INVASÃO OU CIDADANIA?	2000	32 minutos	Reportagem com trabalhadores rurais assentados no Pontal do Paranapanema revela sua origem: as ruas e favelas da cidade de São Paulo.	Rede Rua de Comunicação
PÉS NA ESTRADA	2000	15 minutos	A violência e a repressão contra o MST promovida pelo Governo do Paraná, durante a gestão de Jaime Lerner, a morte do dirigente do MST Antonio Tavares, assassinado com um tiro. Relata a história do acampamento organizado no Centro Cívico de Curitiba, que permaneceu por 172 dias e promoveu uma ampla integração dos(as) trabalhadores(as) rurais e urbanos(as).	Quem TV Produções Audiovisuais

TÍTULO	ANO DE PRODUÇÃO	DURAÇÃO	CONTEÚDO	REALIZAÇÃO
TERRE PROMISE	2000	52 minutos	A migração de trabalhadores rurais, a partir da vida de Zé Carlão, onze vezes despejado, a caminho de uma ocupação em Bauru/SP.	Documentário de S. Brasey
OCUPAR, RESISTIR, PRODUZIR	1999	25 minutos	Mulheres do Movimento dos Sem Terra - MST - falam sobre o significado o lema 'ocupar, resistir, produzir'.	MST/Plural Filmes
LIFELINE	1999	10 minutos (inglês)	A pobreza no Brasil, com foco no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra.	BBB/Londres
POR LONGOS DIAS	1998	13 minutos	Adaptação do prefácio de José Saramago no livro "Terra", de Sebastião Salgado, é uma narração poética e bem cuidada, apresentando o cotidiano difícil da luta dos Sem Terra, como as Marchas Nacionais, enfatizando a resistência dos(as) trabalhadores(as) rurais e as injustiças devidas à concentração da propriedade da terra no Brasil.	Asa Cinema & Vídeo e Plateau Filmes.
A TOMADA DE BRASÍLIA	1997	16 minutos	A Marcha Nacional à Brasília, onde os Sem Terra ocuparam a Esplanada dos Ministérios, num protesto pacífico e organizado, depois de uma caminhada de dois meses e 1.200 km, por Reforma Agrária, Emprego e Justiça.	Rede Rua de Comunicação
DOIS ASSENTAMENTOS	1997	24 minutos	A atividade produtiva nos assentamentos Fazendas Timboré e Pirituba, em São Paulo.	Registro de Patrick Parmigiani
O MASSACRE EM CORUMBIARA	1996	15 minutos	O massacre de Corumbiara, em Roraima, uma ação da polícia militar, contra os Sem Terra, na madrugada do dia 9 de agosto de 1997. Depoimentos de sobreviventes trazem a lembrança daquelas intermináveis horas de tortura e sofrimento dos que ali estavam.	TV dos Trabalhadores e Comitê Chico Mendes

TÍTULO	ANO DE PRODUÇÃO	DURAÇÃO	CONTEÚDO	REALIZAÇÃO
O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS	1996	30 minutos	Documentário que narra em detalhes o massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás, no Pará, no dia 17 de abril de 1996, quando dezenove Sem Terra foram brutalmente assassinados pela Polícia Militar daquele Estado. O vídeo faz uma colagem de cenas e imagens exibidas nas principais redes de televisão, e outras, que não chegaram a ser divulgadas, tamanha a violência nelas contida. Exibe também comoventes depoimentos de camponeses Sem Terra que testemunharam o massacre, saíram feridos do confronto e tiveram parentes e amigos friamente executados.	Fase/Cepepo
CORUMBIARA NUNCA MAIS	1996	70 minutos	O mais bárbaro e aterrorizante massacre de trabalhadores rurais ocorrido no Brasil nas últimas décadas, quando mais de duzentos policiais militares e jagunços invadiram, em Rondônia, um acampamento do MST e abriram fogo contra mais de seiscentas famílias acampadas, utilizando bombas, metralhadoras, fuzis e revólveres, no dia 9 de agosto de 1997, às três horas da manhã. Dez pessoas foram mortas, sete desaparecidos, centenas de feridos e presos, além do registro de práticas de tortura (pessoas com os olhos furados, estupradas, capadas, mutiladas com motosserra, obrigadas a comer o miolo dos mortos...).	Central Única dos Trabalhadores (RO)

TÍTULO	ANO DE PRODUÇÃO	DURAÇÃO	CONTEÚDO	REALIZAÇÃO
O SONHO DE ROSE, 10 ANOS DEPOIS	1995	91 minutos	Esta produção é um documentário que exibe o reencontro da cineasta Tetê Moraes com os personagens de "Terra para Rose" (1985), e que apresenta o movimento de 1.500 famílias de agricultores(as) do MST. E o que terá acontecido com o sonho de Rose?	Vem Ver Brasil
TEM GRILO NO PONTAL	1993	25 minutos	Luta pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo.	Bernardo Mançano Fernandes
TERRA PARA ROSE	1985	90 minutos	A fé e a determinação dos Sem Terra no Rio Grande do Sul. A luta de catorze anos, conta com depoimentos das famílias Sem Terra, dos fazendeiros e do dono da fazenda Annoni, a qual, o governo reconheceu com área improdutiva. Rose (morta em estranho acidente) é símbolo de mais de 100 mil trabalhadores, um grito coletivo, uma lição de cidadania, um pedido de respeito.	Vemver Brasil e Embrafilme
A CLASSE ROCEIRA	1985	29 minutos	O surgimento do MST no Paraná, em meio à migração de gaúchos para o Mato Grosso.	Berenice Mendes
ENCRUZILHADA NATALINO	1981	18 minutos	História do acampamento gaúcho que resistiu, no governo Figueiredo, às investidas de multinacionais da agroindústria, à campanha de colonização das regiões Centro-Oeste e Norte e ao cerco militar.	Ayrton Centeno e Guaracy Cunha
RESISTÊNCIA EM MARCHA	[2000?]	24 minutos	Marcha do MST pelo Estado da Bahia.	Em Movimento

FONTES: MST: www.mst.or.br; NPC - Núcleo Piratininga de Comunicação: www.piratininga.org.br/novapagina/projeto_video2; As Imagens e as Vozes da Despossessão: www.landless-voices.org**;** Curtagora: www.curtagora.com/filme; Centro de Mídia Independente – CMI: www.midiaindependente.org/; Comitato di appoggio – Itália: www.comitatomst.it/.

E: QUADRO 4 - PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

CURSO DE HISTÓRIA PARA MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB										
Nome	**Idade**	**Sexo**	**Natural (UF)**	**Estado Civil**	**Condição de Escolaridade**	**Tempo de MST**	**Ocupação Anterior**	**Origem (UF)**	**Local Atual**	**Função no MST**
Agnaldo Cordeiro	20 anos	M	SC	Solteiro	Superior incompleto	20 anos (nasceu no MST)	-------	SC	SC	Setor de Educa-ção. Acompanha escolas itinerantes e educação infantil.
Alberto Valdemar Bamberg	32 anos	M	RS	Solteiro	Superior incompleto	6 anos e 6 meses	Seminário de padres	RS	DF e entorno	Setor de forma-ção, articulando-se a todas as demandas MST.
Ângelo Diogo Mazin	25 anos	M	SP	Solteiro	Superior incompleto	5 anos	Técnico a Agrícola	SP	PB	Setor Formação. Coordenação de cursos técnicos (UFPB) e de formação política.
Antonio Cossetin	47 anos	M	RS	Casado	Superior incompleto	16 anos	Filho Peq. Propriet. e Assalariado	RS	RS	Setor Estadual de Formação e Coletivo Nacional de Formação.
Carla Tatiane Guindoni	24 anos	F	SC	Casada	Superior incompleto	20 anos	Filha de agricultores	SC	RJ e Vene-zuela	Setor de Projetos e Finanças. Organização dos Camponeses na Venezuela.
Cristiane F. Dias	23 anos	F	MS	Casada	Superior incompleto	13 anos	Estudante	MS	MG	Setor de Formação e Coletivo Nacional de Gênero.

Nome	Idade	Sexo	Natural (UF)	Estado Civil	Condição de Escolaridade	Tempo de MST	Ocupação Anterior	Origem (UF)	Local Atual	Função no MST
Dilei Aparecida Schiochet	38 anos	F	SC	Casada	Superior incompleto	17 anos	Trabalhava na Roça	SC	PB	Direção Nacional pela Paraíba (Direção Estadual).
Edileuza Lopes de Souza	34 anos	F	CE	Casada	Superior incompleto	13 anos	Atividades na Igreja	CE	ES	Setor de formação Política, atuando nos Assentamentos do Município de São Mateus/ES
Eleneuda Lopes Sousa	30 anos	F	CE	Casada	Superior incompleto	3 anos (Curso em 1993)	Empregada Doméstica e Estudante	TO	TO	Coordenação do acampamento e acompanhamento do Setor de Educação regional.
Erinaldo Silva Costa	28 anos	M	MA	Solteiro	Superior incompleto	5 anos	Parceiro, agricultor e estudante.	MA	MA	Direção Estadual e Direção do Coletivo Estadual de Formação.
Evandro Pereira de Lima	22 anos	M	PR	Solteiro	Superior incompleto	5 anos e 9 meses	Estudante e trabalhador autônomo	PR	MS	Setor de Educação.
Francisca Joicemeiry Ramos de Brito	23 anos	F	CE	Solteira	Superior incompleto	8 anos	Liturgia e Catequese na Igreja Católica	CE	CE	Membro da Direção Estadual pelo Setor de Direitos Humanos.
Geraldo Zacarias de Andrade	25 anos	M	RN	Solteiro	Superior incompleto	3 anos	Trabalhava no Campo	RN	RN	Direção Estadual do RN
Gislene dos Santos Reis	23 anos	F	SP	União Estável	Superior incompleto	8 anos	Estudante	SP	SE	Setor de Formação e Direção Estadual

Nome	Idade	Sexo	Natural (UF)	Estado Civil	Condição de Escolaridade	Tempo de MST	Ocupação Anterior	Origem (UF)	Local Atual	Função no MST
Jonas Miranda	43 anos	M	ES	Casado	Superior incompleto	13 anos	Agricultor, líder da IC e sindical	ES	RO	Setor de Educação do MST.
Judite Elaine dos Santos	22 anos	F	SP	Solteira	Superior incompleto	8 anos	Bóia-fria	SP	SP	Direção Estadual e Setor de Educação.
Messilene Gorete da Silva	24 anos	F	PE	Solteira	Superior incompleto	5 anos	Estudante	PE	PE	Setor de Formação. Responsável pela direção Estadual de Pernambuco.
Polliane Barbosa Soares	21 anos	F	PA	Solteira	Superior incompleto	4 anos	Estudante	PA	PA	Setor de Formação e ajuda a coordenar cursos informais do Movimento.
Renilson Pinheiro dos Santos	22 anos	M	SE	Solteiro	Superior incompleto	7 anos	Trabalha-dor rural (bóia-fria)	SE	PI	Brigada Nacional de Formação.
Roselandia de Oliveira Ferraz	25 anos	F	BA	Casada	Superior incompleto	10 anos	Bóia-fria (cafezais)	BA	BA	Dirigente Regional do Setor de Educação e assentada (BA).
Rosmeri Witcel	32 anos	F	RS	Casada	Superior incompleto	10 anos	Empregada Doméstica	RS	SP	Coordenação Pedagógica da ENFF; assentada no RS.
OBSERVAÇÕES: Entrevistas realizadas em outubro de 2005, no alojamento dos estudantes do Curso de História, exceto Rosmeri Witcel, que entrevistei em São Paulo (Escola Nacional), em 03 de fevereiro de 2006.										

CURSO DE EXTENSÃO EM REALIDADE BRASILEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB

Nome	Idade	Sexo	Natural (UF)	Estado Civil	Condição de Escolaridade	Tempo de MST	Ocupação Anterior	Origem (UF)	Local Atual	Função no MST
Jailson Urbano da Silva	23 anos	M	PE	Solteiro	Ensino Médio completo	8 anos	Trabalhador rural/Estudan	PE	PE	Coletivo Estadual de Formação.
José Marcos Simões	23 anos	M	PE	União Estável	Ensino Fundamental completo	4 anos e 6 meses	Estudante	PE	SE	Trabalho de formação política.
José Porfírio*	46 anos	M	AL	Casado	Ensino Médio incompleto	6 anos	Encarregado Setor Pessoal	RN	AL	Dirigente do Setor de Direitos Humanos, no acampamento.
Milton Lewy	34 anos	M	RS	Solteiro	Ensino Fundamental completo	15 anos	Agricultor com a família	RS	PB (RR em 2006)	Direção Estadual; Coordenação política da Várzea e Vale Paraibano. FRENTE DE MASSA.
Sival Lima de Jesus	48 anos	M	SE	Casado	Ensino Fundamental incompleto	18 anos	Agricultor com a família	SE	SE	Direção Estadual e Coordenação de um Núcleo de Assentados.
Valdemar S. dos Anjos	31 anos	M	BA	Casado	Freqüentou es-cola 01semana	12 anos	Contr/UFBA Serv.Gerais	BA	BA	Setor de Formação.

OBSERVAÇÕES: * Entrevista realizada em 29 de novembro de 2006, no DCE da Mata (UFPB), durante o quarto e último módulo do Curso.
As outras entrevistas foram realizadas em 07/2005, em espaços fechados e abertos da UFPB, durante a realização do II módulo do Curso.

ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES – SÃO PAULO										
Nome	**Idade**	**Sexo**	**Natural (UF)**	**Estado Civil**	**Condição de Escolaridade**	**Tempo de MST**	**Ocupação Anterior**	**Origem (UF)**	**Local Atual**	**Função no MST**
Roseli (Dona Rose)	45 anos	F	PR	Casada	Ens. Fundam. Incompleto	4 anos	Faxineira	RJ e MG	SP	Cozinheira da ENFF.
Neiva Vivian	40 anos	F	RS	Casada	Ensino Fundamental Completo	20 anos	Trabalhadora Rural	RS	RS	Atua no Setor de Produção e em Grupo de Estudo Estadual.
OBSERVAÇÕES: * Entrevistas realizadas em fevereiro de 2006 e julho de 2007, na Escola Nacional Florestan Fernandes, Guararema/SP.										

ELDORADO DOS CARAJÁS/PARÁ										
Nome	**Idade**	**Sexo**	**Natural (UF)**	**Estado Civil**	**Condição de Escolaridade**	**Tempo de MST**	**Ocupação Anterior**	**Origem (UF)**	**Local Atual**	**Função no MST**
Delzuí	58 anos	F	MA	Casada	Ensino Fundamental incompleto	3 anos	Trabalhava na Junqueira (juncos)	Rio Maria PA	PA	Não tem específica. Trabalha na produção junco – contrato temporário.
Maria de Ribamar Martins de Almeida (Cota)	36 anos	F	MA	Casada	Ensino Fundamental incompleto – 4ª série	2 anos	Dona de Casa	Manaus, MA, Parauape-bas, Palmares II	PA	Ajuda a coordenar uma brigada de 50 pessoas e colabora em outras atividades.
Maria Zelzuíta	42 anos	F	PI	Solteira	Ensino Fundamental incompleto (4ª série)	11 anos	Cozinheira Churrascaria	Eldorado dos Carajás	PA	Atua só na Produção.
Observ ações: (1) e (2) - Entrevistas realizadas em dezembro de 2006, no **ACAMPAMENTO LOURIVAL SANTANA.** (3) – Entrevista realizada em dezembro de 2006, no **ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL.**										

INSTITUTO TÉCNICO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA (ITEPA) SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR										
Nome	**Idade**	**Sexo**	**Natural (UF)**	**Estado Civil**	**Condição de Escolaridade**	**Tempo de MST**	**Ocupação Anterior**	**Origem (UF)**	**Local Atual**	**Função no MST**
Afonso*	51 anos	M	SC	Divorciado	Ensino Médio Completo (à distância)	Desde o processo organiz.	Agricultor Movimento Sindical	SC	PR	Atua na Frente de Massa; no fortalecimento do MPA e da Via Campesina.
Alfredo*	44 anos	M	PR	Solteiro	Ensino Fund. Incompleto (4ª série)	9 anos e seis meses	Agricultor com os pais	PR	PR	Produção agroecológica e no lote do Assenta-mento A. Tavares.
OBSERVAÇÕES: *Entrevistas realizadas em janeiro de 2006, no ITEPA/PR.										

V CONGRESSO NACIONAL DO MST - BRASÍLIA/DF										
Nome	**Idade**	**Sexo**	**Natural (UF)**	**Estado Civil**	**Condição de Escolaridade**	**Tempo de MST**	**Ocupação Anterior**	**Origem (UF)**	**Local Atual**	**Função no MST**
José Eterno de Araújo (1)	55 anos	M	GO	Solteiro	Apenas Alfabetização	10 anos	Biscateiro	GO	GO	Coordenação de grupos no Assentamento Canudos.
Josefa de Souza (2)	38 anos	F	RR	Casada	Ensino fundamental Incompleto	01 ano	Empregada Doméstica	RR (Boa Vista)	RR	Ajuda na organização do Assentamento e faz outras atividades com mulheres comunidade.
Francisco Adriano Oliveira Barbosa (3)	32 anos	M	CE	União Estável	Ensino Fundamental Incompleto	03 anos	Trabalhado r rural	SP	MT	Coordena grupo no acampamento e faz parte do Coletivo de Finanças.
OBSERVAÇÕES: (1) e (2) – Entrevistas realizadas em 13 de junho de 2007, nos barracões dos Estados de Goiás e Roraima. (3) - Entrevista realizada em 14 de junho de 2007, no barracão do Estado do Mato Grosso.										

PESSOAS QUE PERTENCERAM AO MST E QUE SE DESLIGARAM DO MOVIMENTO

Realizei conversas informais com cinco pessoas que pertenceram ao MST (um homem e uma mulher da Bahia; um homem – com sua família – da Paraíba; uma mulher do Rio de Janeiro; um homem de Alagoas), mas que deixaram o Movimento por motivos diversos. Todos eles concordaram numa interlocução sobre suas histórias de vida e as razões pelas quais se desligaram do Movimento, entretanto, preferiram que o diálogo não fosse gravado por meio eletrônico e também que não fossem identificados.

OUTROS MOVIMENTOS – MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA/MLT

Nome	Idade	Sexo	Natural (UF)	Estado Civil	Condição de Escolaridade	Tempo de MLT	Ocupação Anterior	Origem (UF)	Local Atual	Função no MLT
Aldenes Meira	37 anos	M	BA	Casado	Ensino Superior incompleto	14 anos	Estudante e Trabalhador Rural	BA	BA	Membro da coordenação Estadual/Nacional: BA, MG e PA.

OBSERVAÇÕES: Além de Entrevistar o Sr. Aldenes, dialoguei com dois outros membros do MLT, que solicitaram não serem nomeados.

F: QUADRO 5 - LOCAL DE ATUAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA-2005/2007

REGIÃO	Local Atual	Origem	Nome
NORTE	AC	AC	O MST NÃO ESTÁ ORGANIZADO NO AC
	AM	AM	O MST NÃO ESTÁ ORGANIZADO NO AM
	AP	AP	O MST NÃO ESTÁ ORGANIZADO NO AP
	PA	PA	Polliane
	PA	MA	Delzuí
	PA	MA	Maria de Ribamar (Cota)
	PA	PI	Maria Zelzuíta
	RO	ES	Jonas
	RR	RR	Josefa
	TO	TO	Eleneuda
NORDESTE	MA	MA	Erinaldo
	PI	SE	Renilson
	CE	CE	Francisca Joicemeiry (Joice)
	RN	RN	Geraldo
	PB	SP	Ângelo
	PB	SC	Dilei
	PB	RS	Milton Lewy
	PE	PE	Messilene
	PE	PE	Jailson
	AL	RN	José Porfírio
	SE	SP	Gislene
	SE	PE	José Marcos
	SE	SE	Sival
	BA	BA	Roselandia
	BA	BA	Valdemar
SUDESTE	ES	CE	Edileuza
	MG	MS	Cristiane
	RJ	SC	Carla
	SP	SP	Judite
	SP	RS	Rosmeri
	SP	RJ e MG	Roseli
SUL	PR	SC	Afonso
	PR	PR	Alfredo
	SC	SC	Agnaldo
	RS	RS	Cossetin
	RS	RS	Neiva Vivian
CENTRO-OESTE	GO	GO	José Eterno
	MS	PR	Evandro
	MT	SP	Francisco Adriano
	DF e Entorno	RS	Alberto

APÊNDICE G:

TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA QUANTO À CONDIÇÃO DE ESCOLARIDADE, SEXO E FAIXA ETÁRIA

Condição de Escolaridade	Total		Sexo		20-24 anos		25-29 anos		30-34 anos		35-39 anos		40-44 anos		45-49 anos		50-54 anos		55-59 anos		60-64 anos	
	(N)	(%)	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Ensino Fundamental incompleto	10	27,0	5	5	-	-	-	-	2	-	-	2	1	1	1	1	-	-	1	1	-	-
Ensino Fundamental completo	3	8,1	2	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Médio incompleto	1	2,7	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Médio completo	2	5,4	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Ensino Superior incompleto	21	56,8	9	12	3	7	3	1	1	3	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Total (N)	37	100,0	19	18	5	7	3	1	4	3	-	3	3	1	3	1	1	-	1	1	-	-
Total (%)	100,0	100,0	51,4	48,6	13,5	18,9	8,1	2,7	10,8	8,1	-	8,1	8,1	2,7	8,1	2,7	2,7	-	2,7	2,7	-	-

APÊNDICE H:

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA QUANTO À CONDIÇÃO DE ESCOLARIDADE, SEXO E TEMPO DE MST

Condição de Escolaridade	Sexo		1-3 anos		4-6 anos		7-9 anos		10-12 anos		13-15 anos		16-18 anos		19-21 anos		22 ou + anos	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Ensino Fundamental incompleto	5	5	1	3	-	1	1	-	2	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Ensino Fundamental completo	2	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-
Ensino Médio incompleto	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Médio completo	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Ensino Superior incompleto	9	12	1	1	4	2	1	3	-	2	1	2	1	1	1	1	-	-
Total (N)	19	18	2	4	6	3	3	3	2	3	2	2	2	1	1	2	1	-
Total (%)	51,4	48,6	5,4	10,8	16,2	8,1	8,1	8,1	5,4	8,1	5,4	5,4	5,4	2,7	2,7	5,4	2,7	-

I - TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA QUANTO AO SEXO E FUNÇÃO/ATIVIDADE NO MST

Função/Atividade no MST	**Total**	**Sexo**	
	(N)	M	F
Setor de Formação	16	10	06
Setor de Educação	06	03	03
Setor de Gênero	01	-	01
Setor de Direitos Humanos	02	01	01
Setor de Produção	01	-	01
Setor de Articulação Política	04	02	02
Setor de Comunicação e Cultura	01	-	01
Setor de Projetos e Finanças	02	01	01
Frente de Massa	03	3	-
Direção Nacional	01	-	01
Direção Estadual	10	05	05
Direção Regional	01	01	-
Coordenação e Organização de Assentamento*	04	02	02
Coordenação e Organização de Acampamento**	05	02	03
Produção (Trabalhador(a) Rural)	04	02	02
Estudante***	24	11	13
Pesquisador(a)****	28	16	12
Grupo de Estudo Estadual	01	-	01
Cozinheira	03	-	03

* Seis participantes da pesquisa (dois homens e quatro mulheres) são acampados.

** Vinte pessoas (dez homens e dez mulheres) são assentadas. Dezoito (dez homens e oito mulheres) não vivem nas áreas de acampamento e assentamento, mas em outros diversos locais, conforme as necessidades do MST.

*** Vinte e um graduandos em História e três matriculados em classes de educação de pessoas jovens e adultas.

**** Vinte e um do Curso de História, seis do Curso de Realidade Brasileira e um na área de Agroecologia.

OBS.: Aproximadamente 90% das pessoas acumulam funções ou atividades no MST.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo